Nº 10 2026/01 ISSN 2718-8310

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS

Ciencias sociales, Artes y Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...

JURISDICCIÓN, JUSTICIA Y ADMINISTRACIÓN EN IBEROAMÉRICA ENTRE EL ANTIGUO RÉGIMEN Y LA REVOLUCIÓN

UNJu Universidad Nacional de Jujuy
UFG Universidade Federal de Goiás
CICNA Centro de Investigaciones sobre Cultura y Naturaleza Andina

Revista Diversidad de las Culturas – N° 10 (2026/1)

Obra bajo **Licencia CC BY-NC-SA 4.0** https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

ISSN: 2718-8310

Dirección postal: 4600

Centro de Investigaciones sobre Cultura y Naturaleza Andinas (CICNA)

FHyCS/UNJu - Otero 262 - 4600 San Salvador de Jujuy - Argentina

Correo electrónico: diversidadcultural@unju.edu.ar

Dirección
Dr. Jorge Alberto Kulemeyer (Universidad Nacional de Jujuy, Argentina)
Dr. Cristiano Alencar Arrais (Universidade Federal de Goiás, Brasil)

Comité editorial
Dr. Yussef Daibert Salomão de Campos (Universidade Federal de Goiás, Brasil)
Dra. Luciana Christina Cruz e Souza (Universidade Federal de Goiás, Brasil)
Dra. Nadia Moroz Luciani (Instituto do Patrimonio Histórico e Artístico Nacional Brasil)
Dr. Carlos Alberto Garcés (Universidad Nacional de Jujuy, Argentina)

Comité científico
Dr. Alfredo Juan Manuel Carballeda (Universidad Nacional de La Plata, Argentina)
Dr. Hugo Spinelli (Universidad Nacional de Lanús, Argentina)
Dr. Raúl Amaro de Oliveira Lanari (PUC Minas Gerais, Brasil)
Dra. Young Me Lee (Universidad Nacional del Altiplano, Perú)

Organizadores
Aline Dias da Silveira
Renata Cristina de Sousa Nascimento

Secretaría general
Lic. Perla A. A. Surriable

Imagen de portada
Acceptation provisoire de la constitution de Lisbonne, à Rio de Janeiro, en 1821 (1839).
Thierry Frères, a partir de Jean-Baptiste Debret.
Litografía coloreada.
Acervo: Biblioteca Nacional (Brasil).
Fuente: Brasiliana Iconográfica.
Consultar la obra en Brasiliana Iconográfica

Diseño de tapa e interior: Perla Aylén Abigail Surriable y Jorge Alberto Kulemeyer.

Diseño de logo: Ariadna Bello

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

ÍNDICE

PRESENTACIÓN DE LA REVISTA

1.- Renata Silva Fernandes e Daiane de Souza Alves

Dossiê- JURISDIÇÃO, JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO NA IBEROAMÉRICA ENTRE O ANTIGO REGIME E A REVOLUÇÃO..... pág. 5

Sección ARTÍCULOS ACADÉMICOS

1. **Carlito Oliveira Junior**

O ato adicional de 1834 e seus impactos políticos no Brasil regencial: debates parlamentares, reconfiguração institucional e tensões sociais no Ro de Janeiro ….....….pág. 9

2.- Eliézer Cardoso de Oliveira e Cristiano Alencar Arrais

Entre a emulação da corte e a persistência de uma cultura abertiça: as comemorações do 2 de dezembro e 7 de setembro na província de Goiás (1840 – 1889) …….....…….pág. 33

3.- Bruno C. Bio Augusto de Pace

Entre a cova e a distinção: morte escravizada, administração e hierarquias senhoriais em Vila do Cuiabá (1789-1809).....…….pág. 60

4.- Wederson de Souza Gomes

A intelectualidade luso-brasileira e os projetos políticos do império: uma análise sobre o ideário ilustrado da geração oitocentista no imaginário de Resende Costa Filho.....…….pág. 87

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

5.-Gyovana Machado

Movilizar espacios y aplicar la religión: los capellanes y la justicia en la Vila Rica colonial (Minas Gerais, S. XVIII)…….....….....pág. 106

6.- Fabiane Peruzzo

Milícias de pretos e pardos: a petição como comunicação política nas comarcas de São Paulo e Rio Das Mortes (1780-1807)…….....…….....pág. 132

7.- Isabela Fechina

"E assim tem obrado as couzas nesta terra": conflitos locais e perspectivas de justiça (São Sebastião, início do século XVIII)…….....…….....pág. 160

8.- Vanessa Cerqueira Teixeira e Francisco Andrade

Irmandades de pretos e de crioulos da "República" escravista, Vila Rica, América Portuguesa.....pág. 187

Sección DIÁLOGOS Y REFLEXIONES

1.- Jiani Fernando Langaro

Das lutas sociais nos ervais da fronteira do Brasil com o Baraguai e a Argentina: história oral de uma greve de trabalhadores(as) rurais na década de 1940…....……..…pág. 219

2.- Catimba Matias Anacleto, Claudia Carolina Casiva, Jéssica Salomão Chitlhango, Rosa Maria da Silva Gonçalves, Aldo Juan Enrici e Solange Straube Stecz

Explorando as conexões do tango no sul global ……..pág. 236

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Sección IMÁGENES DE LATINOAMÉRICA

1.- Perla Aylén Abigail Surriable

Territorialidades campanenses.....pág. 263

Sección RELATOS DE FICCIÓN

1.- Nora Noelia Romero

Alicia siempre cambia ¿Yo también?.....pág. 266

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

JURISDIÇÃO, JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO NA IBEROAMÉRICA ENTRE O ANTIGO REGIME E A REVOLUÇÃO

Renata Silva Fernandes (UFG)

Daiane de Souza Alves (UERJ)

Nas últimas décadas, as críticas ao chamado "paradigma estadualista" como matriz de compreensão das formas de organização e exercício do poder político da Época Moderna propiciaram um amplo movimento de renovação analítica dos estudos sobre o passado colonial das Américas, cujos impactos, longe de se esgotarem no período colonial, suscitaram reflexões inovadoras sobre os processos de formação dos novos Estados nacionais do século XIX, bem como sobre heranças políticas, econômicas e sociais que, situadas na longa duração, se estendem muito além da Independência. Os questionamentos à escatologia da centralização, em definitivo, engendraram uma imagem mais complexa dos mecanismos de poder, que deixaram de ser entendidos como atributos exclusivos de um Estado forte e centralizado forjado na primeira modernidade, cedendo lugar, em contrapartida, aos mecanismos de negociação e consenso, bem como ao redimensionamento das próprias estruturas institucionais de poder.

No bojo desse movimento, temas de pesquisa inovadores surgiram, bem como problemáticas tradicionais foram revisitadas: a justiça, a administração e o governo, o arcabouço normativo-legal, a organização territorial, as corporações, as hierarquias sociais e as culturas políticas da distinção, os ritos e as sociabilidades, as reformas institucionais e a construção do Estado nacional, bem como as práticas de comunicação política e as lutas sociais. Na mesma direção, também ganharam protagonismo as práticas exercidas por uma multiplicidade de agentes – juízes, capelães, milicianos, irmandades, senhores, párocos, trabalhadores, deputados –, abarcando, inclusive, setores sociais subalternizados, que negociavam legitimidade, integravam-se a corpos políticos ou outras formas de coletividades, se comunicavam com as instâncias oficiais de poder e atuavam a partir de diferentes frentes em processos multifacetados de negociação da autoridade e busca pela garantia de direitos.

Reunindo pesquisas que percorrem um amplo arco temporal – das vilas coloniais setecentistas, passando pela construção do Estado imperial no Brasil, até as lutas sociais na fronteira no século XX –, o Dossiê que o leitor tem em mãos articula práticas de jurisdição, justiça e administração entendendo-as como lócus de disputa, negociação e apropriação *localizada*. Organizado como parte das atividades de dois projetos de pesquisa, o *Diversidade das Culturas* e o *Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais*, os textos situam-se na interface entre a história política, a história do direito e a história social.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

No artigo que abre o dossiê, Francisco Eduardo Andrade e Vanessa Cerqueira Teixeira fornecem ao leitor um olhar aprofundado sobre a complexidade dos elementos que marcaram o associativismo leigo e as estratégias de liberdade travadas no âmbito das sociabilidades e organização social. *Irmandades de pretos e crioulos da república escravista, Vila Rica, América portuguesa (1733-1822)* propõe um mergulho nas estratégias de liberdade promovidas no interior dos espaços de devoção religiosa, elucidando os conflitos próprios a essas instituições e sua inserção em uma arquitetura política da sociedade colonial, profundamente hierarquizada. O texto é um convite ao aprofundamento dos estudos sobre a mobilização dos confrades no interior desses espaços de ação coletiva, que expressavam social e politicamente as condições das pessoas redefinirem as suas experiências.

O tema das hierarquias sociais de Antigo Regime ganha relevo com a análise dos óbitos promovida por Bruno C. Bio Augusto de Pace artigo *Entre a cova e a distinção: morte escravizada, administração e hierarquias senhoriais em Vila do Cuiabá (1789-1809)* que a partir do conceito de "economia moral da distinção" pretende lançar luz sobre os ritos católicos, a geografia mortuária e a aparência pública do senhorio em um território marcado pelos desafios impostos a uma região de fronteira. No texto que compõe o segundo artigo do dossiê o autor destaca os elementos que distinguiam os grupos sociais analisados a partir dos rituais envolvendo a morte e a reiteração dos preceitos estruturais dessa sociedade.

As disputas políticas e sociais se interpelavam no modo de "fazer justiça" nesta sociedade, é o que nos conta Isabela Fechina no terceiro artigo, *"E assim tem obrado as couzas nesta terra": conflitos locais e perspectivas de justiça (São Sebastião, início do século XVIII)*. No texto, nos deslocamos para a capitania régia de São Paulo e enfrentamos as disputas jurisdicionais no entorno da contenda envolvendo um religioso franciscano, um sargento-morto e seu filho juiz-ordinário e o governador capitão-general da capitania. Ao lançar luz sobre as dinâmicas de São Sebastião, a autora proporciona ao leitor as condições de vislumbrar a construção das legitimidades a partir das diferentes prerrogativas atribuídas na sociedade colonial.

A aplicação da justiça nos domínios ultramarinos se apoiou em diferentes instituições e grupos. Nas minas auríferas tal exercício foi mobilizado pelos capelães que souberem, a seus modos, construir redes de relação e, com isso, atuar para assegurar suas necessidades. Gyovana Machado, no quarto artigo, *Movilizar espacios y aplicar la religión: os capellanes y la justicia en Vila Rica colonial (Minas Gerais, s. XVIII)*, argumenta que a aplicação da justiça, assim como a administração política, estiveram fortemente influenciadas pelo catolicismo nas sociedades de Antigo Regime. A partir das capelanias, Machado destaca as influências jurisdicionais e a aplicação de uma agenda religiosa católica.

O conhecimento e a mobilização estratégica da cultura jurídica por pretos e pardos é o tema apresentado por Fabiane Peruzzo no quinto artigo *Milícias de pretos e pardos: a petição como comunicação política nas comarcas de São Paulo e Rio das Mortes (1780-1807)*. Neste texto, mais uma vez, é evidenciada as marcas dos critérios de qualidade na ascensão de

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

determinados grupos a postos de comando, inclusive militares. Peruzzo chama atenção para duas comarcas articuladas pela formação social, dinâmicas sociais e passagem das tropas no âmbito da integração regional de Minas e São Paulo entre o final do século XVIII e o início do século XIX.

Profundamente marcado pelos projetos políticos em curso desde o final do século XVIII, este território sofrerá diretamente as consequências do projeto de um Império luso-brasileiro, mediante a ascensão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho à posição de Secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos portugueses. No cerne das transformações institucionais desencadeadas por tais projetos ilustrados destaca-se a geração de 1790, elencada por Wederson de Souza Gomes na figura de Resende Costa Filho. No sexto artigo do dossiê temático, *A intelectualidade luso-brasileira e os projetos políticos do Império: uma análise do ideário ilustrado da geração oitocentista no imaginário de Resende Costa Filho*, o autor explora a documentação epistolar e apresenta ao leitor parte das visões de mundo dos homens das letras em suas intrínsecas relações.

A ascensão das luzes em território americano, bem como as experiências constitucionais em suas nuances americanas têm refletido a marca das novas roupagens institucionais, conforme nos recorda Carlito Oliveira Junior em seu artigo *O Ato Adicional de 1834 e seus impactos políticos no Brasil regencial: debates parlamentares, reconfiguração institucional e tensões sociais no Rio de Janeiro*. Neste sétimo texto, o autor nos direciona aos desafios da da construção do Estado nacional no Brasil do século XIX, ressaltando o processo de superposição institucional, jurídica e de um novo vocabulário constitucional que atuavam em meio a resistências provinciais e ao pacto político em torno da escravidão.

Da Corte no Rio de Janeiro nos direcionamos às efemérides constitutivas da nacionalidade a partir das comemorações do 2 de dezembro e do 7 de setembro em Goiás oitocentista. Eliézer Cardoso de Oliveira e Cristiano Alencar Arrais destacam o papel das comemorações emuladas na sede do Império a partir da experiência regional no artigo *Entre a emulação da Corte e a persistência de uma cultura abertiça: as comemorações do 2 de dezembro e 7 de setembro na província de Goiás (1840-1889)*. Os autores ressaltam, no penúltimo artigo do dossiê, a relação intrínseca entre a consciência nacional atrelada à figura do monarca e à tradição católica em contraposição aos símbolos puramente nacionais, que foram ganhando consistência ao longo do tempo.

Por fim, o território se coloca mais uma vez como chave da construção das lutas sociais a partir da experiência de uma greve de trabalhadores(as) rurais na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Jiani Langaro destaca, a partir da história oral, a dinâmica da vida cotidiana dos ervais na região fronteiriça, ressaltando com os os saberes e as práticas para viver, comunicar e trabalhar na floresta. O artigo que encerra este número, *Das lutas sociais nos ervais da fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina: história oral de uma greve de trabalhadores(as) rurais na década de 1940*, é um convite à compreensão das lutas sociais empreendidas no período.

Boa leitura!

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310

ARTÍCULOS ACADÉMICOS

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

O ATO ADICIONAL DE 1834 E SEUS IMPACTOS POLÍTICOS NO BRASIL REGENCIAL: DEBATES PARLAMENTARES, RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL E TENSÕES SOCIAIS NO RIO DE JANEIRO

EL ACTA ADICIONAL DE 1834 Y SUS IMPACTOS POLÍTICOS EN EL BRASIL REGENCIAL: DEBATES PARLAMENTARIOS, RECONFIGURACIÓN INSTITUCIONAL Y TENSIONES SOCIALES EN RÍO DE JANEIRO

THE ADDITIONAL ACT OF 1834 AND ITS POLITICAL IMPACTS IN REGENCY BRAZIL: PARLIAMENTARY DEBATES, INSTITUTIONAL RECONFIGURATION AND SOCIAL TENSIONS IN RIO DE JANEIRO

Carlito Oliveira Junior
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
carlitolopes@edu.unirio.br

RESUMO

O presente artigo examina o Ato Adicional de 1834 como inflexão decisiva no processo de reconfiguração institucional do Brasil durante o período regencial. Por meio da análise dos debates parlamentares que antecederam e acompanharam sua aprovação, bem como de seus impactos políticos, administrativos e sociais, argumenta-se que a reforma não pode ser reduzida a uma simples narrativa de descentralização. Ao contrário, o Ato Adicional expressou disputas profundas entre projetos antagônicos de organização estatal, disputas que se manifestaram de modo particularmente agudo na cidade do Rio de Janeiro, espaço de convergência das contradições do Império. A reforma criou arranjos institucionais, como as Assembleias Legislativas Provinciais e a Regência Una, mas preservou práticas de governo fundadas na mediação de autoridade e no controle hierárquico. A análise demonstra que a descentralização regencial foi negociada, condicionada e logo parcialmente revertida pelo chamado Regresso Conservador, processo no qual figuras como o Visconde do Uruguai, Paulino José Soares de Sousa, desempenharam papel central, articulando a presidência da Província do Rio de Janeiro com a elaboração da Lei de Interpretação de 1840. Dialoga-se ainda com a dimensão da memória política, examinando como a imprensa do período forjou contra-memórias das revoltas anteriores como instrumento de legitimação da centralização. O conjunto evidencia as tensões estruturais entre modernização constitucional e continuidade das formas coloniais de exercício do poder.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Palavras-chave: Ato Adicional de 1834; Período Regencial; descentralização política; Regresso Conservador; Rio de Janeiro.

RESUMEN

El presente artículo examina el Acta Adicional de 1834 como una inflexión decisiva en el proceso de reconfiguración institucional de Brasil durante el período de la Regencia. A través del análisis de los debates parlamentarios que precedieron y acompañaron su aprobación, así como de sus impactos políticos, administrativos y sociales, se argumenta que la reforma no puede reducirse a una simple narrativa de descentralización. Por el contrario, el Acta Adicional expresó disputas profundas entre proyectos antagónicos de organización estatal. La reforma creó nuevos arreglos institucionales, como las Asambleas Legislativas Provinciales y la Regencia Una, pero preservó prácticas de gobierno basadas en la mediación de la autoridad y el control jerárquico. El análisis demuestra que la descentralización regencial fue negociada, condicionada y pronto parcialmente revertida por el llamado Regreso Conservador, proceso en el cual figuras como el Vizconde de Uruguay desempeñaron un papel central. Se analiza también la dimensión de la memoria política, examinando cómo la prensa del período forjó contramemorias de las revueltas anteriores como instrumento de legitimación de la centralización.

Palabras clave: Acta Adicional de 1834; Período Regencial; descentralización política; Regreso Conservador; Río de Janeiro.

ABSTRACT

This article examines the Additional Act of 1834 as a decisive turning point in Brazil's institutional reconfiguration during the Regency period. Through the analysis of the parliamentary debates that preceded and accompanied its passage, as well as its political, administrative, and social impacts, this paper argues that the reform cannot be reduced to a simple narrative of decentralization. On the contrary, the Additional Act expressed deep disputes between competing projects of state organization. The reform created new institutional arrangements, such as the Provincial Legislative Assemblies and the Unitary Regency, but preserved practices of government grounded in authority mediation and hierarchical control. The analysis demonstrates that regency decentralization was negotiated, conditioned, and soon partially reversed by the so-called Conservative Return — a process in which figures such as the Viscount of Uruguay played a central role. The article also examines the dimension of

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

political memory, analyzing how the press of the period forged counter-memories of earlier revolts as instruments of legitimation for recentralization.

Keywords: Additional Act of 1834; Regency Period; political decentralization; Conservative Return; Rio de Janeiro.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Introdução

Poucos momentos da história constitucional brasileira colocaram sob pressão simultânea tantos problemas estruturais quanto o período regencial (1831–1840). A abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, não apenas criou um vácuo de autoridade no ápice do sistema político imperial. Desencadeou uma crise de legitimidade que obrigou as elites dirigentes a negociar, pela primeira vez sem a presença de um monarca, os fundamentos do pacto que sustentava o Estado. D. Pedro II, aclamado com apenas cinco anos de idade, somente atingiria a maioridade legal em 1840, o que significa que toda a arquitetura constitucional da Carta de 1824, concebida em torno do Poder Moderador exercido por um imperador adulto, precisou ser reinventada durante uma regência que durou quase uma década. Nesse intervalo, três correntes políticas distintas, liberais exaltados, liberais moderados e restauradores, disputaram não apenas o governo, mas o próprio modelo de Estado que o Brasil deveria ter.

A promulgação do Ato Adicional, em 12 de agosto de 1834, foi a resposta institucional mais consequente a esse impasse. Por meio da Lei n. 16, a Assembleia Geral criou as Assembleias Legislativas Provinciais, extinguiu o Conselho de Estado, converteu a regência trina em una e eletiva e transformou a cidade do Rio de Janeiro em Município Neutro. Cada uma dessas medidas respondia a uma demanda específica das correntes que conduziram a reforma; nenhuma delas, porém, foi aprovada sem concessões que comprometeram sua coerência interna. O resultado não foi a vitória de um projeto sobre os demais, mas se configurou como um texto de compromisso cujas ambiguidades deliberadas se tornariam, nos anos seguintes, o campo de batalha de novos conflitos.

A historiografia avançou consideravelmente na desconstrução da narrativa linear que apresentava o Ato Adicional como triunfo do liberalismo descentralizador. Dolhnikoff (2005) demonstrou que a reforma estabeleceu um pacto negociado entre elites regionais e poder central; Slemian (2006) mostrou que o constitucionalismo imperial conviveu com continuidades coloniais de exercício do poder. Em trabalho mais recente, Slemian (2024) recua ao próprio momento fundador para demonstrar que a subordinação das províncias ao poder central não foi um acidente do Ato Adicional, mas uma escolha deliberada inscrita já na Assembleia Constituinte de 1823, quando a questão provincial foi deliberadamente evitada como problema constitucional, o que confere à "arquitetura híbrida" de 1834 uma genealogia que este artigo propõe rastrear nos debates parlamentares. O que ainda permanece insuficientemente analisado é o mecanismo concreto pelo qual essas três dimensões, isto é, o pacto, a permanência e a reversão, se articulam no interior do próprio texto de 1834 e nos debates que o produziram. A historiografia identificou o pacto, a permanência e a reversão, mas não demonstrou como esses três fenômenos estão simultaneamente codificados no mesmo instrumento normativo, nem por que essa coexistência foi deliberada e não acidental (Dolhnikoff, 2005; Slemian, 2006; Mattos, 2011).

Este artigo propõe que a chave explicativa está naquilo que chamamos de "arquitetura híbrida", isto é, a coexistência, no mesmo instrumento normativo, de inovações descentralizadoras que

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

redistribuíam competências legislativas e de dispositivos que preservavam o controle hierárquico do executivo central. Trata-se de uma solução política deliberada, documentável nos Anais parlamentares, que conferiu ao Ato Adicional sua peculiar capacidade de ser, ao mesmo tempo, reformista e conservador. Para sustentar essa hipótese, o artigo analisa o Ato Adicional a partir de quatro eixos que correspondem às seções do texto: os debates parlamentares que moldaram sua aprovação entre 1831 e 1834; a reconfiguração institucional que produziu, com ênfase na Província do Rio de Janeiro entre 1834 e 1840; as tensões sociais que atravessaram esse processo, com destaque para as dimensões escravistas e urbanas da ordem imperial; e o Regresso Conservador como desfecho que confirma, pela negativa, a fragilidade do equilíbrio estabelecido em 1834.

A base empírica primária são os debates registrados nos Anais da Câmara dos Deputados de 1831, 1834, 1837 e 1840, cotejados com os relatórios de presidente de província de Paulino José Soares de Sousa e com a legislação imperial pertinente. A análise dialoga criticamente com a historiografia especializada, posicionando-se no interior do debate entre as interpretações de Dolhnikoff, Mattos e Slemian. A escolha do Rio de Janeiro como locus privilegiado de análise não é arbitrária. Como capital do Império, sede da Corte e, ao mesmo tempo, campo de experimentação das novas estruturas provinciais criadas pelo próprio Ato Adicional, o Rio de Janeiro permite observar em escala reduzida as contradições que o artigo analisa: a mesma reforma que criou a Assembleia Legislativa da Província Fluminense retirou da capital seus vínculos provinciais, criando o Município Neutro como espaço administrativo blindado da lógica descentralizadora. É nessa tensão interna, inscrita no próprio texto da lei, que a "arquitetura híbrida" se manifesta de forma mais direta.

O Período Regencial e seus projetos políticos em disputa (1831–1834)

Para compreender o Ato Adicional de 1834 em sua dimensão mais profunda, é imprescindível reconstituir o cenário político que o engendrou. A abdicação de D. Pedro I produziu um vácuo de poder que nenhuma das forças políticas existentes era capaz de preencher de forma hegemônica. Três grandes correntes políticas rivalizaram na definição dos rumos do Império: os liberais exaltados, os liberais moderados e os restauradores, denominados pejorativamente de caramurus.

Os exaltados, também chamados de farroupilhas, denominação que aludia ao aspecto das vestimentas das camadas populares que os apoiavam, defendiam reformas radicais, incluindo a federalização do Império e, em sua ala mais extremada, a república. Recrutavam apoio sobretudo entre camadas populares urbanas, militares de baixa patente e setores da imprensa panfletária. Sua influência foi significativa nos primeiros anos da regência, mas declinou à medida que as agitações sociais por eles parcialmente alimentadas passaram a ser percebidas como ameaça à ordem. Os restauradores, por sua vez, constituíam a base de apoio da nobreza cortesã e dos grupos mais próximos ao ex-Imperador, defendendo seu retorno ao trono ou, mais tarde, o de D. Pedro II antecipadamente. Sua influência foi progressivamente reduzida ao longo

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

da década, especialmente após a morte de D. Pedro I em Portugal, em 1834 (NEEDELL, 2006). Foi entre os liberais moderados que se gestou o projeto político que culminou no Ato Adicional.

Liderados por figuras como Evaristo da Veiga[1], fundador do influente periódico Aurora Fluminense, e por parlamentares como Bernardo Pereira de Vasconcelos[2], que mais tarde migraria para o campo conservador, os moderados propunham reformas institucionais que ampliassem a participação das elites regionais sem comprometer a unidade territorial do Império e a ordem social escravista.

Para eles, a descentralização era um instrumento de governabilidade, não de ruptura. A instabilidade política do período é bem capturada por José Murilo de Carvalho, para quem a regência constituiu o momento mais próximo que o Brasil teve de uma experiência republicana, dado que o governo era exercido por representantes eleitos sem a presença de um monarca adulto (CARVALHO, 2003). Os debates parlamentares de 1831 demonstram que a crítica ao Poder Moderador era tecnicamente mais sofisticada do que uma simples reação ao autoritarismo do Primeiro Reinado. Na sessão de 19 de maio, o deputado Castro Alvares argumentou que, sendo o Poder Moderador "privativamente" delegado ao Imperador pela Constituição, era vedada qualquer transferência de suas atribuições à Regência. Em posição oposta, Lino Coutinho[3] sustentou que tais atribuições eram funcionalmente executivas, independentemente da nomenclatura constitucional. Evaristo da Veiga, por sua vez, defendeu que as expressões constitucionais não podiam "ser emendadas senão quando se procedesse legalmente à sua reforma". O embate evidencia que já em 1831 os deputados reconheciam que a solução para o impasse não seria interpretativa, mas reformadora, o que confere às discussões que culminaram no Ato Adicional um caráter de necessidade sistêmica, e não de simples disputa de facções (BRASIL, Annaes do Parlamento Brazileiro, Tomo I, 1831, p. 62–64).

Na sessão de 9 de setembro do mesmo ano, ao se deliberar sobre qual proposta de reforma constitucional deveria ter preferência, o deputado Rebouças[4] declarou que "a nação brasileira

[1] Evaristo Ferreira da Veiga e Barros (1799–1837) Poeta, jornalista, livreiro e político carioca. Proprietário e redator da *Aurora Fluminense* (1827–1835), principal órgão dos liberais moderados. Autor da letra do Hino da Independência. Deputado geral por Minas Gerais a partir de 1830, reeleito por três mandatos. Membro fundador da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Figura central na elaboração do Ato Adicional de 1834.

[2] Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795–1850) Político e jurista nascido em Ouro Preto (MG). Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (1818). Deputado geral por Minas Gerais a partir de 1824. Redator do Código Criminal (1830) e do Ato Adicional (1834). Ministro da Fazenda em 1831. Liderou a virada conservadora do Regresso a partir de 1837, tornando-se Ministro da Justiça (1837–1839) e fundador do Partido Conservador.

[3] José Lino dos Santos Coutinho (1784–1836) Médico, poeta e político baiano. Formado em medicina pela Universidade de Coimbra (1813). Deputado geral pela Bahia nas três primeiras legislaturas. Ministro dos Negócios do Império e presidente da Província do Rio de Janeiro em 1831. Primeiro diretor da Faculdade de Medicina da Bahia (1833–1836).

[4] Antônio Pereira Rebouças (1798–1880) Advogado e político nascido em Maragogipe (BA), filho de um alfaiate português e de uma escrava liberta. Deputado geral pela Bahia nas 2ª, 3ª e 5ª legislaturas. Defensor radical da

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

não exige por ora reforma da constituição", desejando apenas que ela fosse "cumprida e observada". Rezende[5], por sua vez, recusou-se a apoiar qualquer proposta que determinasse que a reforma se fizesse "no sentido federal", por entender que tal decisão "só pertencia à nação", não à legislatura corrente. Montezuma[6], em sentido oposto, defendeu a proposta da comissão especial justamente por sua amplitude. O impasse revela que o caminho para o Ato Adicional não estava aberto em 1831: era preciso construir, ao longo de três anos, uma maioria que aceitasse tanto a reforma quanto seus limites (BRASIL, Annaes do Parlamento Brazileiro, Tomo II, 1831, p. 133–134).

A conjuntura social também pressionava por reformas. Entre 1831 e 1835, eclodiram pelo menos treze revoltas de vulto em diferentes províncias, incluindo a Cabanagem no Grão-Pará (1835–1840), o levante dos malês na Bahia (janeiro de 1835) e a Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835–1845). Cada uma dessas insurreições tinha causas específicas e atores sociais distintos, mas todas convergiam na exposição das fragilidades do Estado imperial e na evidência de que a ordem estabelecida estava sob pressão.

Para as elites políticas que debatiam a reforma constitucional no Rio de Janeiro, esses conflitos funcionavam simultaneamente como argumento em favor da descentralização, que permitiria às províncias responder mais rapidamente aos seus próprios problemas, e como advertência sobre os riscos de um federalismo excessivo (Dolhnikoff, 2005). É fundamental notar que as tensões do período não eram apenas políticas, mas também profundamente associadas à disputa de memória sobre eventos anteriores. Como demonstraram Silva e Feldman (2010) em estudo sobre a imprensa do período regencial, os projetos políticos em disputa ancoravam-se em interpretações divergentes sobre as revoltas de 1817 e a Confederação do Equador de 1824. Periódicos como *O Carapuceiro*, publicado pelo padre Miguel do Sacramento Lopes Gama[7] entre 1832 e 1842, e a Aurora Fluminense, de Evaristo da Veiga, travavam batalhas não apenas sobre a política do presente, mas sobre como narrar o passado de resistência e suas lições para a organização do Estado. Essa dimensão memorialística das disputas políticas do período

Constituição de 1824. Opôs-se à pena de morte, ao recrutamento forçado e à discriminação racial. Pai do engenheiro André Rebouças.

[5] Venâncio Henriques de Rezende (Sirinhaém, PE, 1784 — Recife, PE, 9 de fevereiro de 1866) Padre, cônego e político pernambucano. Vigário da freguesia de Santo Antônio do Recife. Participou da Revolução de 1817, escapando da prisão e exilando-se na Inglaterra até 1821. Deputado pela Assembleia Constituinte de 1823 e pela 2ª e 3ª legislaturas (1830–1833 e 1834–1837), representando Pernambuco. Vice-presidente e presidente da Câmara dos Deputados em diversas ocasiões.

[6] Francisco Jê Acaiaba de Montezuma (1794–1870), Visconde de Jequitinhonha Nasceu Francisco Gomes Brandão em Salvador (BA). Advogado, diplomata e político. Deputado constituinte em 1823, exilado por oito anos após a dissolução da Assembleia. Deputado geral em 1831. Ministro da Justiça e dos Estrangeiros em 1837. Senador pela Bahia a partir de 1851. Fundador e primeiro presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros. Um dos primeiros parlamentares a se posicionar contra o tráfico negreiro.

[7] Miguel do Sacramento Lopes Gama (1791–1852), nascido no Recife, foi padre, professor de retórica, deputado provincial e deputado geral do Império. Responsável por vários periódicos pernambucanos entre 1820 e 1850, ficou conhecido sobretudo como redator d'*O Carapuceiro* (1832–1842), jornal de ampla circulação no Império. Foi ainda diretor do Liceu Pernambucano e do Colégio dos Órfãos do Recife (Silva; Feldman, 2010).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

regencial constitui um aspecto frequentemente subestimado pelas análises que privilegiam a reorganização institucional formal, como a de Graham (1997), mas essencial para compreender as linguagens com que os contemporâneos debatiam o Ato Adicional.

A questão central do debate era o equilíbrio entre centralização e descentralização. Os defensores da reforma argumentavam que a Constituição de 1824 havia concentrado excessivamente o poder no Rio de Janeiro, sufocando as iniciativas provinciais e tornando o governo incapaz de atender às necessidades específicas de cada região. O Poder Moderador, exercido pelo Imperador, era visto como instrumento de controle arbitrário que precisava ser limitado. A extinção do Conselho de Estado, órgão consultivo ligado a Coroa, estava nessa agenda como medida de saneamento institucional. Os opositores, incluindo parlamentares de matiz conservadora, alertavam para os riscos que uma descentralização excessiva poderia representar para a unidade territorial do Império.

O argumento da integridade nacional tinha peso especial em um país de dimensões continentais, com comunicações precárias, enormes desigualdades regionais e uma população majoritariamente escravizada. Para esses críticos, as províncias do norte e nordeste, historicamente mais pobres e politicamente instáveis, não estariam em condições de exercer autonomia legislativa sem comprometer a coerência do conjunto (GRAHAM, 1997). O debate sobre as Assembleias Legislativas Provinciais foi particularmente intenso. Enquanto os liberais moderados as viam como espaços de representação das elites regionais e de produção normativa adaptada às realidades locais, seus adversários temiam que se tornassem focos de faccionismo e de conflito com o poder central. Fernandes (2021) demonstra que esse debate não partia do zero, isto é, os Conselhos Gerais que as novas Assembleias substituíam já haviam acumulado práticas de representação provincial e de formulação normativa que os deputados de 1834 conheciam bem, o que torna a transição entre as duas instituições menos uma ruptura do que uma reconfiguração dos mesmos conflitos de competência em nova forma institucional.

Na sessão de 27 de junho de 1834, Vasconcelos, ele próprio membro da comissão que redigiu o projeto, advertiu que “a opinião que soberanizava as províncias tendia a separá-las”, evocando os exemplos do México e Guatemala para alertar sobre os riscos de confundir independência com soberania provincial, e declarou que “não era compatível com a constituição nem com a soberania nacional delegar às províncias o direito de se constituírem”. O reformador e o futuro conservador coexistiam no mesmo discurso de 1834 (BRASIL, Annaes do Parlamento Brazileiro, Tomo I, 1834, Sessão de 27 de junho). A criação do Município Neutro foi outro ponto de controvérsia. A separação da cidade do Rio de Janeiro da Província Fluminense, transformando-a em um espaço administrativo diretamente subordinado ao poder central, foi justificada pela necessidade de garantir à capital do Império uma administração estável e imune às disputas políticas provinciais.

O debate parlamentar de 1834 revela uma motivação mais profunda: na sessão de 1º de julho, ao se discutir se a capital do Império deveria estar sujeita à autoridade da Assembleia Legislativa Provincial, um deputado alertou que submeter a capital ao poder provincial significaria colocar os poderes nacionais “à discrição das províncias”, tornando o governo geral

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

dependente delas para o funcionamento básico de suas instituições. A solução do Município Neutro não era apenas uma conveniência administrativa: era uma blindagem dos poderes centrais contra a autoridade provincial que o próprio Ato Adicional havia criado, uma das expressões mais claras da "arquitetura híbrida" que o presente artigo analisa (BRASIL, Annaes do Parlamento Brazileiro, Tomo II, 1834, Sessão de 1º de julho de 1834). Críticos, no entanto, apontavam que essa solução criava uma anomalia institucional, uma cidade sem vínculo provincial, gerida como apêndice da Corte, que prejudicaria o desenvolvimento político e administrativo tanto da capital quanto da nova Província do Rio de Janeiro (GOUVÊA, 2008a). A questão da escravidão perpassava esses debates de modo frequentemente implícito. A autonomia provincial era, para muitas elites agrárias do sudeste e do nordeste, também autonomia para legislar sobre a ordem escravista sem interferência do poder central. A Assembleia Legislativa Provincial poderia, em teoria, estabelecer regulamentações sobre a mão de obra escravizada, a circulação de cativos e a repressão a fugas e rebeliões de acordo com as especificidades de cada região. Esse aspecto raramente era enunciado de forma direta nos debates parlamentares, mas constituía um pano de fundo fundamental para compreender por que certas elites regionais apoiavam com tanto entusiasmo a descentralização (KARASCH, 2000). Não por acidente, o artigo 10 do Ato Adicional, justamente aquele que conferia às Assembleias Provinciais competências sobre organização policial e que se tornaria o mais contestado pelos conservadores, era também o dispositivo que transferia às elites regionais o controle sobre o instrumento primário de gestão da população escravizada. A deliberada ambiguidade desse artigo não foi apenas uma solução sobre competências legislativas: foi uma solução sobre quem controlava a repressão. Nesse sentido, a "arquitetura híbrida" de 1834 era também uma arquitetura escravista.

O texto final do Ato Adicional foi resultado de múltiplas concessões e ajustes. A documentação parlamentar do período revela que a "arquitetura híbrida" do Ato Adicional não foi resultado de imprecisão redacional, mas de supressão deliberada. Conforme registra a introdução histórica dos próprios Anais da Câmara de 1834, o Senado acelerou a aprovação da lei de 12 de outubro de 1832, que autorizava as reformas, justamente para "desinçar o projecto de certas disposições a que se oppunha": a abolição do Poder Moderador, a monarquia federativa, a temporariedade do Senado e a extinção do Conselho de Estado. Rejeitadas essas propostas, o mandato reformador foi circunscrito ao que a câmara alta tolerava. As Assembleias Provinciais e a Regência Una não representavam o projeto dos liberais moderados, mas seu resíduo após as negociações (BRASIL, Annaes do Parlamento Brazileiro, Tomo I, 1834, p. 11). A extinção do Conselho de Estado foi aprovada; a criação das Assembleias Legislativas Provinciais também; a Regência Una e eletiva, igualmente. Mas os limites das competências provinciais foram redigidos de forma deliberadamente ambígua, deixando espaço para interpretações divergentes que logo se tornariam objeto de novos conflitos.

Essa ambiguidade não era acidental: era o preço pago para reunir maioria suficiente para aprovar a reforma. Os debates parlamentares de 1834 documentam isso com precisão. Ao ser questionado por Rezende sobre os limites das competências provinciais, o próprio Vasconcelos admitiu que "alguns outros negócios poderiam existir que pertencessem aos interesses

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

peculiares, e, todavia, não lembrados para serem apontados", daí a redação aberta do artigo. Rezende, por sua vez, denunciou que a distinção entre "legislar", "propor" e "deliberar" constituía um "jargão legislativo sui generis" sem amparo constitucional, e que pelo formato aprovado as Assembleias "viriam a apresentar duas faces diferentes: de um lado eram assembleias legislativas e de outro conselhos gerais de províncias". O impasse não foi resolvido em 1834, mas adiado.

Conforme apontou Clarice de Paula Ferreira Pinto, o artigo 10 do Ato Adicional, que conferia às Assembleias Provinciais amplas competências sobre empregos municipais e provinciais, seria justamente o dispositivo mais contestado pelos conservadores nos anos seguintes, por considerá-lo inconstitucional na medida em que permitia às legislaturas provinciais decidir sobre a aplicação das leis centrais em seus territórios (PINTO, 2015; BRASIL, Annaes do Parlamento Brazileiro, Tomo II, 1834, Sessão de julho de 1834).

A reconfiguração institucional promovida pelo Ato Adicional

A aprovação do Ato Adicional produziu uma transformação significativa na arquitetura institucional do Império. Suas principais medidas alteraram as relações entre o poder central e as províncias, redefinindo competências, criando novos órgãos e extinguindo outros. Para compreender o alcance e os limites dessas mudanças, é necessário examinar cada uma das principais inovações em seu contexto prático de implementação. A criação das Assembleias Legislativas Provinciais representou a inovação mais significativa da reforma. Substituindo os Conselhos Gerais previstos na Constituição de 1824, órgãos cujas deliberações dependiam de aprovação do poder central e cujas competências eram mais limitadas do que as das novas Assembleias, as Assembleias receberam competência legislativa efetiva em matérias de interesse provincial.

Podiam legislar sobre orçamento, impostos, obras públicas, instrução primária, criação e supressão de cargos provinciais e municipais, organização policial e regulamentação das Câmaras Municipais. Essa ampliação de competências conferiu às elites regionais uma capacidade normativa que antes lhes era vedada, transformando as províncias em espaços de produção jurídica autônoma dentro dos limites estabelecidos pela legislação imperial. Contudo, a autonomia conferida pelas Assembleias tinha limites estruturais importantes. O presidente da província continuava sendo nomeado pelo Imperador e podia ser removido a qualquer momento por razões de conveniência política, preservando o vínculo hierárquico entre o executivo provincial e o poder central. Além disso, a legislação provincial estava sujeita à análise do governo geral, que poderia suspendê-la caso considerasse que contrariava a Constituição ou a legislação nacional. A descentralização, portanto, era normativa, mas não executiva: as províncias podiam legislar, mas quem governava era um agente do centro (SLEMIAN, 2006), assimetria que, como demonstra também Slemian (2024), tinha raízes anteriores à própria Constituição de 1824, estando já inscrita nas escolhas feitas na Assembleia Constituinte de 1823.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A extinção do Conselho de Estado tinha significado simbólico e prático relevante. O Conselho era o principal órgão consultivo da monarquia, composto por ministros e por conselheiros nomeados vitaliciamente pelo Imperador. Sua extinção representou uma vitória dos liberais sobre o que consideravam a ossatura institucional do despotismo monárquico. É relevante notar que essa extinção já era debatida nos primeiros meses da regência: em maio de 1831, o deputado Ferreira de Mello propunha que a Regência não pudesse nomear novos conselheiros de estado, por considerar que uma das "bases para a reforma da constituição era a extinção do conselho de estado". O argumento era de ordem constitucional e geracional: conselheiros nomeados vitaliciamente durante a minoridade condicionariam o futuro exercício do Poder Moderador pelo próprio D. Pedro II (BRASIL, Annaes do Parlamento Brazileiro, Tomo I, 1831, p. 97). Que esse debate levou três anos para se converter em medida legislativa é indicativo de como a "arquitetura híbrida" do Ato Adicional resultou de uma negociação prolongada.

Em 1834, Vasconcelos foi um dos três signatários do projeto que formalizou a extinção, art. 30: "Fica supprimido o conselho d'estado, e serão eliminados da constituição os artigos de que consta o capítulo 7° do título 5°", ao lado de Paula Araújo[8] e Limpo d'Abreu[9] (BRASIL, Annaes do Parlamento Brazileiro, Tomo I, 1834, Sessão de 7 de junho). Paradoxalmente, a ausência do Conselho deixaria o Imperador sem um mecanismo formal de aconselhamento político e jurídico, o que contribuiria para enfraquecer o Poder Moderador durante a regência e seria posteriormente usada como argumento para sua restauração, efetivada em 1841. A restauração do Conselho em 1841, que Martins (2007) analisa como reconstituição de uma instância de mediação entre elites e poder imperial indispensável ao funcionamento do Estado monárquico, confirmou que sua extinção em 1834 havia sido, ela própria, uma das ambiguidades mais custosas da "arquitetura híbrida" do Ato Adicional.

A substituição da Regência Trina pela Regência Una e Eletiva representou uma mudança na natureza do exercício do poder executivo central. A Regência Trina, composta por três membros eleitos pela Assembleia Geral, havia demonstrado ser um arranjo pouco eficiente, gerando disputas internas e dificultando a tomada de decisões. A Regência Una, eleita diretamente por voto censitário em todo o território nacional, concentrava a autoridade executiva em uma única figura. A eleição de Diogo Antônio Feijó[10] como primeiro regente

[8] Francisco de Paula Araújo e Almeida (Salvador, BA, 1799 — ?) Médico e político baiano. Formado pela Academia Médico-Cirúrgica da Bahia, doutourou-se pela Academia de Bolonha. Lente de Fisiologia e de Farmácia e Matéria Médica na Faculdade de Medicina da Bahia a partir de 1829. Médico do Hospital Militar entre 1826 e 1833. Deputado geral pela Província do Rio de Janeiro na 3ª legislatura (1834–1837), em substituição a um titular que não tomou assento. Signatário do projeto de extinção do Conselho de Estado em junho de 1834.

[9] António Paulino Limpo de Abreu (1796–1852), Visconde de Abaeté. Nascido em Lisboa, radicado em Minas Gerais. Bacharel em Direito por Coimbra. Deputado geral por Minas Gerais em várias legislaturas, depois senador. Presidente da Câmara dos Deputados em 1831. Ministro dos Estrangeiros em dois momentos. Signatário do projeto de extinção do Conselho de Estado em 1834.

[10] Diogo Antônio Feijó (1784–1843) Padre e político paulista. Deputado geral e ministro da Justiça (1831–1832). Primeiro regente único do Brasil (1835–1837), eleito diretamente. Sua gestão foi marcada pelo combate às revoltas regenciais e pelo conflito com a oposição conservadora, culminando em sua renúncia.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

único, em 1835, ilustrou ambas as possibilidades: Feijó era um líder forte, mas sua gestão foi marcada por conflitos com a oposição parlamentar, culminando em sua renúncia em 1837.

A criação do Município Neutro produziu consequências de longo prazo para a organização político-administrativa do Rio de Janeiro. Ao separar a cidade do Rio de Janeiro da Província Fluminense, o Ato Adicional criou duas entidades distintas com lógicas administrativas diferentes. O Município Neutro era governado diretamente pelo governo central, sem uma assembleia legislativa própria, e sua Câmara Municipal tinha poderes reduzidos em comparação com as câmaras das demais cidades do Império. A Província Fluminense, por sua vez, precisou construir do zero sua estrutura de governo, definindo Niterói como capital e instalando sua primeira Assembleia Legislativa em 4 de março de 1835 (GOUVÊA, 2008b). No caso específico da Província do Rio de Janeiro, a experiência dos primeiros anos sob o Ato Adicional foi singular. Os conservadores, denominados saquaremas em função da região fluminense que constituía sua base social, monopolizaram a presidência da província nos anos iniciais, criando entre 1835 e 1837 uma série de órgãos públicos: a Guarda Policial da Província, a Escola Normal, o órgão de Registro e Coletorias, a Escola de Arquitetos Medidores, a Diretoria de Obras Públicas e o Colégio de Artes Mecânicas para Órfãos. Essa construção institucional acelerada decorria, em parte, da permanência mais prolongada dos presidentes no cargo, ao menos um ano e meio, em média, contra os seis meses que era a norma nas demais províncias, o que permitiu uma continuidade de objetivos que a maioria das administrações provinciais não lograva atingir (PINTO, 2015; GOUVÊA, 2008b).

Um dos casos mais reveladores das tensões internas ao Ato Adicional é o da gestão de Paulino José Soares de Sousa, o futuro Visconde do Uruguai, à frente da presidência da Província do Rio de Janeiro, entre 1836 e 1840. Figura central do pensamento conservador imperial, Paulino desenvolveria ao longo de sua trajetória uma doutrina administrativa de centralização que Coser (2008) analisa como articulação entre a experiência prática de governo provincial e a elaboração teórica do direito administrativo brasileiro.

Nomeado por decreto do imperador D. Pedro II, Paulino ocuparia o cargo por quatro anos consecutivos, tempo excepcional para os padrões da época, o que lhe permitiu desenvolver políticas de médio prazo e acumular experiência administrativa que mais tarde seria decisiva para a elaboração da Lei de Interpretação (PINTO, 2015). Durante sua gestão, Paulino enfrentou de forma direta as ambiguidades e insuficiências do Ato Adicional. Em seus relatórios de presidente de província, documentou com precisão os obstáculos que as disposições da reforma criavam para a administração eficaz da Província. No campo da instrução pública, área que considerava estratégica para a difusão dos valores de "civilização" que norteavam o projeto conservador, apontava a falta de regulamentos claros que indicassem as exigências para a criação de escolas. Para ele, o magistério precisava de legislação própria, que criasse a profissão com a consideração e importância que lhe era devida, desse uniformidade à instrução elementar e estabelecesse critérios transparentes para a admissão e demissão de professores.

Esse diagnóstico não era novo. Em 1835, o presidente Rodrigues Torres alertara que a ausência de “huma authoridade especialmente encarregada de dirigir o ensino, e fiscalisar os Professores”

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

frustrava “em grande parte os bens que da sollicitude da Assembléa Geral se poderão esperar para a educação scientifica e moral dos habitantes” da Província (RIO DE JANEIRO, Província, 1835, p. 3). Paulino herdou esse diagnóstico e o converteu em projeto sistemático.

A educação pública era, no projeto saquarema, muito mais do que uma política setorial. O grupo saquarema, denominação derivada da região de Saquarema, no interior fluminense, onde se concentrava a base latifundiária de seus principais líderes, entre eles o próprio Paulino, além de Rodrigues Torres e Eusébio de Queirós, constituía o núcleo intelectual e político do movimento conservador que articulou o Regresso a partir de 1837 e a construção do Estado imperial centralizado nas décadas seguintes (MATTOS, 2011). Era instrumento de construção de consenso e de difusão dos valores da ordem. Os conservadores fluminenses enxergavam a instrução como meio de disseminar os ideais de "civilização" tanto para os integrantes da "boa sociedade" quanto para os indivíduos pertencentes ao que denominavam o mundo da desordem, expressão que designava, na prática, os escravizados, os libertos e os trabalhadores livres pobres considerados potencialmente subversivos (MATTOS, 2011). Sob essa perspectiva, a escola não era um espaço de emancipação, mas de disciplinamento e hierarquização social. A reestruturação do Seminário de Jacuacanga, concluída em 1839 sob a denominação de Liceu Provincial de Jacuacanga, convertendo-o na primeira Escola Normal do Império, expressou concretamente essa visão.

No campo das obras públicas, as tensões entre os objetivos programáticos da presidência e as limitações impostas pelo arranjo do Ato Adicional eram igualmente visíveis. A Diretoria de Obras Públicas, criada para suprir a necessidade de construção de estradas, pontes e canais, respondia a uma exigência econômica concreta: a expansão da cafeicultura pelo Vale do Paraíba fluminense demandava ligações eficientes com o litoral para o escoamento da produção. A incapacidade de garantir manutenção contínua das vias existentes, agravada pela dependência de mão de obra escrava cedida por fazendeiros locais, que precisava ser devolvida quando os reparos ultrapassavam os limites das fazendas, tornava as obras irregulares e sujeitas a interrupções. A questão da mão de obra para obras públicas revelava ainda outra dimensão das contradições do período. Paulino defendia explicitamente a imigração europeia como solução para a insuficiência do trabalho escravo em empreendimentos de infraestrutura de grande porte. Em seu relatório de 1840, observava que o trabalho dos colonos alemães empregados nas obras da Estrada da Serra da Estrela era "muito mais produtivo e perfeito do que o dos operários escravos", e recomendava que o governo fosse autorizado a contratar maior número de trabalhadores imigrantes. Essa posição, aparentemente progressista, servia em última análise ao interesse de ampliar a "população livre da província", cuja proporção era preocupantemente baixa diante do contingente de escravizados.

O relacionamento entre a presidência e a Assembleia Legislativa Provincial era outro campo de tensão permanente. Embora os saquaremas controlassem a presidência, a Assembleia era um espaço de contendas entre diferentes grupos políticos locais, cujas demandas frequentemente entravam em conflito com as prioridades do executivo provincial. As sessões eram dominadas por três temas, o contingente da força policial, o orçamento municipal e o orçamento provincial,

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

todos ligados a interesses de proprietários de terras e escravos que participavam de complexas redes de relações clientelistas capazes de redirecionar as prioridades da administração. A questão das fronteiras municipais ilustra bem esse problema. Paulino identificava em seus relatórios que as divisas entre municípios eram redefinidas conforme a conveniência política do grupo que controlava o governo provincial, o que produzia instabilidade administrativa e conflitos de jurisdição de difícil resolução. A ausência de critérios objetivos para a criação, supressão e delimitação territorial das municipalidades era, para ele, uma das deficiências mais graves do Ato Adicional, que transferira às Assembleias Provinciais competências sobre matéria tão sensível sem estabelecer parâmetros uniformes que garantissem consistência e previsibilidade.

Tensões sociais e urbanas

O Rio de Janeiro do período regencial era uma cidade profundamente marcada por contradições. Capital de um Império escravista em processo de modernização institucional, concentrava uma população heterogênea, tais quais escravizados, libertos, imigrantes europeus, comerciantes portugueses, funcionários do Estado, militares, clérigos e uma elite letrada formada em Coimbra e, progressivamente, em São Paulo e Olinda. Essa diversidade social produzia tensões permanentes que o Ato Adicional e suas reformas não podiam simplesmente resolver por decreto. A população escravizada constituía elemento central nessa equação.

Em 1835, calcula-se que aproximadamente 40% da população da cidade do Rio de Janeiro era composta por escravizados, percentual que subia significativamente nas áreas rurais da Província Fluminense (KARASCH, 2000). A administração do trabalho forçado, a repressão às fugas e rebeliões e a regulamentação do comércio de cativos eram questões que perpassavam todas as decisões de política pública, embora raramente fossem enunciadas de forma direta nos debates parlamentares. O Ato Adicional, ao ampliar as competências das Assembleias Provinciais sobre a organização policial, transferia para as elites regionais parte do controle sobre esse aspecto fundamental da ordem social.

A organização da polícia era, nesse contexto, muito mais do que uma questão de segurança pública no sentido contemporâneo. Policiamento significava controle social sobre populações escravizadas, sobre libertos suspeitos de cumplicidade com fugas e quilombos, sobre trabalhadores livres pobres acusados de vadiagem e sobre imigrantes cuja lealdade ao Império era incerta. As competências policiais conferidas às Assembleias Provinciais pelo Ato Adicional e depois parcialmente revertidas pela Lei de Interpretação de 1840 e pela Reforma do Código de Processo Criminal de 1841 refletiam esse entendimento amplo do policiamento como instrumento de dominação social (MATTOS, 2011). As revoltas que sacudiram o Império durante o período regencial tinham causas diversas, mas todas desafiavam a ordem estabelecida de maneiras que as elites políticas consideravam perturbadoras e ameaçadoras. A Cabanagem no Pará (1835–1840) envolveu índios, mestiços e brancos pobres e chegou a controlar a capital provincial por um período. A Balaiada no Maranhão (1838–1841) reuniu escravizados fugitivos,

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

índios e camponeses livres pobres. A Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835–1845) tinha caráter mais claramente político e foi liderada por estancieiros que rejeitavam a tributação imperial sobre o charque gaúcho, mas seu prolongamento evidenciava a fragilidade do poder central.

No Rio de Janeiro, as tensões assumiram formas menos espetaculares, mas igualmente significativas. A resistência cotidiana dos escravizados, fugas individuais e coletivas, formação de quilombos no recôncavo da Guanabara, atos de insubordinação que os documentos oficiais registravam como "desordens", constituíam desafio permanente à ordem escravista. O levante dos malês em Salvador, em janeiro de 1835, produziu pânico entre as elites fluminenses, que temiam a organização política dos escravizados muçulmanos presentes em número significativo na cidade do Rio de Janeiro (KARASCH, 2000). A imprensa carioca do período regencial era extraordinariamente vibrante e politicamente comprometida. Como demonstrou Marco Morel (2005) em estudo sobre as transformações dos espaços públicos, a imprensa do período não era simples veículo de informação, mas um ator político central na formação de identidades partidárias, na mobilização de clientelas e na construção da chamada opinião pública. Jornais como a *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, o *Sete d'Abril* e o *O Saquarema* travavam batalhas retóricas sobre a reforma constitucional, a política fiscal e a ordem pública, cada um representando posições distintas no espectro político: a Aurora Fluminense era o órgão dos liberais moderados liderados por Evaristo da Veiga; o Sete d'Abril, ligado ao campo reformista; e O Saquarema, porta-voz do grupo conservador fluminense. Essa imprensa não era apenas reflexo da vida política; era um de seus principais motores, moldando opiniões, forjando reputações e criando os vocabulários políticos com que os contemporâneos interpretavam sua própria experiência histórica.

A liberdade de imprensa, ampliada pela Constituição de 1824 e reforçada pelas práticas do período regencial, era ela própria um campo de disputa: as autoridades tentavam regularmente reprimir periódicos que consideravam subversivos, com sucesso variável (MOREL, 2005). A urbanização acelerada do Rio de Janeiro no período criava problemas administrativos que as estruturas institucionais herdadas do período colonial eram inadequadas para enfrentar. O crescimento da população livre pobre, imigrantes portugueses, libertos, migrantes internos, gerava demandas por serviços que a Câmara Municipal e o governo central eram incapazes de atender. Iluminação pública, saneamento, abastecimento de água, policiamento e instrução pública eram carências crônicas. A criação do Município Neutro, longe de resolver esses problemas, adicionou camadas de complexidade burocrática à gestão da capital. A Câmara Municipal do Rio de Janeiro, desprovida de uma Assembleia Provincial que funcionasse como instância legislativa própria, dependia diretamente do Ministério do Império para a maioria de suas iniciativas.

A dimensão da memória política ocupa lugar central na compreensão do período regencial que vai além das disputas institucionais mais visíveis. Como demonstraram Silva e Feldman (2010) em estudo sobre o jornal *O Carapuceiro* e as disputas de memória em torno das revoltas de 1817 e da Confederação do Equador de 1824, os projetos políticos do período ancoravam-se

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

em narrativas sobre o passado que serviam tanto para legitimar quanto para desqualificar as propostas em debate no presente. O padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, redator do influente semanário *O Carapuceiro* entre 1832 e 1842, constitui um caso exemplar dessa articulação entre memória e política[11].

Em suas páginas, Lopes Gama construiu o que Silva e Feldman denominam uma "contra-memória" das revoltas pernambucanas: apresentava a Confederação do Equador de 1824 como uma aventura "quixotesca", produto da imaturidade política de seus líderes, e utilizava essa caracterização para desacreditar os projetos federalistas radicais de seu próprio tempo. Seu federalismo era, nas palavras dos autores, "conservadoramente moderado", defendia maior autonomia para as províncias, mas dentro de limites rígidos que preservassem a integridade do Império e as prerrogativas do jovem D. Pedro II. A trajetória política de Lopes Gama demonstra as contradições que marcaram vários atores do período: entre 1832 e 1834, ele defendia reformas de cunho federalista como antídoto ao restauracionismo; após 1837, quando as revoltas provincianas demonstraram, a seu ver, os perigos de uma descentralização excessiva, converteu-se em apoiador do Regresso Conservador. Essa guinada não era, como observam Silva e Feldman, fruto de incoerência ideológica, mas de uma leitura pragmática das circunstâncias: o mesmo princípio de defesa da monarquia constitucional levava o personagem a posições aparentemente opostas conforme mudava o cenário das ameaças que identificava.

A questão da memória tinha também uma dimensão fiscalizatória importante, que Silva e Feldman identificam na lei de 24 de outubro de 1832, frequentemente negligenciada pela historiografia. Essa lei orçamentária estabelecia que a chamada "Receita Geral", incluindo os direitos aduaneiros e alfandegários, vitais para um país agroexportador, pertencia ao Estado imperial, restando às províncias apenas os impostos não compreendidos na receita geral. A Revolução Farroupilha, que eclodiu em 1835, expressava em parte o descontentamento com essa estrutura tributária que estrangulava a autonomia financeira das províncias, tornando a descentralização normativa do Ato Adicional ineficaz na prática, pois as Assembleias Provinciais legislavam sem dispor de recursos suficientes para executar suas próprias deliberações. Nesse sentido, a defesa da memória provincial era também defesa de interesses materiais concretos. Quando periódicos pernambucanos recuperavam os eventos de 1817 e 1824 para criticar o centralismo do Primeiro Reinado, estavam ao mesmo tempo denunciando a estrutura de poder econômico que concentrava rendas tributárias no Rio de Janeiro em detrimento das demais províncias.

A contra-memória construída por Lopes Gama, que desqualificava os confederados do Equador como "quixotes" imprudentes, servia, entre outros propósitos, ao esforço conservador de neutralizar essa crítica estrutural ao modelo de acumulação que favorecia o centro do Império.

Os limites da descentralização e o Regresso Conservador (1837–1840)

[11] As referências ao conteúdo d'*O Carapuceiro* utilizadas nesta seção são mediadas pela análise de Silva e Feldman (2010), que consultaram diretamente a coleção do jornal publicada em edição fac-similar pela Fundação de Cultura Cidade do Recife (1983).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A instabilidade política do período regencial e a multiplicação de conflitos armados nas províncias criaram as condições para uma revisão do projeto descentralizador. A partir de 1837, com a renúncia de Feijó e a ascensão de Pedro de Araújo Lima[12] ao governo regencial, iniciou-se o que a historiografia convencionou chamar de Regresso Conservador, um movimento de recentralização política e administrativa que buscava restaurar mecanismos de controle do poder central sobre as províncias.

O Regresso não era simplesmente uma reação ao Ato Adicional, mas uma reformulação do próprio projeto liberal moderado por parte de seus principais arquitetos. Bernardo Pereira de Vasconcelos, que havia sido um dos principais defensores da reforma em 1834, liderou a virada conservadora.

Em célebre discurso na Câmara, Vasconcelos afirmava ter sido liberal quando a liberdade era nova no país, mas que os princípios democráticos haviam agora "comprometido" a sociedade, que corria risco pela anarquia. Sua trajetória pessoal é reveladora das contradições do liberalismo brasileiro da época: o mesmo princípio da autonomia provincial que servia como instrumento de emancipação das elites regionais frente ao despotismo central podia transformar-se em ameaça quando as populações subalternas reivindicavam participação política ou quando conflitos armados desafiavam a ordem estabelecida (SILVA; FELDMAN, 2010). A política do Regresso foi estruturada em torno de três medidas centrais: a Lei de Interpretação do Ato Adicional, a Reforma do Código do Processo Criminal e o restabelecimento do Conselho de Estado. Cada uma dessas medidas respondia a uma dimensão específica das fragilidades que os conservadores identificavam no arranjo institucional de 1834. A Lei de Interpretação atacava a ambiguidade das competências provinciais; a Reforma do Código fortalecia o controle central sobre o aparato judiciário e policial; o restabelecimento do Conselho de Estado devolvia ao Imperador um instrumento formal de aconselhamento político que a reforma liberal havia suprimido.

A elaboração da Lei de Interpretação teve origem em uma comissão formada em julho de 1837, integrada por Paulino, Miguel Calmon du Pin[13] e Honório Carneiro Leão[14], três figuras que haviam consolidado suas posições políticas no exercício de cargos na administração provincial. O parecer produzido por essa comissão em julho de 1837 formulou com precisão os fundamentos jurídicos da recentralização. Após documentar casos de assembleias que haviam suprimido juízes de paz e criado “prefeitos” com atribuições policiais, o documento concluía:

[12] Pedro de Araújo Lima (1793–1870), Marquês de Olinda. Pernambucano, bacharel em Direito por Coimbra. Deputado geral e depois senador. Regente único de 1837 a 1840, período em que se consolidou o Regresso Conservador. Presidente do Conselho de Ministros em cinco ocasiões ao longo do Segundo Reinado.

[13] Miguel Calmon du Pin e Almeida (1794–1865), Marquês de Abrantes. Baiano, bacharel em Direito por Coimbra. Deputado geral pela Bahia, senador e ministro em diversas pastas. Membro da comissão que elaborou o parecer da Lei de Interpretação em 1837. Uma das figuras centrais de transição entre o liberalismo moderado e o campo conservador.

[14] Honório Hermeto Carneiro Leão (1801–1856), Marquês do Paraná Mineiro, advogado, deputado geral e depois senador. Membro da comissão que elaborou o parecer da Lei de Interpretação em 1837. Presidente do Conselho de Ministros (1853–1856), período conhecido como Conciliação. Um dos fundadores do Partido Conservador.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

> A necessidade de estabelecer uma regra geral de interpretação sobre varios artigos do acto addicional, acêrca dos quaes occorrem dúvidas, e têm apparecido variada intelligencia, parece haver sido em diversas discussões reconhecida por esta augusta camara. [...] Nada póde haver pois que mais funesto seja do que a incerteza e instabilidade nos principios constitutivos e orgânicos do direito publico nacional. (BRASIL, Annaes do Parlamento Brazileiro, Vol. II, 1837, Sessão de 10 de julho de 1837, p. 68)

O diagnóstico articulava juridicamente o que os conservadores sustentavam politicamente: a descentralização normativa estava dissolvendo a unidade do direito processual e judiciário em dezoito legislaturas provinciais autônomas (BRASIL, Annaes do Parlamento Brazileiro, Vol. II, 1837, Sessão de 10 de julho de 1837, p. 69–71).

Paulino, especificamente, trouxe para o processo legislativo a experiência acumulada em quatro anos à frente da Província do Rio de Janeiro, onde havia catalogado sistematicamente as insuficiências e contradições do Ato Adicional. Suas críticas concentravam-se no artigo 10, que conferia às Assembleias Provinciais poderes sobre os empregos municipais e provinciais de tal forma que, na sua leitura, permitia aos deputados provinciais interferir na aplicação das leis gerais em seus territórios (PINTO, 2015). Coser (2008) demonstra que essa crítica não era apenas pragmática: ela expressava uma concepção de federalismo, que Paulino distinguia sistematicamente do municipalismo e da simples descentralização administrativa, segundo a qual a unidade do direito processual era condição de existência do próprio Estado nacional. O próprio Vasconcelos, coautor do Ato Adicional, ofereceu em 1837 um diagnóstico que confirma a persistência das práticas de governo analisadas pela historiografia. Na sessão de 20 de julho, denunciou que o governo imperial “quer dominar absolutamente as províncias”, usando os presidentes nomeados para dirigir eleições e compor Assembleias favoráveis ao centro. Ao mesmo tempo, revelou que o artigo que protegia presidentes de pronunciamentos judiciais fora redigido para “evitar uma cabala que podia conseguir do poder judiciário o pronunciar um presidente innocente”, e não para proteger presidentes culpados.

A distância entre a intenção declarada dos reformadores e os efeitos práticos da reforma é o intervalo em que operava o governo jurisdicional que o artigo procura analisar (BRASIL, Annaes do Parlamento Brazileiro, Vol. II, 1837, Sessão de 20 de julho de 1837). O debate de agosto de 1837 sobre a “intelligencia” do Ato Adicional documenta ainda o impasse cotidiano que tornava a Lei de Interpretação uma necessidade administrativa. Enquanto um deputado argumentava que o executivo precisava interpretar o Ato para evitar “absurdos” na sua execução, outro respondia que tal prerrogativa pertencia exclusivamente ao corpo legislativo. A ambiguidade do texto de 1834 havia criado uma situação em que cada ato de governo podia ser impugnado com fundamento no próprio Ato Adicional (BRASIL, Annaes do Parlamento Brazileiro, Vol. II, 1837, Sessão de 11 de agosto de 1837).

Para Paulino, a centralização política era condição necessária para a "civilização" e para o progresso. Em seu *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, recorreu ao argumento do jurista

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

francês Bechard, para fundar sua tese, onde mesmo quem defendia a descentralização reconhecia que as nações, ao se civilizarem e se libertarem das guerras e da falsa liberdade, caminham naturalmente para a centralização, ao passo que o retorno à barbárie corresponde sempre à fragmentação e dissolução do poder (SOUSA, 1862, p. 166). Esse enquadramento ideológico, que associava descentralização com barbárie e centralização com civilização, fornecia a linguagem com que os conservadores apresentavam o Regresso não como retrocesso, mas como amadurecimento político.

A interpretação historiográfica da Lei de Interpretação permanece controversa. Miriam Dolhnikoff (2005) argumenta que a lei não suprimiu o pacto descentralizador estabelecido em 1834, mas simplesmente esclareceu ambiguidades que haviam gerado conflitos de competência. Nessa leitura, o Regresso não teria sido uma reversão da reforma, mas um ajuste que preservou o essencial da autonomia provincial enquanto reequilibrava as relações entre centro e periferia. Outra vertente, representada sobretudo por Ilmar Mattos (2011), entende que a lei expressou a reação conservadora que pôs nas mãos do poder central a chave de toda a vida política e partidária do país, possibilitando a construção simultânea da classe senhorial e a consolidação do Estado Imperial centralizado. A crítica parlamentar à Lei de Interpretação atingiu sua expressão mais eloquente na sessão conjunta de 25 de abril de 1840, quando o deputado Ribeiro de Andrada[15] declarou que seu coração se cobria "de luto" ao contemplar "verdadeira reforma ataviada com a vestimenta diaphana de interpretação", leis que, na sua avaliação, eram "anti-constitucionaes e só dignas de um Dracon". O que Dolhnikoff interpreta como ajuste técnico de competências e Mattos como instrumento de dominação senhorial, os contemporâneos identificaram como reforma constitucional realizada sob a roupagem de ato interpretativo, exatamente a "arquitetura híbrida" que o presente artigo propõe analisar (BRASIL, Annaes do Parlamento Brazileiro, Tomo I, 1840, p. 115–116). A necessidade de interpretação não era apenas agenda conservadora: havia pressão das próprias províncias. Na sessão extraordinária de 13 de abril de 1840, representação de assembleia provincial chegou à Câmara solicitando "que se não space por mais tempo a interpretação do acto adicional", pedido que documenta como a ambiguidade normativa de 1834 havia se tornado um problema administrativo sentido nas duas pontas do sistema (BRASIL, Annaes do Parlamento Brazileiro, Tomo I, 1840, p. 24).

Os efeitos práticos da lei tornaram-se visíveis imediatamente após sua aprovação: na sessão de 10 de julho de 1840, a Comissão de Constituição da Câmara declarou "offensiva da constituição" a lei provincial n° 21 da Paraíba, aprovada em 1837, que estabelecera nova forma de eleição para câmaras municipais e juízes de paz, uma lei provincial editada três anos antes, dentro dos poderes que o Ato Adicional conferira às assembleias, tornava-se retroativamente inconstitucional (BRASIL, Annaes do Parlamento Brazileiro, Tomo II, 1840, p. 156). A trajetória de Paulino entre a presidência da Província e o parlamento nacional fecha esse ciclo: na sessão de 6 de julho de 1840, um mês após a promulgação da Lei de Interpretação que ele

[15] Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1775–1844) Naturalista e político nascido em Santos (SP), irmão de José Bonifácio. Bacharel em Filosofia e Matemática pela Universidade de Coimbra. Primeiro ministro da Fazenda do Brasil independente (1822). Deputado geral por Minas Gerais (1830–1833) e por São Paulo (1836–1842). Presidente da Câmara dos Deputados em 1831. Novamente ministro da Fazenda em 1840.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

ajudara a elaborar desde 1837, a Comissão de Constituição e Poderes aprovou seu diploma como deputado reeleito pela Província do Rio de Janeiro, e ele "prestou juramento e tomou assento". A continuidade entre a experiência administrativa provincial, a elaboração técnica da lei e a atuação parlamentar é um exemplo preciso do que Mattos (2011) chama de construção simultânea do Estado imperial e da classe senhorial (BRASIL, Annaes do Parlamento Brazileiro, Tomo II, 1840, p. 78). Independentemente de como se avalie seu alcance, a Lei de Interpretação demonstra que a descentralização regencial foi um processo negociado, condicionado e sujeito a revisões.

A Reforma do Código de Processo Criminal, aprovada em 1841, completou o projeto regressista no campo da organização judiciária e policial, esvaziando as atribuições do juiz de paz, cargo eletivo utilizado pelas elites locais como instrumento de influência política, e concentrando funções judiciais e policiais em chefes de polícia nomeados pelo Imperador. A lógica política desse Estado centralizado, em que cargos, lealdades e decisões circulavam por redes pessoais estreitamente articuladas, é documentada de dentro por Nabuco (1997) na biografia de seu pai, Nabuco de Araújo, figura que, embora pertença ao Segundo Reinado, encarna precisamente o tipo de estadista que o Regresso Conservador tornou possível e necessário.

Uma importante contribuição da historiografia recente sobre o período regencial é o questionamento da ideia de que o constitucionalismo imperial teria produzido uma ruptura clara com as formas coloniais de exercício do poder. Autoras como Slemian (2006) e Gouvêa (2008b) têm argumentado que a passagem do Antigo Regime para o constitucionalismo foi muito mais gradual e contraditória do que as narrativas tradicionais sugeriam, e que práticas de governo de origem colonial persistiram sob novas roupagens institucionais.

Dessa forma, o conceito de *governo jurisdicional* tem sido utilizado pela historiografia para descrever um modelo de exercício do poder no qual a fronteira entre administrar, legislar e julgar permanecia fluida (Hespanha, 1994; Wehling; Wehling, 2004). No Antigo Regime ibérico, diferentes autoridades, eclesiásticas, militares, civis, detinham competências sobrepostas, fundadas na ideia de que governar era essencialmente distribuir justiça e manter a ordem segundo uma hierarquia natural. Esse modelo não desapareceu com a Constituição de 1824 ou com o Ato Adicional de 1834; foi reinterpretado e incorporado ao novo arranjo institucional de maneiras que a análise puramente normativa tende a ignorar. A centralidade das petições como instrumento de interação entre governados e autoridades é um indicador revelador dessa persistência. Durante o período regencial, a administração provincial recebia um fluxo contínuo de requerimentos, de cidadãos, câmaras municipais, padres, militares, comerciantes e proprietários, solicitando decisões sobre questões que iam de obras públicas a conflitos de terras. O presidente da província despachava sobre esses pedidos, frequentemente sem seguir procedimentos formalizados, baseando-se em sua apreciação das circunstâncias concretas e na força dos argumentos apresentados. Essa prática de governo por despacho era, na prática, indistinguível de uma função judicial, ainda que formalmente se tratasse de ato

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

administrativo. A interpenetração entre administração e jurisdição manifestava-se também em matérias como desapropriações, responsabilidade de magistrados e organização policial.

Quando uma Assembleia Provincial deliberava sobre a suspensão de um juiz de paz acusado de irregularidades ou sobre os critérios para a desapropriação de propriedades por utilidade pública, estava exercendo funções que, no quadro de um Estado moderno diferenciado, pertenceriam ao poder judiciário ou a órgãos administrativos especializados. A inexistência dessas instâncias especializadas tornava inevitável que o espaço legislativo assumisse também funções de resolução de controvérsias. As elites provinciais que compunham as Assembleias Legislativas eram, em sua maioria, formadas em Direito, em Coimbra nas gerações mais antigas, em São Paulo e Olinda as mais jovens. Essa formação jurídica compartilhada produzia uma cultura política na qual o poder era concebido como exercício de tutela e equilíbrio social, segundo uma lógica que misturava preceitos do direito romano, da tradição jurídica portuguesa e, progressivamente, das correntes liberais europeias. A lei era valorizada não apenas como instrumento de organização social, mas como expressão de uma razão pública que a autoridade tinha o dever de encarnar e aplicar com prudência. O presidente da província não era simplesmente um gestor executivo; era também um árbitro de conflitos, um intérprete da legislação e um mediador entre interesses divergentes. Sua autoridade dependia não apenas das prerrogativas formais de seu cargo, mas também de sua capacidade de construir alianças, negociar com as facções da Assembleia e gerenciar as expectativas de diferentes grupos sociais. Essa dimensão relacional e prudencial do governo provincial é o que a historiografia política mais recente tem buscado capturar com o conceito de governo jurisdicional, e é precisamente o que torna a experiência do período regencial tão reveladora das tensões entre a modernização jurídica formal e a continuidade das práticas de poder herdadas da colonização.

Considerações finais

O estudo do Ato Adicional de 1834 e de seus impactos políticos no Brasil regencial permite formular conclusões de alcance mais amplo sobre a natureza do constitucionalismo imperial brasileiro e sobre as dificuldades de construção do Estado nacional em sociedades de herança colonial. Nessa perspectiva, a análise desenvolvida ao longo deste artigo permite retornar à hipótese da "arquitetura híbrida" com evidência suficiente para afirmá-la em seus termos mais precisos. O Ato Adicional não foi um projeto descentralizador mal executado nem uma manobra conservadora disfarçada de reforma: foi um pacto cujas ambiguidades foram deliberadamente construídas para tornar possível sua aprovação. Ainda, os debates parlamentares presentes nos Anais de 1834 documentam isso com clareza, isto é, o próprio Vasconcelos, redator do projeto, admitia que as competências provinciais foram deixadas abertas porque enumerá-las esgotadoramente inviabilizaria o consenso; o Senado acelerou a votação justamente para impedir que dispositivos mais radicais fossem aprovados.

O resultado foi uma lei que distribuía competências legislativas às províncias enquanto preservava o controle executivo do centro, descentralização normativa sem descentralização

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

governativa, como a gestão de Paulino na Província do Rio de Janeiro demonstrou concretamente. O segundo achado do artigo é que essa arquitetura não era sustentável. A multiplicação de assembleias com interpretações divergentes do artigo 10, documentada pelo parecer da comissão de 1837, não foi uma consequência imprevista: foi o funcionamento esperado de um dispositivo ambíguo num sistema político sem tribunal constitucional. O Regresso Conservador não reverteu o Ato Adicional; resolveu o problema que ele havia criado ao deixar em aberto aquilo que só podia ser fechado politicamente.

Em terceiro lugar, a escravidão perpassava todas as dimensões da reforma, inclusive aquelas em que não era mencionada. Quando as assembleias provinciais receberam competências sobre organização policial, receberam também o controle sobre o instrumento primário de gestão da população escravizada. Quando o Regresso recentralizou essas competências, consolidou o controle nacional sobre a repressão, movimento que se completou com a Reforma do Código de Processo Criminal de 1841 e que expressa, nos termos de Mattos (2011), a construção simultânea do Estado e da classe senhorial, processo que Martins (2007) ilumina pela perspectiva das trajetórias individuais dos conselheiros e de suas redes de relações, mostrando como a reconstituição do Conselho de Estado em 1841 consolidou institucionalmente o projeto regressista.

A descentralização de 1834 e a recentralização de 1840 foram, nesse sentido, dois momentos de um mesmo processo de estruturação da dominação escravista em escala imperial. Em quarto lugar, a dimensão da memória política não é um apêndice cultural do processo institucional: é um de seus instrumentos. Como demonstraram Silva e Feldman (2010), a imprensa do período regencial não apenas comentava as disputas políticas, construía os vocabulários com que essas disputas eram travadas e os repositórios de exemplos históricos com que eram legitimadas. A trajetória de Lopes Gama, que transitou do federalismo ao centralismo sem perceber contradição, não é uma anomalia biográfica: é a expressão do modo como a memória das revoltas de 1817 e 1824 funcionava como argumento político reversível, mobilizável tanto para defender a autonomia provincial quanto para justificar sua supressão.

Por fim, o estudo do Ato Adicional confirma que a construção do Estado nacional no Brasil oitocentista não seguiu a trajetória linear de uma modernização progressiva. Foi um processo de superposição: novas instituições foram instaladas sobre práticas de poder que permaneciam intactas, novos vocabulários constitucionais foram adotados para descrever formas de governo que continuavam a funcionar segundo a lógica jurisdicional herdada do Antigo Regime ibérico. O legado dessa superposição é uma modernidade que preserva hierarquias, um constitucionalismo que convive com o arbítrio, uma descentralização que não chegou a ser autonomia.

Referências

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Brasil. (1834). *Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834: Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Coleção das Leis do Império do Brasil*.

Brasil. (1840). *Lei n. 105, de 12 de maio de 1840: Interpreta alguns artigos da Reforma Constitucional. Coleção das Leis do Império do Brasil*.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. (1879a). *Annaes do Parlamento Brazileiro: Câmara dos Srs. Deputados. Segundo anno da segunda legislatura, sessão de 1831* (Tomo I). Typographia H. J. Pinto. https://bd.camara.leg.br

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. (1879b). *Annaes do Parlamento Brazileiro: Câmara dos Srs. Deputados. Segundo anno da segunda legislatura, sessão de 1831* (Tomo II). Typographia H. J. Pinto. https://bd.camara.leg.br

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. (1879c). *Annaes do Parlamento Brazileiro: Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro anno da terceira legislatura, sessão de 1834* (Tomo I). Typographia de H. J. Pinto. https://bd.camara.leg.br

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. (1879d). *Annaes do Parlamento Brazileiro: Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro anno da terceira legislatura, sessão de 1834* (Tomo II). Typographia de H. J. Pinto. https://bd.camara.leg.br

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. (1884a). *Annaes do Parlamento Brazileiro: Câmara dos Srs. Deputados. Terceiro anno da quinta legislatura, sessão de 1840* (Tomo I). Typographia H. J. Pinto. https://bd.camara.leg.br

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. (1884b). *Annaes do Parlamento Brazileiro: Câmara dos Srs. Deputados. Terceiro anno da quinta legislatura, sessão de 1840* (Tomo II). Typographia H. J. Pinto. https://bd.camara.leg.br

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. (1887a). *Annaes do Parlamento Brazileiro: Câmara dos Srs. Deputados. Quarto anno da terceira legislatura, sessão de 1837* (Vol. I). Typographia de Viúva Pinto & Filho. https://bd.camara.leg.br

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. (1887b). *Annaes do Parlamento Brazileiro: Câmara dos Srs. Deputados. Quarto anno da terceira legislatura, sessão de 1837* (Vol. II). Typographia de Viúva Pinto & Filho. https://bd.camara.leg.br

Carvalho, J. M. de. (2003). *A construção da ordem: Teatro de sombras*. Civilização Brasileira.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Coser, I. J. A. (2008). *Visconde do Uruguai: Centralização e federalismo no Brasil (1823–1866)*. Editora UFMG; IUPERJ.

Dolhnikoff, M. (2005). *O pacto imperial: Origens do federalismo no Brasil do século XIX*. Globo.

Fernandes, R. S. (2021). *Um governo por conselhos: As províncias e o Império do Brasil (Minas Gerais, 1822–1834)*. Appris.

Gouvêa, M. de F. S. (2008a). O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822–1889. Civilização Brasileira.

Gouvêa, M. de F. S. (2008b). Política provincial na formação da monarquia constitucional brasileira: Rio de Janeiro, 1820–1850. *Almanack Braziliense, 7*, 119–137.

Graham, R. (1997). *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Editora UFRJ.

Hespanha, A. M. (1994). *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político — Portugal, século XVII*. Almedina.

Karasch, M. (2000). *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808–1850)*. Companhia das Letras.

Martins, M. F. V. (2007). *A velha arte de governar: Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842–1889)*. Arquivo Nacional.

Mattos, I. R. de. (2011). *O tempo saquarema*. Hucitec.

Morel, M. (2005). *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820–1840)*. Hucitec.

Nabuco, J. (1997). *Um estadista do Império*. Topbooks.

Needell, J. D. (2006). *The party of order: The conservatives, the state, and slavery in the Brazilian monarchy, 1831–1871*. Stanford University Press.

Pinto, C. P. F. (2015). Contra o mundo da desordem, a favor do mundo do governo: A aprovação da Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834. In *Anais eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História*. ANPUH.
http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares

Rio de Janeiro (Província). (1835). *Falla com que o Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Conselheiro Joaquim José Rodrigues Torres, abriu a 1.ª sessão da 1.ª legislatura*

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

da Assembléa Legislativa da mesma Província no dia 1.º de fevereiro de 1835. Typographia de Amaral & Irmão. https://digitalcollections.crl.edu

Silva, L. G. S., & Feldman, A. (2010). Revisitando o passado em tempos de crise: Federalismo e memória no período regencial (1831–1840). *Topoi, 11*(21), 143–163.

Slemian, A. (2006). *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822–1834)* [Tese de doutorado em História Social, Universidade de São Paulo].

Slemian, A. (2024). O governo das províncias foi matéria constitucional na Assembleia de 1823? *Almanack, 37*, 1–21.

Sousa, P. J. S. de. (1862). *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. Typographia Nacional.

Wehling, A., & Wehling, M. J. (2004). *Direito e justiça no Brasil colonial: O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751–1808)*. Renovar.

Carlito Lopes de Oliveira Junior

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), bolsista CAPES, mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE). Possui experiência na gestão pública da cultura e do patrimônio histórico e em pesquisas sobre a história econômica do Rio de Janeiro no século XIX. Atualmente é Diretor de Preservação do Patrimônio Histórico (SECULTE), atuando na formulação,

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

implementação e monitoramento de políticas de preservação, proteção de bens culturais e promoção da memória social. É Assistente de Pesquisa de Pós-Graduação no Harriet Tubman Institute, da York University, no Canadá, desenvolvendo pesquisas relacionadas à história da escravidão, diáspora africana e história atlântica. Foi palestrante no TEDxRio Countdown 2024 e é criador do @historiademage, iniciativa dedicada à difusão qualificada da história local e à ampliação do acesso ao conhecimento histórico.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

ENTRE A EMULAÇÃO DA CORTE E A PERSISTÊNCIA DE UMA CULTURA ABERTIÇA: AS COMEMORAÇÕES DO 2 DE DEZEMBRO E 7 DE SETEMBRO NA PROVÍNCIA DE GOIÁS[1] (1840 – 1889)

ENTRE LA EMULACIÓN DE LA CORTE Y LA PERSISTENCIA DE UNA CULTURA ABIERTA: LAS CELEBRACIONES DEL 2 DE DICIEMBRE Y EL 7 DE SEPTIEMBRE EN LA PROVINCIA DE GOIÁS (1840 – 1889)

BETWEEN THE EMULATION OF THE COURT AND THE PERSISTENCE OF AN OPEN CULTURE: THE CELEBRATIONS OF DECEMBER 2 AND SEPTEMBER 7 IN THE PROVINCE OF GOIÁS (1840–1889)

Eliézer Cardoso de Oliveira
Universidade Estadual de Goiás, Brasil.
ezi2006@gmail.com

Cristiano Alencar Arrais
Universidade Federal de Goiás,
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico, Brasil.
cristiano_arrais@ufg.br

RESUMO

O tema desse artigo é a comemoração, em Goiás no século XIX, do aniversário natalício de Pedro II no dia 2 de dezembro e do dia da Independência, em 7 de setembro. Essas efemérides de cunho oficial eram celebradas por uma pequena elite letrada, já que a massa popular se interessava principalmente pelos rituais religiosos, como a escolha do Imperador do Divino Espírito Santo e do rei e rainha de Nossa Senhora do Rosário. Dialogando com a historiografia sobre a formação dos Estados nacionais, o artigo argumenta que o aniversário do rei era mais importante simbolicamente do que o Dia da Independência, embora tais comemorações tivessem pouca participação popular. Os rituais monárquicos nas festas religiosas populares reforçavam a imagem do Imperador junto à população goiana e o ritualismo provincial se empenhava em criar e manter os artefatos e instituições que denotavam urbanidade e os vínculos da Região com a Nação. Porém, para a população goiana, as efemérides oficiais constituíam cerimônias alienígenas, presenciadas por uma população que não era bestializada ou bilontre, mas que pouco valor dava aos ritos da corte. Uma cultura abertiça, em que o povo era capaz de

1 A pesquisa que resultou neste artigo foi financiada pela Chamada FAPEG 03/2022 e pela Chamada CNPq 14/2023.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

absorver novos ritos e personagens no interior de sua cosmovisão, sem indicar aderência aos valores que eram representados nas teatralizações realizadas pela adminstração provincial.

Palavras-chaves: Efemérides; Monarquia; Goiás; Cultura Popular; Cultura Letrada.

ABSTRACT

This article analyses the celebration, in 19th-century Goiás, of Pedro II's birthday on December 2nd and Independence Day on September 7th. These official anniversaries were celebrated by a small, educated elite, as the masses were primarily interested in religious rituals, such as the election of the "Imperador do Divino Espírito Santo" and the king and queen of Nossa Senhora do Rosário. Drawing on the historiography of the formation of nation-states, the article argues that the king's birthday was more symbolically important than Independence Day, although these celebrations had little popular participation. Monarchical rituals in popular religious festivals reinforced the Emperor's image among the Goiás population, and provincial rituals focused on creating and maintaining artifacts and institutions that denoted urbanity and the region's ties to the nation. However, for the people of Goiás, the official events were alien ceremonies, witnessed by a population that was neither bestialized nor "bilontre", but which placed little value on courtly rites. An open culture, the people were capable of absorbing new rites and characters into their worldview, without showing adherence to the values represented in the dramatizations staged by the provincial administration.

Key-Words: Ephemeris; Monarchy; Goiás; Popular Culture; Literate Culture

RESUMEN

El tema de este artículo es la celebración, en Goiás durante el siglo XIX, del cumpleaños de Pedro II el 2 de diciembre y del Día de la Independencia el 7 de septiembre. Estos eventos oficiales eran celebrados por una pequeña élite culta, ya que las masas populares estaban principalmente interesadas en rituales religiosos, como la elección del Emperador del Divino Espíritu Santo y los reyes de Nuestra Señora del Rosario. A partir de la historiografía sobre la formación de los estados-nación, el artículo argumenta que el cumpleaños del rey tenía simbólicamente más importancia que el Día de la Independencia, aunque estas celebraciones contaban con escasa participación popular. Los rituales monárquicos en las fiestas religiosas populares reforzaban la imagen del Emperador entre la población de Goiás, y el ritualismo provincial se esforzaba por crear y mantener artefactos e instituciones que denotaran urbanidad y los vínculos de la región con la nación. Sin embargo, para el pueblo de Goiás, las conmemoraciones oficiales eran ceremonias ajenas, presenciadas por una población que no era ni "bilontre" ni ignorante, pero que otorgaba poco valor a los ritos de la corte. Era una cultura abierta, en la que la gente podía absorber nuevos ritos y personajes en su cosmovisión, sin mostrar adhesión a los valores representados en las representaciones teatrales llevadas a cabo por la administración provincial.

Palavras-claves: Efeméride; Monarquía; Goiás; Cultura popular; Cultura letrada

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Introdução

A força simbólica das efemérides dos Estados nacionais modernos é uma constante, conforme demonstram os exemplos do 9 de julho na Argentina ou o 16 de setembro, no México. No Brasil, as principais comemorações nacionais são o 7 de setembro, o 21 de abril e o 15 de novembro. Evidentemente que essas datas se impuseram no imaginário nacional a partir de um longo processo de disputas simbólicas e de um esforço deliberado de massificação por parte das instituições do Estado.

Como acontece com quase tudo que é inventado pelos seres humanos, as pessoas tendem a naturalizar o Estado Nação, no sentido de acreditar que eles são "entidades naturais", ou seja, existiram desde sempre e são as formas mais adequadas de organização política humana. Como diz Benedict Anderson (2008: 39), isso seria consequência da "magia do nacionalismo que converte o acaso em destino", o que levou até um homem instruído como o filósofo Regis Debray a afirmar que a "França é eterna" sem considerar as profundas transformações ocorridas na conformação do estado nacional francês com as guerras napoleônicas e a franco-prussiana.

As nações ocidentais modernas não são eternas e nem possuem uma antiguidade milenar. Quando muito, consolidaram-se no final do século XVIII. A maioria surgiu no século XIX, como foi o caso dos Estados latino-americanos que emergiram após as emancipações políticas e tiveram que criar seus hinos, suas bandeiras, suas histórias nacionais e suas efemérides. As elites políticas e intelectuais desses novos países inventaram suas nações, da mesma forma como ocorreu aos principados, reinos e concessões nobiliárquicas europeias. Inventar a nação significa criar uma consciência coletiva, na qual "os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles." (Anderson, 2008: 32). Cada um dos habitantes de uma nação moderna se sente numa comunidade delimitada por fronteiras políticas reconhecíveis, mas que foram constituídas com base em pressões sociais e relações de força historicamente rastreáveis. O "Brasil", nessa perspectiva, seria um conjunto de narrativas compartilhadas que propõem a existência de uma entidade política, territorialmente demarcada, formada por pessoas que nasceram nesse território ou que optaram por viver ali e que se imaginam entrelaçadas por um destino comum.

Certamente, para aqueles nacionalistas mais convictos, como era o caso dos românticos do século XIX, as nações teriam sua própria alma ou espírito. Foi o caso de Dostoievski (Hobsbawm, 2009: 137), ao afirmar que um povo teria que acreditar "que a verdade se encontra nele mesmo" e, portanto, "uma nação que perde essa fé deixa de ser uma nação". Mesmo elaborações mais complexas, como a tese sobre a expansão da fronteira norte-americana, estão fortemente associadas ao nacionalismo do século XIX. Frederick Jackson Turner, em 1893, argumentava que a experiência da fronteira moldou a identidade nacional dos Estados Unidos e suas instituições, o que permite vislumbrar o conceito de fronteira como uma ideologia secular, instrumento forjador da individualidade, da democracia e do expansionismo, características estruturantes do mito nacional norte-americano (Turner, 1893). Para a nação Argentina, também a expansão da fronteira foi fundamental para a narrativa nacionalista. A

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Campanha do Deserto foi tomada como o processo de integração territorial no pós-independência, e também de vitória da Civilização contra a Barbárie, representada pelos distintos grupos indígenas que ocupavam o Sul do território (Alimonda & Ferguson, 2004; Passetti, 2012).

A criação de uma consciência nacional ativa nos cidadãos foi, assim, um processo lento e que envolveu múltiplas instituições, como a imprensa, a educação primária e a criação de efemérides comemorativas (Anderson, 2008:80). Mas, apesar do seu papel decisivo para a formação de uma consciência nacional, a massificação do ensino e a criação de uma literatura e imprensa nacional demoraram a ser implementadas na maioria dos Estados nacionais. Mesmo nos Estados Unidos, um dos mais precoces e de um patriotismo ritualístico mais escancarado, o "ritual diário de homenagem à bandeira", ao som do hino nacional, nas escolas primárias só foi implementado no final da década de 1880 (Hobsbawm, 1988: 155). Desse modo, nos primeiros anos de sua criação, os Estados nacionais ainda sem terem os seus símbolos nacionais consolidados, buscaram criar estratégias para reforçar a coesão nacional.

Sem capacidade de realizar uma propaganda ideológica massiva, o Estado brasileiro incentivava a comemoração das efemérides na medida em que elas constituíam momentos de congraçamento coletivo e, com isso, reforçavam a ideia de comunidade imaginada. No clássico artigo de Manoel Salgado de Oliveira (1988), podemos observar como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desempenhou um papel crucial na formação da identidade nacional, não apenas com a cunhagem de uma "história nacional" com vistas à promoção de um sentimento de continuidade e pertencimento entre os cidadãos, como também associando a nacionalidade aos ideais de civilização e progresso, próprios de uma visão eurocêntrica. Não apenas isso, segundo Manoel Salgado, o IHGB também avançou sobre a construção de símbolos nacionais, procurando reforçar a ideia de uma nação coesa e homogênea, que conciliava a herança colonial com as aspirações de um país moderno e civilizado. Sobre este ponto, o trabalho de Noé Sandes (2000) é preciso ao demonstrar como as efemérides foram utilizadas como instrumentos de construção da identidade nacional. Ele argumenta que essas celebrações ajudaram a consolidar, na memória coletiva, o nacionalismo emergente no Brasil, especialmente após a independência e, por isso, as comemorações de eventos históricos, como a Proclamação da Independência, foram essenciais para fortalecer o sentimento patriótico e a coesão social. Nesse sentido, é preciso observar com atenção as escolhas sobre quais efemérides recaem. Elas indicam as narrativas históricas que as elites desejavam promover, uma vez que essas escolhas influenciaram a maneira como a história do Brasil foi interpretada e ensinada, moldando a percepção pública sobre a nação.

Uma das estratégias para criar uma "comunidade imaginada" crível para os cidadãos foi impor-lhes uma alteração no calendário. O Estado nacional, para que sua narrativa fosse convincente, precisaria de uma nova concepção de tempo. De acordo com Norbert Elias, os sacerdotes foram "os primeiros especialistas da determinação ativa do tempo". Mas depois tiveram que dividir essa função com os funcionários dos reis e, na "luta entre sacerdotes e reis pela supremacia deu

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

a vantagem a estes últimos, o estabelecimento do calendário tornou-se, tal como a cunhagem da moeda, um monopólio do Estado" (Elias, 1998: 45).

Contudo, alterar o calendário sempre foi algo melindroso. O próprio Elias cita o exemplo da resistência encontrada pelo rei francês Carlos IX em impor o dia 1º de janeiro, em substituição ao dia da Páscoa, como início de um novo ano. Por isso, com exceção de momentos de efervescência social, como foi o caso da Revolução Francesa, quando se tentou criar um novo calendário, os Estados nacionais raríssimas vezes intentaram mudar radicalmente a maneira de computar o tempo. Em regra geral, os estados nascentes aceitaram o calendário gregoriano, adicionando a ele algumas efemérides comemorativas. Também a República da China, em 1912, adotou o calendário gregoriano como o calendário oficial, em paralelo com o calendário lunar que havia sido utilizado por séculos, visando, com isso, alinhar o país às práticas internacionais de comércio europeu. Após anos de vigência dos dois calendários, a República Popular da China, em 1949, sob a liderança de Mao Tsé Tung, difundiu o calendário gregoriano em todas as esferas da vida cotidiana, incluindo a educação, a administração pública e as atividades econômicas (Meisner, 1999; Fairbank, 1998).

Face a tais experiências, pensamos ser produtivo cotejar as estratégias elaboradas em países como o Brasil que, desde 1822, tornou-se oficialmente uma nação e, ao mesmo tempo, não contava com a massificação do ensino, com uma literatura nacional vigorosa e com uma ideologia secular que simbolizasse uma visão unificada de país. Nossa hipótese é que, no caso brasileiro, a consciência nacional foi atrelada primeiramente à pessoa do monarca e à tradição religiosa católica e só posteriormente os símbolos puramente nacionais foram ganhando mais consistência.

Considerando essas questões, o objetivo deste artigo é analisar a comemoração de duas dessas efemérides na província de Goiás, durante o Segundo Império: o 2 de Dezembro, aniversário natalício do Imperador Pedro II; e o 7 de Setembro, comemoração da Independência da Nação, comparando-as com os rituais religiosos católicos da província. Essa estratégia comparativa está fundamentada no reconhecimento do papel desempenhado pela religião da estruturação das relações sociais e políticas do Império, sobejamente descrito na historiografia brasileira. Por um lado, longe de ser entendida como uma herança colonial, a moralidade cristã exercia a função de motor de transformação social, auxiliando no processo de cunhagem da identidade social do Império, após a Independência, seja por meio dos preceitos morais, pela promoção e regulação das condutas sociais, ou mesmo pela simbologia associada ao culto imperial. A educação religiosa, por exemplo, foi vista como essencial para moldar cidadãos que respeitassem a ordem social e política, promovendo um ideal de nação. O cristianismo também foi utilizado como uma ferramenta para legitimar o Estado. Os primeiros manuais escolares, por exemplo, promoviam uma visão providencialista da história, onde a moral cristã era apresentada como a base para a civilização e a organização social. (Narita, 2017, Farias Jr & Guimarães, 2020; Schwarcz, 1998). Também na própria estrutura do Estado Imperial, é notável a proporção de clérigos ocupando cadeiras nas legislaturas, especialmente até o Primeiro Império, quando os padres se tornaram figuras centrais nas comunidades, preenchendo os

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

vazios deixados pela autoridade civil. Além disso, em um país com alta taxa de analfabetismo, os clérigos eram frequentemente convocados a participar da administração pública, fazendo dos mesmos os candidatos mais adequados para cargos públicos, especialmente nas áreas rurais e menos urbanizadas. Importa ressaltar que a própria Constituição de 1824 e os decretos associados permitiram um papel ativo dos sacerdotes nas eleições, naturalizando a associação entre práticas religiosas e políticas e conferindo ao clero certas ferramentas capazes de influenciar na condução dos negócios do Estado. O regalismo advindo do regime do Padroado demonstra, na prática, a relação orgânica entre os representantes do poder eclesiástico e a estrutura administrativa do Império. (Oliveira Souza, 2008).

A escolha de Goiás é estratégica, pois permite avaliar o impacto dessas efemérides, num dos lugares mais distantes do controle burocrático do Império. Goiás, portanto, é um caso limite que atesta ou não a força das efemérides na consolidação do Estado nacional no imaginário coletivo. Acreditamos que esse tipo de celebração, não apenas comemora o passado, mas também molda a percepção coletiva acerca da identidade e da cultura. Conforme sabemos (Arrais, 2022), as comemorações exercem um papel crucial na constituição da identidade, proporcionando uma oportunidade para a reflexão sobre a história, promovendo a memória coletiva e reforçando os laços sociais. Mas também podem ser encaradas como oportunidades de transgressão da experiência, quando as narrativas oficiais podem ser desafiadas e narrativas alternativas são apresentadas, criando um espaço propício para a inclusão de vozes historicamente marginalizadas. Podem também agir como facilitadoras de processos de conciliação ao trazer à tona discussões sobre conflitos históricos, promovendo um entendimento mais abrangente e inclusivo da identidade regional. Elas constituem práticas significativas que influenciam a maneira como os indivíduos se percebem e se relacionam com sua história, contribuindo para a formação de uma identidade rica e multifacetada. Nossa análise, portanto, aplica um “teste de força” à tese consagrada sobre a relação de dependência entre a elaboração das efemérides e a formação das identidades coletivas lançada por Benedict Anderson.

As festas do Espírito Santo: viva o imperador do Divino

Sabe-se que a monarquia sempre foi um regime muito popular, predominante entre as nações por milhares de anos, especialmente nos estados que se formaram na esteira da expansão do cristianismo: a adjetivação da divindade cristã, expressa na Bíblia, como “Rei dos reis e Senhor dos senhores” deixa implícito que é esse o regime existente no Céu, o que serviu para reforçar o argumento dos teóricos que defendiam o caráter sagrado do rei na época do absolutismo monárquico europeu. Certamente, a população de Goiás desconhecia o que um Jacques Bossuet ou um Jean Bodin pensavam sobre a monarquia e poucos habitantes possuíam as faculdades intelectuais ou mesmo o interesse em fazer uma análise teológica das Escrituras. Ao mesmo tempo, a relação com o sagrado era construída por meio de práticas religiosas que eram

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

transmitidas entre gerações, como procissões, hasteamento de bandeiras de santos e romarias, mormente vinculados aos calendários rituais das irmandades[2]. Tais práticas constituíam um acervo cultural estruturante para os habitantes da província. Até o início do século XIX, aproximadamente ¼ dos dias do ano eram "santificados", 91 dias – excluindo deste cômputo as atividades preparatórias a festejos e procissões, razão pela qual Moraes (2012: 76), observa que as irmandades foram o "primeiro embrião do enraizamento e da sociedade de homens e mulheres, livres e escravos, que se radicaram nos sertões dos Goyazes".

As mais populares dessas devoções religiosas colocavam a monarquia no centro do ritual, como era o caso da Festividade do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora do Rosário. A primeira era geralmente organizada por brancos e pardos e os seus elementos principais foram bem descritos pelo frade francês Michel Berthet, que esteve em Goiás nos anos de 1883 e 1884:

> O personagem principal da festa é conhecido com o nome de "Imperador do Divino". É ele quem participa das honras prestadas ao Espírito Santo, pois muita gente ignora quem seja o Espírito Santo. O Imperador é tirado por sorte e a sorte, que é cega, escolhe indistintamente ricos e pobres. No dia seguinte, antes da missa, as confrarias, precedidas pela música, vão até a casa do Imperador, colocam o diadema na sua cabeça, o cetro na mão e o conduzem até a igreja, sob o pálio. O Imperador vai então sentar-se no trono para ele preparado, recebe as honras de incensação (Berthet, 1982: 150).

Imperadores, reis e rainhas, com suas coroas, cetros e séquitos faziam parte do cotidiano da população goiana. Essa familiaridade advinda com os rituais religiosos foi fundamental para a popularidade do regime monárquico, pois uma população acostumada a gritar "vivas" para os seus reis, rainhas e imperadores "postiços" saudaria com entusiasmo um monarca verdadeiro: "havia uma mentalidade monarquista, por assim dizer, circulando entre os negros, que parece ter sido recriada de concepções africanas de lideranças, reforçadas numa colônia e depois num país governado por cabeças coroadas", como bem observou João José Reis (1996: 32).

Aliás, a própria escolha do termo "imperador" para designar o monarca brasileiro, além de diferenciar-se do termo "rei" usado em Portugal e ser coerente com as ambições militares de Pedro I, foi escolhido por motivos religiosos.

> O argumento final, porém, faria parte de uma lógica particular: José Bonifácio, o grande artífice da Independência, teria convencido o jovem monarca alegando que o povo já conhecia o termo – há muito

2 *Irmandade religiosa*, refere-se a grupos ou confrarias formadas por indivíduos que se uniam com o propósito de promover a prática da fé, a caridade e a assistência mútua. Essas irmandades eram comuns nas comunidades católicas, frequentemente realizavam atividades litúrgicas, como missas e procissões, e eram responsáveis pela manutenção de cultos a santos específicos.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

> tempo a população elegia a cada ano um imperador do Divino, menino que com sua graça emprestava o nome ao santo (Schwarcz, 2001: 09).

José Bonifácio percebeu que o povo brasileiro, em seu cotidiano, fazia festas em homenagem ao imperador, mas não propriamente à autoridade política, e sim à autoridade religiosa, escolhida anualmente para ser o organizador da festa do Divino Espírito Santo. Sobre essa festividade, no ano de 1874, o jornal da capital da Província afirmou:

> [...] nada faltou para ser considerada como uma das melhores que se tem visto na província. O festeiro (ou Imperador, soa melhor aos ouvidos), o Sr. Major Caetano Nunes da Silva envidou os maiores esforços para sair-se bem e excedeu, neste ponto, a toda e qualquer expectativa, quer no brilhantismo da festa, quer na grande concorrência que atraiu para todos os atos, mesmo aos do jantar popular durante o dia e o baile à noite, oferecidos em sua casa. Só não tomou parte na festa que não quis; o que lhe deu um caráter popular muito interessante. Nem os pobres, nem os presos da cidade ficaram excluídos da partilha (Correio Oficial, 30 Maio 1874, p. 5).

Organizada a partir de contribuições voluntárias, a festa do Divino, além de ser muito inclusiva, era bem diversificada, com os eventos religiosos alternando-se com os profanos.

Algo que não podia faltar nas festividades populares era a abundância de comida. Cunha Mattos esteve, em junho de 1824, na celebração do Divino Espírito Santo no arraial de Arraias e ficou impressionado com a fartura: "Encontrei novilhos e porcos inteiros a assar em grossos espetos de pau sobre brasidos enormes; as galinhas e leitões não tinham conto; enfim eram as Bodas de Camacho!". Em Arraias, escolhia-se uma criança como Imperador, mas, no que tange à sua pouca idade, era tratado com muita deferência ritualística.

> O Menino Imperador mui alvo, louro, galante, e vestido com muito asseio, marchava dentro do quadrado feito de quatro varas, levando a coroa na cabeça, e cetro na mão direita. O que servia de alferes-mor conduzia a Bandeira; o condestável a Espada do Estado, e o camareiro-mor levava a Cauda da Capa ou Manto Imperial, que era uma coberta de damasco (Cunha Mattos, 2004: 174).

À Festa do Divino Espírito Santo era seguida imediatamente de uma festa em devoção a Nossa Senhora do Rosário, organizada por escravos, negros libertos ou pardos que escolhiam um casal de rei e rainha. Em Arraias, Cunha Mattos observou que

> Convidado pelos dois reis e rainhas do Rosário [...] a fim ver a festa do Reinado. [...] A missa cantada começou depois do meio-dia: os Reis e Rainhas, vestidos por modo impróprio de tais personagens, mas

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

> ataviados de coroas e cetros, eram homens e mulheres pardas (Cunha Mattos, 2004: 175).

Por meio desses eventos religiosos, a população goiana familiarizava-se com os ritos e símbolos da monarquia, como a coroa real, a bandeira da nação, a indumentária específica do monarca. Cerca de seis anos antes da festa descrita por Cunha Mattos, o viajante austríaco Emanuel Pohl ficou impressionado com o prestígio simbólico do Imperador na Festa do Divino em Santa Cruz.

> Finalmente, dirigimo-nos, precedidos pela tropa, à residência do imperador. Ele estava sentado em sua sala, sob um dossel, todo de preto, com uma coroa de papel e um cetro pintado. Descia-lhe dos ombros um manto e da botoeira pendia um crucifixo de latão. Cada pessoa que entrava devia dobrar o joelho diante dele. Evidentemente não me furtei a essa cerimônia. Então cada um dos presentes recebeu um cajado branco de pouco mais de 1 metro de comprimento, com o qual os notáveis, entre os quais me colocaram, formaram um quadrado em torno do imperador. Um pajem sustinha a cauda do manto e assim se pôs o cortejo em movimento. Na frente, era levada a bandeira do Espírito Santo (Pohl, 1976).

Em consonância com essas observações, Machado de Assis, no conto "A Parasita Azul", cujo enredo se passa na vila goiana de Formosa de Imperatriz, demonstrou o quanto ser Imperador do Divino era importante em Goiás.

> O festivo imperador estava literalmente fora de si. Ao peito rutilava uma vasta comenda da Ordem da Rosa, que lhe não ficava mal. Mas o que excedeu a toda a expectação, o que pintou no rosto do nosso Camilo a mais completa expressão de assombro, foi uma brilhante e vistosa coroa de papelão forrado de papel dourado, que o tenente-coronel trazia na cabeça. É ponto duvidoso, e provavelmente nunca será liquidado, se o tenente-coronel Veiga preferia naquela ocasião ser ministro de Estado a ser imperador do Espírito Santo (Machado de Assis, SD: 176-246).

Com sua peculiar ironia, Machado de Assis faz uma sofisticada análise dos rituais simbólicos, ao comparar uma coroa de papel com uma das mais importantes comendas honoríficas do Brasil e pressupor que a participação no ritual religioso era equiparável ao cargo de ministro imperial.

Os imperadores do Divino e reis e rainhas do Rosário possibilitavam um cruzamento entre o sagrado e o profano que foi fundamental para aumentar o prestígio da monarquia brasileira. Em concordância com isso, Iara Liz Carvalho Souza (Souza, 1999: 214) afirma que

> Desta maneira, pode ser interessante compreender a configuração geral dessas festas que se delineiam por um caráter cívico, embora não

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

> dispensem o traço religioso, ao recorrerem às metáforas cristãs, aos anjos, dias santos, missas e *Te Deum*, sem perder de vista aquilo no que se poderiam distinguir.

Nessa lógica, na mente popular, Dom Pedro II talvez fosse visto como "o rei dos reis e senhor dos senhores", um monarca que foi aclamado e sagrado, com poder vitalício, estando, portanto, acima dos seus congêneres, escolhidos por sorteio e com mandato anual. Nesse caso, destaca-se a especificidade de Goiás, lugar onde os rituais de coroação de negros ou mestiço permaneceu forte por todo o século XIX, diferentemente do que ocorreu no Rio de Janeiro, onde, desde a década de 1820, as autoridades públicas "cercearam a Coroação do rei e da rainha de congo, sob a alegação de que a civilização precisava transcorrer contra e condenando aqueles costumes bárbaros e antigos" (Souza, 1999: 232). Desse modo, a monarquia, entranhada nos rituais do catolicismo popular, substituía os símbolos abstratos da nação. A Festa do Divino e do Rosário permitiam aos habitantes da Provincia de Goiás, mesmo sem ver o rei, imaginar e projetar em seus ritos comunitários o poder da realeza e cultivar o caráter sagrado de seu cargo.

O 2 de dezembro: viva o imperador!

A criação de uma nova nação, mesmo utilizando como referência o arcabouço político e jurídico colonial, não foi uma tarefa fácil. Mas ela foi facilitada pela homogeneidade cultural da elite brasileira, decorrente de uma formação comum na Universidade de Coimbra, o que facilitou formar um consenso mínimo sobre os princípios básicos do novo país (Carvalho, 2022).

Contudo, mesmo com essa visão homogênea da elite, o novo país enfrentou enormes desafios que colocaram em risco a sua integridade territorial. Menos de dez anos depois de sua implantação, o regime monárquico constitucional entrou numa grave crise com a Abdicação de Pedro I, em 1831, que resultou numa série de revoltas e movimentos sociais, a maioria deles de cunho separatista. A crise só foi debelada com o Golpe da Maioridade, quando a elite política brasileira apostou suas fichas no prestígio da monarquia para manter a estabilidade social e política. Para José Murilo de Carvalho (2007: 43), esperava-se com isso "que a legitimidade centenária da monarquia congregasse a população do país".

A grande força política da monarquia situava principalmente nas suas pompas e rituais.

> É por isso mesmo que a maioridade e o ritual de coroamento e de sagração de Pedro II deviam ser cercados de requintes e cuidados próprios aos negócios estratégicos de Estado. A celebração era tão grandiosa que deveria superar o exemplo Bragança e aproximar-se dos padrões dos Habsburgo, que em termos de monarquia ditavam normas nesse momento (Schwarcz, 2001: 29).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A coroação e a sagração do imperador foram acontecimentos memoráveis. Mesmo na longínqua província de Goiás, numa viagem que de ida e volta não durava menos de um ano, partiram "rumo ao seleto evento alguns membros da elite regional – com decisiva contribuição na costura do tecido político que uniu essa porção do território ao emergente modelo de Estado saquarema" (Costa, 2021). Compunha a comitiva goiana o comendador Antônio de Pádua Fleury e sua esposa Augusta Rosa de Pádua Fleury, o padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury e sua filha Maria Teodolinda. Os goianos e goianas devem ter ficado deslumbrados com o luxo da coroação do Imperador, para a qual foi construído um edifício provisório – denominado de Varanda – que consumiu um mês do orçamento imperial (Schwarcz, 2001: 21).

Pouquíssimos goianos tiveram a oportunidade de ir a Corte ver o rei pessoalmente. Os outros menos afortunados só concebiam a monarquia por meio de relatos de terceiros ou por de algum registro visual. Desde o Ato Adicional de 1834, os presidentes da província foram obrigados a produzir um relatório que era lido na abertura das assembleias provinciais, cujo primeiro tema era um informe sobre a Família Real. Tratava-se de uma obrigação protocolar, mas que alguns presidentes executaram com tal desvelo que beirava a pieguice. Em 1º de outubro de 1840, o presidente da Província, Assis Mascarenhas informou aos deputados e outros ouvintes sobre a Coroação do Imperador com as seguintes palavras:

> Consultai vossos corações e achareis o risonho futuro de felicidades, que nos oferece o Memorável e Venturoso Dia 23 de Julho, marcado, não pelos homens, mas pela Providência Divina, para formar uma das mais brilhantes épocas da História Brasileira (Assis Mascarenhas, 1840: 04).

A fala de Mascarenhas foi proferida no Palácio Conde dos Arcos, onde havia um quadro do Imperador que estava disposto em local de destaque no recinto onde se reuniam os deputados. Após finalizar o seu discurso, o presidente bradou: "Viva Sua Majestade, o Imperador, o Senhor Dom Pedro Segundo. Viva Sua Majestade, o Senhor Dom Pedro Segundo. Viva sua Majestade o Imperador, o Senhor Dom Pedro Segundo", ao que foi respondido por "vivas" dos demais presentes.

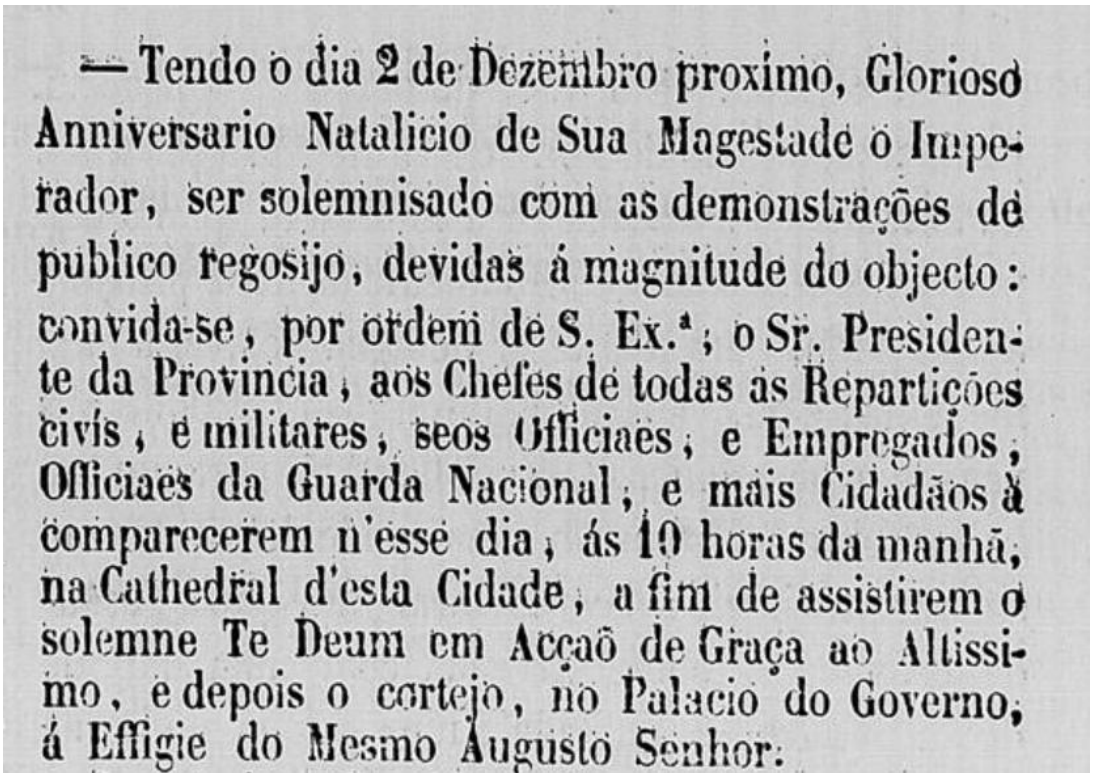
Tentava-se reproduzir, em frente à efígie, a situação que ocorria na Corte, quando o Imperador assistia à abertura da Assembleia Geral. Era um meio de contornar o isolamento geográfico da província e colocá-la em sintonia com as outras que, em algum momento, receberam pessoalmente o monarca. Pouco mais de seis anos depois, ao saber de uma viagem do rei e da rainha para a província do Rio Grande do Sul, o presidente Joaquim Ignácio Ramalho (1º Maio. 1846, p. 4) exclamou esperançoso: "Preza aos Céus que a esta Província caiba à glória de ser abençoada com a presença de tão augustas personagens".

Mas a presença do monarca em solo goiano foi uma dádiva que os habitantes da Província não receberam dos Céus. Mesmo assim, o Imperador era tratado com deferência pelos goianos mais ilustrados. No arraial de Anicuns, no dia 2 de dezembro de 1838, a Guarda Nacional foi convocada para a preparação de um evento que, nas palavras do comandante, tudo seja

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

"executado com a mais plena satisfação em demonstração viva de que somos fiéis e reverentes súditos do nosso mui amado Imperador do Brasil, o Senhor Dom Pedro Segundo." (Correio Oficial, 3 nov. 1838, p. 4). É curioso que, nesse ano, o monarca ainda nem havia sido coroado, mas já havia, no pequenino arraial do interior de Goiás, um enorme esforço pelo reconhecimento da legitimidade do seu poder. Mesmo em outras províncias, onde a convulsão social estava deflagrada, os registros são similares, como no Pará, onde os cabanos, em 1835, lutavam para se separar do país, mas gritavam vivas a Pedro II, ou no Maranhão, onde os balaios, em 1837, soltavam gritos de vivas ao Imperador criança (Carvalho, 2007: 43).

Tais indícios demonstram como buscava-se diminuir as distâncias simbólicas entre as Províncias e a Corte, procurando reproduzir rituais que eram realizados no Rio de Janeiro, como no caso do aniversário do Imperador, no dia 2 de dezembro. Na capital de Goiás e em algumas outras localidades, o natalício do Imperador era uma data levada bem a sério. Em 1853, o convite para uma festa solene teve o seguinte teor:



— Tendo o dia 2 de Dezembro proximo, Glorioso Anniversario Natalicio de Sua Magestade o Imperador, ser solemnisado com as demonstrações de publico regosijo, devidas á magnitude do objecto: convida-se, por ordem de S. Ex.ª; o Sr. Presidente da Provincia, aos Chefes de todas as Repartições civis, e militares, seos Officiaes; e Empregados, Officiaes da Guarda Nacional; e mais Cidadãos á comparecerem n'esse dia; ás 10 horas da manhã, na Cathedral d'esta Cidade, a fim de assistirem o solemne Te Deum em Acção de Graça ao Altissimo, e depois o cortejo, no Palacio do Governo, á Effigie do Mesmo Augusto Senhor.

Figura 1: Correio Oficial, Província de Goiás. 26 de novembro de 1853, p. 4. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=167487&pagfis=278 Acesso em: 29, abril, 2026.

A retórica do convite é marcada por expressões bajulatórias – "glorioso aniversário", "público regozijo", "magnitude do objeto" – uma prática comum nas monarquias absolutistas que sobreviveu em algumas monarquias constitucionais. Cláudia Regina Callari (2001: 64) mostrou

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

o quanto Pedro II era incensado por alguns dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, citando o exemplo de Sacramento Blake que, a propósito da viagem do Imperador a Europa, em 1888, propôs uma moção "de simples saudade, porque esta palavra exprime um sentimento duplo, a mágoa motivada pela ausência do objeto que se ama e nos merece toda a estima e respeito, e o desejo ardentíssimo de se tornar a possuir esse mesmo objeto". Esse discurso adulatório era comum e foi empregado pelo presidente da província de Goiás José Rodrigues Jardim (1841: 03), quando se referiu ao "Ato de Sagração e Coroação do Melhor dos Soberanos, desse Anjo Tutelar em quem estão depositadas as esperanças todas dos Brasileiros que já principiam a gozar os benefícios de seu Coração piedoso."

Outra informação relevante expressa no convite é o formato da solenidade. Primeiramente, haveria uma missa na Catedral de Nossa Senhora de Santana, na Cidade de Goiás, na qual se cantaria o tradicional *Te Deum laudamos*, um hino específico para momentos de júbilo e agradecimento por uma dádiva especial. Após a missa, os presentes se dirigiriam ao Palácio Conde dos Arcos, situado nas proximidades. Uma igreja e um palácio eram os locais centrais da solenidade, confirmando a simbiose entre religião e política que caracterizava o Segundo Império. A monarquia brasileira apoiou-se nos símbolos e rituais católicos para melhor legitimar a sua dominação.

Certamente, a comemoração do aniversário do Imperador não era uma festa de rua para usufruto das massas, mas sim uma festa de salão para um público mais seleto. Contudo, no percurso entre a Catedral e o Palácio, os presentes na cerimônia utilizavam a rua, tornando, nesse momento, a cerimônia mais aberta. No convite de 1853, há apenas referência a um cortejo, mas em outros anos, o cortejo foi mais elaborado, acompanhado por bandas de músicas e salvas de tiros. Na comemoração do ano de 1869,

> Ao meio-dia houve cortejo à Sua Augusta Efígie, sendo este ato bastante concorrido. Uma guarda composta de praças do bem disciplinado e escolhido 2º corpo de caçadores a cavalo, fez as honras de estilo. Á noite percorreu as ruas da cidade a banda de música, [havendo] iluminação nas repartições públicas e em numerosas casas particulares (Correio Oficial, 4 Dez. 1869, p. 4)

A presença dos soldados deixava a solenidade ainda mais complexa, pois, além da sua semelhança a uma procissão religiosa, assemelhava-se também a uma parada militar. Roberto DaMatta (1997) classificou as festividades de rua brasileiras em três tipos: as paradas militares, bastante hierarquizadas e ordenadas, nas quais o povo era basicamente expectador; os carnavais, um evento espontâneo e popular; as procissões, em que há uma hierarquização e ordenamento realizado pela Igreja, mas que permitia a participação popular. No caso do aniversário de Pedro II, além de poder ver a banda passar, os vilaboenses podiam contribuir com a cerimônia, iluminando as suas casas. Esse era um costume de longa data no Brasil, sendo que, por ocasião do nascimento de Pedro II, "as casas iluminaram-se durante quatro dias" no Rio de Janeiro (Carvalho, 2022: 12). Como na capital de Goiás não havia iluminação pública em 1869, as velas de ceras ou as candeias a óleo nas janelas e portas devem ter literalmente iluminado o evento.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A iluminação não possuía apenas um caráter estético, uma vez que indicava o prestígio social do proprietário e a sua integração num ritual seletivo. Iara Lis Souza, referindo-se ao Rio de Janeiro, mostrou que

> a iluminação tentava despertar o interesse e a participação da assistência, para ver, ouvir, cantar, dançar e, paralelamente, divulgava a figura do monarca. Além disso, tornava visível a distinção social daquele que a financiava. Quanto mais duradoura e mais bela ela fosse, maior a distinção pública do benemérito senhor (Souza, 1999: 220).

Também era executado o *Te Deum* solene "com grande concorrência e onde se distinguiu a música de coro – pelo fato de diversas jovens se prestarem a cantar solos, dando-lhes ótima execução, principalmente a Exma. Sra. D. Anna Francisca Xavier de Barros" (Correio Oficial, dez. 1872). O ponto final da cerimônia era, como deixou explícito o convite do ano de 1876, contemplar a "Efígie do mesmo Augusto Senhor na sala do dossel do palácio do governo" (Correio Oficial, 22 Nov. 1876, p. 1). Segundo Lilia Schwarcz (2009: 10), para que o plano das elites de usar a monarquia como catalisadora da unidade nacional funcionasse "foi necessário 'caprichar' na propaganda da monarquia, e espalhar muito e por todos os cantos a imagem de d. Pedro II". Alguns desses retratos do Imperador chegaram a Goiás e, no Palácio Conde dos Arcos, uma sala foi preparada exclusivamente para abrigar o tão valorizado artefato. Graças ao informe do presidente da província Antônio Augusto Pereira da Cunha (1857: 22), é possível ter uma noção da configuração dessa sala:

> Pelo negociante João José de Souza Azevedo vem remetidos, a pedido meu, para a sala do dossel um Retrato de Sua Majestade, o Imperador, sedas, galões e franjas de ouro, tapete para os degraus do trono, papel bom para forro das paredes e tapete para o pavimento da sala, cujo assoalho está bastante danificado.

Atualmente um museu, há no Palácio Conde dos Arcos, na Cidade de Goiás, um retrato de Pedro II, pintado pelo artista João Maximiano Mafra. No quadro não consta a data da pintura, mas a imagem é condizente com a aparência de Pedro II, por volta do ano de 1857, um indício de que se trata do quadro encomendado por Pereira da Cunha.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Fig. 2 – Retrato de Pedro II – Quadro de João Mafra no Museu Conde dos Arcos, Goiás. Fonte: Fotografia dos autores, 2024.

A sala em que estava o retrato do Imperador foi decorada para simular o luxo e a pompa da monarquia. A imagem do Imperador possuía uma importante função simbólica, que foi descrita por Iara Lins Souza, ao falar dos retratos de Pedro I:

> Se D. Pedro não conseguia percorrer todo o país, seu retrato supriu esta necessidade, levando-o a toda parte e suscitando um acontecimento que fugia da rotina, hierarquizava a sociedade local e marcava-se por um caráter litúrgico. Cultuava-se a ordem pública ao arregimentar a tropa, ordená-la num desfile, onde cada qual tinha um lugar fixo (Souza, 1999: 263).

Parece que posteriormente foram acrescentados quadros representando outros membros da família real. Joaquim Leite de Moraes (1882:69) não gostou nem um pouco dos ornamentos do lugar: "Em seguida à sala da recepção temos a do dossel, a coisa mais ridícula que temos visto e em cujas paredes estavam suspensos alguns retratos da Família Real Bragantina,

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

horrorosamente pintados, repugnantes caricaturas." Como Leite de Moraes não fez nenhuma referência crítica ao quadro do Imperador, pressupõe que o mesmo satisfazia as suas exigências estéticas.

A sala onde ficava o quadro de Pedro II era de pequena dimensão, o que limitava o público que participava do encerramento da comemoração do natalício do Imperador. Tudo indica que esse era um momento seleto para poucos convidados, conforme deixa implícito um convite para a solenidade no ano de 1876.

> Da ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Presidente da província, são convidados o Clero, empregados públicos, oficialidade da guarda nacional e do exército e todos os mais cidadãos grados para no dia 2 de Dezembro próximo futuro aniversário natalício de S. Majestade, o Imperador (Correio Oficial, 22 Nov. 1876, p. 1).

Não se sabe o que os convidados faziam nesta sala, no encerramento da cerimônia de aniversário. O mais provável é que houvesse os brados comuns nesse tipo de celebração – "viva o Imperador Pedro II" ou "viva à Nação brasileira – respondidos em coro pelos presentes. A partir da década de 1870, quando a elite goiana nativa se organizou numa oposição mais efetiva aos presidentes de província, o 2 de Dezembro passou a se caracterizar mais como um ato político do que patriótico. Político no sentido pequeno do termo, envolvendo as disputas de poder no ambiente provincial que transformaram a presença na solenidade mais em uma confirmação à lealdade ao presidente da província do que em respeito ao Imperador. O jornal *O Goyaz*, de propriedade da família Bulhões, deixou isso claro, ao criticar a data natalícia imperial em 1885:

> Espalhou convites por toda capital para se assistir o Te Deum que mandou celebrar pelo aniversário do Sr. D. Pedro 2º, e como era de esperar, o fiasco foi completo! O chefe da patuleia levado pelos 15 do diretório e mais uns voluntários, recrutados das repartições públicas, julgou-se cercado da aura popular e caminhou para o templo, a fim de render graças ao Onipotente pelo incompreensível favor de um governo e monarca, que permitem um incapaz, como ele de exercer as altas e escrupulosas funções de administrador (O Goyaz, 12 Dez. 1885, p. 1)

Palavras duras contra Júlio Barbosa de Vasconcelos que, na condição de terceiro vice-presidente, administrava a província naquele momento. Por trás das picuinhas políticas e constante instabilidade administrativa – entre 1880 e 1889 a Província teve 15 Presidentes, sendo a "obscura administração" de Julio Barbosa um desses casos em que, como 3º vice-presidente, assentou-se na administração provincial por pouco mais de 3 meses, sendo acossado pelos Bulhões e sua máquina de guerra liberal, *O Goyaz* (Arrais & Oliveira, 2025) – percebe-se que a comemoração do aniversário de Pedro II era um evento voltado para a elite letrada. Ao contrário das festividades do Espírito Santo e de Nossa Senhora do Rosário, caracterizadas por um intenso envolvimento popular, apenas um seleto grupo de desfilava pelas ruas calçadas de

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

pedras da capital, num cortejo que culminava com os vivas ao Imperador numa sala do palácio provincial.

O 7 de setembro: viva à nação brasileira!

O caminho para que o 7 de Setembro se tornasse a principal efeméride cívica do Brasil foi cheio de percalços. Para Maria de Lourdes Viana Lyra, a data foi preterida ao 12 de Outubro, dia do natalício e da aclamação do Imperador que, inicialmente, foi considerada o marco da origem da nação brasileira. Os desgastes políticos de Pedro I que culminaram em sua abdicação em 1831 foram gradativamente retirando a importância simbólica do Dia da Aclamação e consolidando o evento do Ipiranga como data cívica por excelência. Desse modo,

> Resta observar que após 1829 as obras de viajantes e cronistas [...] já aceitavam o Sete de Setembro como marco inconteste da proclamação da Independência, embora a maioria não tenha deixado de se referir ao 12 de outubro, apontando-o como um outro marco da ruptura entre o Brasil e Portugal (Lyra, 1995: 212).

Hendrik Kraay expressa uma pequena discordância com Viana Lyra, ao afirmar que "a julgar pelas comemorações ocorridas no Rio de Janeiro, o Sete de Setembro foi, por um curto período, ofuscado pelo 12 de Outubro, mas em meados da década já viria a obter a mesma importância" (Kraay, 2000: 54). Seja por sua ascensão ocorrida de modo precoce ou um pouco mais demorada, é certo que o Sete de Setembro disputou espaços com outras datas vinculadas a monarquia. Para Noé Sandes (2000: 33)

> Sem dúvida alguma, a partir do centenário da Independência, o grito de Ipiranga foi sacralizado com base na ação do mesmo Instituto Histórico, que elaborou a memória da Monarquia no século passado. A década de 1920 foi momento privilegiado de refazimento da memória, fundido em um só conjunto a história imperial e republicana e ratificando, dessa forma, a importância da Monarquia na formação política brasileira.

O autor demonstra que a data aparece, sem muito destaque na obra de José da Silva Lisboa, de 1827, e ganhou um realce maior num texto do major Francisco de Castro e Melo, em 1864, mas foi preterida pelo 12 de Outubro na *História da Independência do Brasil*, de Varnhagen. Contudo, isso não significa que a data era desprovida de importância no período imperial. O *Almanak Geral do Império do Brasil* do ano de 1838 lista quatro datas de festa nacional, nas quais haveria um cortejo com a participação das principais autoridades imperiais. Estas datas são:

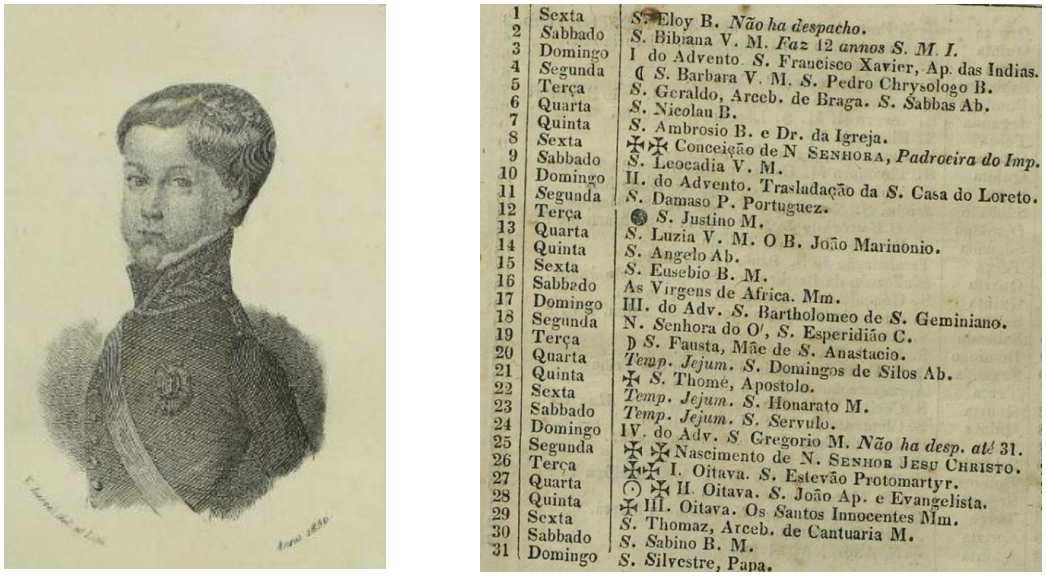
> 25 de Março – Dia em que foi jurada a Constituição Política do Império.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

7 de Abril – Dia em que foi no Campo da Honra Aclamado Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, o Senhor D Pedro Segundo.

7 de Setembro – Dia quem foi Proclamada a Independência do Brasil no Campo do Ipiranga.

2 de Dezembro – Natalício de Sua Majestade, o Imperador, o Senhor D. Pedro Segundo (Surigué, 1838: 30).



1	Sexta	S. Eloy B. *Não ha despacho.*
2	Sabbado	S. Bibiana V. M. *Faz 12 annos S. M. I.*
3	Domingo	I do Advento. S. Francisco Xavier, Ap. das Indias.
4	Segunda	☾ S. Barbara V. M. S. Pedro Chrysologo B.
5	Terça	S. Geraldo, Arceb. de Braga. S. Sabbas Ab.
6	Quarta	S. Nicolau B.
7	Quinta	S. Ambrosio B. e Dr. da Igreja.
8	Sexta	✠✠ Conceição de N. Senhora, *Padroeira do Imp.*
9	Sabbado	S. Leocadia V. M.
10	Domingo	II. do Advento. Trasladação da S. Casa do Loreto.
11	Segunda	S. Damaso P. Portuguez.
12	Terça	S. Justino M.
13	Quarta	S. Luzia V. M. O B. João Marinonio.
14	Quinta	S. Angelo Ab.
15	Sexta	S. Eusebio B. M.
16	Sabbado	As Virgens de Africa. Mm.
17	Domingo	III. do Adv. S. Bartholomeo de S. Geminiano.
18	Segunda	N. Senhora do O', S. Esperidião C.
19	Terça	☽ S. Fausta, Mãe de S. Anastacio.
20	Quarta	*Temp. Jejum.* S. Domingos de Silos Ab.
21	Quinta	✠ S. Thomé, Apostolo.
22	Sexta	*Temp. Jejum.* S. Honarato M.
23	Sabbado	*Temp. Jejum.* S. Servulo.
24	Domingo	IV. do Adv. S. Gregorio M. *Não ha desp. até* 31.
25	Segunda	✠✠ Nascimento de N. Senhor Jesu Christo.
26	Terça	✠✠✠ I. Oitava. S. Estevão Protomartyr.
27	Quarta	☉ ✠ II. Oitava. S. João Ap. e Evangelista.
28	Quinta	✠ III. Oitava. Os Santos Innocentes Mm.
29	Sexta	S. Thomaz, Arceb. de Cantuaria M.
30	Sabbado	S. Sabino B. M.
31	Domingo	S. Silvestre, Papa.

Fig. 3: Retrato do Imperador menino, D. Pedro II. Ao lado, todas as datas comemorativas para o mês de dezembro de 1838, no Brasil. O dia 2 de dezembro é marcado pelo natalício de V. Majestade, que completaria 12 anos, mas também por ser o dia em honra a Santa Bibiana. Note-se também que todos os dias do mês são consagrados a um tema religioso. Fonte: *Almanaque Geral do Império do Brasil*, 1838. Disponível em https://digital.bbm.usp.br/view/?45000011715&bbm/636#page/26/mode/1up. Acesso em 29, abril, 2026.

Por alguma razão, o autor do almanaque optou por evitar relacionar o 7 de Abril ao bota-fora de Pedro I, costurando uma gambiarra que positivou o evento na pessoa de Pedro II[3]. Aceitando

3 O almanaque não está faltando com a verdade, ao dizer que houve aclamação a Pedro II, no dia 7 de Abril. Em um momento de suspense, após receber a notícia da abdicação, o general Manuel da Fonseca Lima e Silva puxou o grito de "Viva d. Pedro II" e "como por instinto, a multidão repetiu a aclamação, desfazendo a tensão da expectativa e definindo o curso da

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

essa interpretação, duas das principais datas nacionais se legitimam na pessoa do Imperador (aniversário e aclamação) e duas em acontecimentos da biografia da nação (Constituição e Independência). De modo um pouco diferente, o *Almanach da Província de Goiás*, do ano de 1866, informava que os feriados nacionais nas repartições públicas, além dos dias considerados santos, eram o 25 de Março, o 7 de Setembro e o 2 de Dezembro (Brandão, 1978: 19).

Na guerra simbólica, o 7 de Setembro teve que enfrentar duas datas relacionadas ao natalício dos imperadores: o 12 de Outubro e 02 de Dezembro. Evidentemente que ninguém cogitava em atribuir ao dia do nascimento de Pedro II a data fundadora da nação (como foi cogitado o dia do aniversário de seu pai), contudo essa data disputava a importância ritualística e festiva com o Dia da Independência, sendo que alguns lugares, como é o caso da província de Goiás, o aniversário do rei foi comemorado com mais visibilidade do que o da nação.

Em Goiás, o primeiro registro encontrado de uma comemoração do Dia da Independência foi em 1830, no arraial de Meia Ponte (atual Pirenópolis):

> Sempre solícitos os povos deste Arraial [...], não se devia esperar que passassem em silêncio o Aniversário da Nossa Independência e, por isso, reunidos na Matriz, que se achava elegantemente ornada, assistiram hoje um *Te Deum* [...] (Matutina Meiapontense, 7 Set. 1830, p.2).

Foi uma comemoração singela, apenas uma missa especial. Parece que a data ganhou mais impulso com a comoção patriótica gerada com a Guerra do Paraguai. No ano de 1866,

> O dia 7 de Setembro foi saudado nesta capital com o entusiasmo de um povo que sabe apreciar a independência e a liberdade. À uma hora da tarde houve cortejo à Augusta Efígie de S. M. O Imperador no palácio do governo. Este ato foi bastante concorrido e, enquanto durou, a banda de música da guarda nacional tocava o hino nacional, estando uma competente guarda de honra postada em frente ao palácio. À noite, houve iluminação quase geral (Correio Oficial, 15 Set. 1866, p. 3).

O que mais impressiona nesse relato é o fato de a data nacional ser absolutamente centralizada na figura de Pedro II. A programação do 7 de Setembro praticamente copiou a que era comumente realizada no aniversário do Imperador, inclusive o cortejo ao salão do palácio Conde dos Arcos onde estava o retrato do rei. Esse formato se repetiu nos anos seguintes, havendo uma pequena alteração em 1872. Nesse ano, a comemoração foi realizada no Teatro São Joaquim, organizada por um grupo de atores amadores da Sociedade Dramática Recreativa Nacional, que havia sido criada há alguns meses antes. A solenidade foi realizada no início da

história." (Carvalho, 2007, p. 21). Contudo, o essencial desse evento foi a rara união de povo e tropa que forçou a um Imperador com pretensões autoritárias abdicar-se do poder. O Almanaque, portanto, transformou um evento revolucionário em um evento conservador.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

noite e o teatro estava "perfeitamente decorado e iluminado"; nos camarotes estavam "a nata do belo sexo, competindo em brilho com as estrelas do firmamento" e no auditório sentaram os cavalheiros, conforme o costume da época de separar os sexos nos eventos culturais. O público estava ansioso por descobrir o que havia por trás do pano que escondia o palco. "Repentinamente, levantando-se o pano, apareceu deslumbrante a Augusta Efígie de S. M. O Imperador", enquanto a orquesta cantava o Hino Nacional. Em seguida, o presidente da província Antero Cícero de Assis dirigiu os tradicionais "vivas" à Religião, à Independência, ao Imperador, à Família Real, ao povo goiano (Correio Oficial, 14 Set. 1872, p. 4). Mudou-se da igreja e do palácio para o teatro, mas o retrato de Pedro II continuou sendo o ponto alto da solenidade.

No ano de 1887 houve uma mudança mais significativa no formato da solenidade na capital. Como nos anos anteriores, a comemoração se iniciou com o Te Deum em Ação de Graças, na igreja São Francisco de Paula, já que a Catedral estava interditada. A missa foi assistida pelas principais autoridades da província. Diferentemente de outras épocas, quando se fazia o cortejo para ver o retrato do Imperador, desta vez houve uma parada militar executada pelo Batalhão 20 de Infantaria e pelo Esquadrão de Cavalaria, que percorreram as principais ruas da cidade e se concentraram na praça em frente ao palácio provincial.

> Depois de diversas evoluções no largo do Palácio, ao mando do seu distinto comandante tenente-coronel Francisco de Assis Guimarães, foi por este levantado os vivas à Nação Brasileira, à Família Imperial e a Independência do Império, vivas estes que foram calorosamente correspondidos por toda a brigada e mais pessoas presentes, ao som do hino nacional (Correio Oficial, 10 Set. 1887, p. 1).

O desfile militar terminou com três descargas consecutivas. À noite, houve um animado baile que só terminou às 4 horas da manhã. Nesse baile, o vice-presidente, administrador em exercício da província, brindou à Nação Brasileira, à Família Imperial e à Independência do Império. Não se sabe por que a comemoração desse ano teve um caráter mais militarizado e minimizou o personalismo em torno de Pedro II. Uma possível explicação seria o fato de o vice-presidente, Brigadeiro Felícissimo do Espírito Santo, ser um militar, indicando que o desgaste desse grupo com a monarquia já se prenuciava timidamente em Goiás ou se Felicíssimo, para compensar sua discretíssima passagem pelo governo provincial, investiu todas as suas forças na efeméride.

Apesar dessa alteração na configuração, o 7 de Setembro ainda era uma data atrelada ao Regime Monárquico. Durante o período imperial, ao menos na província de Goiás, não se firmou com uma data cívica por excelência. É possível que a Bandeira Nacional estivesse presente em algumas dessas solenidades, mas ela não apareceu em nenhuma das descrições, o que indica a pouca importância que possuía como símbolo maior da pátria. Essa função era exercida pelo Imperador, que em Goiás era representado pelo seu retrato situado solenemente numa das salas do palácio, longe dos olhos da população.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A cultura abertiça e o desafio de implementação do ritualismo monárquico

Uma das características mais evidentes da concepção de tempo vigente na sociedade brasileira do século XIX é o domínio absoluto do catolicismo. Cada dia do ano era relacionado a algum personagem ou evento da história sagrada, o que indicava uma visão ritualística do calendário, no qual o passado era constantemente relembrado por meio de procissões, festas religiosas ou romarias. O santo ou santa do dia servia como inspiração para nomear coisas e gente, multiplicando os nomes de personagens e eventos sagrados entre as pessoas e os povoados brasileiros. Fortemente legitimado pela religião, o calendário regulava o trabalho, os dias e as formas de lazer, estando ligado à vida prática das pessoas.

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
			1	2	3	4
			S. Eloy	S. Bibiana	S. Francisco	S. Bárbara
5	6	7	8.	9.	10.	11.
S. Geraldo	S. Nicolau	S. Ambrósio	Conceição	A. Leocádia	S. Melquiades	S. Damásio
12	13	14	15	16	17	18
S. Justino	S. Luzia	S. Agnelo	S. Eusébio	S. Adelaide	S. Lázaro	S. Glaciano
19	20	21	22	23	24	25
S. Fausta	S. Domingos	S. Thomé	S. Honorato	S. Sérvulo	S. Gregoriano	Natal
25	27	28	29	30	31	
S Marinho	S. João Evangelista	Inocentes	S. Tomás	S. Sabino	S. Silvestre	

Figura 4: Mês de Dezembro de 1886. Fonte: Elaborado a partir das informações presentes no *Almanach da Provícincia de Goiás*. Fonte: Brandão, 1978.

O calendário para o mês de dezembro de 1886 é um ótimo indicador da presença da religião no cotidiano da provincia. Certamente, o aniversário do Imperador não passaria despercebido dos grupos políticos provinciais, mas, para a maioria da população, o 2 de Dezembro era visto com dia de devoção à Santa Bibiana. A devoção à santa provavelmente era muito mais arraigada do que a comemoração do aniversário de um homem que a maioria nunca vira, mas que todos

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

reconheciam o prestígio por causa do cargo que ocupava. A vida pessoal do rei se confundia com a nação, mas era a protetora dos flagelados e dos que sentem dor que popularizava a data.

O 7 de Setembro carrega a mesma lógica de ser uma data imposta ao calendário tradicional, mas cujo estranhamento era maior, por não se tratar de algo facilmente reconhecível – como a data natalícia. Trata-se de algo bem mais abstrato, pois seria o dia destinado a comemorar o nascimento de uma nação. Depois de anos de existência dos Estados nacionais, essas datas cívicas parecem naturais, mas elas devem ter sido difíceis de serem assimiladas quando foram instauradas. Nas regiões afastadas da cabeça do império, essas efemérides tornaram-se momentos de reafirmação dos compromissos formais das elites provinciais com a figura do Imperador e, por consequência, do Estado Nacional. Elas compunham a narrativa sobre a nação, mas também funcionavam como momento de celebração à existência da região, para além do conjunto de exigências burocráticas e normativas que cercavam o cotidiano adminstrativo da provincia de Goiás, de efetivamente construir os laços da comunidade imaginada que associava a ideia de Estado Imperial e a Província.

O caráter incipiente, não-ajustado e indistinto entre as comemorações do 7 de setembro e do 2 de dezembro indicam as dificuldades de incorporação dos contornos culturais da província de Goiás aos rituais e à temporalidade do Estado Nacional em construção. Assim, em que pese o modelo de civilização imposto pelo processo de interiorização da metrópole, o mesmo foi objeto de pressões internas que ora convergiram, ora tensionaram com os interesses da cultura política local. Os vestígios das tensões internas e externas, expressos em diversas escalas e sentidos, marcam o longo século XIX goiano, que conclama o Estado a participar da construção, não mais da Nação já esboçada, desde as lutas da independência, da centralização monárquica consolidada com o golpe na maioridade e do longo reinado de Pedro II, mas da Região, ainda em rascunho, fartamente documentada na retórica dos presidentes da província (Sandes & Arrais, 2013).

Contudo, diferente do que Hendrik Kraay (2000: 47) percebeu na Bahia, onde o 2 de Julho era mais importante do que o 7 de Setembro ou qualquer outra data cívica, em Goiás não havia nenhuma efeméride comemorativa que suscitasse o orgulho regional. É que na Bahia comemorava-se a vitória sobre os portugueses, pondo fim ao maior desafio à Independência Nacional. Em Goiás, não se vislumbrou nenhum evento de tamanha repercussão, capaz de estimular um nativismo cívico. Como pudemos demonstrar, nenhuma comemoração cívica referente ao estado nacional registrava adesão popular ou engajamento nas comunidades.

Em contrapartida, são inúmeros os indícios da relação entre as festas religiosas e engajamento ritualístico popular. Nesse sentido, importa ressaltar que no século XIX foram consolidadas diversas práticas e tradições religiosas populares goianas, como a Folia de Reis, as Festas do Divino, as romarias de Muquém e de Barro Preto, entre tantas outras. Trata-se, então, de um fenômeno característico das sociedades que emergem no interior do país que, no limite, pode ser explicado pela intrínseca relação de caldos culturais distintos, mas não auto excludentes, entre um pequeno grupo encastelado nos núcleos urbanos mais desenvolvidos, que construíam e cultivavam preceitos e rituais apropriados da cultura europeia, emulada pela Capital do

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Império. Por outro lado, os segmentos sociais, majoritariamente habitantes das zonas rurais, exalavam um tipo de cultura rústica, altamente homogênea, fortemente associada à transmissão de tradições e normas sociais, resiliente e adaptável em razão de sua capacidade de dar respostas às necessidades locais face às mudanças. Neste ambiente, laços familiares e o sentido de pertencimento à comunidade são fundamentais para a transmissão de valores associados à ideia de continuidade, conforme expõe a tese clássica de Radcliffe Brown (1952).

Também encontramos registros que associam fontes de lazer da população às festividades religiosas, nas quais a devoção se conciliava com a diversão. Procissões, giro de folia, fogueira de São João, combates simulados de cavalos, batuques e lundus eram algumas das diversões mais frequentes na província e registradas na documentação. Em *O Ermitão de Muquém*, Bernardo Guimarães (1858: 07) descreve os "batuques animados e estrondosos que são tão comuns nas povoações do sertão", onde "o chão tremia aos frenéticos sapateados dos dançadores", e que retumbavam "ao rumor das violas, dos pandeiros, dos adufos" e das "palmas compensadas", das "cantigas esgoeladas". O batuque ficcionalizado pelo ex-Juiz de Órfãos de Catalão também foi registrado pelo Governador Alencastre (1979), em 1862, em Porto Imperial, no sitio de Dona Inocência de Souza, onde ocorreu uma briga na qual o escravo Mateus feriu com um tiro um homem chamado João Narcizo Bispo. Já o conde de Castelnau presenciou os eventos religiosos relacionados à Semana Santa, que reunia as altas autoridades, como o presidente da província, os militares, os clérigos, os membros das irmandades e confrarias, e o povo em geral. O inglês comparou o espetáculo a uma "cena da inquisição",

> quando viu "pessoas andando de joelhos, com enormes pedras na cabeça; algumas chegavam a prostrar-se de joelhos na entrada das igrejas, pedindo ao povo que as pisasse". No Domingo de Páscoa, o conde e sua comitiva surpreenderam-se com "uma curiosa cerimônia", na qual o povo apedrejou e lançou fogo "em um manequim com forma humana" pendurado numa árvore. Tratava-se da tradicional Queimação do Judas, uma espécie de linchamento simbólico do apóstolo traidor, indicando que, na mentalidade popular, sem algum tipo de dor e violência não há expiação (Arrais & Oliveira, 2025, p.137)

Há também registros sobre os locais de romaria, como a de Nossa Senhora do Muquém, que surgiu em algum momento do século XVIII, quando alguém erigiu uma capela com a imagem de Nossa Senhora da Abadia. Em 1824, Cunha Mattos (2021, p. 155) percebeu que a romaria era frequentada "não só pelos habitantes desta província, mas ainda pelos de fora dela, que ali deixam avultadas esmolas", atraindo grande número de pessoas e negociantes do norte da província, da Bahia e de Meia Ponte. Por volta de 1890, a romaria atraia mais de 15 mil pessoas, tendo Oscar Leal relatado ter presenciado "atos de fanatismo ou bestialismo", como as "mulheres que se arrastam de joelhos" em volta da igreja ou "que carregam pedras na cabeça" (1980, p. 147-149).

Estes registros demonstram a relevância da religiosidade como mecanismo de pertencimento local, ao mesmo tempo em que ajudam a explicar a baixa adesão da população ao 7 de Setembro

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

e ao 2 de Dezembro, especialmente quando comparada às festividades de devoção ao Espírito Santo e à Nossa Senhora do Rosário.

Conclusões

O contraste entre o forte envolvimento popular nas festividades religiosas e o elitismo das comemorações do 2 de Dezembro e do 7 de Setembro é um indicador precioso que coloca em suspenso a tese de Benedict Anderson. Para o caso de Goiás e, provavelmente, outras províncias afastadas da Corte, as efemérides oficiais constituíam cerimônias alienígenas, presenciadas por uma população que não era bestializada ou bilontre, mas que pouco valor dava aos ritos da corte. Uma cultura abertiça, capaz de absorver novos ritos e personagens no interior de sua cosmovisão, sem indicar aderência aos valores que eram representados nas teatralizações realizadas pela adminstração provincial.

Por isso, as comemorações de cunho oficial, seja o aniversário do rei ou aniversário da nação, tiveram um efeito limitado na consolidação de um sentimento de integração nacional em Goiás. Foi importante para as elites goianas se manterem coesas, aceitando sem nenhum questionamento a centralização política que emanava do trono no Rio de Janeiro. Goiás foi uma das poucas províncias em que não houve movimentos de cunho separatista durante a monarquia. Por outro lado, as efemérides não se popularizaram e nem era o seu objetivo, já que, ao menos no território goiano, foram pensadas para um grupo seleto que integrava o grupo dos letrados. Entre o aniversário do Rei e o da Nação, o povo goiano preferia homenagear *seus* imperadores e rainhas, mesmo sabendo que usavam uma simples coroa de papel e não uma coroa de metal e pedras preciosas, representadas numa imagem, vista por poucos e isolada numa sala palaciana.

Referências

Alencastre, J. M. P. de. (1979). *Anais da Província de Goiás* (1863). SUDECO; Governo de Goiás.

Alimonda, H., & Ferguson, J. (2004). La producción del desierto (Las imágenes de la Campaña del Ejército Argentino contra los indios – 1879). *Revista Chilena de Antropología Visual, 4*, 1–28.

Anderson, B. R. (2008). *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Companhia das Letras.

Arrais, C. A. (2022). A historiografia goiana como transgressão da experiência: Da comemoração à conciliação. In E. C. Oliveira & T. M. Vaz (Orgs.), *Goiás + 300: Reflexão e ressignificação: História* (Vol. 1, pp. 27–43). Edições Goiás.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Arrais, C. A., & Oliveira, E. C. (2025). *O século XIX em Goiás: A formação da região*. Cânone.

Assis Mascarenhas, J. (1840). *Relatório à Assembleia Provincial de Goiás*. Cidade de Goiás.

Assis, M. de. (s.d.). *Histórias da meia-noite*. LEL.

Berthet, M. L. (1820). Uma viagem de missão pelo interior do Brasil. In *Memórias Goianas* (Vol. 1, p. 150). Editora da Universidade Católica.

Brandão, A. J. C. (1978). *Almanach da Província de Goiás: Ano de 1886*. Editora da UFG.

Brown, A. R. (1952). *Structure and Function in Primitive Society: Essays and Addresses*. Free Press.

Callari, C. R. (2001). Os Institutos Históricos: Do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História, 21*(40), 59–83.

Carvalho, J. M. de. (2007). *D. Pedro II: Perfis brasileiros*. Companhia das Letras.

Carvalho, J. M. de. (2022). *A construção da ordem: A elite política imperial*. Civilização Brasileira.

Costa, T. M. V. (2021). Ilustres sertanejos: Famílias do Brasil Central na coroação de Dom Pedro II. *Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens, 6*(2), 250–270.

Cunha Mattos, R. J. da. (2004). *Itinerário: Do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. Instituto Cultural Amilcar Martins.

DaMatta, R. (1997). *Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rocco.

Elias, N. (1998). *Sobre o tempo*. Jorge Zahar.

Fairbank, J. K., & Goldman, M. (1998). *China: A New History*. Harvard University Press.

Farias Júnior, J. P., & Guimarães, S. (2020). Manuais de ensino de História oitocentistas: Reflexões sobre o cristianismo na história escolar no Império do Brasil. *Cadernos de História da Educação, 19*(3), 817–836. https://doi.org/10.14393/che-v19n3-2020-10

Guimarães, B. (1858). *O ermitão de Muquém*. Fundação Biblioteca Nacional.

Hobsbawm, E. (1988). *A era dos impérios*. Paz e Terra.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Hobsbawm, E. (2009). *A era do capital (1848–1875)*. Paz e Terra.

Kraay, H. (2000a). A invenção do Sete de Setembro (1822–1831). *Almanack Brasiliense, 11*, 52–61.

Kraay, H. (2000b). Entre o Brasil e a Bahia: A comemoração do 2 de Julho em Salvador, século XIX. *Afro-Ásia, 23*, 47–86.

Leite de Moraes, J. de A. (1882). *Apontamentos de viagem*.

Lyra, M. de L. V. (1995). Memórias da Independência: Marcos e representações simbólicas. *Revista Brasileira de História, 15*(29), 173–206.

Meisner, M. (1999). *Mao's China: A History of the People's Republic*. Free Press.

Moraes, C. de C. (2012). *Do corpo místico de Cristo: Irmandades e confrarias na Capitania de Goiás (1736–1808)*. Editora UFG.

Narita, F. Z. (2017). *Religião e moral na formação do Império brasileiro: O problema da elaboração da sociedade nacional*. Paper apresentado no IESP-UERJ.

O Goyaz. (1885, 12 dezembro), p. 1.

Oliveira, M. S. de. (1988). Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos, 1*(1). https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1935

Oliveira Souza, F. J. (2008). Religião e política no Primeiro Reinado e Regências: A atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado Imperial Brasileiro. *Almanack Braziliense, 8*. https://revistas.usp.br/alb/pt_BR/article/view/11700/13471

Passetti, G. (2012). *Indígenas e criollos: Política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852–1885).* Alameda.

Pereira da Cunha, A. A. (1857). *Relatório ao vice-presidente João Bonifácio Gomes de Siqueira*. Cidade de Goiás.

Pohl, J. E. (1976). *Viagem no interior do Brasil*. Editora Itatiaia; Editora da USP.

Reis, J. J. (1996). Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP, 28*.

Rodrigues Jardim, J. (1841). *Relatório à Assembleia Provincial de Goiás*. Cidade de Goiás.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Sandes, N. F. (2000). *A invenção da nação: Entre a Monarquia e a República*. Editora da UFG.

Sandes, N. F., & Arrais, C. A. (2013). História e memória em Goiás no século XIX: Uma consciência da mágoa e da esperança. *Varia Historia, 29*(51), 847–861. https://doi.org/10.1590/S0104-87752013000300010

Santirocchi, Í. D. (2018). Reformas da Igreja em contraposição: O pombalismo luso e o ultramontanismo brasileiro (séculos XVIII e XIX). *Itinerantes. Revista de Historia y Religión*, 65–90. https://revistas.unsta.edu.ar/index.php/Itinerantes/article/view/44

Schwarcz, L. M. (2001). *O Império em procissão: Ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Jorge Zahar.

Schwarcz, L. M. (2009). *De olho em D. Pedro II e seu reino tropical*. Claro Enigma.

Souza, I. L. C. (1999). *Pátria coroada: O Brasil como corpo político autônomo (1780–1831).* UNESP.

Surigué, S. F. (1838). *Almanak Geral do Império do Brasil*. Tipografia Comercial Fluminense.

Turner, F. J. (1893). The significance of the frontier in American history. *Annual Report of the American Historical Association*, 199–227. https://www.historians.org/resource/the-significance-of-the-frontier-in-american-history/

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Professor titular de Teoria da História na Universidade Federal de Goiás, atuando no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da mesma Instituição. Coordenador de diversos Programas de Cooperação internacional (CAFP/CAPES/SPU 2014-2018; PECI-CNPq 2024-2027; Rede Gaia – CAPES-Global.edu - Eixo 3: "Equidade, Diversidade e Redução das Desigualdades" - 2026-2030). Pesquisador visitante na UNJu (Argentina, 2016), UDELAR (Uruguai, 2022, 2025) e UBA (Argentina, 2025). Lider do Grupo de Pesquisa "Fórum de Teoria da História (2023). Coordenador do PPGH (2024-2026) e integrante do Grupo Diversidade das Culturas. Vem contribuindo de modo ininterrupto com produções nas áreas de Teoria e Filosofia da História, História da Historiografia e História do Brasil. Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo CNPq. cristiano_arrais@ufg.br

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

ENTRE A COVA E A DISTINÇÃO: MORTE ESCRAVIZADA, ADMINISTRAÇÃO E HIERARQUIAS SENHORIAIS EM VILA DO CUIABÁ (1789-1809)

ENTRE LA FOSA Y LA DISTINCIÓN: MUERTE ESCLAVIZADA, JERARQUÍAS SEÑORIALES Y CULTURA POLÍTICA EN VILA DO CUIABÁ (1789-1809)

BETWEEN THE GRAVE AND DISTINCTION: ENSLAVED DEATH, SEIGNIORIAL HIERARCHIES, AND POLITICAL CULTURE IN VILA DO CUIABÁ (1789-1809)

Prof. Dr. Bruno C. Bio Augusto de Pace
Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
bbioaugusto@icloud.com

RESUMO

Este artigo analisa os registros de óbito de pessoas escravizadas da freguesia do Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá, entre 1789 e 1809, como fonte para compreender práticas de sepultamento, hierarquias sociais e cultura política de distinção na América portuguesa. A série reúne 1.688 registros, dos quais 1.683 correspondem a indivíduos classificados na documentação como “escravos” ou “escravas”. O termo “escravizado” é utilizado aqui como categoria analítica contemporânea, enquanto “escravo”, “escrava” e expressões equivalentes são tratadas como vocabulário histórico da fonte. Assim, a documentação paroquial é interpretada como escrita de ordenamento social que classifica os mortos por condição, sexo, idade, cor, origem, família, senhorio e lugar de sepultura. Entre os registros com lugar conhecido, a Matriz concentrou 975 ocorrências, sobretudo em seu cemitério e em seu adro. Ao mesmo tempo, títulos, patentes e tratamentos associados aos senhores permitem deslocar a análise da morte de escravizados para a sociedade dos vivos. Sustenta-se, portanto, que os óbitos revelam uma economia moral da distinção, na qual posse cativa, rito católico, geografia mortuária e aparência pública do senhorio se articulavam em uma sociedade de Antigo Regime e em região de fronteira.

PALAVRAS-CHAVE: escravidão; morte; sepultamento; distinção social; Vila do Cuiabá.

RESUMEN

Este artículo analiza los registros de defunción de personas esclavizadas de la parroquia de Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá, entre 1789 y 1809, como fuente para comprender las prácticas de sepultura, las jerarquías sociales y la cultura política de la distinción en la América portuguesa. La serie reúne 1.688 registros, de los cuales 1.683 corresponden a personas

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

clasificadas en la documentación como esclavos o esclavas. El término “esclavizado” se utiliza aquí como categoría analítica contemporánea, mientras que “esclavo”, “esclava” y expresiones equivalentes son tratadas como vocabulario histórico de la fuente. La documentación parroquial se interpreta como una escritura de ordenamiento social, pues clasifica a los muertos por condición jurídica, sexo, edad, color, origen, familia, señorío y lugar de sepultura. Entre los registros con lugar conocido, la Iglesia Matriz concentró 975 ocurrencias, especialmente en su cementerio y en su atrio. Al mismo tiempo, los títulos, las patentes y los tratamientos asociados a los señores permiten desplazar el análisis de la muerte esclavizada hacia la sociedad de los vivos. Se sostiene que los registros de defunción revelan una economía moral de la distinción, en la cual la posesión de cautivos, el rito católico, la geografía mortuoria y la apariencia pública del señorío se articulaban en una sociedad de Antiguo Régimen situada en una región de frontera.

PALABRAS CLAVE: esclavitud; muerte; sepultura; distinción social; Vila do Cuiabá.

ABSTRACT

This article analyzes the death records of enslaved people from the parish of Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá between 1789 and 1809 as a source for understanding burial practices, social hierarchies, and the political culture of distinction in Portuguese America. The series contains 1,688 records, of which 1,683 refer to individuals classified in the documentation as slaves. The term “enslaved” is used here as a contemporary analytical category, whereas “slave” and equivalent expressions are treated as the historical vocabulary of the source. Parish documentation is interpreted as a form of social ordering, since the dead were classified by legal condition, sex, age, color, origin, family status, ownership, and burial place. Among the entries with identified burial place, the Mother Church concentrated 975 cases, mainly in its cemetery and churchyard. The article argues that enslaved death in Vila do Cuiabá reveals a moral economy of distinction in which slaveholding, Catholic rites, mortuary geography, and public appearances of lordship were articulated within an Ancien Régime frontier society.

KEYWORDS: slavery; death; burial; social distinction; Vila do Cuiabá.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Introdução

A morte dos escravizados em Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá, também referida como Vila do Cuiabá, pode ser lida para a compreensão da sociedade colonial que os possuía, nomeava, catequizava, explorava e enterrava. Os registros de óbitos dessa freguesia, produzidos entre os últimos anos do século XVIII e os primeiros do XIX, não documentam somente o encerramento de trajetórias individuais. Eles registram formas de pertencimento, dependência, classificação e desigualdade, e em cada assento, quando a pena eclesiástica anotava o nome do falecido, sua condição, sua cor ou origem, sua idade aproximada, sua família possível, o senhor a quem pertencia e o lugar de sepultura, produzia-se uma miniatura documental da ordem social.

O objetivo deste artigo é analisar os óbitos de pessoas escravizadas em Vila do Cuiabá como fonte para discutir a articulação entre práticas funerárias, hierarquia social e cultura política de distinção na América portuguesa. A hipótese central sustenta que os registros de morte não apenas expressavam uma geografia religiosa dos sepultamentos, mas também revelavam uma sociedade senhorial organizada por sinais públicos de autoridade. A morte dos escravizados, portanto, permite observar a vida social dos senhores, e por meio dos lugares de inumação, dos títulos associados aos proprietários, das designações de cor e origem e das qualificações familiares dos mortos, torna-se possível perceber uma sociedade em que o corpo escravizado continuava submetido, mesmo depois de falecido, às linguagens do mando, da posse e da distinção.

O recorte cronológico adotado, entre 1789 e 1809, corresponde ao período mais consistente da série documental disponível. O banco de dados utilizado foi construído a partir de registros paroquiais de óbitos da freguesia de Vila do Cuiabá, com 1.688 ocorrências transcritas e organizadas em campos analíticos. A base contém informações sobre página, dia, mês, ano, nome do falecido, local, sexo, idade, qualificação familiar, pai, mãe e cônjuge, causa da morte, lugar de sepultamento e observações. Entretanto, como em muitas fontes paroquiais seriadas, os vazios, as irregularidades, as grafias variantes e as lacunas apareceram. Diante desse fato, essas ausências não são analisadas apenas como defeitos da documentação, mas também como parte da própria historicidade da fonte, permitindo interpelar ainda mais o pretérito.

A série é desigual. Há registros sem ano, sem cor, sem filiação, sem idade, sem causa mortis ou sem lugar de sepultamento. Em vez de apagar tais omissões, optou-se por explicitá-las, porque a ausência de informação também é um dado e indica que a classificação documental obedecia a prioridades específicas. A condição escrava, por exemplo, aparece com regularidade quase absoluta, ao passo que a cor, origem, filiação e causa da morte são muito menos constantes. Essa diferença sugere que a fonte paroquial não estava igualmente interessada em todos os

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

atributos do morto, sendo, porém, imprescindível identificá-lo como pessoa submetida a um senhor e como corpo destinado a determinada forma de sepultura cristã.

Para atender a esse problema, o artigo foi reorganizado em seis eixos. O primeiro explicita a fonte, suas categorias de análise e o modo como foi constituído o banco de dados. O segundo contextualiza Vila do Cuiabá no quadro da mineração, do abastecimento, da fronteira e da formação de elites locais. O terceiro amplia o diálogo com a historiografia sobre morte, salvação, sepultamentos e ritos fúnebres. O quarto examina o perfil serial dos óbitos. O quinto discute a geografia dos sepultamentos e a distinção funerária. O sexto articula posse cativa, senhoria, mulheres proprietárias, categorias de cor e origem, família escrava e economia moral da distinção.

Fonte paroquial, categorias documentais e método de leitura

A fonte examinada contém 1.688 registros utilizáveis. Desses, 1.683 foram classificados como escravizados ou escravizadas, quatro como forros ou forras e um como caso de difícil classificação. A quase totalidade do corpus documental, portanto, pertence ao universo da escravidão, e essa concentração permite tratar a série como documentação específica da morte de pessoas submetidas ao cativeiro, ainda que a presença minoritária de pessoas forras indique uma fronteira social próxima entre cativeiro, liberdade e dependência.

A fonte foi recebida como arquivo digital, em CD, com informações provenientes da Cúria Metropolitana de Cuiabá, disponibilizado pelo Arquivo Público de Mato Grosso e por intermédio da professora Maria Celma Borges, titular na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Esse dado precisa ser explicado porque a pesquisa trabalhou com uma base digital derivada de assentos eclesiásticos e não diretamente com o volume material em suporte manuscrito. Por essa razão, não se afirma, sem exame codicológico do livro original, que a paróquia tenha mantido necessariamente um livro separado por condição social. O que se sustenta, metodologicamente, é que o arquivo disponibilizado agrupou registros de óbitos referentes a escravos, escravas e poucos forros, permitindo a análise seriada da morte cativa em Vila do Cuiabá.

Essa ressalva é importante diante das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que disciplinavam os registros sacramentais, mas não determinavam a criação de livros separados segundo condição jurídica, a exemplo do Livro IV, Título XLIX, que determinava que em todas as igrejas paroquiais houvesse livro em que se assentassem os nomes dos defuntos, registrando os mortos sem a obrigatoriedade de separá-los por escravizados, livres ou libertos (Constituições Primeiras, 1719). A existência de assentos agrupados por condição, caso confirmado no volume original, indica uma forma local de organização documental e de hierarquização social, mas como a presente investigação se baseia no arquivo digital, a hipótese mais prudente é trabalhar com a série por meio de recorte documental de óbitos de pessoas escravizadas e, com isso, evitar transformar a organização da base em prova direta de uma separação paroquial original.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Outra questão metodológica diz respeito ao vocabulário. O termo “escravizado” é utilizado como categoria analítica contemporânea e não como transcrição literal recorrente da documentação. A fonte emprega, majoritariamente, “escravo”, “escrava”, “escravo de” e equivalentes, que são categorias próprias da ordem jurídica e social do período. A opção por “escravizado” procura enfatizar a condição histórica imposta e a violência da sujeição, mas sem apagar a terminologia do documento quando a análise se volta à forma documental, preservando-se as categorias históricas justamente para problematizar o modo como o registro produzia classificação e dependência.

A primeira exigência metodológica consistiu em normalizar categorias que aparecem de modo irregular. A qualificação etária, por exemplo, apresenta variações como “adulto”, “adulta”, “inocente”, “infante”, “menor” e “criança”. Os lugares de sepultamento oscilam entre “cemitério da matriz”, “adro da matriz”, “Matriz-Adro”, “Matriz-Dentro” e outras combinações. A normalização, nesse caso, não substitui a fonte original, mas permite agregá-la sem eliminar a complexidade da escrita.

As categorias de cor e origem exigem cautela ainda maior. No banco de dados, “preto” e “africano de nação especificada” foram mantidos como categorias distintas, pois aparecem especificados na documentação. Funcionando como uma classificação social ampla, “preto” ou “preta” frequentemente estavam associados à escravidão africana e aos afrodescendentes. Já as designações de nação como Mina, Benguela, Congo, Angola ou Nagô, remetem a procedências ou identidades atribuídas no interior do mundo atlântico e colonial. Do mesmo modo, “cabra” e “caburé” não devem ser fundidos em uma categoria única, pois pertenciam a vocabulários classificatórios diferentes e podiam carregar sentidos sociais específicos.

Explicado o procedimento de triagem, a leitura estatística foi feita sempre com universos variáveis. Quando se analisa o lugar de sepultamento, por exemplo, o total relevante não é o de 1.688 registros, mas o de 1.315 ocorrências com lugar conhecido. Quando se analisa cor ou origem, o dado mais expressivo talvez seja justamente a ausência de informação, que alcança 939 registros. Tal técnica evita percentuais enganosos e permite distinguir entre o mundo total da série e os subconjuntos efetivamente informados.

A segunda exigência metodológica é de ordem interpretativa. O registro paroquial não deve ser lido como realidade social. Ele é uma mediação. A Igreja registrava, mas não documentava tudo, e o pároco nomeava segundo suas convenções, sendo que o escrivão paroquial classificava por meio de vocabulários disponíveis em seu mundo, e por isso os registros de óbitos precisam ser lidos como documentos que produziam ordem, mesmo que fosse no papel. Ao nomear um morto como “escravo de”, a escrita fixava uma relação de dependência, e, ao registrar o lugar da sepultura, inscrevia o corpo em uma geografia moral. Ao mencionar o senhor como capitão, dona, mestre de campo, alferes ou tenente, reproduzia-se, no assento mortuário, os sinais públicos de hierarquia que estruturavam a vida dos vivos.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A morte, nesse sentido, não suspende a ordem social, mas frequentemente a reafirma. O escravizado morto continuava sendo nomeado por sua condição, sua cor, sua filiação possível e seu senhor, e o vínculo de propriedade, que em termos jurídicos se encerrava com a morte do corpo, permanecia como forma de identificação documental. Uma permanência que revela, nos registros paroquiais, que a pessoa escravizada aparecia como indivíduo cristão a ser enterrado e também como dependente de uma casa, de um proprietário e de uma hierarquia.

Quadro 1. Categorias documentais e decisões de normalização

Dimensão	Categoria na fonte/base	Procedimento analítico adotado
Condição jurídica	Escravo, escrava, escravo de, forro, forra	Preservação do vocabulário histórico quando discutido; uso de "escravizado" como categoria analítica contemporânea.
Cor/classificação social	Preto, preta, pardo, parda, crioulo, crioula	Manutenção das categorias como classificações documentais, sem reduzi-las a descrições fenotípicas estáveis.
Origem/nação	Mina, Benguela, Congo, Angola, Nagô e outras designações	Separação entre "preto" e "africano de nação especificada", pois aparecem distintamente na documentação.
Categorias mestiças	Cabra e caburé	Desmembramento das categorias, evitando agrupamento indevido.
Idade/condição espiritual	Adulto, adulta, inocente, infante, menor, criança	Agrupamento analítico entre adultos e crianças/inocentes, com observação sobre o sentido religioso de "inocente".
Sepultamento	Matriz, adro, cemitério, interior, capelas, lugares esmos	Normalização dos lugares sem apagar os nomes específicos registrados.

Fonte: elaboração a partir do banco de dados dos registros de óbito de pessoas escravas da freguesia do Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1789-1809).

Vila do Cuiabá, fronteira, mercado interno e sociedade escravista

Para compreender a série de óbitos, é necessário situar Vila do Cuiabá no conjunto mais amplo da capitania de Mato Grosso. Essa vila não pode ser tratada apenas a partir do cenário paroquial, sendo preciso situá-la em núcleo de articulação entre mineração, abastecimento, agricultura, criação de animais, circulação fluvial, defesa de fronteira e formação de elites locais. A ocupação portuguesa da região, desde as primeiras décadas do século XVIII, foi marcada pela

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

exploração aurífera, pela presença indígena, pela interiorização de rotas comerciais e por uma economia que dependia de mão de obra cativa em atividades diversas.

A interpretação clássica da colonização portuguesa, representada por Caio Prado Júnior e Fernando Novais, situou o Brasil colonial inserido em um sistema voltado à acumulação de capital metropolitana e ao mercado externo. Para essa leitura, o sentido fundamental da colonização estava na produção de gêneros exportáveis, na transferência de excedentes para a metrópole e na subordinação da vida econômica colonial às necessidades do capitalismo mercantil europeu (Prado Júnior, 2011; Novais, 1979). Nessa lógica de análise, a produção interna aparecia frequentemente como derivada, complementar ou pouco dinâmica, e o mercado interno teria importância reduzida diante da função exportadora da colônia.

Estudos posteriores passaram a demonstrar que a reprodução das atividades exportadoras dependia de circuitos internos de abastecimento, crédito, transporte, criação de animais, agricultura, serviços e comércio de escravizados. Autores como João Fragoso, Manolo Florentino, Maria de Fátima Gouvêa, Roberto Guedes e outros pesquisadores reavaliaram a importância dos mercados internos, das elites locais e das redes de poder na formação da sociedade colonial. O abastecimento, longe de ser setor secundário irrelevante, tornou-se mecanismo de enriquecimento, ascensão social e ingresso na vida política local (Fragoso; Florentino, 2001; Fragoso; Gouvêa, 2010; Fragoso; Guedes; Sampaio, 2014).

No caso de Mato Grosso, a distância do litoral, a necessidade de manter rotas de comunicação e a proximidade com domínios espanhóis fizeram com que o abastecimento interno assumisse papel estratégico, e Vila do Cuiabá e seus arredores não viviam apenas da mineração, mas também de roças, engenhos, criação de gado e suínos, transporte, comércio de alimentos e produção voltada às necessidades locais e regionais. É por isso que a morte de escravizados registrados na paróquia deve ser relacionada a uma sociedade em que os cativos atuavam em múltiplas frentes de trabalho, não apenas nas lavras.

Com pesquisas regionais, ainda que voltadas ao século XIX, o estudo de Luiz Rios Ricci Volpato é fundamental para compreender, no contexto colonial, a persistência de uma sociedade marcada pela escravidão, pela vida cotidiana de cativos e libertos e pela centralidade das relações de dependência. Suas análises sobre Cuiabá mostram que o sertão mato-grossense possuía dinâmica social própria, na qual a escravidão organizava o trabalho, os vínculos domésticos, as hierarquias e as estratégias de sobrevivência (Volpato, 1993).

Colaborando para pensar a política local da fronteira oeste na América portuguesa e as rivalidades entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII, a leitura de Nauk Maria de Jesus possibilita observar a capitania como espaço de negociação entre poderes locais, câmaras, governadores e interesses regionais, evitando reduzir o interior mato-grossense à periferia passiva da administração metropolitana (Jesus, 2011). Essa perspectiva dialoga com a proposta deste presente artigo, pois os registros de óbitos são tratados como parte de uma ordem local que combinava Igreja, senhorio, administração, família e hierarquia.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Ao estudar engenhos, produção e abastecimento no termo de Vila do Cuiabá, entre 1751 e 1822, Vanda da Silva reforça a importância das atividades agrícolas e do mercado interno para a sustentação regional, e sua análise permite compreender que a economia cuiabana articulava mineração, agricultura e abastecimento, e que os engenhos, roças, currais e fazendas integravam a dinâmica social da capitania (Silva, 2015). Assim, a presença de escravizados nos óbitos não deve ser interpretada como vestígio isolado de uma população mineradora, mas como expressão de uma sociedade em que a mão de obra cativa era empregada em atividades diversificadas.

A documentação demográfica confirma essa centralidade da escravidão no cotidiano social e econômico da capitania. Segundo a Memória de Ricardo Franco de Almeida Serra, redigida em 31 de janeiro de 1800 e publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Mato Grosso possuía cerca de 24.000 habitantes, distribuídos de modo desigual, com aproximadamente 18.000 em Vila do Cuiabá e seus arraiais adjacentes e 6.000 em Vila Bela. Desse total, 11.664 foram classificados como "escravos de ambos os sexos", isto é, 48,6% da população (Serra, 1916). Proporção que revela uma sociedade profundamente dependente do cativeiro.

Nesse contexto, os óbitos se tornam metodologicamente pertinentes para compreender a região. Contudo, a série de 1.688 registros, distribuída entre 1789 e 1809, o volume de mortes condiz com uma sociedade em que os cativos correspondiam a parcela expressiva da população e eram empregados em atividades econômicas essenciais, colocando os dados fúnebres não como marginais à história de Cuiabá, mas como via de entrada para compreender ordem social de região de fronteira.

Tabela 1. População da capitania de Mato Grosso segundo Ricardo Franco de Almeida Serra

Categoria	Quantidade	Percentual aproximado
População total da capitania	24.000	100%
Vila do Cuiabá e arraiais adjacentes	18.000	75,0% da capitania
Vila Bela	6.000	25,0% da capitania
Escravos de ambos os sexos	11.664	48,6% da capitania
Mulheres de todas as idades	6.088	25,4% da capitania
Velhos de cinquenta anos para cima	884	3,7% da capitania
Rapazes de um até quinze anos	2.616	10,9% da capitania
Homens de dezesseis até cinquenta anos	2.748	11,5% da capitania

Fonte: SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Memória, ou informação dada ao governo sobre a capitania de Mato Grosso, em 31 de janeiro de 1800. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo II, p. 19-50, 1916 [1840].

Morte, salvação e sepultamento na América portuguesa

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

O estudo histórico da morte exige considerar a longa duração das sensibilidades cristãs e as variações sociais que marcaram as sociedades coloniais. Durante largo período, o enterro junto às igrejas e dentro de suas circunvizinhanças foi compreendido como prática legítima e desejável, e a proximidade dos altares, dos santos, das missas e das orações dos vivos participava de uma economia espiritual, isto é, de um rito que articulava memória, purgatório, intercessão e salvação. Isso fazia com que o morto não desaparecesse do espaço social, pois, mesmo após a sua partida, a sua carne e seus ossos se tornavam materiais para rituais entre os vivos.

A bibliografia clássica sobre a história da morte mostrou que, no Ocidente cristão, a preocupação com a alma foi durante muito tempo mais importante do que a separação sanitária entre vivos e cadáveres, e as ideias modernas, que transformariam o cemitério em espaço separado, insalubre, murado e administrado por critérios de higiene e urbanidade, consolidaram-se mais tardiamente (Ariès, 2012). Antes disso, o entorno da igreja era simultaneamente espaço de culto, circulação, memória e inumação, permitindo que a sociedade cristã convivesse com seus mortos de forma próxima, ainda que essa proximidade fosse hierarquizada, como se demonstrará ao longo deste estudo.

No Brasil, João José Reis mostrou que a morte oitocentista podia ser compreendida mais como experiência social, religiosa e política, e menos como um fim biológico, não se reduzindo ao desaparecimento físico do indivíduo e se constituindo em uma existência social organizada, marcada por ritos, crenças, hierarquias e disputas. Ao estudar a Cemiterada de 1836, em Salvador, o autor demonstra que os costumes funerários expressavam uma concepção religiosa e comunitária da morte, na qual o lugar de sepultamento, a participação das irmandades, as cerimônias e a proximidade com os espaços sagrados eram elementos fundamentais para a salvação da alma e para a afirmação das posições sociais (Reis, 1991). Para o presente artigo, essa leitura é importante porque permite compreender que os funerais não eram apenas eventos privados, mas momentos de visibilidade pública nos quais se expressavam pertencimento, devoção, condição social e hierarquia.

Aprofundando a discussão sobre secularização da morte, transformações fúnebres e espaços de sepultamento no Rio de Janeiro, Claudia Rodrigues indicou que a passagem dos enterros em igrejas para cemitérios extramuros envolveu conflitos entre experiências religiosas, projetos sanitários, administração urbana e autoridade eclesiástica. Ser enterrado dentro da igreja, próximo aos altares, santos e missas, significava maior proximidade com o sagrado e maior prestígio. Já o adro, os cemitérios anexos e os espaços mais afastados indicavam posições inferiores dentro da mesma ordem católica. Assim, a morte não anulava as desigualdades existentes entre os vivos, projetando-as sobre a geografia do sagrado (Rodrigues, 1997; Rodrigues, 2018). Em diálogo com essa perspectiva, os óbitos de Vila do Cuiabá permitem observar momento anterior à consolidação dos cemitérios públicos separados, quando a Matriz, seu adro, seu cemitério e as capelas ainda compunham a geografia católica dos corpos.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Ao estudar registros de óbitos e sepultamentos na freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, Adalgisa Arantes Campos mostrou que os lugares dos mortos no mundo barroco mineiro obedeciam a uma escatologia e a uma ordem social. O espaço da igreja, longe de ser homogêneo, era internamente hierarquizado em sua infraestrutura, e a proximidade dos altares e dos lugares de maior devoção podia indicar distinção, pertencimento e expectativa de salvação (Campos, 2004).

Também chamando atenção para a morte hierarquizada nos ambientes coloniais do Rio de Janeiro, Milra Nascimento Bravo indicou que os locais dos mortos reproduziam diferentes estatutos, cor, condição e riqueza, sendo que a distribuição dos corpos expressava diferenças de prestígio, condição jurídica, pertencimento religioso e capacidade material (Bravo, 2014). Ao tratar dos ritos fúnebres de forros e livres nas Minas setecentistas, Júnia Ferreira Furtado demonstrou que a transitoriedade da vida e a eternidade da morte eram elaboradas por meio de testamentos, missas, mortalhas, irmandades e escolhas de sepultura, que transformavam a morte em práticas de distinção entre os vivos (Furtado, 2001).

No mundo luso-brasileiro, os sepultamentos *ad sanctos apud ecclesiam* reproduziam e adaptavam tradições que remontam ao cristianismo tardo-antigo europeu, com o culto dos mártires, que era quando a proximidade física entre os mortos comuns e os corpos santos passava a ser compreendida como forma de proteção, memória e intercessão espiritual. Na Europa medieval, essa prática se reorganizou em torno das igrejas paroquiais e seus interiores (Ariès, 2012). Encerrar-se, portanto, junto aos santos e nas proximidades do templo era prática carregada de sentido, fazendo com que a igreja, como espaço sagrado, funcionasse como lugar de passagem, proteção e distinção, e o seu interior, especialmente as áreas próximas aos altares, fosse objeto de desejo e prestígio. Já o adro e o cemitério, embora também integrados ao espaço eclesiástico, foram socialmente menos valorizados, e tais aspectos mostram que a distância em relação ao altar funcionava como métrica simbólica da posição social.

A morte, tanto na Europa quanto na América, possuía uma topografia moral, e o lugar do corpo indicava, em alguma medida, o lugar social do morto e de seus responsáveis. Pessoas de maior prestígio podiam dispor de ritos mais solenes, acompanhamento clerical mais visível, missas, mortalhas, irmandades, testamentos e sepulturas mais próximas dos espaços de honra. Na colônia, pobres, escravizados, indígenas, condenados e sujeitos socialmente marginalizados eram frequentemente destinados a lugares menos conceituados, embora ainda dentro de uma ritualística cristã que reconhecia o direito do fiel ao sepultamento em solo sagrado.

A América portuguesa acrescentou a essa geografia da morte europeia a complexidade da cor, da escravidão e das irmandades. Não bastava considerar riqueza ou pobreza, era relevante também a hierarquia que se fazia por meio da raça, estatuto jurídico, qualidade social e pertencimento corporativo. A condição de escravo, a identificação como preto, pardo, crioulo, cabra, caburé ou africano de determinada nação, a pertença ou não a irmandades e a relação com senhores de maior ou menos prestígio interferiam nas possibilidades rituais. A morte colonial, nesse contexto, era um momento de visibilidade social, e os funerais, procissões,

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

missas e lugares de inumação dramatizavam diferenças que já operavam em vida (Reis, 1991; Rodrigues, 1997; Campos, 2004; Bravo, 2014).

Perfil serial dos óbitos e pessoas escravizadas em Vila do Cuiabá

A série de óbitos permite traçar um perfil geral dos mortos registrados. Em 1.688 registros, 1.683 foram classificados como "escravos" ou "escravas", com predominância masculina. Sendo identificados 1.044 registros masculinos e 464 femininos, além de 179 sem informação de sexo e um caso ilegível ou irregular, essa diferença pode refletir a composição da população escravizada local, marcada pela demanda por trabalho masculino em atividades mineradoras, agrícolas, de transporte, defesa e serviços diversos, ou também pode resultar de formas documentais de registros e de lacunas na série. Exigindo cautela em suas análises, o dado, contudo, dialoga com o perfil de sociedades mineradoras e de fronteira, com a escravidão masculina frequentemente alcançando proporções elevadas.

Para Vila Rica, entre 1755 e 1815, por exemplo, identificou-se superioridade numérica de homens cativos ao longo de todo o período, especialmente entre os africanos cativos, com proporção que ultrapassava 80% de escravizados e escravizadas trazidos da África. Informação que revela a preferência de escravos homens, adquiridos pelo mercado externo, para a demanda produtiva das atividades mineradoras e complementares (Rangel, 2005).

Nos registros cuiabanos de óbito, a qualificação etária dos falecidos indica 880 adultos ou adultas e 528 inocentes, crianças, menores ou infantes. O número de crianças corresponde a pouco mais de 31% da série total, sugerindo que a mortalidade infantil escravizada era componente significativo da experiência social local. A categoria de "inocente", além de etária, tinha significado religioso e designava crianças pequenas associadas a uma condição espiritual católica.

É uma categoria que deve ser compreendida a partir da linguagem católica sobre a infância e a salvação. Nas prescrições eclesiásticas relativas à morte infantil, a criança, por não possuir capacidade moral para pecar por ato próprio, era frequentemente compreendida em uma condição espiritual particular, associada à pureza, à inocência e, quando batizada, à expectativa de salvação. Daí a recorrência, nos registros, da expressão "inocente" (Vailati, 2010; 2012). Além disso, a morte infantil, nesse contexto, permite pensar reprodução, família, batismo, vulnerabilidade, maternidade escravizada e administração paroquial da infância cativa.

Tabela 2. Perfil geral dos registros

Categoria analisada	Ocorrências	Percentual aproximado
Total de registros utilizáveis	1.688	100%
Escravos(as)/escravizados(as)	1.683	99,7%
Forros(as)	4	0,2%
Outros/ilegível	1	0,1%
Masculino	1.044	61,8%
Feminino	464	27,5%

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Categoria analisada	Ocorrências	Percentual aproximado
Sem informação de sexo	179	10,6%
Adultos(as)	880	52,1%
Inocentes/crianças	528	31,3%
Sem informação etária	271	16,1%

Fonte: banco de dados elaborado a partir dos registros de óbito de pessoas escravas da freguesia do Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1789-1809).

O campo da cor ou origem apresenta alto índice de ausência de informação. Em 939 registros, não há indicação de cor ou procedência. Entre os casos informados, aparecem pretos ou pretas, crioulos ou crioulas, pardos ou pardas, africanos de nação especificada, cabras caburés e outros termos. A distribuição revela tanto a diversidade da população cativa quanto os limites da classificação documental.

Essa compreensão exige cautela. Como demonstrou Hebe Mattos, a cor e a condição social nos documentos oitocentistas, o que permite estender essa cautela aos registros setecentistas, apareciam ou desapareciam conforme as relações de liberdade, dependência, honra e reconhecimento social (Mattos, 2024). Dessa maneira, o silêncio documental também deve ser interpretado historicamente.

A ausência da cor em mais da metade da série impede afirmações rígidas sobre a composição cromática total dos mortos. Ainda assim, os registros informados mostram a presença de categorias estruturantes da sociedade escravista, sendo que “preto” e “preta” indicam uma classificação fortemente associada à escravidão, mas não devem ser confundidos com “africanos de nação especificada”. Já “crioulo” e “crioula” sugerem nascimento no espaço colonial, e “pardo” e “parda” apontam para uma categoria social móvel e dependente dos contextos para que se estabeleçam possíveis ligações com o cativeiro. Por sua vez, as designações de nação, como Mina, Benguela, Congo, Angola e Nagô, aproximam a série dos circuitos atlânticos e das rotas de escravização.

A qualificação familiar também apresenta dados importantes. Em 911 registros não há informação a respeito disso, mas entre os demais predominam solteiros, filhos naturais, filhos legítimos, casados e viúvos. A presença de 304 casos de filiação natural e 92 de filiação legítima mostra que a família escravizada aparece na documentação, embora de modo fragmentado. A diferença entre filho natural e filho legítimo é particularmente relevante, indicando que o registro paroquial aplicava aos escravizados categorias morais e jurídicas próprias da sociedade cristã.

A distinção entre legítimos e naturais deve ser compreendida como parte da linguagem religiosa e jurídica da sociedade escravista. Como demonstrou Sheila de Castro Faria, os registros paroquiais não apenas informavam vínculos de parentesco, mas também classificavam moralmente as formas de nascimento e pertencimento familiar. O filho legítimo era aquele nascido de união matrimonial reconhecida pela Igreja, ao passo que o filho natural indicava nascimento fora do matrimônio sacramentado. No caso da população escravizada, a formação

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

de famílias cativas era atravessada pela autoridade senhorial, instabilidade da posse, possibilidade de separação e dificuldades de acesso pleno ao casamento religioso (Faria, 1998). Assim, a predominância de filhos naturais não deve ser tomada como ausência de família, mas como efeito de uma sociedade em que a Igreja registrava os vínculos familiares segundo normas sacramentais que nem sempre correspondiam às experiências afetivas e parentais da população cativa.

Quadro 2. Cor, origem e classificação dos falecidos

Categoria	Ocorrências	Percentual sobre o total
Sem informação	939	55,6%
Preto(a)	331	19,6%
Crioulo(a)	205	12,1%
Pardo(a)	102	6,0%
Africano(a) de nação especificada	79	4,7%
Cabra	13	0,8%
Caburé	10	0,6%
Outros	9	0,5%

Fonte: banco de dados elaborado a partir dos registros de óbito de pessoas escravas da freguesia do Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1789-1809).

Tabela 3. Qualificação familiar dos falecidos

Categoria	Ocorrências	Percentual sobre o total
Sem informação	911	54,0%
Solteiro(a)	312	18,5%
Filiação natural	304	18,0%
Filiação legítima	92	5,5%
Casado(a)	44	2,6%
Filiação sem qualificação	13	0,8%
Viúvo(a)	7	0,4%
Outros	5	0,3%

Fonte: banco de dados elaborado a partir dos registros de óbito de pessoas escravas da freguesia do Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1789-1809).

A família escravizada aparece de forma desigual, e o grande número de registros sem informação não significa inexistência de laços familiares, mas limitação ou seletividade da escrita. Muitos escravizados tinham mães, pais, companheiros, filhos e redes de afeto, mas tais relações só eram anotadas quando o registro as considerava necessárias ou disponíveis. A categoria “filho natural” indica, de outro modo recorrente, crianças cuja filiação não estava enquadrada no matrimônio legítimo, como já analisado antes. A ilegitimidade, nesse caso, precisa ser lida dentro das condições do cativeiro, nas quais a formação de famílias era atravessada pela autoridade senhorial, instabilidade da posse, circulação geográfica forçada e restrições impostas à vida conjugal.

Quanto à cronologia, a distribuição anual da série é irregular. Dos 1.688 apontamentos, 1.200 possuem ano identificado, concentrando-se principalmente entre 1796 e 1809, com destaque para 1805, ano que reúne 182 ocorrências. Essa concentração pode resultar em maior

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

preservação do livro, intensificação dos registros, crises locais, surtos, conjunturas específicas ou maior consistência documental. Sem cruzamento com outras fontes, não convém transformar a variação anual em curva segura de mortalidade.

Para que ocorra uma curva segura de mortalidade, metodologicamente se exige uma série contínua, com registros completos, estabilidade do recorte espacial e possibilidade de cruzamento com outras fontes demográficas, como batismos, casamentos, listas nominativas ou recenseamentos. Um exemplo disso, e que os atuais dados nos impossibilitam realizar, foi o procedimento de Maria Luiza Marcílio em seu estudo sobre São Paulo entre 1750 e 1850. A autora articulou registros paroquiais de batizados, casamentos e óbitos e recenseamentos antigos para reconstruir o movimento populacional e avaliar tendências de crescimento, natalidade e mortalidade (Marcílio, 1973; 2004).

Matriz, adro, cemitério, capelas e distinção social

O lugar de sepultamento é o campo mais diretamente relacionado à distinção funerária. Entre os 1.688 registros, 1.315 possuem indicação de lugar. A Matriz aparece como eixo central da geografia mortuária, e, somados o cemitério da Matriz, o adro, o interior, o átrio e os casos sem especificação, são 975 ocorrências, que correspondem a aproximadamente 74,1% dos registros com lugar conhecido. Dado que confirma a centralidade da igreja paroquial como espaço de administração da morte escravizada.

O predomínio do cemitério da Matriz é decisivo. Com 672 ocorrências, concentra pouco mais da metade dos sepultamentos conhecidos, e seu adro reúne 259 registros, enquanto o interior da Matriz e o átrio elencam dados residuais. Essa distribuição é coerente com uma geografia hierárquica da morte, com o cemitério e o adro integrando o espaço sagrado, mas ocupando posição menos prestigiosa que o interior do templo e as proximidades dos altares. Para os escravizados, a inclusão em solo cristão coexistia, como se observa na fonte, mas com a distância simbólica em relação aos espaços mais valorizados.

O dado confirma um princípio fundamental da sociedade colonial: a universalidade católica do sepultamento não significava igualdade ritual. A Igreja podia reconhecer o direito do enterro cristão, mas a sociedade distribuía os lugares segundo hierarquias. A proximidade do altar era um privilégio, e o sepultamento no cemitério da Matriz, embora cristão, era modesto quando comparado às inumações internas, reiterando a estrutura social.

Como introduzido neste estudo, tanto no reino quanto na América portuguesa, o terreno da igreja organizava uma geografia sagrada da morte. O ponto de maior prestígio era a capela-mor, onde se localizava o altar principal, seguida pelos altares laterais, nave, átrio, adro e, por fim, o cemitério anexo ou em espaço exterior. Era na capela-mor que se localizavam o altar, retábulo, imagens centrais, sacrário e espaço reservado ao clero, o ponto, portanto, de maior densidade simbólica, pois ali se celebrava o sacrifício da missa e se concentravam os sinais da presença sagrada de Cristo. Os altares laterais, distribuídos ao longo do templo, eram associados

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

a devoções específicas, com santos protetores, irmandades, capelas de famílias, missas votivas e sufrágios pelos mortos, funcionando como espaço intermediário de devoção e distinção social. A nave, destinada à assembleia dos fiéis, abrigava a circulação dos vivos, os lugares de assistência aos ofícios, procissões internas e, em muitos casos, sepulturas de indivíduos e famílias com algum reconhecimento social, embora em posição menos prestigiosa que a capela-mor. O átrio, situado junto à entrada do templo, marcava a transição entre o exterior e o interior sagrado, funcionando como zona liminar de passagem, espera, reunião e acesso aos ritos. O adro, área externa consagrada em torno ou diante da igreja, articulava sociabilidade, procissões, circulação comunitária e enterramentos menos prestigiados, mas ainda integrados ao território cristão. Por fim, o cemitério anexo ou da matriz correspondia ao espaço funerário exterior, destinado com maior frequência aos pobres, escravizados, libertos e sujeitos de menor distinção (Ariès, 2012; Reis, 1991; Rodrigues, 1997; Araújo, 1997; Bravo, 2014).

A presença de capelas e cemitérios de povoações vizinhas revela que a geografia funerária de Vila do Cuiabá não se restringia ao centro paroquial, e São José dos Cocais, Santo Antônio, São Gonçalo, Nossa Senhora do Livramento, Arraial do Meio, Coxipó, Queimado e outros espaços indicam uma rede territorial de sepultamentos. Esses lugares remetem à ocupação populacional dispersa, com arraiais, capelas rurais e circulação de pessoas escravizadas em áreas de mineração, agricultura, criação, comércio e serviço doméstico.

A Matriz, por sua vez, deve ser interpretada como um espaço de dupla função: lugar de salvação e de hierarquia, pois o corpo escravizado sepultado no cemitério paroquial era incluído em uma espécie de inclusão subordinada, na qual não era abandonado completamente, mas também não era alçado aos lugares mais prestigiosos do templo. Essa tensão constitui o núcleo da distinção funerária colonial.

Tabela 4. Lugares de sepultamento agrupados

Lugar de sepultamento	Ocorrências	Percentual sobre lugares conhecidos
Matriz: cemitério	672	51,1%
Matriz: adro	259	19,7%
Matriz: sem especificação interna	31	2,4%
Matriz: dentro/interior	12	0,9%
Matriz: átrio	1	0,1%
São José dos Cocais/Livramento	84	6,4%
Santo Antônio	75	5,7%
São Gonçalo	52	4,0%
Rio, campo e outros espaços não eclesiais	40	3,0%
Outras capelas e cemitérios	16	1,2%
Nossa Senhora do Livramento	14	1,1%
Arraial do Meio	12	0,9%
Rosário/irmandade	11	0,8%
Cemitério do Médico ou particular	9	0,7%
Lugar comum, esmo ou deserto	6	0,5%

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Lugar de sepultamento	Ocorrências	Percentual sobre lugares conhecidos
Outros lugares	21	1,6%
Total com lugar conhecido	1.315	100%

Fonte: banco de dados elaborado a partir dos registros de óbito de pessoas escravas da freguesia do Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1789-1809).

A comparação entre cor e lugar de sepultamento reforça esse argumento sobre as diferenças. Entre os pretos e pretas identificados, 146 foram sepultados no cemitério da Matriz. Entre os crioulos e crioulas, 154 aparecem nesse mesmo espaço. Entre os pardos e pardas, são 65. Os africanos de nação especificada tiveram 37 ocorrências no cemitério da Matriz e 20 no adro. São números analisados com atenção, pois há muitos registros sem a cor, mas, ainda assim, mostram que o cemitério paroquial era o principal destino dos escravizados classificados por cor e origem. Um espaço mortuário que não era neutro, com a escolha ou determinação do lugar de sepultura dependendo de normas religiosas, possibilidades materiais, vontade senhorial, inserção em irmandades, distância física, disponibilidade do templo e reconhecimento social. Para os escravizados, a agência sobre o próprio sepultamento era limitada, e em muitos casos o senhor, a família, a irmandade ou o pároco eram os mediadores do destino do corpo, em sua maioria lançados às covas mais simples. A morte desse grupo, portanto, pertencia à casa senhorial, à paróquia e à comunidade.

Senhorio, títulos, mulheres proprietárias e economia moral da distinção

No documento arquivístico, o campo "senhor do falecido" desloca a análise da morte escravizada para a sociedade dos vivos. Isso quer dizer que, em grande parte dos registros, o escravizado é identificado por sua relação com um proprietário. A fórmula "escravo de", ou sua equivalência documental, mostra que a identidade do morto, para a paróquia, era frequentemente mediada pelo senhorio, fazendo com que o nome do escravizado, muitas vezes, fosse reduzido a um prenome e completado pelo nome de quem o possuía, reinscrevendo a posse no documento sepulcral.

Dos 1.688 registros, 370 não possuem informação de senhor. Nos demais, aparecem nomes de homens e mulheres, alguns simples, outros acompanhados de títulos, cargos, patentes e tratamentos. Em cerca de 502 registros, foi possível identificar algum marcador explícito de distinção associado ao senhor ou à observação sobre ele: capitão, capitão-mor, dona, alferes, tenente, mestre de campo, coronel, padre, reverendo, vigário, doutor, licenciado, ajudante, cabo, furriel ou guarda. Isso corresponde a aproximadamente 29,7% de toda a série.

Tabela 5. Marcadores de distinção associados aos senhores

Categoria de título, patente ou tratamento	Ocorrências aproximadas
Capitão ou capitão-mor	194
Dona ou dom	137
Alferes	61
Tenente	33
Coronel ou mestre de campo	33

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Categoria de título, patente ou tratamento	Ocorrências aproximadas
Sargento ou sargento-mor	23
Clero ou letrados	13
Ajudante, cabo, furriel ou guarda	13
Registros com ao menos um marcador de distinção	502

Fonte: banco de dados elaborado a partir dos registros de óbito de pessoas escravas da freguesia do Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1789-1809). As categorias não são necessariamente excludentes.

Esses dados permitem formular uma questão central: por que a fonte conserva o título de senhor no registro de morte do escravizado? A resposta não deve ser reduzida ao hábito burocrático de menção a patentes e tratamentos como parte da linguagem social do período. No Antigo Regime, títulos, cargos e qualidades eram formas de identificação pública e informavam posição, reputação, serviço, precedência e inserção em redes de mando, e, ao aparecerem nos óbitos, tais marcas indicam que o documento paroquial também reproduzia a gramática da distinção.

Esse tipo de marcação social não é exclusivo da documentação cuiabana. Ao estudar os registros paroquiais de óbitos da freguesia da Sé/Santíssimo Sacramento da Antiga Sé, no Rio de Janeiro, Milra Nascimento Bravo identificou assentos nos quais aparecem títulos, cargos e tratamentos associados aos mortos ou às suas famílias. Tais qualificações permitiam reconhecer, no próprio registro de morte, a posição social dos indivíduos e de suas redes familiares (Bravo, 2014).

A posse de escravizados era, em si, um sinal de cabedal, e, em uma sociedade escravista, possuir pessoas significava dispor de força de trabalho, renda potencial, prestígio doméstico e capacidade de participação econômica. Quando essa posse aparecia associada a patentes militares, cargos locais e tratamentos honoríficos, reforçava uma imagem pública de autoridade, com a morte do escravizado podendo registrar involuntariamente a posição social do senhor, e o seu corpo funcionando como índice documental da casa senhorial.

A presença de mulheres tituladas como “dona” precisa ser formulada com precisão. A posse feminina de cativos não constitui descoberta desta pesquisa. Fenômeno amplamente conhecido na historiografia da escravidão na América lusa, o que os registros cuiabanos permitem é confirmar documentalmente que sujeitos femininos também apareciam como proprietárias ou administradoras de mão de obra escravizada. Os assentos não revelam uma existência inédita de senhoras de escravizados em Mato Grosso, mas demonstram como essa presença era registrada na escrita paroquial da morte.

Essa constatação dialoga com estudos sobre propriedade, família e gestão econômica no mundo colonial, pois mulheres viúvas, herdeiras, casadas ou administradoras de casas podiam investir em mão de obra cativa e mobilizá-la em atividades produtivas. Em estudo sobre Mato Grosso setecentista, Augusto (2026) observou que senhoras proprietárias de terras e mulheres inseridas em circuitos patrimoniais utilizaram escravaria em diferentes atividades agrícolas, de abastecimento e de manutenção da casa. A presença de “donas” nos registros de óbito, portanto,

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

deve ser lida como evidência da participação feminina na economia escravista local, sem transformá-la em excepcionalidade. Como em estudos sobre família, patrimônio e escravidão na América portuguesa, a posse de cativos fazia parte das estratégias de sobrevivência, enriquecimento e distinção social, sendo acionada tanto por grandes proprietários quanto por sujeitos de posses mais modestas.

A cultura política na América portuguesa era profundamente marcada pela linguagem do serviço, da honra, da mercê e da aparência, e o reconhecimento social não dependia apenas da riqueza material, mas da capacidade de converter serviços, cargos, devoção e lealdade em reputação pública. A sociedade de Mato Grosso, situada em região de fronteira, intensificava essa dinâmica. A distância da Corte, a precariedade institucional, a necessidade de defesa, a dependência das elites locais e a circulação de postos militares faziam dos títulos e patentes instrumentos decisivos de distinção.

Isso aproxima os óbitos da discussão sobre "economia moral da distinção", expressão que deriva de uma operação conceitual inspirada na noção de "economia moral", formulada por Thompson (1971). Ao estudar os motins de subsistência na Inglaterra setecentista, demonstrou que as ações populares não eram simples explosões irracionais diante da fome ou da carestia, mas práticas orientadas por expectativas compartilhadas de justiça, reciprocidade, preço justo e dever comunitário, designando um repertório normativo por meio do qual determinados grupos avaliavam a legitimidade das condutas econômicas e políticas.

Economia moral que aparecia, por exemplo, quando multidões de ingleses impediam a saída de grãos de determinada localidade, interceptavam carregamentos, pressionavam moleiros, atravessadores e comerciantes, ou obrigavam a venda do trigo e do pão por valores considerados justos pela comunidade. Tratava-se de conflitos que não eram apenas contra a fome, mas contra práticas compreendidas pela população como ilegítimas, mesmo quando juridicamente defendidas, e que reconhecia limites morais para o mercado, avaliando a conduta de autoridades e comerciantes a partir de costumes, obrigações compartilhadas de justiça (Thompson, 1971).

Neste trabalho, a expressão é deslocada para o universo da América portuguesa, onde a moralidade social não se organizava apenas em torno da subsistência, mas também da honra, do serviço, da posse, da visibilidade pública e da hierarquia. Assim, a economia moral da distinção deve ser entendida como adaptação analítica da proposta de Thompson para outro campo de problemas, mas mantendo a base social, ou seja, em sociedades de Antigo Regime, como a portuguesa e a colonial, a desigualdade era moralmente organizada, e cada pessoa ocupava um lugar em uma ordem de qualidades, deveres e dependências, com a honra sendo reconhecimento público.

A morte era uma cena dessa economia moral da distinção, pois o funeral de um senhor podia exibir sua grandeza por meio de missas, acompanhamento, mortalha, lugar de sepultura e presença de irmandades. No caso dos escravizados, essa distinção operava no lugar do corpo a ser enterrado, no cuidado com o ritual e na inscrição do senhor no registro ao projetar a

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

reputação da família. Inumar cristãmente um cativo podia ser sinal de zelo, e enterrá-lo em espaço menos prestigiado, confirmava sua posição de subalterno, e negligenciar o rito poderia atingir a imagem moral do proprietário.

Por essa razão, a relação entre morte de escravizados e aparência senhorial deve ser problematizada. O cuidado funerário não anulava a violência do cativeiro. Pelo contrário, tornava-a compatível com a moral católica e com a ordem hierárquica. A sociedade colonial podia reconhecer a alma cristã do escravizado e, simultaneamente, manter seu corpo, seu trabalho e sua memória subordinados à posse senhorial, que é um dos fatores da escravidão no Antigo Regime católico, com o cativo sendo pessoa perante Deus e, em muitas circunstâncias, um bem patrimonial diante da ordem jurídica de propriedade.

Cor, origem, família, irmandades e negociação social da desigualdade

As categorias de cor e origem registradas nos óbitos aproximam a morte de um dos principais dispositivos de hierarquização colonial. A sociedade da América portuguesa ordenava pessoas por estatuto jurídico, qualidade, fama, ofício, nascimento, procedência e aparência, e a cor não era simples descrição fenotípica, mas uma linguagem social que articulava escravidão, liberdade, honra, miscigenação, mobilidade e suspeição.

Entre os informados, “pretos” e “pretas” foram o grupo mais numeroso, e “crioulos” e “crioulas” aparecem em seguida, com “pardos” e “pardas” também tendo presença expressiva. As nações africanas indicam vínculos com o tráfico atlântico e com a memória de procedências específicas. A presença de Mina, Benguela, Congo, Angola, Nagô e outras designações sugere que a população escravizada de Cuiabá estava conectada a circuitos amplos de deslocamento forçado. Mesmo em uma região interiorana, distante do litoral, a morte registrada na paróquia testemunha o alcance do comércio atlântico e das redes internas de redistribuição de cativos.

Como demonstrou Marley Silva, parte dos africanos desembarcados em Belém, especialmente no contexto da segunda metade do século XVIII, seguiu para o interior do Brasil, abastecendo regiões como Mato Grosso e Goiás (Silva, 2018). Um exemplo é o registro de João, adulto, escravo de Domingos Dias, qualificado em 10 de agosto de 1797 como de “nação Angola” e sepultado no cemitério da Matriz. O assento não permite reconstruir toda a sua trajetória individual, nem afirmar que tenha vindo diretamente de Angola para Vila do Cuiabá, mas preserva uma marca de classificação atlântica associada à África Centro-Ocidental.

A classificação como crioulo ou crioula aponta para outro aspecto. Parte significativa da população escravizada era nascida no espaço colonial, e isso remete à reprodução interna da escravidão, à formação de famílias cativas e à presença de crianças escravizadas. A morte de inocentes e a qualificação de filhos naturais ou legítimos devem ser lidas em conjunto com a presença de crioulos, e o cativeiro em Cuiabá era, nessa lógica, reprodução local de dependências.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A expressiva presença de inocentes e crianças nos registros exige atenção específica. Dos 1.688 assentos, 528 foram classificados como inocentes, infantes, crianças ou menores, e esse contingente revela a vulnerabilidade da infância escravizada, apontando para a reprodução social do cativeiro em Vila do Cuiabá. A morte infantil era parte constitutiva da experiência colonial, mas, no caso dos escravizados, assumia dimensões particulares, pois articulava precariedade material, condição jurídica herdada, fragilidade sanitária, violência estrutural e dependência senhorial.

A presença de filhos naturais e legítimos reforça a existência da família escrava, como já constatado. Foram identificados 304 registros de filiação natural e 92 de filiação legítima. Sendo muito mais frequente, a "filiação natural" dialoga com as condições do cativeiro, quando a vida conjugal oficial dependia de autorização, estabilidade, coabitação e reconhecimento religioso, e a separação por venda, deslocamento ou serviço podia dificultar uniões sacramentadas e filhos "legítimos".

A morte infantil, assim como para os adultos, permite pensar também a reputação senhorial. O enterro de inocentes exigia algum tipo de ação dos vivos para comunicar a morte, encaminhar o corpo, providenciar sepultura, pagar ou solicitar o rito e registrar a ocorrência. Esse alguém podia ser o senhor, a mãe, um familiar, um representante da família detentora do escravizado ou outro membro da comunidade, um tipo de rito que mobilizava redes de cuidado e autoridade. Quando o nome da mãe aparece e logo em seguida se procede o nome de seu senhor, atesta-se o elo de pertencimento daquele corpo e daquela geração precocemente falecida. Como observa Luiz Lima Vailati, a morte de crianças era cercada por uma linguagem própria. No caso de crianças escravizadas, a dimensão religiosa se articulava às hierarquias do cativeiro e suas mediações: comunicar a morte, encaminhar o corpo, solicitar ou pagar o rito, providenciar sepultura e garantir assento paroquial (Vailati, 2010).

As irmandades aparecem de modo menos volumoso na série do que a Matriz ou os cemitérios paroquiais. Mas sua importância histórica ultrapassa a quantidade objetiva de registros, porque a presença do Rosário e de referências a irmandades indica que a morte de escravizados também podia ser mediada por instituições de solidariedade religiosa. Na América portuguesa, confrarias de pretos e pardos foram espaços de sociabilidade, devoção, ajuda mútua e distinção possível para africanos e seus descendentes (Reginaldo, 2011; Reis, 1991; Silva, 2001).

Em Vila do Cuiabá, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário ocupava lugar particular na sociabilidade de pretos, pardos, escravizados e libertos. Ainda que a planilha registre diretamente poucos sepultamentos associados ao Rosário ou à irmandade, a existência desse circuito permite interpretar a morte cativa para além da vontade senhorial, podendo a irmandade criar mediações entre o escravizado e a paróquia, entre a devoção e a distinção, entre a subalternidade e a busca por um rito de reconhecimento.

A morte cristã dos escravizados fazia parte da legitimação da ordem. O cativo podia ser explorado em vida e enterrado como fiel na sepultura, permitindo que a sociedade colonial

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

preservasse a escravidão sem romper com a imagem católica. A Igreja condenava o abandono absoluto dos corpos cristãos, mas não questionava estruturalmente a propriedade da posse, resultando em uma inclusão subordinada na qual os escravizados tinham alma a ser salva, mas o corpo e memória social continuamente submetidos ao cativeiro.

A noção de "inclusão subordinada" permite qualificar melhor a presença do Rosário em Vila do Cuiabá. Para Lima (2016), as irmandades não devem ser compreendidas apenas como espaços de exclusão ou de resistência, mas como instituições que possibilitavam a entrada de africanos, crioulos, pretos, pardos, libertos e escravizados na trama social católica, embora sob condições hierárquicas e disciplinadas. Desse modo, a confraria oferecia pertencimento, devoção, ajuda mútua, sepultamento, sufrágios e alguma forma de reconhecimento coletivo, mas não suspendia as assimetrias de cor, condição jurídica, procedência, prestígio e autoridade que organizavam a sociedade colonial.

A geografia da morte expressa esse fenômeno. O cemitério da Matriz, principal destino dos cativos, garantia solo sagrado, mas em lugar inferior. O adro reforçava uma posição de margem dentro do espaço eclesiástico, e o interior do templo era raro para essas pessoas, indicando que a proximidade maior com o altar permanecia restrita. As capelas e os cemitérios periféricos revelam a extensão territorial dessa ordem, enquanto lugares esmos ou comuns indicam os limites aceitáveis para se depositar um corpo.

A presença de senhores titulados nos registros indica a dimensão política. O assento de óbito registra a morte do subordinado e, ao mesmo tempo, atualiza a visibilidade superior. A escrita paroquial, embora não seja requerimento de mercê, participa de uma cultura documental que reconhecia e reproduzia títulos. Na medida em que o morto escravizado era nomeado junto ao seu senhor, muitas vezes designado por sua qualidade, conservava-se a memória da distinção senhorial.

A vaidade, entendida como desejo social de reconhecimento e visibilidade, não deve ser tratada com individualidade de cada nome senhorial que aparece na fonte, mas como categoria política possível para o século XVIII. Em uma sociedade de honras, aparecer de modo correto era parte da existência pública, e por isso a distinção precisava ser vista, repetida e confirmada, com a documentação colaborando nesse processo a partir de cartas, requerimentos, atas, assentos paroquiais, listas e registros, que funcionavam como suportes de memória social.

Por fim, ao registrar "escravo do capitão", "escrava de Dona", "preto do Mestre de Campo" ou equivalentes, a fonte não apenas identifica, mas também organiza a ordem entre vivos e mortos, com o escravizado falecido se tornando vestígio de uma família, de uma patente e de uma autoridade. Essa leitura documental aproxima os registros de óbito das discussões sobre escrita e poder, que não eram neutros, e performavam obediência, classificavam sujeitos, administravam sacramentos, registravam posses, preservavam precedências e produziam memória (Certeau, 1982; Bourdieu, 2007).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Considerações finais

Os registros de óbito de pessoas escravizadas da freguesia do Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá permitem compreender a morte como prática social situada, hierarquizada e politicamente significativa. A série examinada, composta por 1.688 registros, mostra uma população mortuária quase integralmente escravizada, majoritariamente masculina, com expressiva presença de adultos e número elevado de inocentes e crianças. A documentação revela classificações de cor e origem, ainda que de modo irregular, e registra vínculos familiares fragmentários nos quais o dado de filiação natural aparece em demasia.

A primeira contribuição da revisão metodológica foi explicar a diferença entre categorias da fonte e categorias analíticas, sendo que "escravo" e "escrava" pertencem ao vocabulário histórico da documentação, e "escravizado" é uma escolha historiográfica contemporânea. Da mesma forma, "preto" e "africano de nação especificada" aparecem distintamente nos óbitos, não devendo ser fundidos em sinônimos. "Cabra" e "caburé" também foram separados para evitar que a análise transforme categorias coloniais específicas em agrupamentos homogêneos.

A segunda contribuição foi situar a fonte. O trabalho utiliza arquivo digital, em CD, com informações provenientes da Cúria Metropolitana de Cuiabá, disponibilizado pelo Arquivo Público de Mato Grosso. Essa forma de acesso exige prudência, pois a série permite uma análise histórica de muitos registros de óbitos de pessoas escravizadas, mas sem a organização material do livro de registro original (fonte primária). Por isso, sua eventual separação por condição social e sua lógica codicológica devem ser confirmadas em pesquisas futuras com o volume manuscrito a ser acessado no Arquivo.
A terceira contribuição foi contextualizar Vila do Cuiabá como sociedade de fronteira, mineração, abastecimento e escravidão. A partir de Volpato, Nauk Maria de Jesus e Vanda da Silva, é possível compreender que a vila não era apenas uma área mineradora, mas espaço de circulação, produção interna, engenhos, roças, criação de animais e formação de elites locais. O mercado interno e o abastecimento, frequentemente secundarizados nas leituras mais tradicionais do sistema colonial, aparecem como dimensões decisivas para a manutenção da economia e para a ascensão social de grupos locais.

Quanto à infraestrutura colonial e sua utilização cotidiana, a geografia do sepultamento confirma a centralidade da Matriz. Entre os registros com lugar conhecido, 975 foram associados ao templo, especialmente ao seu cemitério e ao seu adro. Essa concentração demonstra que a morte de escravizados era amplamente administrada pelo espaço paroquial central, mas em áreas menos prestigiosas na hierarquia do sagrado, com o cemitério e o adro garantindo inclusão cristã, sob forma subordinada, e o interior do templo, lugar de maior distinção, permanecendo raro para escravizados.

A análise dos senhores de cativos amplia o alcance da fonte. A presença de títulos, patentes, tratamentos e qualificações associadas ao proprietário mostra que o registro de óbito também reproduzia a ordem social dos vivos. Em aproximadamente 502 apontamentos, identificam-se

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

marcadores explícitos de distinção senhorial, e capitães, donas, alferes, tenentes, mestres de campo, coronéis, sargentos, clérigos e outros agentes aparecem como proprietários dos escravizados mortos.

Nesses termos, a hipótese defendida é que a morte de escravizados, em Vila do Cuiabá, não pode ser analisada apenas como fenômeno demográfico ou prática religiosa isolada, mas interpretada como parte de uma economia moral da distinção, que é quando a sociedade colonial reconhecia a necessidade do sepultamento cristão, mas distribuía os corpos segundo hierarquias de condição, cor, senhorio, espaço e prestígio. Fazendo isso, o escravizado era incluído na comunidade católica dos mortos, mas continuava subordinado à dependência da estrutura enquanto vivo.

Essa distinção aplicada na hora de velar e enterrar os corpos operava em dois planos. No plano espacial, definia proximidades e distâncias em relação à Matriz, aos altares, aos adros, aos cemitérios e às capelas, e, no plano documental, fixava, no papel, a condição, a cor, a origem, a família possível, o senhor e o lugar de sepultura, tornando-se um ato de classificação.

Ao aproximar a história da morte, a escravidão e a cultura política, a análise contribui para compreender Mato Grosso como sociedade de fronteira marcada por uma densa gramática de hierarquias. Isso era possível porque a distância em relação aos centros metropolitanos não significava ausência de instituições de Antigo Regime, ao contrário, as formas de distinção, serviço, patente, honra e aparência eram reencenadas localmente por meio de instituições, ritos e documentos. A paróquia, nesse quadro, funcionava como uma das instâncias de inscrição dessa ordem.

A morte dos escravizados revela, por fim, uma contradição estruturante da sociedade colonial católica em que o mesmo mundo que reconhecia a alma cristã do cativo mantinha seu corpo em condição de propriedade, o mesmo rito que o incluía em solo sagrado o colocava em espaços inferiores, e o mesmo registro que preservava seu nome também fixava sua dependência. Entre os vivos e os mortos, a escravidão continuava a organizar memória, sepultura e distinção.

Referências

Araújo, A. C. (1997). *A morte em Lisboa: Atitudes e representações, 1700–1830*. Editorial Notícias.

Ariès, P. (2012). *História da morte no Ocidente: Da Idade Média aos nossos dias*. Nova Fronteira.

Augusto, B. C. B. (2026). *Vaidade mato-grossense e interesse na prestação de serviço político-administrativo colonial, século XVIII*. Grupo Editorial Casa.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Bourdieu, P. (2007). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.

Bravo, M. N. (2014). A morte hierarquizada: Os espaços dos mortos no Rio de Janeiro colonial (1720–1808). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 8*, 307–329.

Campos, A. A. (2004). Locais de sepultamentos e escatologia através de registros de óbitos da época barroca: A freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. *Varia História, 31*, 209–229.

Certeau, M. de. (1982). *A escrita da história*. Forense Universitária.

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. (1719). Oficina de Pascoal da Silva.

Faria, S. de C. (1998). *A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Nova Fronteira.

Fragoso, J., Bicalho, M. F., & Gouvêa, M. de F. (Orgs.). (2001). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI–XVIII).* Civilização Brasileira.

Fragoso, J., & Florentino, M. (2001). *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (c. 1790–c. 1840).* Civilização Brasileira.

Fragoso, J., & Gouvêa, M. de F. (Orgs.). (2010). *Na trama das redes: Política e negócios no Império português (séculos XVI–XVIII).* Civilização Brasileira.

Fragoso, J., Guedes, R., & Sampaio, A. C. J. de (Orgs.). (2014). *Arquivos paroquiais e história social na América lusa, séculos XVII e XVIII: Métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Mauad X.

Furtado, J. F. (2001). Transitoriedade da vida, eternidade da morte: Ritos fúnebres de forros e livres nas Minas setecentistas. In I. Jancsó & I. Kantor (Orgs.), *Festa: Cultura e sociabilidade na América portuguesa* (Vol. 1, pp. 397–416). Hucitec; EdUSP; FAPESP; Imprensa Oficial.

Guedes, R., Rodrigues, C., & Wanderley, M. da R. (2015). *Últimas vontades: Testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (séculos XVII e XVIII).* Mauad X.

Hespanha, A. M. (Org.). (1984). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Hespanha, A. M. (2012). *Cultura jurídica europeia: Síntese de um milênio*. Almedina.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Jesus, N. M. de. (2011). *O governo local na fronteira oeste: A rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII*. Editora UFGD.

Lima, C. A. M. (2016). *Associativismo escravo e irmandades no Brasil: Limites e possibilidades do protagonismo cativo (séculos XVIII e XIX).* Novas Edições Acadêmicas.

Mapa de população da capitania de Mato Grosso no ano de 1800, assinado por Caetano Pinto de Miranda Montenegro. (1800). NDIHR/UFMT, microficha n. 512.

Marcílio, M. L. (1973). *A cidade de São Paulo: Povoamento e população, 1750–1850*. Pioneira; EdUSP.

Marcílio, M. L. (2004). Os registros paroquiais e a história do Brasil. *Varia História, 31*, 13–20.

Mattos, H. M. (2024). *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX).* Arquivo Nacional.

Novais, F. A. (1979). *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777–1808).* Hucitec.

Oliveira, A. J. M. de, & Martins, W. de S. (Orgs.). (2014). *Dimensões do catolicismo no Império português (séculos XVI–XIX).* Garamond.

Prado Júnior, C. (2011). *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. Companhia das Letras.

Rangel, A. P. dos S. (2005). Aspectos da demografia escrava em Vila Rica, 1755–1815. In *Anais do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social*. Universidade Federal de Juiz de Fora.

Reginaldo, L. (2011). *Os rosários dos angolas: Irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. Alameda.

Registros de óbito de pessoas escravas da freguesia do Nosso Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Vila do Cuiabá, 1789–1809. (s. f.). Arquivo Público de Mato Grosso. Banco de dados elaborado a partir da transcrição dos assentos paroquiais da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

Reis, J. J. (1991). *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. Companhia das Letras.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Rocha, M. A. B. de B. (2001). *Igrejas e cemitérios: As transformações nas práticas de enterramentos na cidade de Cuiabá (1850–1889)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso].

Rodrigues, C. (1997). *Nas fronteiras do além: A secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX).* Arquivo Nacional.

Rodrigues, C. (2018). Morte e rituais fúnebres. In L. M. Schwarcz & F. dos S. Gomes (Orgs.), *Dicionário da escravidão e liberdade* (pp. 322–327). Companhia das Letras.

Rodrigues, C., & Cabral, V. (2017). Sepulturas e hierarquias sociais numa paróquia rural do Rio de Janeiro: Santo Antônio de Jacutinga entre o século XVIII e o início do XIX. *Revista Brasileira de História das Religiões, 10*, 43–77.

Rodrigues, C., & Lopes, F. H. (Orgs.). (2014). *Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América*. EdUERJ.

Serra, R. F. de A. (1916). Memória, ou informação dada ao governo sobre a capitania de Mato Grosso, por Ricardo Franco de Almeida Serra, tenente-coronel engenheiro, em 31 de janeiro de 1800. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2* (3.ª ed.), 19–50. (Obra original publicada em 1840).

Silva, C. dos S. (2001). *Irmãos de fé, irmãos no poder: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1751–1819)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso].

Silva, M. (2018). Da Costa do Grão-Pará ao sertão do Brasil: Tráfico de escravizados entre Belém, Mato Grosso e Goiás. *Revista Historiar*, *10*(18), 23–37.

Silva, V. da. (2015). *Engenhos: Produção e abastecimento do termo do Cuiabá (1751–1822)* [Tese de doutorado, Universidade Federal da Grande Dourados].

Soares, M. de S. (2019). As últimas moradas: Memória e hierarquias sociais nos locais de sepultamento de pardos na vila de São Salvador dos Campos dos Goitacazes, 1754–1835. In I. P. Ivo & R. Guedes (Orgs.), *Memórias da escravidão em mundos ibero-americanos, séculos XVI–XIX* (pp. 113–159). Alameda.

Thompson, E. P. (1971). The moral economy of the English crowd in the eighteenth century. *Past & Present, 50*, 76–136.

Vailati, L. L. (2010). *A morte menina: Infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo).* Alameda.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Vailati, L. L. (2012). Representações da morte infantil durante o século XIX no Rio de Janeiro e na Inglaterra: Um esboço comparativo preliminar. *Revista de História, 167*, 261–294.

Volpato, L. R. R. (1993). *Cativos do sertão: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá, 1850–1888*. Marco Zero; Editora da Universidade Federal de Mato Grosso.

Bruno C. Bio Augusto de Pace

Historiador, professor e pesquisador. Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná, atuo no Núcleo de Ensino Pitágoras e na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), onde leciono disciplina relacionada à História do Brasil Imperial. Desenvolvo pesquisas dedicadas especialmente à história do Brasil Colonial e Imperial, às relações de trabalho, à escravidão, mobilidade social e aos processos de formação social e política do país.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A INTELECTUALIDADE LUSO-BRASILEIRA E OS PROJETOS POLÍTICOS DO IMPÉRIO: UMA ANÁLISE SOBRE O IDEÁRIO ILUSTRADO DA GERAÇÃO OITOCENTISTA NO IMAGINÁRIO DE RESENDE COSTA FILHO.

LOS INTELECTUALES LUSO-BRASILEÑOS Y LOS PROYECTOS POLÍTICOS DEL IMPERIO: UM ANÁLISIS DE LOS IDEALES DE LA ILUSTRACIÓN DE LA GENERACIÓN DEL SIGLO XIX EN LA IMAGINÁCION DE RESENDE COSTA FILHO.

LUSO-BRAZILIAN INTELLECTUALS AND THE POLITICAL PROJECTS OF THE EMPIRE: AN ANALYSIS OF THE ENLIGHTENMENT IDEALS OF THE NINETEENTH-CENTURY GENERATION IN THE THOUGHT OF RESENDE COSTA FILHO

Wederson de Souza Gomes
Universidade Federal de Ouro Preto
wedersonufop@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a transição entre os séculos XVII e XVIII, um período de profundas transformações no império português e seus domínios, apresentando o imaginário e as propostas de segmento de intelectuais para o império. As monarquias europeias passavam por um período de crise, sobretudo com os avanços das guerras napoleônicas. A península ibérica sentiu os efeitos desses conflitos e essas questões reverberaram nos domínios americanos, tanto os espanhóis quanto os portugueses. É nesse contexto que os ilustrados luso-brasileiros pensavam projetos para a manutenção da ordem e do natural enlace do reino de Portugal e suas partes, assim como assistiam ao processo de desagregação das possessões hispano-americanas. Tratava-se de uma geração de políticos e intelectuais formados no bojo do reformismo ilustrado, cujo propósito era o engrandecimento da monarquia e a constituição de um grande império luso-brasileiro. É nessa perspectiva que abordaremos e discutiremos as transformações oitocentistas a partir das letras de Resende Costa Filho, compreendendo que se trata de um imaginário compartilhado por uma geração de intelectuais e políticos do período.

Palavras-chave: reformismo ilustrado; hispano-americanos; luso-brasileiros; intelectuais; Resende Costa Filho.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

RESUMEN

Este artículo analiza la transición entre los siglos XVII y XVIII, un periodo de profundas transformaciones en el imperio portugués y sus dominios, presentando la visión y las propuestas de un sector de intelectuales para el imperio. Las monarquías europeas atravesaban un periodo de crisis, especialmente con el avance de las guerras napoleónicas. La península ibérica sufrió los efectos de estos conflictos, y estas repercusiones se extendieron a los dominios americanos, tanto españoles como portugueses. En este contexto, los pensadores de la Ilustración luso-brasileña concibieron proyectos para el mantenimiento del orden y la unión natural del reino de Portugal y sus territorios, al tiempo que presenciaban el proceso de desintegración de las posesiones hispanoamericanas. Esta fue una generación de políticos e intelectuales formada en el marco del reformismo ilustrado, cuyo objetivo era la exaltación de la monarquía y la constitución de un gran imperio luso-brasileño. Desde esta perspectiva abordaremos y analizaremos las transformaciones del siglo XIX a partir de los escritos de Resende Costa Filho, entendiendo que se trata de un imaginario compartido por una generación de intelectuales y políticos de la época.

Palabras clave: reformismo ilustrado; hispanoamericanos; brasileños de ascendencia portuguesa; intelectuales; Resende Costa Filho.

ABSTRACT

This article analyzes the transition between the seventeenth and eighteenth centuries, a period of profound transformations in the Portuguese Empire and its domains, by examining the views and proposals formulated by a group of intellectuals for the Empire. European monarchies were undergoing a period of crisis, particularly with the advance of the Napoleonic Wars. The Iberian Peninsula suffered the effects of these conflicts, whose repercussions extended to the American domains of both Spain and Portugal. In this context, thinkers of the Luso-Brazilian Enlightenment devised projects aimed at preserving order and maintaining the natural union between the Kingdom of Portugal and its territories, while also witnessing the process of disintegration of the Spanish American possessions. This was a generation of politicians and intellectuals shaped by Enlightened reformism, whose objective was the exaltation of the monarchy and the establishment of a great Luso-Brazilian Empire. From this perspective, we examine and analyze the transformations of the nineteenth century through the writings of Resende Costa Filho, understanding them as expressions of an imaginary shared by a generation of intellectuals and politicians of the period.

Keywords: Enlightened reformism; Spanish Americans; Brazilians of Portuguese descent; intellectuals; Resende Costa Filho.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Introdução

O alvorecer oitocentista foi marcado por uma série de acontecimentos e transformações no mundo luso-brasileiro, especialmente no Brasil. O ano de 1808 inaugurou uma nova realidade à parte americana do império que tinha se transformado na nova sede da monarquia portuguesa. Muitas das ações implementadas após o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro já eram aventadas desde o último quartel do século XVIII, contudo, as propostas ganharam força durante a gestão do ministro joanino, d. Rodrigo de Sousa Coutinho. O estadista buscou reunir em sua órbita um seleto grupo de intelectuais, estes definidos por Marco Morel como homens de letras e por Maxwell como a geração de 1790. Esses homens, segundo Morel, eram provenientes de diversas capitanias do Brasil e operavam como agentes de uma nova esfera pública, a República das Letras[1].

Mesmo com diferenças individuais, essa geração de políticos e intelectuais operava para estabelecer novas bases ao império através de um projeto modernizador. Ambicionavam reformar o império pela propagação das luzes, da ciência, por meio do ensino e da liberdade de imprensa. Pertencentes às elites dirigentes, emprestavam seus conhecimentos para o aprimoramento das instituições do mundo luso-brasileiro. Uma parte substancial desses intelectuais havia acessado as ideias da ilustração através do ideário ilustrado cosmopolita e por meio da Universidade de Coimbra no decorrer do século XVIII. Defendiam a urgência em adotar medidas que reforçassem os laços entre a metrópole, esta vista como "Mãe Pátria", e suas colônias, nesse caso enxergadas como "filhas".

Nos primeiros anos do estabelecimento da Corte nos trópicos, havia entre esses homens um incipiente interesse de enraizamento no Brasil. Posteriormente, com as mudanças empreendidas para sediar a Corte e o avanço das relações mercantis na colônia, paulatinamente a visão sobre o Brasil assumiu novas especificidades. É válido salientar que não eram projetos unívocos e equânimes, ao contrário, havia uma pluralidade de interesses que, em algumas circunstâncias, entravam em choque. Entretanto, a presença do príncipe regente no Brasil era um fator que colaborava para harmonizar as dissidências existentes a esses variados grupos, visto que intercediam diretamente junto aos setores burocráticos e o próprio monarca.

A esse grupo se alinhou José de Resende Costa Filho, cuja trajetória contava com a sua participação na malfadada sedição das Minas Gerais, anos de 1788 e 1789, além de uma longa atuação em instituições do império português e suas possessões. Essas informações são confirmadas dada a sua proximidade com a família Sousa Coutinho e Nogueira da Gama, não obstante a sua defesa de um projeto imperial em que as colônias se mantivessem entrelaçadas à "Mãe Pátria". Não se tratava de um enlace subserviente, mas de uma relação em que cada

[1] Marco Morel define como *homens de letras* aqueles que desempenharam funções políticas, culturais e administrativas no Estado e durante os anos de 1813-1814 atuaram como colaboradores na redação do periódico *O Patriota.* Dentre os colaboradores estão Manuel Jacinto Nogueira da Gama e Silvestre Pinheiro Ferreira, homens que José de Resende Costa tinha relativa proximidade e com os quais se identificava.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

parte deveria se complementar e atender às necessidades das outras ante as adversidades. No caso do Brasil, com a expansão napoleônica na península, a colônia americana assumiria a função de alicerce do império para garantir o adequado funcionamento das instituições. Para além dessas questões, o conceito de liberdade ganhava força entre esses homens e era a partir de projetos liberais que o Império luso-brasileiro deveria ser reformado. Diante dos obstáculos que enfrentavam, esses ilustrados se ajustavam às circunstâncias buscando contornar os problemas e fortalecer as bases do império.

Finalmente, é importante trazer algumas considerações acerca do gênero narrativo epistolar que compreende a principal fonte com a qual trabalhamos nesse artigo. As missivas têm ocupado espaço singular na pesquisa histórica. O interesse pelas correspondências não decorre apenas do conteúdo nelas descrito, mas também o caráter que elas assumiram a partir da segunda metade do século XVIII. Segundo Adriana da Conceição, a linguagem epistolar tornou-se objeto de interesse entre os administradores coloniais do setecentos e durante esse período foram empreendidos trabalhos que objetivavam ensinar e sistematizar a escrita das correspondências em si.

As missivas foram um dos recursos encontrado pelos administradores coloniais para que pudessem transmitir informações de relevância ao soberano e, também, uma forma de enunciar os acontecimentos que circundavam o Império português. Para além do seu caráter informativo, o gênero narrativo se tornou bastante singular pela sua capacidade de transmitir as experiências, apreensões e o imaginário daqueles que a escreviam. Nesse sentido, além de buscar compreender o que está sendo enunciado através das correspondências, é preciso tentar resgatar a sensibilidade do autor no ato de escrever em si, ou seja, suas emoções, temores e anseios em um contexto tão diverso. Esses registros permitem investigar as lacunas, entrever os vazios e até mesmo o silêncio que expressam (Conceição, 2005).

Resende Costa Filho possui um rico acervo de correspondências trocadas com alguns dos irmãos de d. Rodrigo de Sousa Coutinho – Mariana de Sousa Coutinho, Maria Balbina de Sousa e o Principal de Sousa, pessoas com as quais construiu uma relação de amizade bastante próxima. Por meio dessas correspondências, Resende foi muito mais profícuo em demonstrar sua visão de mundo, seus posicionamentos políticos, ainda que reiteradamente endossasse os posicionamentos de d. Rodrigo Coutinho, seu “padrinho” politico.

Buscaremos, portanto, no decorrer desse artigo privilegiar as primeiras décadas que antecedem à Independência; momento em que essa geração apostava fortemente em um Império luso-brasileiro. Analisando as correspondências que José de Resende Costa Filho enviava à família Sousa Coutinho, bem como memórias e ensaios de coevos, buscaremos enunciar o imaginário político e os projetos mercantis que essa geração contemplava.

A cultura política oitocentista e os projetos reformistas para o Império luso-brasileiro.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

No dia 28 de março de 1810 José de Resende Costa Filho chegava ao Brasil. Haviam se passado quase duas décadas desde que deixara a colônia americana para cumprir o degredo na África, condenação decorrente de seu envolvimento na Conjuração Mineira. Seu distanciamento do Brasil havia se prolongado, pois, ao término do exílio, solicitara uma licença para residir em Lisboa – local para o qual se mudou no ano de 1803 e residiu até o ano de 1809. Seu retorno não tinha sido fácil e ele havia enfrentado, no decorrer dos 57 dias de viagem, duas tormentas com duração aproximada de 60 horas. No dia 29, do mesmo mês, desembarcou no Rio de Janeiro e foi ao encontro de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, e seus familiares para um jantar. Seu retorno se deu em contexto bastante peculiar, considerando que o Brasil havia se transformado em nova sede do Império luso-brasileiro e ali se instalara as principais instituições e tribunais superiores do Reino (Schultz, 2008). Por esse motivo, a experiência acumulada por Resende Costa Filho na Real Fazenda fazia-se necessárias aos novos projetos em curso.

Através de um decreto do dia 9 de abril do mesmo ano foi designado para a função de Primeiro Escriturário do Erário[2] com um ordenado de 600$000 (seiscentos mil réis). Apesar do bom cargo conquistado, não deixou de se preocupar em fazer bom emprego dos recursos que havia adquirido e encontrou no vinho o investimento mais lucrativo: "cerca de 50 por cento livres"[3]. Estas e outras informações são narradas nas primeiras correspondências enviadas por Resende Costa Filho à d. Mariana de Sousa Coutinho, irmã do Conde de Linhares, logo após se estabelecer no Rio de Janeiro. Durante o período em que residiu em Lisboa estabeleceu ótimas relações com a família Sousa Coutinho e dela obteve considerável apoio. Na mesma correspondência ele ainda ressalta: "entreguei as cartas de Vossas Excelências[4], a quem devo maior atenção pelas recomendações que fizeram a meu respeito e que a seu tempo terão o efeito, segundo me anuncia S. Excelência"[5].

O regresso a partir de uma solicitação da Corte no Rio de Janeiro é tão peculiar quanto significativo para entender as especificidades do período, assim como a provisoriedade dos acontecimentos. A condição da colônia americana era inédita, haja vista que com a Corte no Rio de Janeiro foram abertos os portos às nações amigas e todas as decisões eram tomadas a partir do novo centro administrativo do império. Para Resende Costa Filho, o retorno ao Brasil

[2] A função de Primeiro-Escriturário era estrutura existente nas Contadorias Gerais. Dirigidas por contadores-gerais em que o corpo de funcionário era composto por escriturários, amanuenses e praticantes e dentre as suas atribuições pode ser destacada o controle sobre a escrituração das rendas da Coroa. In: BARCELOS, Fábio Campos. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e o Tesouro Nacional.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: https://bdan.an.gov.br/server/api/core/bitstreams/48c5296d-5f3d-47bd-bf5c-2210d74f630f/content . Acesso: 19/10/2026.

[3] Cartas de José de Resende Costa para Dona Mariana de Souza Coutinho. In: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – Cota: Conde de Linhares, maço 74, doc. 32. Código de Referência: PT-TT-CLNH-0074-32_m0072.

[4] No caso em questão tratam-se das cartas enviadas pelos irmãos de d. Rodrigo – Donas Maria Balbina e Mariana de Sousa e o Principal de Sousa – com recomendações sobre Resende Costa Filho.

[5] ANTT. Conde de Linhares. "Carta de Resende Costa Filho para Mariana de Sousa". Maço: 0074-32_m0072.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

tinha uma relevância singular, considerando que sua proeminente atuação fazendária e os laços de amizade estabelecidos com d. Rodrigo de Sousa Coutinho lhe faria responsável por cuidar de tudo que era relativo à administração da fábrica de lapidação de diamantes do Rio de Janeiro (RIHGB, 1846: 12).

A designação de Resende Costa Filho para um cargo administrativo de relevo deve ser analisada a partir da nova cultura política que emergia no império luso-brasileiro no alvorecer do século XIX. A regência de d. João, a partir de 1792, reascendeu a esperança nos intelectuais do período e, através do Ministro de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, d. Rodrigo de Sousa Coutinho, foram empreendidas ações que buscavam reforçar os laços entre as diferentes porções do império. O Conde de Linhares [6], atento às experiências da Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa, defendia a criação de um império luso-brasileiro em que o Brasil se manteria conectado a Portugal e assumiria o caráter de corpo produtivo, enquanto a metrópole, devido à sua posição favorável na Europa, seria o melhor entreposto para o comércio com as outras três partes do mundo. A porção americana atuaria num papel de complementariedade junto à metrópole e deixaria de se submeter a certos entraves do sistema colonial. (Neves, 2003: 31-33).

A forma como d. Rodrigo encontrou para que pudesse desenvolver o seu projeto foi o a cooptação de intelectuais brasileiros para funções públicas, objetivando que eles colaborassem para o desenvolvimento do império. Esses intelectuais, provenientes de diferentes redes de sociabilidade e moldados a partir do pensamento ilustrado, vislumbravam adotar medidas de cunho cultural e pedagógico promovendo uma renovação das instituições políticas, econômicas e sociais. Eles procuravam aliar o pensamento das luzes às tradições ibéricas e defendiam a Igreja como um dos esteios do Estado (Neves, 2003).

Silvestre Pinheiro Ferreira[7], José da Silva Lisboa[8] e José Joaquim de Azeredo Coutinho[9] são alguns dos nomes que orbitaram nesse círculo de ilustrados. Esses intelectuais propunham uma política de complementariedade entre a metrópole e seus diferentes *Domínios Ultramarinos*, bem como exaltavam a superioridade dos domínios americanos, defendendo seu desenvolvimento econômico através do comércio e da indústria (Tammone, 2014). Dessa forma se posicionava o bispo Azeredo Coutinho em seu *Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal*, no ano de 1794:

[6] O título de Conde de Linhares foi atribuído a d. Rodrigo de Sousa Coutinho pela rainha Maria I em carta de 17 de dezembro de 1808, momento em que a Corte se encontrava no Rio de Janeiro.
[7] Foi um filósofo e político português que desempenhou diversas funções no Império, destacando-se o cargo de ministro durante o governo joanino. Intercedia junto ao monarca sobre a necessidade em abolir a condição colonial do Brasil e adotar medidas para manutenção da coesão imperial.
[8] José da Silva Lisboa nasceu em Salvador no ano de 1756 e foi um proeminente economista e político do Império luso-brasileiro e Império do Brasil. Destacou-se por seus conhecimentos no âmbito da economia, bem como foi um arguto defensor do livre-comércio e extinção do monopólio.
[9] José Joaquim de Azeredo foi um bispo e intelectual do Império luso-brasileiro com destacada trajetória política. No final do século XVIII apresentou proposições relevantes acerca de como reformar o império.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Portugal tem duas sortes de estabelecimentos nas duas Índias, e na Costa de África. Os das Índias Ocidentais, e da Costa de África, só tem por objetivo o Comércio; e os da América têm por objetivo a cultura, e o Comércio juntamente; e por isso de todos os estabelecimentos de Portugal, o Brazil é não somente o mais rico, mas também aquele, que merece mais cuidado, e mais atenção.

Os estabelecimentos de Portugal na América estão situados na melhor parte dela; os das outras nações, principalmente a respeito da agricultura, e do Comércio, não tem comparação com os de Portugal (Coutinho, 1794: 89-90).

Os posicionamentos do bispo são semelhantes aos apontados mais tarde, em 1796, por d. Rodrigo, acerca de como *melhorar os domínios de sua majestade na América*. O ministro joanino empenhava seus esforços em propor soluções para reformar a Fazenda Real na colônia, com especial destaque para capitania mineira. Essas preocupações terminavam por tangenciar o próprio sistema político português em que o eixo nerval da discussão era a unidade monárquica, "esse inviolável e sacrossanto princípio que deveria ser preservado" (Slemian, 2015: 111). As inquietações em torno da unidade eram latentes, porque apesar da monarquia manter a coesão entre as partes do império, os conflitos no interior das distintas capitanias da América portuguesa no último quartel do século XVIII eram objeto de preocupação (Jancsó e Pimenta, 2000).

Resende Costa Filho compunha o grupo de intelectuais cuja política de cooptação do Conde de Linhares permitiu o acesso à administração luso-brasileira. Se outrora Resende esteve envolvido em uma sedição que criticava a administração portuguesa na colônia, sua incorporação à estrutura administrativa do Erário Régio por parte de d. Rodrigo objetivava que, ao invés de críticas, ele colaborasse com seus talentos. Como já explicitado, tratava-se de um homem de boa família das Minas Gerais, letrado e com uma trajetória proeminente enquanto de sua atuação na Fazenda Real durante e após o degredo. Atendia, portanto, às políticas reformistas que estavam sendo desenvolvidas, bem como estava alinhado a elas. A relação estabelecida entre ele e d. Rodrigo foi realmente profícua, tanto que após a morte do estadista, em 1812, terminou por ser honrado com dois retratos do Conde, sendo um deles herdado e concedido pela viúva, a Condessa de Linhares [10]. Ademais, estava sempre ciente dos acontecimentos em torno da família do estadista, a quem seguia com devoção.

Alguns elementos relevantes podem ser apreendidos a partir dessa nova cultura política insurgente na América. Por um lado, incorporava ao corpo administrativo luso-brasileiro figuras que contribuiriam para o desenvolvimento político, cultural e econômico do império, por outro, sinalizava que estava em sintonia com os anseios de diferentes segmentos da sociedade buscando contemplá-los em suas propostas. Ao fim, as novas políticas empreendidas se voltavam para um objetivo valioso a d. Rodrigo: a preservação do território americano e manutenção da unidade monárquica (Cardoso, 2001, p. 79). Mesmo que o risco de ruptura entre as partes do império fosse improvável de alastrar, considerando que "este enlace dos domínios

[10] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de José de Resende Costa para Dona Mariana de Souza Coutinho" Maço 74/32_m0036 a m0039.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

ultramarinos portugueses com sua metrópole [era] tão natural, quanto pouco o era o de outras colônias que se separaram da mãe pátria" (Cardoso, 2001: 79).

A interdependência entre a metrópole – também compreendida como "Mãe Pátria" – e seus domínios era essencial para que o império se mantivesse coeso. Cada uma das porções deveria contribuir com os recursos que dispusessem para o engrandecimento do império e, com isso, estabelecer um nexo feliz entre os *Domínios Ultramarinos*. A política de complementariedade imperial era arduamente defendida por Azeredo Coutinho em seu ensaio econômico e ele asseverava que quanto mais Portugal devesse às suas colônias, mais rica a metrópole seria. As colônias, por seu turno, quanto mais credoras fossem de Portugal, lhe seriam mais ligadas e dependentes.

> I - A Metrópole, por isso que é mãe, deve prestar às colônias suas filhas todos os bons ofícios, e socorros necessários para a defesa, e segurança de suas vidas, e dos seus bens; mantendo-as em uma sossegada posse, e fruição dessas mesmas vidas, e desses bens.
> II - Estes benefícios pedem iguais recompensas, e ainda alguns justos sacrifícios; e por isso é necessário que as colônias também da sua parte sofram e que só possam comerciar diretamente com a Metrópole, excluída toda e qualquer outra Nação, ainda que lhes faça um Comércio mais vantajoso (Coutinho, 1974: 107-108).

Os apontamentos defendidos pelo bispo Azeredo Coutinho continuavam presentes no imaginário de Resende Costa Filho no ano de 1810, momento em que ele chamava atenção para os esforços do Conde de Linhares em traçar e "formar bases ternas para consolidar a união desde os nossos estabelecimentos formando nos de Brasil recursos imensos para ajudar a Mãe Pátria: a mais lenta e negra inveja esbraveja e se morde:"[11] Salientava ainda que a *nação* algum dia faria justiça às ações do estadista, o que se devia aos seus relevantes serviços e merecimentos.

Havia um consenso entre esses intelectuais, antes mesmo do translado da Corte, de que o Brasil representava a porção mais importante do império e, por isso, os cuidados deveriam ser meticulosos para que fosse preservado o enlace com a mãe pátria, bem como a preservação da integridade daquele vasto território. As inquietações de d. Rodrigo em torno da América portuguesa e da própria manutenção da ordem dinástica tornaram-se mais acentuadas com os desdobramentos da Revolução Francesa e da expansão napoleônica na Europa. Portugal se viu diante de uma intricada conjuntura econômica e política, pois precisava lidar com a pressão francesa que exigia a ruptura das relações comerciais com a Grã-Bretanha, e, da contrapartida britânica, era cobrada a manutenção das alianças comerciais existentes.

Diante desse impasse, os estadistas lusos adotaram uma política de neutralidade na tentativa de postergar ao máximo qual decisão tomar; aderiam às exigências francesas sem necessariamente abrir mão da aliança inglesa (Silva, 2003, p.200). Reascendeu-se, portanto, a possibilidade de transferir a Corte para a colônia americana. O translado da Corte para o Brasil não era um

[11] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de José de Resende Costa para Dona Mariana de Souza Coutinho" Maço 74/32_m0036 a m0039.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

projeto novo e já havia sido contemplado durante o século XVII (Tammone, 2014), todavia, não se apresentava como unanimidade entre os estadistas portugueses do XIX. Havia uma disputa em torno da proposta, mas d. Rodrigo defendia abertamente a adesão às proposições e apoio da Grã-Bretanha, recusando às imposições de Bonaparte. O projeto tinha duplo sentido para o estadista, salvaguardar os *Domínios Ultramarinos* e a própria persona do rei, expressão máxima de soberania do Antigo Regime (Silva, 2003: 183).

No ano de 1807 a família real deixava o Reino de Portugal e em 08 de março de 1808 a Corte desembarcava no Rio de Janeiro. O estabelecimento da Corte e da família real no Brasil, que passava a assumir a função de nova sede do império, exigiu um rearranjo das estruturas administrativas, não obstante o reconhecimento de personagens e limitações existentes na colônia americana. Do ponto de vista econômico também se ampliou uma série de possibilidades, pois, foi revogada, em 1º de abril de 1808, a legislação que proibia a instalação de indústrias e manufaturas no Brasil. O próprio *exclusivo colonial* passou por mudanças significativas com a abertura dos portos às nações amigas, o que permitiu a expansão do comércio a partir da colônia (Piñeiro, 2003).

O fato é que o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro deu ensejo a novas práticas políticas e econômicas à América portuguesa, bem como se abriu um novo horizonte de expectativas àqueles políticos e intelectuais luso-brasileiros. Suas percepções e projetos políticos assumiriam um caráter multifacetado, não obstante o enraizamento dos interesses dos *negociantes de grosso trato* junto aos setores burocráticos da administração imperial. Com esse viés, agora analisaremos outros aspectos da trajetória de Resende Costa Filho enquanto membro da burocracia estatal e agente político, pensando que suas ações estavam alinhadas a uma nova cultura política que pretendia reformar o império através das diretrizes do pensamento *liberal* e *ilustrado*.

Os conflitos hispano-americanos: um olhar sobre as disputas entre Buenos Aires e Montevidéu.

João Paulo Garrido Pimenta, ao analisar os conflitos hispano-americanos, destaca que logo após o translado da Corte para o Rio de Janeiro uma nota publicada na *Gazeta do Rio de Janeiro* versava sobre a necessidade de que os habitantes do Brasil estivessem atentos aos conflitos entre as províncias da América espanhola e os riscos que representavam ao Brasil (Pimenta, 2015). As acirradas disputas entre Buenos Aires e Montevidéu serviam como um alerta à nação portuguesa de que enquanto os vizinhos hispano-americanos seguiam em seus princípios desorganizadores, os portugueses da Europa e da América se mantinham unidos, organizados e fiéis ao seu monarca. As ocorrências nas Províncias do Rio da Prata ocuparam espaço singular nas correspondências de Resende Costa Filho. Sempre que informava os acontecimentos do

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Brasil ao Principal de Sousa, d. Mariana e d. Maria Balbina dedicava algumas linhas às disputas de Buenos Aires com Montevidéu[12].

> Se estamos aqui tranquilos, os nossos vizinhos Espanhóis de Buenos Aires prosseguem nos seus passos desorganizadores, inteiramente desunidos com os seus irmãos de Montevideo, que os bloquearam não permitindo as embarcações subirem para aquela Capital[13].

As dissenções entre as províncias de Buenos Aires e Montevideo decorrentes da expansão napoleônica na Europa e consequente invasão da Espanha pelo exército francês eram objeto da atenção entre políticos e intelectuais do império luso-brasileiro. Nesse sentido, chama a atenção dois aspectos essenciais por eles observados nas ocorrências do Rio da Prata: 1) A política expansionista adotada pela família de Bragança em relação às possessões bourbônicas na região fronteiriça do Rio da Prata após a chegada ao continente americano; 2) os riscos ao Império luso-brasileiro, caso ocorressem dissidências semelhantes nas diferentes e vastas capitanias da América portuguesa, bem como seu impacto sobre a manutenção da integridade territorial e monárquica.

As guerras napoleônicas haviam produzido impactos diferenciados às monarquias europeias. Se no caso bragantino a família real optou por transferir toda a Corte para o Brasil buscando salvaguardar a figura do monarca e proteger o domínio americano. Diferentemente, no caso espanhol, a dinastia Bourbon, representada por Fernando VII, foi forçada a abdicar em Bayona, em 06 de maio de 1808, e Napoleão acabou por tomar o poder e colocar seu irmão, José Bonaparte, para governar a Espanha. O dramático esvaziamento de poder na Espanha ocasionou a formação de sucessivas juntas governativas. O imperativo de resistir ao invasor conduziu à constituição de um governo nacional representativo: "a Junta Central de Aranjuez, reunida em setembro de 1808, pouco depois transferida para Sevilha e finalmente Cádiz, e que governaria por dezessete meses" (Pimenta, 2015: 47).

Na porção hispano americana, a notícia da queda do monarca espanhol resultou em experiências díspares. Pimenta, ao analisar o fim dos impérios ibéricos na região do Rio da Prata, destaca que desde os primeiros anos do XIX o cenário político da América espanhola se mostrava conflituoso e temeroso. Inicialmente, os habitantes da América Espanhola buscaram manter a ordem e a vassalagem a Fernando VII e fidelidade à igreja católica. Posteriormente, vários conflitos se espalharam em regiões como a Venezuela, Quito e Chile; à região do Rio da Prata somavam-se as invasões inglesas do território ocorridas entre os anos de 1806 e 1807(Pimenta, 2015: 47).

François-Xavier Guerra analisa as mudanças que ocorreram no conceito de *nação* em decorrência dos conflitos peninsulares e assevera que entre 1808 à formação das juntas

[12] Um dos aspectos relevantes nas correspondências era o conhecimento detalhado dos acontecimentos e reveses no território hispano-americano e sempre buscava versar sobre em suas missivas.
[13] ANTT. Conde de Linhares. "Carta de Resende Costa para Maria Balbina de Sousa". Maço: 0074/33_m0008.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

americanas de 1810 o vocabulário *nação* incidia sobre todo o conjunto de reinos e cidades-províncias que constituíam a monarquia, denominados em outras ocasiões de "povos". Com a ausência da figura do monarca, os espanhóis da América passam a reivindicar não apenas direitos iguais aos espanhóis da Espanha, mas direitos de *modernidade* e *independência*[14]. Ademais, quando chegam à América as notícias sobre o avanço do exército francês na Andaluzia, da revolta de Cádiz, que derrubou a Junta Central até então reconhecida pelos espanhóis americanos, foi iniciada a criação de juntas que recusavam o governo peninsular provisório. As juntas, a princípio, invocavam os mesmos princípios pactuais que tinham sido aplicados anteriormente nas juntas peninsulares. Entretanto, com a ausência do legítimo monarca, o poder retornava aos "povos" e distintas comunidades políticas que o formavam (Guerra, 2009, p. 415).

Ante as dissidências que ocorriam entre os vizinhos hispânicos e o esvaziamento de poder do monarca de Espanha crescia o debate em torno das fronteiras naturais do Brasil, tanto as do Norte quanto as do Sul, e a possibilidade de incorporação da região do Rio da Prata, como se observa nas letras de Resende Costa Filho:

> Os Espanhóis de Buenos Aires prosseguem na sua desunião com Montevideo, que os tem bloqueado, não permitindo [que] suba para cima embarcações algumas. Praza ao céu que daqui nos resulte o bem de fazermos uma demarcação bem natural dividido pelo Rio da Prata[15].

A discussão acerca das *fronteiras naturais* do território americano era anterior e ponderava que o domínio português podia ser compreendido desde o Amazonas, ao norte, atravessando o Brasil e chegando ao Sul no território do Rio da Prata (Pimenta, 2006: 127). O Conde de Linhares, percebendo o vazio de poder que se instaurava nos domínios hispânicos, escreveu uma carta ao governo de Buenos Aires, em 15 de março de 1808, na qual propunha a proteção portuguesa aos vizinhos em razão do estado de abandono que as colônias espanholas se encontravam. O governo de Buenos Aires deveria se submeter ao rei português e seria estabelecida uma zona de livre-comércio no território do Rio da Prata. Seriam mantidos os impostos e, sendo o monarca lusitano aliado da Grã-Bretanha, usaria de seu prestígio para evitar uma eventual invasão por parte do exército britânico. O estadista lusitano não apenas recebeu uma resposta negativa dos buenaristas como assistiu a um plano por parte do governo de Buenos Aires para invadir o Rio Grande de São Pedro (Pimenta, 2006: 76).

A política expansionista do Império luso-brasileiro se apresentou ancorado naquilo que Pimenta define como *projeto carlotista*. Considerando que o trono espanhol tinha sido usurpado por Napoleão, o manifesto de 19 de agosto de 1808 dirigido aos centros administrativos da monarquia espanhola pretendia que d. Carlota fosse reconhecida como defensora e legítima

[14] O que se observa no contexto hispano-americano é que a formação das juntas governativas tinha por objetivo inicial recusa às imposições napoleônicas e reiteravam a autoridade do monarca espanhol ausente. Os espanhóis da América reivindicavam igualdade de direitos e não se viam como diferentes em relação aos peninsulares. In: GUERRA, François-Xavier; 2009: 412.
[15] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de Resende Costa para Mariana de Sousa". Maço: 74/32_m0012.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

sucessora dos domínios de seu pai Carlos IV. O império luso-brasileiro apresentava d. Carlota como alternativa viável para a manutenção da ordem dinástica, mesmo a princesa espanhola não sendo a primogênita e sucessora de direito. Apesar de retornos respeitosos, somente em parte do Rio da Prata houve certa adesão à proposição, muito em decorrência de interesses comerciais marítimos do território (Pimenta, 2006: 78). A formação das juntas de governo provisório no decorrer dos anos de 1810 dificultaria as pretensões luso-brasileiras sobre os vizinhos da América espanhola.

Marcia Eckert Miranda apresenta que no ano de 1809 d. Rodrigo deu início a reorganização das forças militares na capitania do Rio Grande de São Pedro visando consolidar a capacidade ofensiva e defensiva do território. A ação do ministro decorria de uma preocupação ampliada com a instabilidade e pretensões existentes em torno da região do Rio da Prata. Sob o comando do Capitão-general da capitania, d. Diogo de Sousa, as forças militares do Rio Grande foram deixadas em alerta sobre a possibilidade de expansão revolucionária na capitania (Miranda, 2006).

A respeito da Junta de Buenos Aires, Resende Costa Filho apresentava à d. Mariana informações acerca de sua estruturação e apontava que esta reconhecia o poder de Fernando VII ao mesmo tempo em que tinha acontecido a deposição do Vice Rei Liniers[16]. Garrido Pimenta (2006: 76) assevera que a formação da Junta de Buenos Aires, mesmo que edificada jurando lealdade ao monarca, contrastava com os padrões absolutistas ao instituir um governo fora dos padrões previstos. Guerra (2009: 47) salienta que o argumento adotado pelas juntas em seu momento de constituição; a nação – conjunto da Monarquia – continuava sendo única, mas com a ausência do monarca, representante da soberania, essa soberania era devolvida aos "povos", sem que estes deixassem de ser fiéis ao rei. Os "povos" constituiriam uma soberania provisória, aguardando a "reconstituição da única e incontestável soberania" (Guerra, 2009: 417).

A formação das Juntas na América espanhola acabou sendo um processo complexo e conflituoso, porque apesar de se declararem fiéis a Fernando VII, as ideias expostas através da Gazeta de Buenos Aires não eram propriamente monárquicas, o que ocasionou uma recusa por parte dos governos do Alto do Peru, Paraguai e Montevidéu (Pimenta, 2006: 81). A partir do ano de 1811, o governo de Buenos Aires organizou uma ofensiva militar contra estas províncias e alguns detalhes narrados nas missivas de Resende Costa Filho aos irmãos de d. Rodrigo explicitam marcadamente sua crítica à desunião dos hispânicos, bem como da necessária intervenção luso-brasileira nas disputas do Rio da Prata.

A impossibilidade de anexação das possessões espanholas através do *projeto carlotista* e uma explicita oposição por parte de Buenos Aires às pretensões luso-brasileiras fez com que o governo joanino iniciasse uma campanha de apoio a Montevidéu. O regente luso-brasileiro tinha enviado para a província uma oficina de imprensa em 24 de setembro de 1810 com o

[16] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de Resende Costa para Mariana de Sousa". Maço: 74/32_m0072.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

objetivo de contraditar as propagandas da junta de Buenos Aires. Segundo Pimenta (2006), tratava-se de parte da política joanina em fomentar periódicos críticos ao *Correio Braziliense* na região do Rio da Prata. Assim como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, a *Gazeta de Montevidéu* tinha um posicionamento realista, ou seja, pela defesa da unidade monárquica bourboniana, o princípio da legitimidade monárquica e tendo predileção pela autoridade de D. Carlota, visto que ela era pertencente à família real e se enquadrava aos padrões tradicionais das monarquias ibéricas.

As dissenções entre Buenos Aires e Montevidéu perpassaram os anos seguintes da década de 1810. Em maio de 1811 o Vice Rei Francisco Elío solicitou o apoio da Coroa Portuguesa no território de Montevidéu por se encontrar encurralado em Montevidéu pelas forças militares de José Gervasio Artigas. O príncipe regente português, preocupado que a instabilidade chegasse ao Rio Grande de São Pedro, enxergou nesse pedido a chance de intervir na Banda Oriental e apaziguar o conflito (Miranda, 2006, p. 112). Miranda (2006) destaca que a intervenção portuguesa também atendia aos interesses econômicos dos negociantes montevideanos que buscavam manter a autonomia comercial de seu Porto em relação ao de Buenos Aires[17].

Resende Costa Filho se preocupava com os desdobramentos daquele enfrentamento, haja vista que impactavam no comércio do Rio da Prata, dividia os hispano-americanos e deixava a população de Montevidéu em "penúria de alimentos"[18]. Por isso, em 19 de novembro de 1811 informava satisfeito que enfim parecia ter cessado o conflito entre as províncias. Pimenta pontua que após a intervenção luso-brasileira parecia haver um consenso e possibilidade de aproximação entre Buenos Aires e Montevidéu, que assinaram um armistício em outubro de 1811, não apenas reconhecendo Fernando VII como seu soberano, como também a legitimidade das Cortes de Cádiz (Pimenta, 2006: 104).

Acerca das intervenções portuguesas no território do Rio da Prata, Resende Costa Filho explicitava algumas de suas impressões após o não seguimento das tropas de São Paulo que rumavam em direção à Banda Oriental.

> Por uma Gazeta de Buenos Aires aqui recebida se pensou da retirada do nosso exército para as nossas fronteiras, e que se há de tratar de um armistício, e da pacificação; e que consequentemente não embarcarão mais os Milicianos que aqui se acham a tropa de Linha e reclutas feitas em São Paulo: porém a poucos dias chegou uma Fragata da Espanha de Montevideo, cujo Comandante morreu ontem de repente por uma indigestão, e por ela se soube que a sensação causada pela referida Gazeta nesta Praça /Montevideo/ donde se preparava uma parte do seus habitantes a emigrarem e transportarem os seus cabedais deu motivo a ser refutado a sua exposição por D. Diogo, e avalizada pela Gazeta dos mesmos, montevideanos, as asserções da primeira, que no seu tom revolucionário falava de armas vitoriosas da

[17] Miranda trabalha com a perspectiva que a adesão ao *projeto carlotista* era considerável entre os negociantes de Montevidéu em decorrência dos interesses econômicos envolvidos. Os envolvidos tentavam manter a autonomia da Banda Oriental em relação ao porto concorrente de Buenos Aires.
[18] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de Resende Costa para Maria Balbina". Maço: 74/33_m0009.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

pátria, abater teríamos. Pelo que o futuro nos é ainda incógnito sobre o que quer tomarão os negócios naquele país[19].

O acordo de paz entre as duas províncias do Rio da Prata não prevaleceu e, com isso, a discussão acerca da intervenção militar luso-brasileiro na região do Rio da Prata tornou-se uma constante nos anos seguintes e passou por vários reveses. Ainda em 1812, houve uma ofensiva portuguesa em 22 de setembro e sobre ela Resende Costa Filho detalha que "assim como em Santos, o Senhor d. Francisco, que dirigido a transportar em um Brigue de Guerra para Montevidéu o Regimento de Dragões de Minas Gerais, e alguma tropa de São Paulo"[20]. Contudo, um novo armistício com o governo de Buenos Aires fez com que os milicianos de Minas Gerais retornassem às suas casas. As tropas de Buenos Aires assim que tomaram ciência disso aproveitaram a oportunidade para atacar novamente aos montevideanos. Sobre a ofensiva de Buenos Aires, Resende Costa Filho dizia que tão logo d. João voltaria a oferecer seu apoio aos montevideanos. Entretanto, diante dos reveses conjunturais, em outra correspondência do ano de 1813, mencionava o fato de o governo britânico requerer que não houvesse intervenção lusa no cerco realizado pela junta de Buenos Aires aos de Montevidéu naquele ano[21].

Nas correspondências do ano seguinte passou a adotar um tom mais crítico em relação às ações dos buenaristas:

> Para Montevideo passarão 3$ mil homens; penso que a verem os 12$ [mil homens] que devem mandar o Consulado de Cádiz, sucumbirão os de Buenos Aires: os Espanhóis pasmos de que não podendo organizar um Exército na Península em termos de coadjuvar o Exército Anglo luso, se desertam tão largamente para longe: isto, porém me é de um grande bem a sufocar-se a hidra Revolucionária dos Buenaristas[22].

Chama a atenção em suas palavras a expressão hidra revolucionária, o que explicita a percepção negativa que o vocábulo revolução assumiu após a Revolução Francesa. Segundo Guerra (2009: 12), para os protagonistas tratava-se indubitavelmente de uma revolução, entretanto o autor destaca que parte da historiografia defende que a independência hispano americana não pode ser considerada como revolução, pois não promoveu uma transformação radical nas estruturas sociais e econômicas, ou o acesso ao poder de uma nova classe social". Nesse viés, o que tinha acontecido no caso hispano-americano foi um mero rearranjo político, em que o poder político metropolitano foi substituído pelo dos *criollos*. Guerra salienta sobre os riscos dessa interpretação, visto que ao reduzir tais fatos a uma sequência de alterações de caráter político, econômico e institucional incorre-se no risco de ignorar a consciência dos agentes, bem como daquilo que é refletido nas fontes.

[19] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de Resende Costa para Mariana de Sousa". Maço: 74/32_m0040.
[20] Idem. Maço: 74/32_m0055.
[21] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de Resende Costa para Mariana de Sousa". Maço: 74/32_m0036 a m0039.
[22] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de Resende Costa para Mariana de Sousa". Maço: 74/32_m0058.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Pimenta assevera que ainda no século XIX o vocábulo revolução não estava plenamente estabelecido em seu sentido moderno, especialmente no que concerne a um movimento que subvertia a ordem estabelecida para constituir uma realidade inovadora. Nesse sentido, o vocábulo revolução podia assumir uma conotação negativa quando promovia ou conduzia à guerra civil; e positiva quando a revolução era vislumbrada como um projeto reformador (Pimenta, 2009: 51). No contexto luso americano[23], Pimenta assevera que as experiências no continente a partir da década de 1810 fizeram com que o vocábulo revolução fosse atrelado prioritariamente à supressão da ordem vigente em detrimento de um indicador de reformas mais conservadoras. Todavia, o autor ressalta que essa acepção se trata de uma tendência e não necessariamente uma postura absoluta.

No que se refere à Junta de Buenos Aires, Pimenta salienta que no momento em que a junta foi erigida sobre novas bases e substituindo as leis das Índias vigentes delineava-se uma revolução de fato, mesmo que os líderes do movimento se declarassem fiéis à monarquia (Pimenta, 2006: 79). Apesar de declararem fidelidade ao monarca deposto, Fernando VII, e que atuavam na tentativa de preservar seus reais domínios, paulatinamente os buenaristas adotavam medidas que colidiam com os princípios do absolutismo. Com o fim dos conflitos peninsulares, esses mesmos revolucionários recusaram a soberania do monarca espanhol e deram início à ruptura política a partir do ano de 1815.

A referência ao governo de Buenos Aires como revolucionário se repete em outra correspondência de Resende Costa Filho, de 17 de novembro do mesmo ano. A menção aos buenaristas como revolucionários torna-se mais interessante por demonstrar o aspecto negativo que o vocábulo revolução assumia para seus coevos luso-brasileiros diante das experiências peninsulares e dos vizinhos hispânicos[24]. Isso, porque, os montevideanos, de maneira oposta aos buenaristas, eram enunciados nas letras do administrador dos diamantes como *patriotas*[25]. *Patriotas* por manterem sua fidelidade aos monarcas espanhóis, por se mostrarem simpáticos ao carlotismo, além de seguirem firmes em sua fidelidade à dinastia bourbônica. O posicionamento é relevante para pensarmos a própria fidelidade que Resende Costa Filho em relação à *nação* e à monarquia portuguesa. Num momento de fragilidade do Império espanhol, o *patriotismo* se reforçava pela lealdade que os vassalos de Montevidéu dedicavam ao monarca Fernando VII e à sua irmã d. Carlota.

Em 1814 a força militar de Buenos Aires sitiou Montevidéu e a reconquistou, o que simbolizava a derrota do realismo na cidade, tendo, inclusive, posto fim à publicação da *Gazeta de Montevidéu*. No ano de 1815 com o findar da corrente revolucionária e o exílio de Napoleão, as monarquias foram restabelecidas, bem como teve início a tentativa de organizar os domínios

[23] O autor remete especialmente aos eventos que envolveram os conflitos entre Buenos Aires e Montevidéu, bem como a Revolução Pernambucana de 1817.
[24] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de Resende Costa para Mariana de Sousa". Maço: 74/32_m0061. 17 de novembro de 1813
[25] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de Resende Costa para Maria Balbina". Maço: 71/35_m0034.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

americanos. Pimenta aponta que nesse período o monarca espanhol já não era mais bem visto no território americano e Resende Costa Filho observava negativamente a posição adotada pelos *criollos*. Por isso, aguardava a força espanhola para atuar contra os revolucionários de Buenos Aires.

> Vigodet[26] aqui chegou e volta para a Espanha: Pensava-se que vinha com o intuito de estabelecer ao antigo estado o governo do Vice Reinado de Buenos Aires; porém o espírito revolucionário grassa nos 2 partidos, que se destroem reciprocamente e ambos adversos a dominação de Fernando: que bela ocasião talvez, de se realizar o plano, que fazia as [luzes] e ponto principal das vistas do Sr. Conde de Linhares, de fazer pelo Rio da Prata, e Paraguai a divisão natural dos limites dos dois Impérios! Sem a nossa cooperação será difícil a sua indução[27].

Alguns aspectos anteriores e que perpassaram os conflitos entre 1810 e 1815 ressurgem nos informes de Resende Costa Filho ao Principal de Sousa. Se outrora a Junta de Buenos Aires havia se formado jurando fidelidade aos seus monarcas, agora as tropas revolucionárias recusavam o monarca, bem como sua autoridade para restabelecer o Vice Reinado de Buenos Aires. Mesmo diante do restabelecimento da monarquia espanhola, os planos de anexação e definição das fronteiras naturais do Brasil desde o Rio Amazonas até o Rio da Prata permaneciam presentes. O que pode ser lido em suas inquietações é que o espírito revolucionário rompia o elo entre reino e suas províncias. Igualmente, a anexação do território do Rio da Prata com base nas fronteiras naturais remetia à unidade monárquica do império com suas partes integrantes ao redor do mundo.

À vista disso, as questões postas por Resende Costa Filho e que envolve os conflitos do Rio da Prata são significativas para entender a relevância que o elo entre a Mãe Pátria e suas filhas tinha para aquela geração de políticos e intelectuais. A proximidade com as províncias do Rio da Prata e os distintos desdobramentos em cada uma das províncias da América espanhola significava que o Brasil poderia ser abatido pela onda revolucionária vizinha. A coesão natural entre as diferentes partes do império podia ser abalada e por isso era preciso ter cautela. Por isso, o governo joanino precisava adotar medidas efetivas para manter a amalgama entre o mosaico de capitanias e projetos políticos de cada uma delas. Atentos a esses aspectos, os políticos e intelectuais luso-brasileiros adotaram medidas com vistas a evitar a fragmentação do império.

As missivas de Resende Costa Filho para os membros da família Sousa Coutinho e a sua visão acerca dos acontecimentos na região do Rio da Prata são representativas e revelam o imaginário de um segmento de intelectuais luso-brasileiros do período. Homens de negócio e políticos ligados à administração monárquica que defendiam a manutenção do enlace entre o reino de Portugal e seus domínios para a consecução de seus interesses e preservação territorial

[26] Foi um militar espanhol de origem francesa que foi designado para governar Montevidéu no ano de 1810 e, posteriormente, como capitão general e governador das províncias do Rio da Prata em 1811, sendo seu o último representante colonial do território.
[27] ANTT. Conde de Linhares. "Cartas de Resende Costa para o Principal de Sousa". Maço: 71/35_m0047.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

portuguesa. Embora isso não possa ser lido como um pensamento uníssono, os posicionamentos de Resende Costa refletem elementos importantes sobre a complexidade do alvorecer oitocentista, bem como desvela a provisoriedade e os limites conceituais de vocábulos como *revolução* e *nação*. Não obstante, trazem contribuições para entender os projetos políticos e o imaginário liberal do período.

Referências

Alexandre, V. (2000). *Os sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Afrontamento.

Barcelos, F. C. (2014). *A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e o Tesouro Nacional*. Arquivo Nacional.

Cardoso, J. L. (2001). Nas malhas do Império: A economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. In J. L. Cardoso (Coord.), *A economia política e os dilemas do Império luso-brasileiro (1790–1822)*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Conceição, A. A. da. (2005). Lidas novamente... A escrita de cartas como prática do governo colonial (século XVIII). In *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. ANPUH.

Conde de Linhares. (s. f.). *Carta de José de Resende Costa para Maria Balbina Sousa Coutinho*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Correspondências, Maço 74/33, m0001–m0012.

Conde de Linhares. (s. f.). *Carta de Resende Costa para o Principal de Sousa*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Correspondências, Maço 71/35, m0001–m0052.

Conde de Linhares. (s. f.). *Cartas de José de Resende Costa para Mariana de Souza Coutinho*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Correspondências, Maço 74/32, m0001–m0074.

Coutinho, J. J. de Azeredo. (1794). *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal*. Academia de Lisboa.

Jancsó, I., & Pimenta, J. P. G. (2000). Peças de um mosaico: Ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *Revista de História das Ideias, 21*, 389–440.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Miranda, M. E. (2006). *A estalagem e o Império: Crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808–1831)* [Tese de doutorado].

Morel, M. (2007). Pátrias polissêmicas: Repúblicas das Letras e imprensa na crise do Império Português na América. In *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813–1814)*. Editora Fiocruz.

Neves, L. M. B. P. das. (2003). *Corcundas e constitucionais: A cultura política da Independência (1820–1822)*. FAPERJ; Editora Revan.

Neves, L. M. B. P. das. (2005). Estado e política na Independência. In I. Jancsó (Org.), *Independência: História e historiografia*. Hucitec; FAPESP.

Piñeiro, T. L. (2003). O Corpo de Commercio do Rio de Janeiro: Os negociantes se organizam. In *Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa*. ANPUH.

Pimenta, J. P. G. (2003). *O "nascimento político" do Brasil: As origens do Estado e da nação (1808–1825)*. DP&A.

Pimenta, J. P. G. (2006). Portugueses, americanos, brasileiros: Identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano. *Almanack Braziliense, 3*, 69–80.

Pimenta, J. P. G. (2015). *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808–1822)*. Hucitec; FAPESP.

Schultz, K. (2008). *Versalhes tropical: Império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808–1821* (R. Aguiar, Trad.). Civilização Brasileira.

Silva, A. R. Cloclet da. (2003). *Inventando a Nação: Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750–1822)*. Hucitec.

Silva, A. R. Cloclet da. (2012). Constitucionalismo, autonomismos e os riscos da "mal-entendida liberdade": A gestação do liberalismo moderado em Minas Gerais, de 1820 a 1822. *Tempo, 18*(33), 243–268.

Slemian, A. (2015). Portugal, o Brasil e os Brasis: A diversidade dos territórios e as disputas pela soberania na construção de um novo Império monárquico na América. *Claves. Revista de Historia*.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Tammone, N. (2014). Do nexo feliz ao novo Brasil: Portugal e a reconfiguração do Império (c. 1808–c. 1890). In *Anais do VII Congresso de Pós-graduandos do Programa de Pós-graduação em História Econômica*.

Wederson de Souza Gomes

É graduado em História e Pedagogia pela Universidade Federal de Ouro Preto, assim como cursou Mestrado (História e Educação) e Doutorado em História pela mesma instituição. O pesquisador se debruçou sobre estudos referentes ao Brasil Império, destacando-se o reformismo ilustrado, a intelectualidade e os estudos sobre o Estado-nação. O autor também pesquisou a respeito da Educação de Jovens e Adultos e a Educação Especial, suas especificidades, aproximações e os desafios de ambas as modalidades.

Além do mais, suas pesquisas buscam compreender a formação mercantil do Rio de Janeiro entre o findar do século XVIII e o início do século XIX, analisando as singularidades do Corpo do Comércio desde a chegada da família real, passando pelo processo de independência e a consequente abdicação de D. Pedro I. Wederson é autor do livro Entre ruas, sobrados e a praça: o Corpo do Comércio do Rio de Janeiro e a nova ordem constitucional.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

MOVILIZAR ESPACIOS Y APLICAR LA RELIGIÓN: LOS CAPELLANES Y LA JUSTICIA EN LA VILA RICA COLONIAL (MINAS GERAIS, S. XVIII).

MOBILIZAR ESPAÇOS E APLICAR A RELIGIÃO: OS CAPELÃES E A JUSTIÇA EM VILA RICA COLONIAL (MINAS GERAIS, S. XVIII).

MOBILIZING SPACES AND APPLYING RELIGION: CHAPLAINS AND JUSTICE IN COLONIAL VILA RICA (18TH CENTURY).

Machado, Gyovana

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

gyovanafelix@gmail.com

RESUMEN

El artículo presenta una parte de los resultados de una investigación de máster que consistió en un análisis, en términos generales, sobre la Historia Social de la Religión. Entrelazado con dispositivos que van más allá de la lectura estrictamente religiosa de los agentes clericales, discutiremos la interfaz entre justicia y religión a partir de la capellanía desarrollada en la capilla de Santa Rita de los presos, en Vila Rica. En este contexto, se considera a los capellanes como clérigos dotados de una cierta autonomía necesaria para la implementación de la justicia en el Antiguo Régimen. Utilizaremos documentación de carácter municipal y eclesiástico con el fin de responder a las preguntas planteadas.

PALABRAS CLAVE: Capellanes, capellanía, Capilla de Santa Rita de los presos, Justicia, Vila Rica.

RESUMO

O artigo apresenta uma parcela dos resultados de uma investigação de mestrado que consistiu numa análise, amplamente, sobre a História Social da Religião. Imbricada em dispositivos para além da leitura estritamente religiosa dos agentes clericais, discutiremos a interface entre justiça e religião a partir da capelania desenvolvida na capela de Santa Rita dos presos, em Vila Rica. Nesse ínterim, o olhar para os capelães como clérigos munidos de determinada autonomia necessária à implementação da justiça no Antigo Regime. Utilizaremos documentações de natureza camarária e eclesiástica com o fim de responder às perguntas suscitadas.

PALAVRAS-CHAVE: Capelães, Capelania, Capela de Santa Rita dos presos, Justiça, Vila Rica.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

ABSTRACT

This article presents a portion of the findings from a master's thesis that consisted of a broad analysis of the social history of religion. Moving beyond a strictly religious interpretation of the roles of clergy, we will discuss the intersection of justice and religion through the chaplaincy established at the Santa Rita dos presos Chapel in Vila Rica. In doing so, we will examine chaplains as clergy endowed with a certain degree of autonomy necessary for the implementation of justice under the Ancien Régime. We will utilize municipal and ecclesiastical documents to address the questions raised.

KEYWORDS: Chaplains, Chaplaincy, Chapel of Santa Rita dos presos, Justice, Vila Rica.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Introducción

El objetivo de este artículo es analizar la forma en que la religión y la justicia se entrelazaron en la capilla de Santa Rita de los presos, en Vila Rica, en el siglo XVIII. A través del estudio de caso de uno de los capellanes identificados, analizaremos esta relación con el fin de poner de manifiesto las políticas religiosas en contraste con las subjetividades de los eclesiásticos. Pretendemos, de este modo, comprender el complejo panorama de la propia gobernabilidad a partir de los agentes eclesiásticos que, como demostraremos, desempeñaban una función determinada en la administración y el control de los pueblos. Argumentamos que, en un importante centro aurífero, la aplicación de la justicia se apoyó en aparatos religiosos y reclutó a capellanes que supieron, de igual modo, negociar provisiones, construir redes de relación y actuar para asegurar sus ganancias.

Para garantizar la justicia era necesario un cuerpo dotado de autonomías y estatutos que permitieran una mayor armonía. Esta premisa constituye una parte fundamental del argumento de Antônio Manuel Hespanha (1986) al analizar la proporcionalidad de las estructuras administrativas del Imperio portugués. Si no es mediante un sistema corporativo, no hay forma de adentrarse en lo que él denominó «administración real». La teoría jurídico-política, *per se*, describe el sistema, pero no se adentra en una vida cotidiana cuyas decisiones no parten únicamente del rey, sino de las instancias que, designadas por él, lo representan. Si la administración política se caracterizaba por la influencia del catolicismo, la aplicación de la justicia —pretendemos argumentar— siguió bajo el mismo sustrato con el fin de reflejar las fronteras de la propia sociedad del Antiguo Régimen.

Sobre los inicios de la fiebre del oro, la llegada de los eclesiásticos y la política implementada.

La idea del «hombre religioso» en Minas Gerais ha estado presente a lo largo de la historiografía sobre el periodo colonial —especialmente sobre el siglo XVIII— de tal manera que se crearon categorías distintas: aquel que se vendió a la lujuria y la ambición (excluyéndose, automáticamente, de la «pureza» de sus funciones formativas) y, una segunda categoría, dedicada a comprender a dicho grupo por su heterogeneidad y subjetividades. Ambas lecturas parten de un hecho histórico: la expulsión y la prohibición de la entrada de órdenes religiosas en las Minas del siglo XVIII, aún a principios de dicho siglo.

A partir de ahí, cabe señalar que la religiosidad de Minas se desarrolló de forma singular. La aparente controversia entre la necesidad de la religión para la administración de los pueblos y la expulsión de los religiosos en un momento de intensa circulación en el territorio de Minas puede percibirse en algunas circunstancias, entre ellas,

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

> *"[os] vários embates no campo religioso: por parte das autoridades coloniais, a vontade de controlar a população versus a insubmissão de diversos agentes eclesiásticos e da comunidade, que resistia aos padrões morais vigentes após o Concílio de Trento (1545-1563)"* (Dias, 2010: 174).

La elaboración de esta nueva cultura eclesiástica, antes de situarse entre la sumisión o el rechazo a los decretos tridentinos, debe diagnosticar una realidad cotidiana contextual: naturalmente, la búsqueda de riquezas, aunque por parte de hombres del clero, pero también la inexistencia de un obispado (Mariana) y un seminario (Boa Morte) en la región hasta 1745 y 1750, respectivamente. Ante la ausencia de formación de un clero local, sumada al *auge* económico, observamos la producción de una cultura religiosa dinámica, en la que la vida religiosa y la vida cotidiana son sinónimos, de modo que negociar actuaciones, construir redes de relación y sumergirse en un flujo específico de autoridad eran garantías de autonomía.

La historiadora Cláudia Damasceno Fonseca (2011) sostiene que, a pesar de la preocupación de la Corona portuguesa por la organización eclesiástica en Minas Gerais, las estructuras de ese poder se debieron, en gran medida, a la iniciativa de los habitantes, como lo demuestra la construcción de capillas e iglesias, la creación de cofradías, entre otras cosas. Esta dinámica reelaboró prácticas que, aunque no alteraran las estructuras de la Iglesia católica (en lo que respecta a su teología y jurisdicción), ampliaron los espacios de autonomía para la actuación eclesiástica; al fin y al cabo, se pudieron observar disputas entre jurisdicciones religiosas con el fin de ampliar sus influencias en el mapa de la América Portuguesa.

A principios del siglo XVIII, tanto D. Francisco de São Jerônimo (obispo de Rio de Janeiro) como el prelado de Bahia, según las investigaciones de Fonseca (2011), intentaron enviar sacerdotes regulares a la región de Minas para abastecer a los individuos con alimento y/o provisión espiritual. Sin embargo, acabó desarrollándose un conflicto de intereses en cuanto a la jurisdicción del territorio, es decir, a quién se sometería en el ámbito eclesiástico. Una disputa de influencia, sujeta a las más diversas interpretaciones, contribuyó a la constitución de un clero mineiro diverso.

Aunque se mantuvieron las disputas internas de jurisdicción, la consolidación de la Corona en suelo mineiro fue acompañada por la presencia de la Iglesia. Las aparentes controversias indican, no la necesidad de crear categorías específicas para analizar el caso de Minas Gerais, sino el reflejo de un gobierno cuya administración política no se separó de Roma, incluso bajo presiones internas propias, como el control fiscal y las disputas por la jurisdicción. La implementación efectiva de la voluntad real dependía de un sistema más amplio, en el que la creencia fundamentara la subordinación al Rey como subordinación al propio Dios y, a este respecto,

> *"a cultura eclesiástica era geradora de uma mentalidade de fundo capaz de ser estrutura de recepção de atitudes e modos de agir e pensar*

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

> *(...). Em suma: clero, religiosidade e sociabilidade juntos nas Minas Gerais do século XVIII*" (Rodrigues, 2016: 115).

Conceptualmente, relacionamos esa experiencia histórica con el fenómeno concebido como *disciplina social*, fundamentado en el pensamiento cristiano (Fragoso; Krause, 2014). Aunque señalamos esta tendencia social, destacamos que, antropológicamente, nada indica que el conjunto de una comunidad reproduzca una misma serie de prácticas o comportamientos de manera armoniosa (Barth, 2000). Nuestro objetivo se centra, por tanto, en el uso del concepto como orientación general entre las leyes canónicas y las prácticas cotidianas, a partir del uso de la religión como oficialidad en el ámbito de la justicia y la administración.

A modo de observación, el trabajo de Francisco Eduardo da Andrade (2005) ofrece un interesante diagnóstico sobre el sertón occidental de Minas Gerais a partir de los sacramentos: fue ese el momento en que los intereses señoriales convergieron con los intereses coloniales. Se observó el matrimonio como forma de establecer pactos entre familias, así como el bautismo, que promovía relaciones de compadrio, a veces de forma vertical en la jerarquía estamental del Antiguo Régimen; en otras palabras, individuos de la élite que apadrinaban a los menos favorecidos en una lógica típica de vasallaje. Además, está el caso de las confesiones que, según Andrade, inculcaban virtudes y tenían una acción directa sobre la conducta de los colonos. Los llamados «guías de las conciencias» —párrocos y capellanes— actuaban de manera que ampliaban el alcance de sus funciones, ya que llegaban a capas más profundas de asimilación psíquica del colono en beneficio del proyecto colonizador de la Corona Portuguesa. Creemos, en consonancia con el autor, que este movimiento propició nuevos lenguajes del dominio señorial y de la implementación del poder, que se reconfiguró de manera difusa entre los estamentos para sostener esa lógica social.

En contrapartida, tal constatación no simula ni proyecta en estos sujetos una noción de juicio y/o regla de valores, meramente, pues comprende la función destinada al clero secular saturada de un conjunto amplio y complejo de principios y nociones. Lo explicamos. La actuación del clero secular y regular estaba inmersa en su propia contemporaneidad; evangelizar, por tanto, al otro, era también aplicar su visión del mundo en la que el Rey es el máximo representante de la justicia elegido por Dios. Muy bien desarrollado por Norbert Elias (2000), el concepto *de índice de cohesión* parece ayudarnos en este caso: el mencionado desempeño del clero se elabora a partir de la cohesión que establecía con su propio arquetipo social.

Política religiosa y justicia: expectativas y entrecruzamientos mutuos.

El corpus normativo de la Iglesia en Brasil se plasmó, sobre todo a partir del siglo XVIII, en las Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). Aunque bajo las leyes tridentinas, tomamos como punto de partida las constituciones bahianas por haber constituido un esfuerzo de producción canónica en la América portuguesa. A este respecto, destacamos que

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

> *"foram produzidas por Dom Sebastião Monteiro da Vide que, inicialmente, tinha por objetivo a realização de um concílio provincial, mas, não sendo possível, "reuniu-se unicamente em um sínodo diocesano, conseguindo produzir um amplo corpo pastoral e canônico" (PIRES, 2008: 63). Segundo Dom Sebastião (1853), as Constituições foram promulgadas para o bom governo do Arcebispado, direção dos costumes, extirpação dos vícios, abusos, moderação dos crimes e reta administração da justiça. Estando vigente por mais de cento e cinquenta anos, a Constituição foi uma orientação para o clero e uma tentativa de organizar a atividade religiosa que ocorria na América Lusa, serviu como um corpo de leis canônicas que legislavam desde os Sacramentos quanto aos crimes e à Justiça Eclesiástica"* (Machado, 2021: 21).

Divididas en cinco libros —sacramentos, mandamientos, clero, cuestiones de jurisdicción eclesiástica y delitos/justicia eclesiástica—, las Constituciones de Bahía, según Maria do Carmos Pires (2008), fueron la base del funcionamiento de los obispados en Brasil. Mediante la institucionalización continua de la Iglesia, siempre según la autora, se pudo observar el privilegio otorgado a las confesiones, las denuncias y toda reforma fiel a la orientación tridentina contenida en las Constituciones.

Organizamos nuestra lectura de dicho documento a partir del concepto de *geografía del más allá* (Le Goff, 1995), comprendiendo así la construcción dualista cristiana reflejada en las mencionadas Constituciones. Para Jacques Le Goff, autor del concepto, esta instrucción pedagógica es observable desde la Edad Media. Es decir, el bien y el mal, la vida y la muerte son criterios formativos del catolicismo que apuntan a una reorganización de la vida, ya que, más allá del cuerpo físico, existe una estructura en el más allá que espera al alma tras la muerte. Más allá de las variables alternativas y específicas (como el *limbus puerorum* para los niños no bautizados), observamos la preeminencia de la siguiente estructura: paraíso, infierno y purgatorio —este último, introducido sobre todo a partir del siglo XII—. Estas son las elementos esenciales para comprender la estructura narrativa y/o el léxico que sustentó las Constituciones de Bahía, reflejo del Concilio de Trento.

A partir de ahí, dicho lenguaje no solo se desarrolló bajo las orientaciones valorativas básicas[1] y, en líneas generales, bajo las normas constitutivas del carácter del predicador, sino también en lo que respecta al contenido del mensaje que este propagaría. Con éxito, alcanzaría la memoria, el entendimiento y la verdad, las llamadas «potencias del alma» (Massimi, 2005). El contenido de la predicación abordaría los llamados «Últimos Juicios del Hombre», definidos así en el artículo 571 de las Constituciones: «Los Últimos Juicios del Hombre son cuatro. El primero es la Muerte. El segundo, el Juicio. El tercero, el Infierno. El cuarto, el Paraíso»

[1] Según Fredrik Barth, serían estos los patrones de moralidad y excelencia por los que se juzgan las actuaciones (Barth, 2000).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

(Massimi, 2005, p. 422). El carácter multinivel de la acción del contenido equivalía a las múltiples instancias de la vida, existiendo incluso orientaciones en materia de delitos.

Los mecanismos de orden militar, fiscal y judicial se complementaban mutuamente, promoviendo la voluntad del rey y la cohesión con el Imperio de ultramar (Antunes, 2007). Las Juntas de Justicia, los Oíidores y las Cámaras componían una red de aplicación y resolución de los procedimientos contrarios a la ley, además de promover y actuar en el mantenimiento de las normas y reglamentos. Dichas instancias coexistían a partir de funciones delimitadas, seguidas de una distribución de los puestos a lo largo del territorio para la eficacia de sus acciones, lo que correspondía a la siguiente estructura:

> *"a Junta era presidida pelo governador e formada pelos quatro ouvidores das comarcas de Minas, pelo provedor da Fazenda e pelo juiz de fora de Ribeirão do Carmo, atual Mariana. Nesse órgão de letrados, o ouvidor sediado em Vila Rica tinha também a função de relator. (...) o ouvidor representava a segunda instância judicial no termo de Vila Rica, sendo responsável por conferir os processos julgados e apurar apelações e agravos contra sentenças judiciais passadas por juízes de primeira instância. Podiam, ainda, (...) compor as listas das pessoas eleitas para os principais cargos nas câmaras. (...) as câmaras eram a base da estrutura administrativa, exercendo funções hoje classificáveis como executivas, judiciárias e legislativas. (...) Normalmente, eram eleitos três vereadores, um procurador e dois juízes ordinários, os quais se alternavam mensalmente no exercício das funções*." (Antunes, 2007: 174)

La gobernabilidad fue, por lo tanto, una regulación compleja y amplia en el marco de la propia estructura administrativa. La Justicia Real se relacionaba con la política y, tal y como proponemos, ampliaba su vigilancia a partir de la Justicia Eclesiástica, que regulaba y juzgaba a personas eclesiásticas y asuntos relacionados con la moral y/o considerados de naturaleza religiosa. Basada en el derecho canónico y en los acuerdos vigentes desde la Edad Media (Wehling; Wehling, 2004), la Justicia Eclesiástica contaba con un amplio cuerpo de religiosos comprometidos con su funcionamiento en la ordenación y aplicación de las leyes canónicas. A pesar de las delimitaciones entre tribunales, no fueron excepcionales los casos en los que se juzgó como «foro mixto» (Dias, 2023). La interfaz entre las justicias solo apunta a la conexión directa de la religión en la sumisión del colono al Imperio, en otras palabras, en su plena configuración como colono portugués.

Más que un aparato burocrático, la movilización de la religión siempre influyó en la tradición del derecho portugués, como lo demuestra la tipificación del delito de herejía y las respectivas penas en las ordenaciones Afonsinas, Manuelinas y Filipinas (Wehling; Wehling, 2004, p. 28). Así, destacamos que las Constituições da Bahia continuaron este entrelazamiento de manera que equiparaban las penas del alma a los delitos cometidos; al fin y al cabo, la acción del

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

demonio estimulaba el pecado (Oliveira, 2002) y, en ocasiones, el delito se utilizaba como sinónimo de pecado, como en aquellos en los que el alma sería castigada en el infierno. A modo de ejemplo, el desvío de oro. Al tratarse de un pecado de hurto, se consideraba un pecado mortal, tal y como enumeró Dom Frei Manuel da Cruz (Oliveira, 2002, p. 195). Las penitencias y otros instrumentos de atenuación de la falta cometida no serían suficientes para la absolución; al menos, la liberación del individuo del tribunal invisible de la geografía religiosa quedaría muy comprometida.

La existencia de un tribunal fundado en la dualidad cristiana y que reorganizaba las acciones individuales a partir de una expectativa *post mortem* se reiteraba en la formación y la predicación del clero, así como en la administración de los sacramentos a los colonos.

El juicio de ese mismo tribunal estaba bajo la vigilancia de las visitas pastorales que

> *"estavam imbuídas do ideal tridentino, fazendo valer as máximas das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707) no sentido de se desenvolver um sistema paroquial uniforme, com ênfase nos sacramentos e na concepção hierárquica, desalojando os particularismos de família, região, confraria, raça etc"* (Campos, 1997: 14).

La efectividad de esta uniformización en Minas es un tema muy debatido, ya que, como se ha visto, hay algunos aspectos que deben tenerse en cuenta: la circulación e itinerancia de los colonos (sobre todo a principios del siglo XVIII con la *fiebre del oro*), la prohibición de la entrada de órdenes religiosas (debido a la acusación de que el clero se entregaba a una vida ambiciosa, simoníaca y negligente en el pago de impuestos (Pires, 2008, p. 65)) y la tardía implantación de un obispado en la región. La vida devocional sufrió algunas consecuencias a partir de entonces, dependiendo en gran medida del espíritu asociativo entre los colonos mientras su religiosidad los movía, como sugiere la construcción de oratorios, capillas, iglesias y la creación de cofradías (Damasceno, 2011, p. 426).

La construcción de este marco religioso con ciertos criterios de autonomía y autorregulación se desarrolló, sin embargo, en paralelo a las visitas pastorales, como se ha mencionado. Estas regulaban, según Campos (1997), cuatro dimensiones: *doctrina* —catecismo, sermones, entre otros—, *control parroquial* —examen riguroso de los libros de bautismos, defunciones, matrimonios, exoneraciones, entre otros—, *sacramentos* —si los feligreses eran bautizados, casados, si participaban en la comunión, si se realizaban los sacramentos finales de la vida junto al entierro en lugar sagrado, entre otros— y *decoro del culto* —decencia, según las Constituciones de 1707 para la celebración del culto, en relación con el espacio, las ceremonias y los objetos. Ej.: condiciones materiales de los templos —. También se utilizaban otras herramientas para llevar a cabo el proyecto de uniformización del clero según las Constituciones, como las cartas pastorales, en las que los obispos orientaban las prácticas y órdenes de acuerdo con el rey y la Corona. Es insostenible argumentar, en este sentido, que la autonomía del clero surgió a partir de la ausencia de la Iglesia. Argumentamos, por tanto, que

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

la autonomía no supuso rupturas, sino que amplió las tolerancias —guardando las proporciones— para alcanzar un objetivo mayor: la influencia jurisdiccional y la aplicación de la agenda religiosa católica.

La fundación de los seminarios y la institucionalización de una nueva agenda católica: vigilar, regular y formar.

La fundación de los seminarios «marcó el esfuerzo de la Iglesia por preparar al clero secular colonial» (Santos, 2014, p. 513). Con la fundación del Seminario de Nossa Senhora da Boa Morte en 1750 no fue diferente. A pesar de que servía al propósito de la formación de nuevos sacerdotes y la difusión de la educación católica, antes de 1750 ya existían sacerdotes en activo en Minas Gerais. Dicha circulación, como se ha visto, fue objeto de una serie de intervenciones y disputas. Aún sobre la primera década del siglo XVIII, Fritz Teixeira de Salles argumentó: «Parece que a terra possuía não só minas de ouro, como também minas de padres» (Salles, 1982, p. 77). Lo que caracteriza a la primera mitad del siglo XVIII, por lo tanto, no tiene por qué medirse necesariamente por la cantidad de clérigos en comparación con la segunda mitad del siglo, sino por la calidad atestiguada según los parámetros establecidos por las Constituições Primeiras (1707).

El Seminario de Nossa Senhora da Boa Morte (1750) fue fundado cinco años después de la creación de la diócesis (1745), siendo el tercer seminario diocesano de Brasil. Aunque no estaban prescritos en las Constituições Baianas, los seminarios trataban de seguir las orientaciones tridentinas en la medida en que educaban e instruían en las disciplinas eclesiásticas. En este seminario, en concreto,

> *"os alunos eram preparados para a carreira sacerdotal e também podiam fazer os seus preparatórios, inclusive para a Universidade de Coimbra (...) a admissão de candidatos que não intentavam o sacerdócio não deixa de estar relacionada à necessidade, por parte do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, de acolher aqueles cujas pensões contribuiriam com essa instituição, que geralmente tinha dificuldade de sustentar seus alunos pobres."* (Selingardi et al., 2014: 233)

Aunque la preferencia por los alumnos pobres era una directriz tridentina, los ricos podían acceder a la formación si asumían los gastos (mediante las pensiones) y manifestaban su vocación de servir a Dios y a la Iglesia católica. La división dentro de la formación sacerdotal seguía la mención hecha por las Primeras Constituciones (1707) (Vide, 1853, p. 86) acerca de las órdenes menores y las órdenes sagradas, también llamadas órdenes sacramentales. Las menores serían: ostiario, lector, exorcista y acólito; mientras que las sagradas serían: subdiácono, diácono, presbítero/sacerdote.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Observamos, en los trámites relativos a las órdenes menores, una preocupación por que no se olvidaran sus funciones, además de medidas criteriosas para la ordenación de la primera tonsura, no admitiéndose a aquellos que no demostraran el estudio del latín, así como la capacidad de curar almas y confesar. Con el fin de que el candidato no «desviara a las almas», se le solicitaba información sobre la pureza de su linaje, su vida, sus costumbres y si se inclinaba hacia la Iglesia; en otras palabras, su proceso *de genere*. En el cuadro siguiente, nos ajustamos a las directrices de las Constituciones para las llamadas órdenes sagradas y, así, seleccionamos, pues «aquellos que las reciben quedan más dedicados y consagrados a Dios tanto por el voto de castidad que hacen, como por la imposibilidad de poder adoptar otro estado secular» (Vide, 1853, p. 88).

Cuadro 1 - Criterios para los grados de ordenación según las Primeras Constituciones del Arzobispado de Bahía.

SUBDIÁCONO	A) voto de castidad. B) ser examinado en los misterios de la fe, latín, moral, oración y canto. C) Tener la primera tonsura y los cuatro grados menores. D) Inicio a los 7 años de edad y finalización a los 22 años de edad
DIÁCONO/también llamado ministro.	A) Leer públicamente el Evangelio en la Iglesia. B) Asistir al sacerdote en los sacrificios. C) Predicar al pueblo la palabra divina. D) Examinado en latín, casos de conciencia, oración y canto. E) Ejercer con ejemplo el orden de subdiácono. F) Ingreso a los 23 años de edad (salvo cuando se dispensara el intervalo entre el final de una ordenación y el inicio de otra. Duraba, aproximadamente, un año).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

PRESBITERO/SACERDOTE	A) Administrar los Santos Sacramentos. B) Instruir a los fieles en los misterios de la fe y en las cosas necesarias para la salvación. C) Enseñar los preceptos divinos. D) Examinado con mayor rigor en latín, moral, oración y canto. E) Ingreso a los 25 años de edad. F) Admitido tras haber transcurrido un año desde su ordenación como diácono. (Salvo cuando se dispensara el intervalo entre el final de una ordenación y el inicio de otra. Duraba, aproximadamente, un año).

Fuente: **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. S. Paulo: Typog. 2 de dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853.

No solo la formación era suficiente y necesaria para que el individuo inclinado a Dios y a la Iglesia alcanzara la ordenación mayor, es decir, la de sacerdote. Existían los exámenes de órdenes que contaban con examinadores elegidos por el arzobispo, personas que eran «eruditas y religiosas». A pesar de las rígidas normas, algunos estudios demuestran una relajación en las ordenaciones sacerdotales. Así,

> *"apesar da estabilidade financeira do Seminário, que marcou o chamado governo dos procuradores, verifica-se, nessa época, um aspecto que revela o declínio moral pelo qual passavam o seminário e a diocese: o relaxamento das ordenações sacerdotais. (...) a prática de se ordenar sacerdotes sem o currículo seminarístico se manteve após o fim do governo desses procuradores, e prosseguiu durante o episcopado de D. Frei Cipriano de São José"* (Selingardi et al., 2014: 248).

Observamos que los parámetros de las órdenes sagradas difieren de los de las menores, ya que las primeras se referían a la introducción de los individuos en la vida clerical, siendo, por tanto, una disposición más, tal y como se describe en las Constituições. Dentro de una sociedad estamental y altamente jerarquizada, la Iglesia católica se ajustaba a los rasgos de la organización de su propia contemporaneidad en la medida en que lo hacía bajo el argumento de la «alineación de las almas», es decir, la capilaridad y el alcance de la evangelización y la consiguiente conversión, su principal motor. Destacamos, además, que no todos los sacerdotes que ejercían en Minas Gerais tras la fundación del Seminario en 1750 se habían formado en él;

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

al menos, no hay argumentos en este sentido en la historiografía ni en los documentos con los que trabajamos.

La formación religiosa institucional, a pesar de ser posterior a la crisis eclesiástica de principios de siglo, fortaleció el dominio portugués al implementar un sistema educativo coherente con las políticas del Imperio —incluso con el cambio de profesores jesuitas del seminario tras la política pombalina que abolió las instituciones educativas jesuitas (1759)—, así como reflejó la alianza entre Iglesia y Estado en la formación de sus religiosos, lo que, como se ha visto, no significó una adhesión individual sin restricciones a las expectativas de las funciones eclesiásticas.

Este intervalo entre autonomía y límites puede observarse, también, en la construcción de capillas como fundaciones propias de la implementación del poder portugués, siendo símbolos de fronteras y afirmación real. Así, a lo largo del siglo XVIII observamos no solo un aumento exponencial de la red eclesiástica, sino también la provisión de capillas bajo la jurisdicción del obispado de Mariana, cubriendo los lugares del territorio a los que las iglesias matrices no llegaban. De este modo,

> *"formação crescente do esquema de hierarquia, os capelães eram responsáveis pelas inúmeras capelas espalhadas pelo Bispado, eram subordinados aos párocos (responsáveis pelas igrejas matrizes de cada freguesia). Estes, por sua vez respondia ao vigário da vara, que respondia ao vigário geral, e assim por diante, até chegar ao bispo (cabeça que regia o corpo do bispado)."* (Silva, 2017: 130)

Por lo tanto, reflexionar sobre la religiosidad mineira del siglo XVIII y la intensa estructura eclesiástica implica comprender los marcos devocionales dentro de la empresa colonizadora monárquica portuguesa, sobre todo, replanteada en la realidad del colono del siglo XVIII. Con ello, buscamos abordar la forma en que el catolicismo sirvió como vía para densificar la presencia colonizadora, así como la forma en que fue asimilado por los mineiros, adquiriendo contornos específicos en la propia práctica de la capellanía.

La estrecha relación entre la colonización del espacio y la figura del capellán como representante de la Iglesia marcó las experiencias de estos individuos por su propia itinerancia, ya que eran necesarios para los procedimientos y ritos católicos relacionados con la vida y la muerte.

Además, observamos que la interfaz entre los poderes (real y religioso) para la aplicación de la justicia pone de relieve una pregunta aún poco respondida: ¿bajo qué criterios y lenguajes se aplicaba esa justicia en el ámbito eclesiástico cotidiano (aquí, en lo que respecta a la agenda religiosa de las parroquias y capillas)? Para responder a tal pregunta, destacamos un caso relativo a la capilla de Santa Rita de los presos.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Construida y administrada por el Senado de la Cámara de Vila Rica, tenemos noticias de ella ya en el año 1725, y fue demolida en 1793. Se llevó a cabo una serie de financiaciones de la Cámara para obras relacionadas con la ampliación de su estructura y el mantenimiento de los aparatos religiosos. En especial, nos llamó la atención la sucesión de provisiones otorgadas a los capellanes para que actuaran en la respectiva capellanía bajo el sello del Senado y no del párroco de la Matriz de Ouro Preto, de la que la capilla era filial.

Construida para atender a los presos, la capilla fue símbolo de la hipertrofia de los poderes locales y reflejo de la actuación de los poderes religiosos en la aplicación de la justicia. Antes de significar una ruptura con la jerarquía católica, fue un espacio de reafirmación del poder real bajo el lenguaje devocional: Santa Rita y la redención ligada a la penitencia. En consonancia con las observaciones de Curto (1993) sobre la Capilla Real, la capilla de Santa Rita reunía simultáneamente el culto a lo divino y el culto al monarca, incorporando mecanismos de asimilación que conciliaban el carácter devocional con los deberes de un súbdito. Por lo tanto, este espacio puede interpretarse desde varios puntos de vista. Para esta reflexión, proponemos un análisis de caso que, a su vez, responde a preguntas más amplias sobre la labor del capellán en una capilla para presos.

Sostenemos que sus capellanes demostraron una amplia capacidad de negociación para la provisión de recursos, utilizando, en ocasiones, criterios que nos convencen de los motivos por los que se les consideró aptos para asumir la capellanía. Veamos, a continuación, el caso del capellán Luiz Antônio Machado da Costa, quien mobilizó argumentos religiosos para obtener mayores ingresos en su oficio.

«Todo lo que hagáis, hacedlo en el nombre de Jesús»: la devoción como dispositivo político en el caso del capellán Luiz Antônio Machado da Costa.

Según los registros con los que trabajamos, existe un vacío temporal de cuatro años en la capellanía, ya que solo en 1763 hay noticias del capellán P. Luiz Antônio Machado da Costa asumiendo dicho cargo. Al no constar la carta de provisión, podemos evaluar su actuación efectiva en 1763 a partir de la solicitud de pago realizada el 25 de enero de 1764:

> *"Diz o Padre Luiz Antônio Machado da Costa que ele ocupou o ano o ônus de capelão de Santa Rita satisfazendo bem as missas aos domingos e dias santos de guarda na forma da sua provisão e porque se lhe deve o espendio anual. Para vossas mercês sejam servidos mandar passar mandado para que se lhe pague na forma do estilo"*[2]

[2] CMOP. CX. 37 DOC. 10.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Al ascender a cincuenta y cinco octavas de oro, el Senado envió una orden de pago ya el 28 de enero del mismo año al mencionado padre, aunque el acuse de recibo no se produjo hasta noviembre de 1764. Al solicitar una nueva provisión para ser concedida en 1765, el capellán recibió una respuesta del procurador del Senado, Manoel Ferreira de Macedo, en la que constaba la reducción de su salario en cinco octavas, pasando así a ser un sueldo de cincuenta octavas de oro, último valor pagado en la década de 1750 al pe. Agostinho de Mattos. En respuesta a la denegación de la limosna —en los términos del procurador— citada, argumentó el padre Luiz Antônio Machado da Costa:

> *"que tendo acabado a obrigação de capelão de Santa Rita requereu a vossas mercês para lhe mandarem passar nova provisão e mandando vossas mercês responder o procurador deste senado deu este a sua resposta em duas condições uma que ficasse o reverendo suplicante servindo o mesmo encargo por menos cinco oitavas e outra que havia de dizer as três missas de dia dos fieis defuntos na dita capela de sorte que diminuindo-se lhe o ordenado se lhe acrescenta a obrigação. e como o reverendo suplicante diz na capela mais missas do que tem da obrigação pois não só as dos Domingos e dias Santos mas também aos sábados e ainda em dias de santos e que o povo ouve missa por devoção o que o Reverendo suplicante faz além de sua obrigação nestes termos declara que lhe não faz conta o ônus das ditas condições, ainda que não tivera dúvida satisfazer à 2ª(?) por sua devoção e não por obrigação e requer a vossas mercês a não quererem ao Reverendo suplicante da forma em que estava por esta mesma lhe mandem passar mandado como se pratica para o Reverendo suplicante do que se lhe deve que é um ano e dois meses que importa em 77 reis (...)"*[3]

En claro desacuerdo con el valor del salario, el capellán esgrimió algunos argumentos a favor de su caso que culminaron en una reclamación superior al salario anual (cincuenta y cinco octavas = sesenta y seis mil réis). El primer argumento se refiere a una nueva función de la capellanía, a saber, las tres misas de los días de los fieles difuntos, lo que, a su vez, puede significar la celebración de un sacramento en la capilla: la extremaunción —o «unción de los enfermos»—, en la que se unge con aceite a quienes están a punto de morir, lo cual es razonable en la medida en que los capellanes debían atender sus funciones con misas, lavado de ropa y, entre tales obligaciones, los aceites. Pero existe, además, la posibilidad de que dichas misas se refieran al día de los difuntos, en el que «se suele celebrar la misa por los fieles difuntos con la misa de cuerpo presente, seguida de las exequias y la última encomienda, con la bendición de la tumba» (Tempesta, 2022).

[3] CMOP. CX. 41 DOC. 10.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

En un segundo momento, el capellán afirma celebrar más misas que las que le corresponden por obligación —domingos y días santos—, como las que se celebran el sábado y con «la atención del pueblo por tanta devoción». Como alguien que llama la atención en el entorno, el mencionado sacerdote eligió, como uno de sus argumentos para destacar, su propia habilidad como orador y, no solo eso, sino como aquel cuyo contenido trasciende la obligación, yendo más allá de lo esperado. En tercer lugar, explica que, a pesar de todas estas condiciones, ocupaba el segundo año en la capellanía por su propia devoción y no por obligación. Escrito de su puño y letra, el texto se basa en un criterio que buscamos centralizar a lo largo de este artículo: la vida devocional.

Como un aspecto amplio de la fe católica y la vivencia religiosa, la devoción surgió como motivo central para respaldar las justificaciones del padre con el fin de que no se le redujera su salario, lo cual, a pesar de ser una decisión en desacuerdo con las funciones de la capellanía, no se manifiesta bajo el argumento de sobrecarga o injusticia, meramente. Más bien, se llevaron a cabo todas las acciones necesarias por la devoción que se tenía al ministerio; al menos, ese fue el motivo elegido para rebatir a la Cámara. Existe, por tanto, un criterio categórico al que se recurre cuando comenzaron a surgir los embrollos con la Cámara: la conciencia y la orientación de una espiritualidad propia, que fundamentaría e impulsaría la práctica de la capellanía. «Todo lo que hagáis, ya sea de palabra o de obra, hacedlo en el nombre del Señor Jesús, dando gracias a Dios Padre por medio de él» (Biblia, 1999, p. 795). Con una decisión favorable a los argumentos presentados, confesó "perante mim [Jorge Duarte Pacheco] o reverendo Luiz Antonio Machado da Costa haver recebido a referida quantia de setenta e sete mil reis procedida do que consta o mandado (...)"[4]

La devoción sería, también —de manera consciente o no—, un recurso político para obtener beneficios. Como veremos más adelante, el capellán no ejerció durante todo el año 1765, pero su sucesor solicita el sueldo solo en mayo de 1766. Si tenemos en cuenta su pago anual, podemos suponer que el reverendo ejerció durante un breve periodo en 1765, pero no permaneció todo el año, lo que justifica, además, el aumento de su sueldo final. Cabe destacar que este aumento de sueldo solo se verificó en este último caso, según la tabla siguiente —nuestra hipótesis, como se puede observar por las fechas, es que el pago por encima de las cincuenta y cinco octavas se debió a las misas extra y al tiempo adicional que permaneció mientras se resolvían los embrollos—:

Cuadro 2 - Comparación de fechas, salarios y formación respectiva.

NOMBRE	FORMACIÓN	FECHA	SALARIO
P. Mathias Gonçalves das Neves	Probablemente llegó del obispado de Rio de Janeiro cuando ya era	1741	150 000 réis.

[4] CMOP. CX. 41 DOC. 10.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

	sacerdote.		
		1742	94$224 réis.
P. Manoel Tavares Paixão e Amaral	Cánones sagrados en la Universidad de Coimbra	1741	
		1742	
		1743 (tres meses y medio)	*Serían 80 octavas anuales*. Recibió 30 000 réis (25 octavas de oro).
P. Bernardo Jacome Vilasboas	No verificable.	1743 (seis meses)	48 000 réis (40 octavas de oro).
P. Antônio José Correia Vila Lobos	Cánones sagrados en la Universidad de Coimbra	1744 (hasta febrero)	48 000 réis (40 octavas de oro).
		1745 (marzo)	96 000 réis (80 octavas de oro).
		1746	
		1747	
		1748	
		1749 (marzo)	60 000 réis (50 octavas de oro).
		1750 (abril)	60 000 réis (50 octavas de oro).
		1751 (correspondiente a ocho meses y medio)	42 900 réis (35 octavas y 1/4 de oro).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

P. Agostinho de Matos	Compañía de Jesús (colegio de Évora).	1752 (abril)	75 000 réis (50 octavas; el oro se cotizó ese año a 1500 réis).
		1753 (mayo)	60 000 réis (50 octavas de oro).
		1753 (diciembre)	60 000 réis (50 octavas de oro).
P. João dos Reis e Souza	Es posible que llegara del obispado de Rio de Janeiro cuando ya era sacerdote.	1755 (febrero)	66 000 réis (55 octavas de oro).
P. Manuel Machado de Miranda	Llegó, posiblemente, ordenado en Río o en Portugal.	1756 (mayo)	66 000 réis.
		1757	
		1758 (febrero)	66 000 réis (55 octavas de oro).
		1759 (abril)	57 562 réis (+/- 48 octavas de oro).
P. Luis Antônio Machado da Costa	Posiblemente, Cánones sagrados en la Universidad de Coimbra	1764 (noviembre)	66$000 réis (55 octavas de oro).
		1765 (abril)	77 000 réis (+/- 64 octavas).
P. Matheus da Silva Teixeira	No verificable.	1766	

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

		1767 (junio)	60 000 réis (50 octavas de oro).
P. Antônio Rodrigues de Queirós	Cánones sagrados en la Universidad de Coimbra	1768 (mayo)	60 000 réis (50 octavas de oro).
		1769 (junio)	60 000 réis (50 octavas de oro).
		1769 (diciembre)	28 800 réis (24 octavas de oro) - No se menciona si se trata de una cantidad destinada a la capellanía.
		1770 (diciembre)	60 000 réis (50 octavas de oro).
		1771 (julio, aproximadamente)	60 000 réis (50 octavas de oro).
		1772	
		1773 (julio)	60 000 réis (50 octavas de oro) —El beneficiario fue su albacea, el doctor Manoel Caetano

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

			Pinto, por orden de su fallecimiento.
P. Francisco Ferreira e Cunha	Seminario de Mariana.	1774 (julio)	60 000 réis (50 octavas de oro).
		1775 (agosto-octubre)	60 000 réis (50 octavas de oro).
		1776	60 000 réis (50 octavas de oro).
		1777 (diciembre)	60 000 réis (50 octavas de oro) —se pagaron 40 000. 20 000 solo en octubre de 1778.
		1778 (diciembre)	60 000 réis (50 octavas de oro).
		1779 (noviembre)	60 000 réis (50 octavas de oro).
		1780 (diciembre)	60 000 réis (50 octavas de oro).

Fuentes: Arquivo Público Mineiro (APM); Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP).

Tras el período de actuación del P. Luiz Antônio Machado da Costa, los sueldos se fijaron en cincuenta octavas de oro, aunque hubo variaciones en cuanto al pago del importe total. Es posible que tal cambio haya seguido una tendencia económica de los ingresos de la Capitanía, que en la segunda mitad del siglo se enfrentó a una disminución en la extracción de oro. Si lo

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

consideramos así, la cuestión de la capellanía de Santa Rita de los presos como un cargo dotado de subsidios extraeconómicos sigue poniendo de relieve la experiencia de los capellanes que así lo desempeñaron. Estos hombres religiosos también se beneficiaron simbólicamente de la provisión en aquel espacio.

En cuanto a la trayectoria del mencionado sacerdote, encontramos algunos vestigios. Bajo el nombre de «Luiz Antônio da Costa» figura una formación en Cánones Sagrados en la Universidad de Coimbra en 1738, con la afiliación de Miguel Dias da Costa, natural de Santar (Portugal); sin embargo, al no haber más confirmaciones sobre su origen, lamentablemente no es posible afirmar que se trate de la misma persona. Además, lo encontramos en el libro de dos cofradías; la primera de ellas, la Cofradía de São Miguel e Almas de Ouro Preto, en la que consta su ingreso el 26 de noviembre de 1759[5] , anterior a su incorporación a la capellanía; mientras que su segunda incorporación tuvo lugar poco después de su actuación como capellán en la capilla de Santa Rita dos Presos, el 22 de marzo de 1765[6] , en la Hermandad de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, a la que se unió, según la documentación, como «hermano anual». Además, posiblemente fue vicario encargado de la Iglesia de Bom Jesus do Furquim entre 1793 y 1796. Luís de Vasconcelos de Souza, por aquella época presidente del Real Erario, redactó la solicitud del mencionado sacerdote para que se le expidiera una orden de percepción de sus emolumentos (côngruas).[7]

Existen indicios, además, de que ocupó el cargo, al menos, hasta 1821, ya que solicita, por medio de apoderados, sus congruas el 2 de octubre de ese mismo año[8]. Ambos con rango militar, los alférez Cristóvão Marques de Mesquita y João Rodrigues Lage, fueron encargados de representar al mencionado sacerdote en el cobro de su congrua, que se referiría a una vicaría confirmada y no a una simplemente encomendada. Subrayamos que la colación de una vicaría significaba una ordenación más allá del obispo, pero con el reconocimiento y la afirmación del propio rey, lo que, sin duda, supuso un nuevo impulso en su trayectoria eclesiástica. Y, de hecho, creemos que se trata del P. Luiz Antônio cuando comparamos la caligrafía de su firma con los documentos relativos a la Cámara; Destacamos, sobre todo, la grafía del apellido «Costa» —con la letra «c» en posición vertical —:

Comparación de la caligrafía entre firmas. CMOP Cx. 37. Doc. 10 y BND. CCC. I-27,33,002 - Manuscritos, respectivamente.

5 Arquivo Eclesiástico da Paróquia do Pilar de Ouro Preto. Rolo 070, 1741-1902, vol. 017, fl. 17.

6 ACPOP. Lv. Irmandade N. Sra. do Pilar, Rolo 02, 1724-1852, vol. 059, fl. 99.

7 Biblioteca Nacional Digital. Coleção Casa dos Contos. I-27,33,002 - Manuscritos.

8 Biblioteca Nacional Digital. Coleção Casa dos Contos.I-27,33,065 - Manuscritos.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

El clérigo no figura en la lista de aquellos que fueron encontrados por Dom Manuel Frei da Cruz en 1748 en la jurisdicción del recién creado obispado de Mariana, lo que puede significar que su llegada fue posterior a esa fecha. Aunque no encontramos más datos sobre su ordenación o cargos anteriores a la capellanía de Santa Rita dos presos, destaca su inserción en espacios dinámicos y con potencial para la construcción de redes de sociabilidad, como su ingreso en la Hermandad de las Almas ya en 1759 y en la Hermandad de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, en 1765. Si partimos de una esperanza de vida razonable para el contexto, teniendo en cuenta su tiempo como vicario en Furquim, consideramos que dicho sacerdote fue uno de los pocos en aceptar la capellanía de Santa Rita con una edad inferior a 40 años. Observamos, además, su ascenso en la jerarquía eclesiástica en el momento en que se convirtió en vicario, unos 30 años después de haber ejercido como capellán. Es razonable no atribuir a la capellanía el peso de un acceso directo a la vicaría, dado el tiempo en que aún tuvo que postularse para otros cargos, pero, aun así, creemos que la capellanía contribuyó en cierta medida a que resultara admisible, aunque, por ejemplo, en la Hermandad ingresara posteriormente a su actuación.

Si se analiza en un panorama más amplio de su propia trayectoria, el padre Luiz Antônio aporta indicios relevantes sobre la actividad capellánica. Dentro de una estructura episcopal delimitada y racionalizada, la capellanía fue un mecanismo para ampliar las acciones encaminadas a un gobierno efectivo, trasladando los conceptos de poder al ámbito del funcionamiento y la administración cotidianos. Paralelamente, fue un espacio propicio en el que la subjetividad humana pudo traducirse en esfuerzos por alcanzar una mayor distinción, como el argumento de una devoción notoria y de competencias de movilización social, sobre todo como orador destacado o extraordinario. Estas capacidades son, para Paiva (2012), las otras dimensiones de la vida clerical que trascienden el régimen de la oración, la funcionalidad formal y las expectativas sobre estos grupos; es, en este punto, a través de la dualidad entre profesionalización y clericalización, como se concibe la distinción, sobre todo, por rezar por los muertos y los vivos, pero, en la misma medida, por especializarse en estatutos y acciones que reorganizan sus funciones agregándolas a las actividades propias de su contexto.

Paiva, Muniz y Brito (2022) llegaron a una conclusión similar al analizar la justicia infradiocesana en el Imperio portugués. Los autores sostienen que el foro propio de la justicia episcopal, encabezado por el vicario general, creó una red de vicarios locales con facultades judiciales. Esta articulación para la aplicación efectiva del poder nos pareció la posibilidad de una mayor autonomía, en la que cumplir con los deberes clericales no significó una plena armonía con los límites de cada función; al contrario, a veces llevar a cabo tales acciones implica ir más allá de lo que formalmente se espera de un hombre religioso; al menos, más allá de las funciones delimitadas que cada uno tiene en la jerarquía eclesiástica.

Consideraciones finales

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Cabe señalar que el capellán P. Luiz Antônio Machado da Costa encontró un elemento de referencia para su petición: su vida devocional. Dado que su formación, como hombre del clero, sería el criterio más amplio para el cargo que ocupaba, buscó trascenderla señalando aspectos moralmente nobles y divinos para la época, lo que difícilmente dejaba margen para cuestionamientos no solo sobre su cualificación, sino también sobre su disposición para el cargo. El capellán eligió, como estrategia, argumentar que el desempeño de la capellanía respondía a la devoción y no a la obligación. Tal elección demuestra un profundo conocimiento de las expectativas de su formación, así como una lógica que mueve mundos que, en la sociedad investigada, no estaban aislados, sino que, por el contrario, se entrecruzaban intensamente: la vida «común» y el catolicismo. Por vida común entendemos una serie de signos que, a diario, se asimilaban produciendo una interpretación del mundo. En este sentido, creemos que el catolicismo es el sustrato moral, que rige no solo lo que ocurría dentro de los espacios religiosos, sino todas las convenciones sociales propias del contexto, bajo las instancias de la economía, la política, entre otras.

El caso del padre Antônio es un reflejo de las preguntas generales planteadas para comprender este intenso diálogo sobre la difusión del catolicismo y su práctica cuando se observa a gran escala —con ello, sus repercusiones directas e indirectas en otros ámbitos, como la justicia-.

Estamos convencidos de que la devoción destacada por el clérigo demuestra cómo ese dispositivo, profundamente ligado a las conciencias, fue un medio para obtener beneficios y/o garantizar derechos. Y, sobre todo en una capilla administrada por la Cámara, no dudamos en verla en el siguiente contexto: la devoción como dispositivo político para alcanzar los beneficios solicitados sugirió la propia sumisión de los concejales a la religión al consentir en las peticiones del capellán. Por lo tanto, antes que una capilla sin vínculos con la Iglesia, se trató de un espacio para la implementación de la justicia bajo el lenguaje devocional con el fin de facilitar la gobernabilidad de la Cámara, prevista en su actuación. El nombramiento de sus capellanes, de este modo, fue una competencia que, al tiempo que amplió el poder de la Cámara, demostró sus habilidades para la administración jurisdiccional y sus estrategias para la aplicación de la justicia como *homens bons*, como hombres católicos.

Comprender, por tanto, el perfil del clero colonial de Minas es destacar variables que no se resumen en la naturaleza de la formación de los clérigos, sino en el terreno en el que, en Minas, se desarrollaron como hombres de fe, creando un nexo de cohesión entre la vida y la religión oficial del Estado, el catolicismo. Y, en este caso, una cohesión entre sus subjetividades y la propia formación para una posterior orientación en el ejercicio del sacerdocio, generando una especie de filtro capaz de articular las complejidades de la fe en la vida cotidiana. Por ello, no se excluyó el uso argumentativo de la vida devocional como dispositivo político para aumentar las ganancias o garantizar los derechos; al contrario, el capellán Luiz Antônio Machado da Costa movilizó el espacio de la capilla de acuerdo con lo destacado de su trayectoria y/o la calidad esperada para la función. De este modo, demostró una amplia capacidad para negociar su forma de supervivencia e influencia en la sede de la gobernabilidad de uno de los mayores centros auríferos del Imperio Portugués.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

REFERENCIAS

Andrade, F. E. de. (2005). Poder e capelania na fronteira das Minas Gerais: O sertão do oeste. En *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e sociedades*.

Antunes, Á. de A. (2007). Administração da justiça nas Minas setecentistas. En M. E. L. de Resende & L. C. Vilalta (Orgs.), *As Minas setecentistas* (Vol. 1). Autêntica.

Arquivo da Casa do Pilar de Ouro Preto. (1724–1852). *Livro da Irmandade de Nossa Senhora do Pilar* (Rolo 02, vol. 059, fl. 99).

Arquivo Eclesiástico da Paróquia do Pilar de Ouro Preto. (1741–1902). *Rolo 070* (vol. 017, fl. 17).

Barth, F. (2000). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Contra Capa Livraria.

Biblioteca Nacional Digital. (s. f.). *Coleção Casa dos Contos* (I-27,33,002, Manuscritos).

Biblioteca Nacional Digital. (s. f.). *Coleção Casa dos Contos* (I-27,33,065, Manuscritos).

Bíblia Sagrada. (1999). Colossenses (J. F. de Almeida, Trad., 2.ª ed., p. 795). Sociedade Bíblica do Brasil.

Câmara Municipal de Ouro Preto. (s. f.). *Caixa 37, Documento 10*.

Câmara Municipal de Ouro Preto. (s. f.). *Caixa 41, Documento 10*.

Campos, A. A. (1997). A mentalidade religiosa do setecentos: O Curral del Rei e as visitas pastorais. *Varia Historia*, (18), 11–28.

Curto, D. R. (1993). A Capela Real: Um espaço de conflitos (séculos XVI a XVIII). *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas, Anexo V: Espiritualidade e Corte em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, 143–154.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Dias, B. S. (2023). *"Temente a Deus e à Justiça": Uma análise da construção da "mulher de bem" no aparato judicial das Minas no século XVIII* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora].

Dias, R. da S. (2010). Entre a cruz e a espada: Religião, política e controle social nas Minas do Ouro (1693–1745). *Varia Historia*, *26*(43), 155–175.

Elias, N., & Scotson, J. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Jorge Zahar.

Fonseca, C. D. (2011). Freguesias e capelas: Instituição e provimento de igrejas em Minas Gerais. En B. Feitler & E. S. Souza (Orgs.), *A Igreja no Brasil: Normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Editora Unifesp.

Fragoso, J., & Krause, T. (2014). Sistemas atlânticos e monarquias na época moderna: Anotações preliminares. En J. Fragoso & M. de F. Gouvêa (Orgs.), *O Brasil Colonial: 1580–1720* (Vol. 2). Civilização Brasileira.

Hespanha, A. M. (1986). Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime. *Ler História*, (8).

Le Goff, J. (1995). *O nascimento do purgatório*. Estampa.

Machado, G. de A. F. (2021). *Premissas do posto espiritual ocupado por capelães militares nas Minas setecentistas: Reflexões sobre a manutenção da ordem do Antigo Regime luso no Brasil colonial, 1721–1808* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Juiz de Fora].

Massimi, M. (2005). A pregação no Brasil colonial. *Varia Historia*, *21*(34), 417–436.

Oliveira, A. C. de. (2002). A difusão da doutrina católica em Minas Gerais no século XVIII: Análise das pastorais dos bispos. *História: Questões & Debates*, *36*(1), 189–217. https://doi.org/10.5380/his.v36i0.2693

Paiva, J. P. (2012). Um corpo entre outros corpos sociais: O clero. *Revista de História das Ideias*, *33*, 165–182.

Paiva, J. P., Muniz, P. M., & Britto, M. (2022). A justiça infradiocesana no Império Português (c. 1514–1755): Raízes do modelo, normativas, ação e geografia da rede. *Revista Portuguesa de História*, *53*, 211–247. https://doi.org/10.14195/0870-4147_53_10

Pires, M. do C. (2008). *Juízes e infratores: O tribunal eclesiástico do bispado de Mariana (1748–1800)*. Annablume.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Rodrigues, A. F. (2016). Religiosidade, sociabilidade e o clero nas Minas Gerais do século XVIII. En A. F. Rodrigues & J. O. Aguiar (Orgs.), *História, religiões e religiosidade: Da Antiguidade aos recortes contemporâneos, novas abordagens e debates sobre religiões*. Humanitas.

Salles, F. T. de. (1982). *Vila Rica do Pilar*. Itatiaia; Edusp.

Santos, G. S. dos, & Vainfas, R. (2014). Igreja, Inquisição e religiosidades coloniais. En J. Fragoso & M. de F. Gouvêa (Orgs.), *O Brasil Colonial: 1443–1580* (Vol. 1). Civilização Brasileira.

Selingardi, S. C., & Tagliavini, J. V. (2014). O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte: Mariana, Minas Gerais, 1750–1850. *Revista HISTEDBR On-line*, (57), 230–267.

Silva, C. C. de S. (2017). Os discursos de "decadência das Minas" e da "cobiça dos eclesiásticos" e a fiscalidade religiosa. *Revista Angelus Novus*, (13), 115–133.

Tempesta, O. J. (2022). Missa por todos os fiéis defuntos. *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*. https://www.cnbb.org.br/missa-por-todos-os-fieis-defuntos/

Vide, S. M. da. (1853). *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: Propostas e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707*. Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes. (Obra original publicada em 1707).

Wehling, A., & Wehling, M. J. (2004). *Direito e justiça no Brasil colonial: O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751–1808)*. Renovar.

Zanon, D. (2017). *O poder dos bispos no Império Português: São Paulo (1771–1824)*. Prismas.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Gyovana Machado

PORTUGUÊS

Gyovana Machado é doutoranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Mestre em História pelo mesmo Programa. Atualmente, encontra-se em período de Doutorado Sanduíche junto à Universidade de Coimbra sob orientação do Prof. Dr. José Pedro Paiva. Membro do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES/UFJF), atuou como coordenadora do Grupo de Estudos nos anos de 2022 e 2025, fomentando discussões teórico-metodológicas sobre História Econômica e Social. Faz parte do Grupo ART (Antigo Regime nos trópicos) e do Grupo Escravismo Atlântico: família, riqueza e cultura. Conduz pesquisa ligada às temáticas de História Moderna, História Social, História Social da Religião, História de Minas Gerais, Capelães e capelanias, Clero secular, História do Brasil Colonial (sobretudo no século XVIII) e Antigo Regime nos Trópicos. Lattes: https://lattes.cnpq.br/4704965331700906.

CASTELLANO

Gyovana Machado es doctoranda en Historia por el Programa de Posgrado en Historia de la Universidad Federal de Juiz de Fora (UFJF) y cuenta con una maestría en Historia por el mismo programa. Actualmente se encuentra realizando un doctorado en régimen de intercambio en la Universidad de Coimbra, bajo la dirección del Prof. Dr. José Pedro Paiva. Miembro del Laboratorio de Historia Económica y Social (LAHES/UFJF), se desempeñó como coordinadora del Grupo de Estudios en los años 2022 y 2025, promoviendo debates teórico-metodológicos sobre Historia Económica y Social. Forma parte del Grupo ART (Antiguo Régimen en los trópicos) y del Grupo Esclavitud Atlántica: familia, riqueza y cultura. Realiza investigaciones relacionadas con los temas de Historia Moderna, Historia Social, Historia Social de la Religión, Historia de Minas Gerais, Capellanes y capellanías, Clero secular, Historia del Brasil Colonial (sobre todo en el siglo XVIII) y el Antiguo Régimen en los Trópicos. Lattes: https://lattes.cnpq.br/4704965331700906.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

MILÍCIAS DE PRETOS E PARDOS: A PETIÇÃO COMO COMUNICAÇÃO POLÍTICA NAS COMARCAS DE SÃO PAULO E RIO DAS MORTES (1780-1807)

MILITIAS OF *PRETOS* AND *PARDOS*: THE PETITION AS POLITICAL COMMUNICATION IN THE *COMARCAS* OF SÃO PAULO AND RIO DAS MORTES (1780-1807)

MILICIAS DE *PRETOS* Y *PARDOS*: LA PETICIÓN COMO COMUNICACIÓN POLÍTICA EN LAS *COMARCAS* DE SÃO PAULO Y RIO DAS MORTES (1780-1807)

Silva Peruzzo, F.
Universidade Federal de São Paulo
fabiane.peruzzo@unifesp.br)
Instituição financiadora desta pesquisa
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

RESUMO

O artigo analisa o mecanismo peticionário como uma modalidade central de comunicação política entre as populações pretas e pardas na América Portuguesa e as instâncias de governo. Com foco nas capitanias de Minas Gerais (comarca de Rio das Mortes) e de São Paulo (comarca de São Paulo), o estudo demonstra como o fluxo das súplicas operava através de diferentes caminhos institucionais. O circuito das petições revelava um trâmite complexo e multifacetado: as demandas poderiam se encerrar nas esferas locais junto aos governadores ou seguir a rota transatlântica rumo à metrópole.

PALAVRAS-CHAVE: Petições, Milícias, Pretos, Pardos, América Portuguesa.

ABSTRACT

The article analyzes the petitionary mechanism as a central modality of political communication between Black (*pretas*) and *Pardo* populations in Portuguese America and government levels. Focusing on the captaincies of Minas Gerais (comarca of Rio das Mortes) and São Paulo (comarca of São Paulo), the study demonstrates how the flow of supplications operated through different institutional pathways. The circuit of petitions revealed a complex and multifaceted process: demands could either be resolved in local spheres by the governors or follow the transatlantic route towards the metropolis.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

KEYWORDS: *Petitions, Militias, Black (Pretos), Pardos, Portuguese America*.

RESUMEN

El artículo analiza el mecanismo peticionario como una modalidad central de comunicación política entre las poblaciones negras (*pretas)* and *pardas* en la América portuguesa y las instancias de gobierno. Centrándose en las capitanías de Minas Gerais (comarca de Rio das Mortes) y de São Paulo (comarca de São Paulo), el estudio demuestra cómo el flujo de súplicas operaba a través de diferentes caminos institucionales. El circuito de las peticiones revelaba un trámite complejo y multifacético: las demandas podían resolverse en las esferas locales junto a los gobernadores o seguir la ruta transatlántica rumbo a la metrópoli.

PALABRAS CLAVE: *Peticiones, Milicias, Negros (Pretos), Pardos, América Portuguesa*.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

No Antigo Regime, as petições definiam-se como "*atos dirigidos de indivíduos ou de grupos a qualquer autoridade legítima para solicitar ou queixar-se de algo*", atuando como o "*caminho primordial de comunicação dos súditos com os governos ou com o próprio rei*" (Slemian, 2023: 4). Como aponta Andréa Slemian, essa centralidade refletia a vitalidade do peticionamento na cultura do *ius commune*, operando sob uma "*lógica garantista de direitos*" na qual as prerrogativas eram inerentes à condição dos súditos e não precisavam estar estritamente codificadas em leis para serem amparadas (Slemian, 2023: 4, 13). Esse mecanismo integrava o próprio cerne da "*governatio da Época Moderna*" (Fernandes, 2023: 40). Tratava-se, portanto, de uma prática constitutiva das culturas jurídicas de diversas monarquias europeias e de suas extensões ultramarinas, funcionando como o modelo central de relacionamento entre governantes e governados nesse período (Fernandes, 2023: 6, 40). Consolidava-se, assim, um canal direto de acesso das populações ao poder constituído, característica partilhada com os sistemas judiciais da América anglo-saxônica e hispânica, bem como do Caribe francês (Russell-Wood, 2000: 308).

Do ponto de vista de sua tramitação, a vasta documentação peticionária pode ser dividida em duas categorias operacionais fundamentais. De um lado, as queixas (*gravamina*), que compreendiam "*todos os tipos de reclamações*", voltadas frequentemente à reparação de agravos ou atos de terceiros. De outro, as súplicas (*suppliche*), nas quais visavam obter "*auxílio imediato*" ou benefícios diretos, como certidões, licenças e patentes. Como pontua Andréa Slemian (2023: 11-12), as súplicas, por caracterizarem demandas em nome da obediência a uma autoridade legítima, tendiam a ser mais formalizadas e, sob a retórica da deferência, buscavam a concessão de mercês, graças ou a "*permissão de fazer ou obter algo apesar de proibição*". Já as queixas variavam muito mais em seus formatos por explicitarem tensões e conflitos latentes. Essa distinção definia a estratégia de encaminhamento do pedido, uma vez que a natureza da demanda determinava a instância e o tipo de jurisdição capazes de satisfazê-la. O envio de requerimentos às autoridades atuava, assim, como um mecanismo cotidiano, no qual aspectos da vida pessoal, econômica, social e política eram passíveis de se tornar objeto de súplica (Nubola e Würgler, 2002: 8**).**

David Zaret argumenta que, antes de se tornarem ferramentas de mobilização da opinião pública no longo século XIX, as petições operavam essencialmente como um venerado "*instrument of state as opposed to an instrument of protest*" (Zaret, 2019: 431). O autor define esse modelo como um sistema de "*petition-and-response*" (Zaret, 2019: 431-432). Esse fluxo constante de pedidos de baixo para cima era tão indispensável para coordenar a governança e gerar autoridade quanto as ordens coercitivas que desciam do topo (Zaret, 2019: 432-433). Embora essa dinâmica pudesse sugerir que os canais de petição atuassem como meras "*válvulas de escape*", Martin Almbjär demonstra que esses canais impunham uma série de restrições aos extratos mais baixos e possuíam um imenso potencial tático para "*agitate, mobilize and rally people around causes*" (Almbjär, 2019: 1015).

É precisamente essa dupla dimensão que caracterizou a prática na Europa ocidental e, de modo particular, na monarquia pluricontinental portuguesa. Conforme demonstram Nuno Monteiro e

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Francisco Cosentino, a petição operava como o principal elo de comunicação escrita entre as periferias e o centro político (Monteiro e Cosentino, 2017: 433), sendo definida no vocabulário de Raphael Bluteau como "*o ato de pedir, pedimento, requerimento vocal, ou por escrito de alguma coisa devida por justiça, ou que é de mercê, e graça*" (Silva e Bluteau, 1789: 196). Para os autores, "*o uso do requerimento e da representação por grupos corporativos de todo tipo ou por indivíduos solicitando à Coroa privilégios de diversa natureza*" era "*marca fundamental do funcionamento da monarquia corporativa*". Ao acionarem a Coroa, esses grupos não buscavam apenas demandas imediatas, mas igualmente definiam "*uma identidade de grupo que reproduzia as taxonomias oficiais*". Nesse contato com as instâncias de poder, os suplicantes assumiam as categorias reconhecidas pela sociedade corporativa, tais como "*homens de negócio*", "*nobreza e povo*", "*mareantes*", "*lavradores*" e "*oficiais mecânicos*". Dessa forma, o léxico das reivindicações estruturava-se, em regra, em torno da defesa de "*privilégios, liberdades e franquias*" inerentes a cada grupo específico, servindo para legitimar a sua existência e as suas garantias dentro da hierarquia do Antigo Regime (Monteiro e Cosentino, 2017: 439).

Nesse sentido, conforme demonstra Eduardo França Paiva (2013; 2015), as intensas dinâmicas de mestiçagem associadas à escravidão fizeram com que o mundo ibero-americano forjasse um léxico próprio para classificar e hierarquizar suas populações. Nesse esquema classificatório, operavam duas grandes categorias distintas: a qualidade e condição. A qualidade consistia em uma construção social ampla que englobava múltiplos atributos, como origem, linhagem familiar e religiosa, ofício, reputação e situação econômica, além da marca da cor. A condição jurídica, por sua vez, referia-se estritamente ao status legal de um indivíduo no mundo do trabalho: escravo, forro/liberto ou livre (nascido livre). A junção dessas categorias na documentação ditava o lugar social dos sujeitos, em um sistema onde a cor e a memória do cativeiro exerciam papel central de desqualificação.

Tendo em vista essa dinâmica, torna-se fundamental observar de que modo essas pessoas se autodenominavam e como eram nomeadas nas petições. A classificação da qualidade nesta sociedade remete a "*signos exteriores capazes de expressar a identidade de um grupo e ao mesmo tempo as máculas sociais imputadas aos demais grupos*", funcionando como um "*instrumento empregado para diferenciar e hierarquizar pessoas e grupo"* (SOUZA, 2017, p. 178, 209). Desta forma, *"mesmo as gradações de cor de pele mais comuns passaram por processos de construção social e são dotadas de historicidade*" (Souza, 2017: 178, 209). Contudo, se a qualidade indicava um lugar nesta hierarquia, as contínuas variações observadas nessas formas de classificação sugerem que o lugar social era passível de ativas interações e negociações (Guedes, 2007: 494). O progressivo distanciamento em relação à experiência direta do cativeiro, somado à inserção em sólidas redes de alianças e às estratégias familiares geracionais, impactou profundamente a modificação dessas categorias, permitindo aos egressos da escravidão ressignificarem suas identidades na vida em comunidade.

Os termos *preto* e *negro*, mesmo quando aplicados a pessoas já alforriadas (como na expressão *preto forro*), eram utilizados para assinalar indivíduos que estavam social, cultural e

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

geracionalmente muito próximos à experiência direta do cativeiro (Mattos, 2013: 62-63). Como pontua Hebe Mattos, a palavra preto possuía um forte sentido de desindividualização e funcionava virtualmente como um sinônimo de escravidão ou de cativeiro recente (Mattos, 2013: 137). Ser lido como preto significava estar alocado no patamar mais baixo da hierarquia, destituído das prerrogativas que caracterizavam a liberdade plena. Mesmo quando o indivíduo alcançava a manumissão, o termo continuava podendo ser acionado como um atestado de vulnerabilidade social. Na prática, a manutenção do rótulo indicava um sujeito desenraizado, frequentemente associado aos africanos recém-chegados, ou um liberto que ainda não havia conseguido forjar as indispensáveis redes de proteção comunitária (como casamentos, compadrio e ofícios reconhecidos).

Em contrapartida, como demonstra Hebe Mattos, o termo *pardo* era usado, na verdade, "*como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não branco*". Nessa lógica, tornavam-se pardos os escravizados descendentes de homem livre (branco), "*bem como todo homem nascido livre que trouxesse a marca de sua ascendência africana*". Cabe notar, contudo, que o usufruto desse status exigia esforço, pois os pardos "*dependiam também de um reconhecimento social de sua condição de livres, construído com base nas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam*". Na prática, essa legitimação comunitária materializava-se por meio de casamentos sacramentados, da inserção em sólidas redes de compadrio, da participação em irmandades, do domínio de ofícios e do alistamento nas milícias de pardos, estratégias que atestavam o definitivo enraizamento e a aceitação desses indivíduos no mundo dos livres. Quando esse reconhecimento comunitário se consolidava, o indivíduo alcançava um estágio importante de sua mobilidade: o progressivo apagamento da cor nos registros oficiais. Como assevera a autora, a cor inexistente (o silêncio), consagrava ativamente a inserção do sujeito no mundo dos livres, atestando o distanciamento das máculas da escravidão (Mattos, 2013: 41- 42).

Como objetivo deste artigo, encontra-se o de mensurar como pretos e pardos se apropriaram do encaminhamento de suas demandas tanto para a esfera local-regional, por meio dos governadores das capitanias, quanto para a instância central da monarquia, representada pelo Conselho Ultramarino, em Lisboa. Inseridos nessa lógica, esses sujeitos utilizaram as petições para buscar garantir o que consideravam digno de direito ou de amparo legal. Tendo como recorte espacial as comarcas do Rio das Mortes (Minas Gerais) e de São Paulo (São Paulo) entre 1780 e 1807,[1] a investigação desses papéis permite compreender a materialidade de suas

[1] A partir da década de 1780, a análise conjunta de São Paulo e da comarca do Rio das Mortes torna-se indispensável, pois ambas as regiões vivenciaram uma profunda transição que as alçou à condição de novos motores econômicos da colônia. Em Minas Gerais, esse período marcou uma evidente mudança do eixo econômico e demográfico interno: com a crise da mineração, áreas tradicionais estagnaram, enquanto a comarca do Rio das Mortes, favorecida por suas características geográficas e proximidade com o Rio de Janeiro, assumiu a vanguarda na atração populacional e consolidou uma vigorosa economia agropastoril. Com isso, a região sul-mineira suplantou o antigo polo aurífero e passou a concentrar a maior parte da população livre, da mão de obra escrava e da geração de recursos de toda a capitania. (Almeida, 2005: 154 – 158) Simultaneamente, a economia e a sociedade de São Paulo nas duas últimas décadas do século XVIII estavam em franca expansão. Esse

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

solicitações e queixas, assim como as estratégias retóricas para serem ouvidos por esta via. Nesse sentido, observa-se que, salvo raras exceções, o tema da petição variava de acordo com a instância destinatária. Aos governadores reservavam-se os pedidos de intervenção e amparo local, enquanto o Conselho Ultramarino recebia majoritariamente os temas dependentes da sanção soberana. Compreender essa distinção exige observar como as formas dessa cultura jurídica moldavam os caminhos para a inserção dessa população. Tratava-se de uma dinâmica na qual, conforme Jon Arrieta Alberdi, "*la justicia, la gracia y el gobierno se ejercen [...] como tramos que forman parte del mismo recorrido*". Nesse cenário, o súdito precisava discernir estrategicamente entre as esferas, ciente de que "*os mesmos fins se podem buscar por diferentes vias*". Por essa razão, a análise das petições que demarcam a qualidade desses atores busca problematizar justamente a lógica de endereçamento a cada um desses espaços que agiam em nome do governo dos territórios (Arrieta Alberdi, 1996: 232-247).

A seleção das fontes discutidas neste artigo norteou-se por um critério fundamental: o vínculo do suplicante aos terços e regimentos de homens pardos e pretos. Deve-se ter em vista, contudo, que a petição de um militar atuante nessas corporações não significa, necessariamente, que o suplicante partilhasse da qualidade atribuída à tropa. Para a presente análise, reunimos um conjunto de 39 petições. A parcela mais expressiva, composta por 30 requerimentos, tramitou diretamente em Lisboa junto ao Conselho Ultramarino, ao passo que as 9 demandas restantes foram dirigidas aos governadores das capitanias. A distribuição temática das solicitações evidencia a predominância quantitativa das confirmações de patente, as quais somam 17 casos na comarca do Rio das Mortes e 10 na de São Paulo. Devido à exigência de validação régia, esses pedidos eram obrigatoriamente remetidos à instância ultramarina. Por outro lado, a esfera de atuação dos governadores abarcava o provimento de postos e patentes, a criação de companhias, a recomposição de tropas e os pedidos de isenção do serviço militar.

O foco em ambas as comarcas se deve à forte articulação existente entre elas, impulsionada pela passagem de tropas, pelas dinâmicas comerciais e pela formação social, marcada pela escravidão, pelo contínuo adensamento da população liberta e pela integração regional. Enquanto São Paulo se constituiu como uma dinâmica sociedade de fronteira voltada ao provimento interno, assentada na exploração de índios cativos e aldeados até meados do século XVIII, Minas Gerais consolidou sua economia mineradora, desde o início, por meio de escravizados africanos. Na região mineira, a exigência de braços para a dura extração aurífera e a alta lucratividade do tráfico para a Coroa impulsionaram a rápida introdução de africanos, o que resultou no extermínio ou na expulsão dos grupos nativos originais, como os Cataguases, para as margens do território ocupado (Fonseca, 2011: 62-63).

dinamismo do final dos anos 1700 foi impulsionado por uma combinação de fatores. O capital acumulado ao longo do tempo com o provimento do mercado interno e das áreas mineradoras permitiu que os paulistas realizassem uma transição vital: a substituição gradual da antiga mão de obra indígena pela importação crescente de escravizados africanos. Paralelamente investimentos em infraestrutura de transportes (como a construção de estradas interligando o planalto aos portos), aliados ao grande estímulo do mercado do Rio de Janeiro, ajudaram a reviver e conectar a economia paulista. (Luna, Klein, 2006)

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

O núcleo original do Rio das Mortes cresceu de forma estratégica por estar situado exatamente na extremidade do caminho que levava a São Paulo. Essa estrada, que interligava São Paulo a São João del-Rei e se estendia até Vila Rica, funcionou como um eixo dinamizador da rede urbana. Arraiais como o de Baependi floresceram ao longo dessa rota justamente para atender às necessidades de suprimento e de pouso dos tropeiros e viajantes que transitavam entre as duas capitanias. Este caminho, portanto, funcionou como o grande catalisador da integração inter-regional da colônia. Para além de uma rota comercial, a comarca de Rio das Mortes correspondia ao limite meridional da capitania mineira, fazendo fronteira com São Paulo ao longo da Serra da Mantiqueira (Fonseca, 2011: 270-271). Apesar disso, a divisa territorial entre o Rio das Mortes e São Paulo era um espaço de tensão. A Serra da Mantiqueira havia sido escolhida como limite geográfico entre as duas circunscrições, mas, por ser considerada incialmente uma área despovoada e inóspita, as autoridades não fixaram marcos físicos precisos de divisão. Isso gerou uma fronteira imprecisa, onde os limites jurisdicionais se entremeavam em ziguezague. Os habitantes locais aproveitavam-se ativamente desse contato fronteiriço fluído. Era frequente que propriedades vizinhas declarassem obediência a governos diferentes, sendo que muitos preferiam afirmar pertencimento a São Paulo como uma manobra calculada para fugir do sistema fiscal de Minas Gerais, que cobrava pesados direitos de passagem e captação (Fonseca, 2011: 202).

Direcionadas tanto aos governadores das capitanias quanto ao Conselho Ultramarino, a análise destes pedidos revela o ativo desenvolvimento de estratégias por parte dos suplicantes na escolha de qual autoridade acionar. Essa dinâmica era pautada pelos saberes dos próprios peticionários, já que "[...] os distintos sujeitos tinham conhecimento, em alguma medida, dessa cultura jurídica marcada por amplas vias e caminhos possíveis e as mobilizavam de acordo com seus interesses e possibilidades" (Oliveira, 2020: 37). A adoção dessas táticas tornava-se imperativa diante deste cenário, pois, como atesta António Manuel Hespanha, o sistema traduzia-se num "emaranhado das competências concorrentes dos diversos órgãos, da indefinição das suas atribuições e de uma constante sobreposição de jurisdições" (Hespanha, 2001: 166). Portanto, cabia a esses homens mobilizar o seu conhecimento também para avaliar qual via oferecia as melhores chances de sucesso.

Por um lado, a jurisdição dos governadores era estrategicamente acionada para mediar conflitos cotidianos e assegurar o funcionamento imediato da administração na colônia. É nesse sentido que António Manuel Hespanha demonstra que a “autorização para criar direito – ou, pelo menos, para dispensar o direito existente – era uma consequência normal da natureza das funções de governo ultramarino que lhes eram confiadas” (Hespanha, 2001: 166). Na América portuguesa, os governadores acumulavam o título de capitães-generais, o que os convertia na autoridade máxima. Nesse contexto, no caso específico dos requerentes inseridos nas milícias, ao dirigirem suas súplicas ao governador e capitão-general, os milicianos pardos e pretos acionavam estrategicamente essa jurisdição, cientes de que a autoridade local detinha a prerrogativa para, por exemplo, conceder patentes.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Por outro lado, a jurisdição do Conselho Ultramarino era o destino das demandas graciosas. Conforme António Manuel Hespanha (1982 apud Fernandes, 2023: 35), as "*matérias de graça em assunto que toque à justiça*" visavam essencialmente à alteração de situações jurídicas e à "*dispensa das leis gerais do reino*". Embora na metrópole essas atribuições recaíssem sobre instâncias específicas como o Desembargo do Paço, a administração colonial possuía uma dinâmica própria. Como aponta José Subtil (1992 apud Fernandes, 2023: 22), para as conquistas da América, o Conselho Ultramarino absorvia essas funções e atendia a todos os pedidos graciosos. Tais demandas "*tramitavam fartamente pelo Conselho Ultramarino*", tornando-o a instância máxima para o exercício do poder discricionário do rei no além-mar (Fernandes, 2023: 34-35).

Estudos historiográficos contemporâneos, com ênfase na produção realizada a partir de 2010, têm conferido um papel analítico central às milícias de homens de cor, interpretando-as como espaços institucionais e políticos estratégicos para a mobilidade e a negociação de direitos na América Portuguesa. Segundo a perspectiva de Luiz Geraldo Silva (2013: 121), o processo de gênese e institucionalização dessas organizações militares é indissociável da integração de um expressivo contingente de indivíduos de cor livres ao sistema colonial, grupo que se tornou demograficamente relevante no continente desde o século XVI. Nesse sentido, ao analisar a prática peticionária, o autor evidencia que esses homens intervieram em seu processo de ascensão mediante a incorporação da palavra escrita em seu cotidiano. Através de petições, elaboradas por eles próprios ou por meio de procuradores, os milicianos acionavam a Coroa estrategicamente para demandar posições corporativas, solicitar recompensas por serviços bélicos prestados e denunciar a quebra de regras nas promoções do oficialato. O requerimento funcionava, portanto, como um instrumento político fundamental para reivindicar símbolos de distinção, como o direito ao foro militar, o uso de fardas e a concessão de cartas-patentes, garantindo a mobilidade social e a legitimação de seus espaços no interior do Antigo Regime (Silva, 2013: 121).

Integrando-se à complexa lógica da "economia do dom e do contradom", característica do Antigo Regime, esses indivíduos instrumentalizavam o serviço das armas e a disciplina militar como uma poderosa moeda de troca. Esse vínculo legitimava o peticionamento de recompensas, transformando a milícia em uma via privilegiada de acesso a bens de representação (como o porte de espadas, o uso de fardas e as patentes), elementos visuais que funcionavam como uma *pele social* distintiva. Tais distinções tornavam-se fundamentais para que esses sujeitos buscassem neutralizar o estigma do defeito mecânico [2] e de sua qualidade, construindo uma honra corporativa capaz de afastá-los da massa escrava (Silva, 2013).

[2] No contexto do Antigo Regime ibérico, o defeito mecânico configurava um estigma social e jurídico atribuído aos indivíduos dedicados ao trabalho manual, braçal, artesanal ou ao comércio a varejo (Guedes, 2006: 379-380). Na Ibero-América, contudo, esse marcador ganhou novos contornos ao associar-se intrinsecamente à escravidão. Como o trabalho físico pesado era executado quase com exclusividade pelas populações escravizadas, a origem cativa fundiu-se à origem mecânica. Nesse cenário, o exercício de ofícios manuais passou

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

De acordo com Francis Cotta (2005), essa busca por distinção inscrevia-se, como conceitua o autor, em um "sistema militar corporativo". A organização militar na América Portuguesa seguia uma divisão de três linhas. A Primeira Linha, composta pelas tropas pagas (ou Regulares), constituía o exército profissional e permanente, sustentado pela monarquia e responsável pela defesa estratégica de portos e fronteiras, embora frequentemente operasse com efetivos reduzidos e completados por recrutamentos locais (Souza, 2017: 25). A Segunda Linha, formada pelos Corpos de Auxiliares, congregava moradores locais em serviço não remunerado; em contrapartida, seus oficiais e soldados gozavam de foro militar e isenções fiscais, sendo mobilizáveis para auxiliar a tropa paga em campanhas ou substituí-la na defesa territorial. (Souza, 2011: 38). A Terceira Linha, as Ordenanças, abrangia a totalidade da população masculina apta não alistada nas linhas anteriores, servindo como reserva à tropa paga (Souza, 2011: 25; Cotta, 2010: 44-45). Além disso, estas eram responsáveis pela manutenção da ordem interna, captura de criminosos, destruição de quilombos e prisão de escravos fugidos (Gomes, 2010: 111).

Para a comarca de São Paulo, a institucionalização das milícias de cor ocorreu de forma tardia e em proporções numericamente inferiores quando comparada à realidade das demais capitanias da América portuguesa. Esse descompasso pode ter relação direta com a própria dinâmica demográfica. No caso paulista, isso ocorreu em "*decorrência da presença comparativamente tardia, por assim dizer, da população africana e crioula na capitania*", o que explica "*a inexistência de terço ou regimento composto por pardos e pretos livres em São Paulo, tão comum em regiões com peso mais elevado da população de cor*" (Souza, 2017: 92). Até a década de 1760, as tropas de pardos e pretos restringiam-se a companhias avulsas concentradas quase exclusivamente no litoral paulista (em localidades como Santos, São Vicente e Itanhaém), vocacionadas primordialmente para a defesa da costa contra invasores estrangeiros. Foi apenas com a eclosão da Guerra Luso-Castelhana (1765-1777) [3] que essas companhias deixaram de ter um caráter estritamente litorâneo. Diante das necessidades defensivas, o governador Morgado de Mateus expandiu o recrutamento militar para o interior. O levantamento militar de 1767 revela que, paralelamente a um contingente de aproximadamente

a atestar uma falta de qualidade herdada, inerente aos egressos do cativeiro e a seus descendentes (Raminelli, 2012: 715).

[3] A intensificação da militarização na capitania de São Paulo inseria-se no contexto de agravamento das tensões fronteiriças na América meridional. Em 1762, as forças espanholas avançaram sobre a Colônia do Sacramento, ocuparam o atual território do Rio Grande do Sul e chegaram à Ilha de Santa Catarina. Para fazer frente a essa conjuntura bélica na Bacia do Prata, a Coroa portuguesa viu-se compelida a elevar bruscamente sua capacidade defensiva, o que motivou a restauração da autonomia da capitania paulista em 1765, sob o comando do governador Morgado de Mateus, encarregado de organizar a defesa contra essas incursões no Sul (Luna; Klein, 2006: 39-40). Logo ao desembarcar no porto de Santos, em 1765, o governador implementou uma rigorosa estratégia de recrutamento em massa: despachou ordens aos capitães-mores de todas as vilas exigindo a confecção das chamadas listas nominativas de habitantes (Bacellar, 2015: 315-316). Concebidas primordialmente como um instrumento de recrutamento militar para enfrentar os castelhanos, essas listas permitiram à administração mapear e arregimentar os homens das companhias de ordenanças espalhadas pelas vilas litorâneas, pelo planalto e pelo interior profundo, a fim de guarnecer os portos e assegurar as tropas necessárias para os conflitos no Sul (Bacellar, 2008: 116; Bacellar, 2015: 316).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

4.000 militares auxiliares divididos em 61 companhias na capitania, os homens de cor estavam restritos a apenas 5 companhias avulsas de "mulatos", localizadas no litoral e no Vale do Paraíba (abrangendo vilas como Taubaté) (Souza, 2011: 60). Foi somente em anos posteriores que começaram a ser organizadas companhias de pardos mais adentro no planalto, alcançando as vilas de Jundiaí e Mogi Mirim em 1772, e a própria cidade de São Paulo em 1775 (Souza, 2017: 79-80). Em 1797, sob a administração do governador Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, as diversas companhias de pardos espalhadas pelo litoral e pelo planalto foram unificadas em uma única corporação: o Regimento de Infantaria Miliciana dos Pardos, batizada pelos seus integrantes como "*Regimento dos Úteis*", buscando afastar a mácula associada à cor e destacar unicamente a sua utilidade e lealdade ao Império (Souza, 2017: 84-85, 127-130). A corporação foi desenhada para abrigar um limite teórico máximo de 800 homens. Na prática, seu efetivo real era muito inferior a esse teto e sofria com constantes baixas e deserções, oscilando entre 593 homens em 1803, um pico de 643 em setembro de 1805 e caindo drasticamente para 423 praças em dezembro do mesmo ano (Souza, 2011: 91).

A espacialização evidencia uma clara concentração na origem das demandas, liderada pela cidade de São Paulo, que desponta com onze ocorrências. Em seguida, delineia-se um eixo litorâneo encabeçado pela Vila de Santos (dois pedidos), complementado pelas presenças de São Sebastião e São Vicente (com um registro cada). A malha abrange também a localidade de Guaratuba (uma ocorrência). Em apenas um requerimento não foi possível identificar a procedência exata, razão pela qual ele não foi representado na imagem; embora o documento faça menção ao "Regimento dos Úteis", essa corporação possuía companhias estruturadas para além da cidade de São Paulo, estendendo seus domínios para as vilas do interior (planalto) da capitania, o que impossibilita definir de qual localidade o pedido se originou. Esse cenário reflete o peso demográfico e institucional da cidade em detrimento de outras áreas da comarca.

Já a comarca de Rio das Mortes estruturou grandes comandos unificados (Terços) de pardos e de pretos a partir de 1775. Seguindo o espírito das diretrizes da Carta Régia de 1766, o governador D. Antônio de Noronha promoveu uma reforma militar que organizou formalmente essas tropas, colocando-as sob o comando de lideranças locais de cor, como foi o caso do mestre de campo pardo Joaquim Pereira da Silva, alçado à chefia do terço da Vila de São José (Crispin, 2011: 31). Em 1775, na Vila de São João del Rei, os homens pardos estavam organizados em dez companhias de 60 praças (totalizando um efetivo de 600 indivíduos), enquanto os homens pretos formavam quatro companhias de 60 praças (com um efetivo de 240), resultando em um total de 840 militares no terço local. Por sua vez, na Vila de São José, o contingente de homens pardos distribuía-se em seis companhias de 60 praças (com efetivo de 360 indivíduos), ao passo que os homens pretos compunham duas companhias de 60 praças (com efetivo de 120), o que perfazia um total de 480 militares mobilizados nessa localidade. Em comparação com o protagonismo que exerciam no Rio das Mortes, constata-se, portanto, um apagamento da qualidade desses homens no sistema de defesa paulista (Cotta, 2010).

No que diz respeito à comarca do Rio das Mortes, o mapeamento dos pedidos revela uma forte concentração das demandas em torno de duas centralidades. O maior adensamento ocorre na

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Vila de São José, com dez pedidos, somando-se a um no Arraial do Bichinho, localidade vizinha a São José. A Vila de São João del-Rei registra quatro ocorrências, ladeada por pedidos provenientes de seus distritos (Baependi, Itajubá, Manuel de Ibituruna, Ibitipoca e Monte Vedio, com um registro cada). O levantamento atesta também um pedido no Arraial de Nossa Senhora da Conceição e, por fim, uma ocorrência na Freguesia de Nossa Senhora da Assunção e Engenho Novo (Gentio do Mato).

A via do governador

Na América Portuguesa, a função do governador

> era o chefe da administração local e supremo comandante militar, com alçada sobre todas as forças armadas e autoridade sobre todos os comandantes da região. Por outro lado, seria impossível separar as atribuições administrativas, de justiça e militares que o cargo de capitão-general abrangia. Eles eram responsáveis, entre outras coisas, por diversos assuntos de fazenda, tais como a correta arrecadação das fazendas reais, por política assistenciais, pelo aprovisionamento regional e comercialização do excedente de produção, pela confecção de obras, pelo desenvolvimento da agricultura e ainda por questões que influenciavam a vida religiosa, relacionadas à manutenção de igrejas e do clero. Em São Paulo, o cuidado com as populações indígenas aldeadas se somava às atribuições citadas (Medicci, 2010: 18).

Cabia-lhe mandar alistar os moradores e formar os Terços (depois Regimentos) de Auxiliares e as Companhias de Ordenanças. Decidia, muitas vezes com base em informações locais, onde criar corpos e como distribuí-los pelo território para garantir a defesa e a ordem interna (Cotta, 2004; Gomes, 2009). Adicionalmente, detinha a prerrogativa de expedir as cartas-patentes para o oficialato das tropas auxiliares e de ordenanças, além de prover o comando e nomear os oficiais para os Terços de Pardos e Pretos (Cruz, 2015). Embora esses documentos fossem posteriormente anexados aos requerimentos enviados ao Conselho Ultramarino para a confirmação da patente, cumpre ressaltar desde já essa atribuição. Afinal, a concessão inicial dessas patentes evidencia a importância central dos governadores na ascensão a esses altos postos (Crispin, 2011).

Nesse contexto, coube ao governador a apreciação do pedido de João dos Santos Cabral. Ele solicitou, em 1805, a criação de uma nova companhia de Homens Pardos na Freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Engenho do Mato e o seu respectivo provimento no posto de capitão, na comarca do Rio das Mortes. O requerimento, protocolado em 20 de julho de 1805, fundamentava-se na geografia e na demografia daquela paragem, situada na estrada do Rio de Janeiro. Argumentando que a localidade distava muitas léguas da Vila de Barbacena e carecia de unidades militares específicas, o suplicante anexou uma lista de homens suficientes, classificados como livres e isentos de milícias, para sustentar a viabilidade da nova corporação (APM, SG, Cx. 65, Doc. 54).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Com a criação de novas companhias, o governador participava também do recrutamento de efetivos e da nomeação de oficiais. Esta foi a fundamentação do pedido de Miguel Teixeira da Silva, datado de 26 de janeiro de 1804. Outrora capitão no Regimento de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos do termo de São José, fora promovido a coronel pelo antigo governador, Luís da Cunha Meneses. Sua missão consistia em comandar um novo regimento formado pelas sobras do corpo de São José, abrangendo originalmente distritos como Catas Altas, Itaverava, Congonhas, Piedade Gerais, Lagoa Dourada, Prados e Barbacena. O requerimento detalha que a unidade vinha sendo desestruturada. Os distritos de Lagoa Dourada, Prados e Barbacena foram reintegrados ao regimento de São José, e o coronel Joaquim Pereira da Silva teria recrutado nessas áreas, retirando soldados e oficiais do comando do suplicante. Miguel justifica não ter reagido à época por encontrar-se gravemente enfermo, estado que se agravou ao ponto de declarar-se agora estuporado e incapaz de montar a cavalo. Diante da invalidez dos seus principais oficiais, com o tenente-coronel ausente em Tamanduá e o sargento-mor gravemente molesto, o suplicante rogou o direito de nomear um oficial de confiança para realizar o recrutamento no termo de Queluz e em Mariana (APM, SG, Cx. 59, Doc. 34).

Em adendo, também cabia ao governador o controle referente às patentes distribuídas. Em 1788, Floriano José da Silva, alferes da Companhia Auxiliar Avulsa dos Homens Pardos Libertos da Praça de Santos, em São Paulo, solicitou ao governador a sua promoção ao posto de tenente. Em contrapartida aos casos anteriores, este requerimento ilustra como o desfecho tendia a ser favorável na capitania de São Paulo quando a lógica esperada para a obtenção de patentes era seguida. Floriano fundamentou seu pedido em uma vacância concreta e na lógica da sucessão natural. O oficial informou o falecimento do tenente da sua companhia, Ignácio Francisco Lustosa, argumentando que, na qualidade de alferes, deveria legitimamente "passar ao dito posto". O sargento-mor Comandante da Praça de Santos, Francisco de Barretto, emitiu parecer em 3 de agosto de 1788, confirmando que o posto estava vago "há anos" e atestando que Floriano era "capaz e suficiente" para a nova patente. Diante da prova da vacância e da idoneidade atestada pelo superior, o governador deferiu o requerimento em 22 de agosto de 1788, consolidando a promoção do oficial pardo dentro da estrutura formal das milícias (APESP, SEGOV, C0273-C0274, 1.1. 234).

Ainda no ano de 1788, o porta-bandeira Serafim Miguel dos Anjos peticionou a sua promoção ao posto de alferes da Companhia dos Pardos Auxiliares da Praça de Santos, em São Paulo. Este requerimento está intrinsecamente ligado ao caso anterior, uma vez que Serafim pertencia à mesma unidade militar, comandada pelo capitão Caetano Francisco Santiago, e pleiteava justamente a patente deixada por Floriano José da Silva após a ascensão deste ao posto de tenente. Fundamentando seu pedido nessa vacância recém-aberta, o suplicante alegou reunir em si as "circunstâncias necessárias" e destacou que já servia no posto imediatamente inferior. O trâmite seguiu a mesma lógica hierárquica: em 28 de agosto de 1788, o governador ordenou o parecer do sargento-mor comandante da praça. Cumprindo a ordem em 10 de setembro, Francisco de Barreto confirmou a existência da vaga e atestou favoravelmente ao candidato, declarando-o "idôneo e capaz de o exercer" por preencher todos os requisitos. Diante da comprovação, o pedido obteve despacho final favorável em 26 de outubro de 1788,

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

consolidando o ciclo de promoções dentro da mesma companhia. O desfecho encadeado destas duas petições revela, assim, o caráter dinâmico da mobilidade hierárquica nas milícias, demonstrando como a reorganização dos postos ocorria de forma contínua e articulada a cada nova vacância (APESP, SEGOV, C0273-C0274, 1.1. 234).

Ao analisar conjuntamente os pleitos de Floriano Joseph da Silva e Serafim Miguel dos Anjos, datados do segundo semestre de 1788, torna-se evidente que o preenchimento de vagas na Companhia de Pardos Auxiliares da Praça de Santos operava por meio de uma dinâmica de mobilidade interna. A confirmação de Floriano ao posto de tenente, motivada pelo falecimento do ocupante anterior, gerou um efeito em cadeia na estrutura da corporação. Imediatamente após a consolidação dessa vacância, Serafim, que até então atuava como oficial inferior no posto de porta-bandeira, acionou o governador para pleitear o posto de alferes recém-desocupado por seu companheiro de tropa.

Embora o deferimento sequencial de ambas as petições revele uma engrenagem prática de promoção — ancorada nos pareceres favoráveis do comando local, que atestou a "capacidade" de Floriano e a "idoneidade" de Serafim —, os discursos mobilizados pelos requerentes apresentam diferenças retóricas significativas. Floriano adota um tom notadamente objetivo, fundamentando seu pedido na sucessão hierárquica direta ao afirmar que "deve possar ao dito posto de Tenente". Em contrapartida, Serafim, precisando justificar o seu ingresso no oficialato de patente motivado pela promoção do colega, constrói uma argumentação mais persuasiva: alega que nele "concorrem as circunstâncias necessárias", invoca os "anos que está o Suplicante servindo" e reconhece expressamente que sua ascensão dependia do "total beneplácito e despacho" da autoridade. Nesse cenário, a mobilidade hierárquica configurava-se como um mecanismo que absorvia e promovia gradativamente os milicianos que já comprovavam utilidade na base da corporação, evidenciando como esses sujeitos adequavam habilmente suas estratégias discursivas às exigências específicas de cada salto hierárquico.

Dinâmicas de petição semelhantes às observadas em São Paulo também se faziam presentes na comarca do Rio das Mortes. Na capitania de Minas Gerais, o tenente Francisco da Costa Monteiro, da primeira companhia do Regimento de Infantaria de Milícias de Pardos da Vila de São João del Rei, requereu ao governador a sua promoção à patente de capitão. O militar, cuja unidade estava sob o comando do coronel Manuel Ignácio da Silva e Alvarenga, pleiteou a vaga decorrente da reforma de Joaquim José de Siqueira, argumentando possuir "todas as qualidades" necessárias para o posto, além de atuar com "prontidão, e zelo do Real Serviço". A evocação dessa fórmula tratava-se de um diálogo com o universo normativo. Como demonstra Christiane Figueiredo Mello, as bases legislativas para o recrutamento e a hierarquia, que remontavam ao Regimento das Ordenanças de 1570 e se estenderam às normativas das tropas auxiliares no século XVII, estabeleciam que as posições de comando só poderiam ser exercidas por indivíduos que reunissem as "necessárias qualidades", perfil encontrado entre os "principais das terras" e pessoas da "melhor nobreza". Desse modo, ao argumentar possuir todas as qualidades, o miliciano pardo atestava que possuía o cabedal, a honra e o prestígio exigido, provando ser portador da autoridade e do zelo militar que a Coroa e os regimentos julgavam ser

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

requisitos imprescindíveis para o exercício do comando (Mello, 2006: 31-33). Para basear o seu requerimento, o suplicante anexou aos autos a sua própria carta-patente de tenente, que havia sido emitida meses antes, em 8 de fevereiro de 1798, pelo governador Bernardo José de Lorena. A presença desse documento — que detalha a sua promoção anterior motivada pela reforma de José Lopes Quinteliano de Carvalho e atesta o seu juramento de posse prestado em 8 de junho do mesmo ano — funcionava como prova material de sua integração formal à cadeia de comando (APM, SG, Cx. 37, Doc. 13).

Contudo, a busca por patentes não desvinculava esses sujeitos de um cotidiano marcado pela precariedade. Como estes milicianos não recebiam soldos, as trajetórias desses homens revelam que a vida militar era indissociável das exigências dos negócios e dos ofícios cotidianos, conforme ilustra a petição de Manuel do Nascimento. Em 1805, ele, alferes da primeira companhia do regimento de Infantaria de Milícias dos homens pardos da Vila de São João del Rei, peticionou ao governador da capitania solicitando licença para se ausentar de suas funções pelo período de um ano. Motivado por "percussão e negócios precisos" na Vila da Princesa da Campanha, o oficial explicou que não sabia quanto tempo a viagem demoraria e pediu licença formal para cuidar de seus interesses. O documento, contudo, não foi aprovado de imediato ao chegar a Vila Rica. Ao ser recebido na secretaria em 27 de novembro de 1805, a administração seguiu o protocolo antes de liberar o oficial: no canto superior esquerdo, lê-se a ordem para que se "Informe o comandante do regimento" (APM, SG, Cx. 66, Doc. 31). Essa exigência obrigou a petição a retornar para São João del-Rei para que o comandante local exarasse seu parecer, o que resultou em um hiato de dez meses entre o pedido inicial e a decisão final. Esse intervalo temporal ilustra o trâmite regular que as petições costumavam seguir, uma vez que o Conselho Ultramarino dependia das informações fornecidas pelas autoridades locais para deliberar, o trâmite das petições d'além-mar passava por um circuito de validação. O recuo temporal observado entre o requerimento inicial e o despacho final reflete a própria dinâmica desse mecanismo de consulta, no qual as solicitações eram frequentemente devolvidas às instâncias administrativas ou militares da capitania. Esse procedimento garantia ao Conselho a certificação da veracidade das alegações antes da emissão de seu voto consultivo final. Somente em 5 de setembro de 1806, após o requerimento voltar à capital, o trâmite foi concluído. Com a anotação "Como pede" escrita logo no início da folha, Manuel do Nascimento teve, enfim, sua licença autorizada.

Já Manuel Vicente, em sua petição de 1797, pediu ao governador sua soltura da Guarda Principal e o cumprimento de uma licença prévia, classificando sua prisão como uma "sem-razão". O requerente, soldado auxiliar da 1.ª Companhia dos homens pardos de São Paulo e oficial de carpinteiro, argumentou que a interrupção de seu ofício lhe seria "perniciosa", pois perderia a "utilidade daquelas obras". Ele amparou-se no fato de possuir uma licença válida de oito meses, deferida com o despacho "Como pede", e lembrou que as ordens do antecessor deveriam ter o seu "devido efeito". O conflito que motivou o cárcere ocorreu no Campo da Luz, quando, convocado para revista, Manuel faltou por "indisposição de moléstia". Ao apresentar-se tardiamente, foi recebido com "mofas" e tratado com "menos política". A prisão foi decretada quando o miliciano, reagindo às zombarias, retrucou que aqueles "não eram termos

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

praticados no Serviço Militar", resposta que motivou sua prisão imediata (APESP, SEGOV, C0276, Doc. 1.1.245).

Entretanto, esse conflito nem sempre ocorria apenas com aqueles que já atuavam ativamente nas tropas, como demonstra o caso de Francisco José dos Santos. Em 1796, ele, homem pardo, casado e morador na Vila de Guaratinguetá, recorreu ao governador para denunciar o constante estorvo ao seu sustento com o seu "ofício de ferreiro" (APESP, SEGOV, C0275, 1.1.239). Na petição, o suplicante relatou um estado de "vexame" permanente: segundo argumentou, tanto os oficiais de milícia quanto a "justiça da dita vila" o mantinham ocupado em sucessivas "diligências", privando-o do tempo necessário para trabalhar em sua tenda e manter a família. O documento revela que o embate já se arrastava há anos. Em anexo, Francisco apresentou ordens ("ressalvos") datadas de 15 de outubro de 1793, nas quais o capitão-mor local já determinara que ele não fosse "inquietado", reconhecendo que o excesso de convocações gerava "prejuízo do seu ofício". Contudo, à revelia das ordens anteriores, as autoridades locais continuaram a convocar o ferreiro, chegando a notificá-lo para servir na guarda de uma "reduta".

Em seu pedido, Francisco soube articular a sua defesa: argumentou que sua intenção nunca fora "isentar-se do real serviço", mas apenas encontrar um meio de não ser "tão vexado" para poder viver "mais comodamente". O desfecho foi alcançado por meio da intervenção direta do governo da capitania em 4 de maio de 1796, cujo despacho ordenou que ele não fosse "ocupado em diligência alguma [...] sem segunda ordem minha", garantindo, naquele contexto, a primazia do ofício sobre a milícia local. Para muitos homens pardos e pretos, o serviço militar representava um pesado encargo, pois o tempo despendido nas obrigações das tropas equivalia a um período de afastamento do trabalho e da família, ameaçando a sobrevivência material daqueles que dependiam de seus ofícios mecânicos (Souza, 2011: 130-131). Essa retórica evidencia como esse discurso era construído na reafirmação da lealdade à Coroa para justificar a necessidade de licenças e o retorno às ocupações mecânicas. Essa tópica consolidou-se na Carta Régia de 1º de setembro de 1808, na qual se determinou que o serviço miliciano não poderia ser um obstáculo ao desenvolvimento da agricultura e do comércio (Souza, 2017: 136).

Portanto, o desempenho das atividades militares podia acarretar prejuízos significativos para esses milicianos, muitas vezes inviabilizando a prática de seus ofícios mecânicos. Nesse contexto, ferimentos, cicatrizes e moléstias adquiridas em serviço convertiam-se em moedas de troca fundamentais na economia das mercês. O argumento central dos peticionários sustentava que, ao serem feridos ou adoecerem em nome do Rei, perdiam a capacidade de exercer seus ofícios civis (fossem mecânicos ou liberais), tornando-se dependentes da mercê régia (soldos, tenças ou promoções) para garantir a sobrevivência.

A via do Conselho Ultramarino

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A dinâmica das petições de confirmação de patente pautava-se por uma estrutura padronizada, caracterizada por fórmulas recorrentes tanto na construção narrativa dos pedidos quanto na instrução dos anexos e na emissão dos despachos. Este percurso iniciava-se com a obtenção da carta-patente junto ao governador da capitania; de posse desse instrumento, o suplicante submetia-o ao Conselho Ultramarino para a validação final (Crispin, 2011: 60-61). A carta-patente funcionava como o título formal que investia o indivíduo na função, conferindo-lhe uma parcela de autoridade pública e o poder de mando sobre seus subordinados.

Contudo, o documento expedido pelo governador ou capitão-general possuía um caráter provisório e condicional. Era estabelecido um prazo rigoroso, geralmente de um a dois anos, para que o oficial recém-nomeado requeresse e obtivesse a confirmação régia. Nesse contexto, a nomeação local e o efetivo exercício das funções não eram autossuficientes; a legitimidade plena dependia da chancela do soberano, ato que transmutava a posse provisória em definitiva. Caso o prazo expirasse, o documento perdia sua validade, consequentemente, sua autoridade (Crispin, 2011: 60). Em situações específicas, o Conselho solicitava ao governador um parecer, peça que passava a ser anexa ao requerimento. Tal obrigatoriedade constava expressamente no documento de provimento, conforme se observa no exemplo abaixo**:**

> "Sendo obrigado a requerer a Sua Majestade, pelo Seu Conselho Ultramarino, a confirmação do mesmo posto dentro em dois anos, que correrão da data deste em diante, sob pena de ficar sem efeito e se lhe dar baixa; assim como a residir sempre no distrito da Companhia, debaixo da mesma pena, tudo na forma das Reais Ordens." (AHU, Projeto Resgate, Minas Gerais, Cx. 150, Doc. 46)

O conteúdo de uma carta-patente seguia um padrão na disposição das informações. Iniciava-se com a identificação do governador capitão-general outorgante. Seguia-se com a expressão pública de autoridade "Faço saber aos que esta minha carta patente virem". O texto especificava o posto e a tropa, fundamentando a escolha na Carta Régia de 22 de março de 1766 (ou ordens subsequentes) e nas virtudes pessoais do nomeado, listando atributos como "préstimo", "capacidade", "zelo", "inteligência", "boa conduta". O registro oficial desses atributos atestava publicamente a qualidade do indivíduo. Um dos pontos centrais do documento consistia em assegurar o usufruto de "todas as honras, graças, franquezas, liberdades, privilégios e isenções". Embora para as milícias e ordenanças houvesse a ressalva explícita de que o oficial "não vencerá soldo algum", o cargo conferia privilégios concretos.

A carta-patente, assim, assegurava a posse efetiva desses privilégios, garantindo ao titular sua distinção social perante a comunidade. Desse modo, as patentes militares consistiam em uma das estratégias de ascensão. Como a maioria desses homens pardos e pretos sobrevivia de ofícios mecânicos (artesãos, sapateiros, ferreiros etc.) que lhes davam sustento material, mas lhes negavam prestígio (Souza, 2018; Crispin, 2011: 3), a patente militar servia para preencher essa lacuna, pois carregava valores simbólicos fundamentais de honra e distinção perante a sociedade (Crispin, 2011: 144-145). Contudo, a posse dessas patentes tensionava os limites da ordem colonial. Embora a farda e a patente elevassem esses sujeitos à condição de pessoas de qualidade perante a Coroa, atenuando os estigmas de sua condição social, o exercício de ofícios

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

mecânicos continuou sendo frequentemente acionado por autoridades locais como argumento para tentar desqualificá-los e frear sua ascensão na hierarquia de comando tentar desqualificá-los e frear sua promoção na hierarquia de comando (Souza, 2018; Crispin, 2011: 3).

Essa tensão materializava-se visualmente em símbolos que demarcavam tanto a mobilidade social quanto o distanciamento da escravidão. Para além de um instrumento de disciplina militar, a indumentária atuava como uma pele social, operando uma dupla marcação: demarcava a liberdade do pardo em oposição ao cativeiro e, simultaneamente, diferenciava sua identidade corporativa em relação aos regimentos de brancos ou de pretos (Cotta, 2004: 116; Crispin, 2011: 104). Como demonstra Daniel Precioso (2011: 17), o simples uso do espadim à cinta por oficiais de cor causava profundo dissenso entre as autoridades, pois a arma convertia-se em uma insígnia intolerável de status e liberdade.

Sob essa ótica, conforme observa Michel Mendes Marta (2013: 50-54), a atuação dos milicianos configurava uma dinâmica de duplicidade: ao buscarem a inserção nas hierarquias militares, esses homens acabavam reproduzindo e reforçando a lógica de honras do Antigo Regime, mas, simultaneamente, tensionavam os limites daquela sociedade. Tratava-se de adentrar em uma hierarquia que se pressupunha estamental e rígida, mas que, na prática, precisava ter certa elasticidade para funcionar (Ferreira, 2024). Esses sujeitos alargavam as fronteiras da ordem colonial, tornando-as mais plásticas para acomodar sua trajetória.

No que tange ao desfecho desses pedidos de confirmação régia, observa-se que o Conselho Ultramarino tendia a referendar as decisões tomadas localmente. Cumpre, contudo, investigar os dois casos de indeferimento encontrados na documentação, com o intuito de compreender a dinâmica e os fundamentos dessas negativas. Dentre as recusas, a primeira fundamentou-se estritamente no rigor formal dos prazos régios. Trata-se do episódio de Paulo Antonio de Faria, promovido em 20 de outubro de 1796 de alferes a tenente da 7ª Companhia do Regimento de Infantaria de Milícias dos Homens Pardos da Vila de São João del Rei. A carta-patente que o investia no cargo trazia a já comentada cláusula de que a validade do provimento dependia da confirmação régia "dentro em dois anos", sob pena de o posto "ficar sem efeito". Contudo, o requerimento de Paulo só foi submetido ao Conselho Ultramarino em junho de 1806. Ao constatar que o pedido havia excedido largamente o limite prescrito na própria patente, o Conselho negou a solicitação com um despacho pragmático, argumentando ser "Escusado se passe ordem [...] visto o não ter requerido a sua confirmação a tempo" (AHU, Projeto Resgate, Minas Gerais, Cx. 180, Doc. 58).

Essa negativa demonstra que, para a administração metropolitana, o rigor dos prazos funcionava como um mecanismo de controle. Uma vez que esses homens não recebiam soldo algum, mesmo quando alcançavam os mais altos postos de comando, o indeferimento não representava uma contenção de despesas financeiras por parte da Coroa. Assim como Souza (2017, p. 112) observa que a acusação de "indecência" operava como "um expediente adotado pelas autoridades em virtude do fato de que não era mais possível [...] 'excluir' ou 'impedir' o acesso daquelas pessoas a postos importantes tomando-se como base simplesmente sua cor ou

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

nascimento", é possível aplicar esse mesmo raciocínio para entender a natureza desse tipo de indeferimento. Para o Conselho Ultramarino, o fato de o oficial já atuar como tenente na colônia desde 1803 não suprimia a necessidade da chancela real, uma vez que permitir o exercício prolongado de postos militares à revelia dos prazos régios significaria, no limite, a perda do controle metropolitano sobre a hierarquia de comando e sobre as redes de lealdade na América.

Se essa primeira recusa se pautou na forma (o rigor dos prazos), o segundo caso de indeferimento expõe o conteúdo da disputa política, revelando a oposição direta do governador Franca e Horta. O episódio ilustra uma tensão estrutural do período, uma vez que "*o que mais incomodava os governadores e demais autoridades ao longo dos séculos eram os oficiais de cor, principalmente os superiores*" (Souza et al., 2025: 11). A materialidade desse embate manifesta-se na petição movida por Manuel de Alvarenga Braga. Em 3 de setembro de 1791, ele obteve sua carta-patente, firmada pelo então governador Bernardo José de Lorena, para ocupar o posto de capitão da Companhia dos Homens Pardos Forros da Vila de São Vicente. O provimento ocorreu em virtude da vacância deixada pelo falecimento do antecessor, Ignácio Francisco Xavier, sendo o novo oficial escolhido com base em critérios de capacidade, atividade e zelo. Embora o posto não previsse vencimento de soldo, conferia todas as honras, isenções e privilégios inerentes à função. Visando assegurar a posse definitiva e chancelar seu estatuto, Braga, representado pelo procurador Jorge Vaz Peres, encaminhou requerimento ao Conselho Ultramarino em 1804, solicitando a confirmação real da patente (AHU, Projeto Resgate, São Paulo, Cx. 56, Doc. 4600).

Em 22 de agosto de 1804, o conselheiro Luiz Antônio Neves de Carvalho despachou a ordem para que o governador de São Paulo fosse ouvido. Cinco dias depois, em 27 de agosto de 1804, o Príncipe Regente D. João expediu a Provisão, ordenando ao governador capitão-general de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, que emitisse seu parecer sobre o caso. A resposta do governador de São Paulo, datada de 22 de dezembro de 1806, constitui a peça central nesta análise. O documento inicia-se situando o porquê da sua escrita. Trata-se de um parecer emitido pelo governador Antônio José da Franca e Horta em resposta à Provisão Régia de 27 de agosto de 1804. O objetivo central é avaliar o requerimento de Manuel de Alvarenga Braga, que solicitava a confirmação da patente de capitão da Companhia dos Homens Pardos Forros da Vila de São Vicente, posto no qual havia sido provido pelo governo anterior de Bernardo José de Lorena. Franca e Horta aproveita a oportunidade para tecer uma crítica à administração precedente. Ele relata que a companhia do suplicante, integrante do "*Regimento Miliciano denominado dos Úteis*" (criado em 1797), havia sido abolida por uma portaria que ele classifica como "*tão contraditória e extravagante nos fiéis princípios*". Ele expõe a suposta incoerência logística dessa extinção, argumentando que a medida desmobilizava as tropas do litoral (São Vicente e Santos) para substituí-las por milícias do planalto (Jacareí, Itu, Sorocaba), distantes entre dezoito e vinte e duas léguas da capital.

Dando seguimento à argumentação, o governador estabelece uma distinção crucial entre a função militar dos pardos e o seu lugar na hierarquia social. Ele reconhece a utilidade pragmática dessas tropas, admitindo que as Companhias de Homens Pardos "*sejam próprias*

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

para muitas diligências do Real Serviço" e fundamentais para aumentar a "*massa das forças para a defesa*". Entretanto, essa admissão de competência bélica não se traduzia em reconhecimento de *status*. Franca e Horta informa ao Príncipe Regente que decidiu deliberadamente "*suspender a Promoção deste Regimento*", anexando documentos que comprovam sua intenção de reformar o corpo visando o branqueamento do comando: ele defende que, ao nomear-se "*oficiais brancos de alferes para cima*", o corpo ficaria "*melhor regulado*" e mais confiável.

Em seguida, o governador demonstra ciência da "*paternal humanidade*" de D. João, para quem o "*acidente das cores não deve obstar, nem escurecer o merecimento*" dos vassalos. No entanto, Horta neutraliza essa diretriz invocando o excepcionalismo da realidade paulista: "*mas eu só trato dos desta capitania*". Ele desqualifica os pardos locais definindo-os como "*abjetos, sem educação, e muito pobres*". Ao mobilizar essa tríade de defeitos (inferioridade, ignorância e pobreza), o governador expunha a sua estrita vinculação às lógicas da moral teológica do Antigo Regime. Conforme atesta António Manuel Hespanha, a teologia moral e o direito constituíam, até ao século XVIII, os saberes mais importantes relativos ao homem e à ordenação da sociedade (Hespanha, 2012). Debatia-se largamente que a pobreza, a rudeza e a ignorância eram lidas como vícios morais, argumentando-se que os pobres eram facilmente corrompidos, o que os tornava inaptos para o exercício da virtude cívica, magistraturas e autoridade (Hespanha, 2010; 2015). Baseado nessa premissa, o governador sentencia que tais indivíduos são "*indignos de cingirem uma banda*" e de conviverem "*em círculo com a oficialidade dos outros corpos*". No fundo, o que Horta tentava barrar era a inserção dos homens de cor na economia das mercês. Estruturada também pela moral teológica sob a forma de uma autêntica "*economia da graça*" (Hespanha, 1993), a concessão de ofícios e patentes funcionava como uma mercê remuneratória capaz de conferir foro de nobreza e prestígio àqueles que dela se beneficiassem (Hespanha, 2015). Para melhor esmiuçar suas duas linhas argumentativas, o governador anexa dois documentos.

O Documento n.º 1, datado de 18 de novembro de 1801, trata-se de uma portaria emitida pelo Quartel general de São Paulo que determina uma reestruturação geográfica radical no Regimento dos Úteis, sob a justificativa de facilitar a disciplina militar através da união das tropas. A ordem exige explicitamente que o coronel do regimento dê baixa em todos os soldados e oficiais inferiores lotados nas vilas da marinha (o litoral, onde se situava a companhia de São Vicente), deslocando o eixo de recrutamento exclusivamente para as vilas de serra acima (o planalto), listando localidades como Jacareí, Mogi das Cruzes, Sorocaba e Itu.

O Documento n.º 2 é datado de 25 de junho de 1806 e dirigido ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos. O governador inicia declarando que não enviou a lista de promoções ("*não remeto a Vossa Excelência a Promoção*") referente ao "*undécimo, e último regimento miliciano, chamado dos Úteis*". A justificativa para essa omissão proposital é a convicção de que o corpo necessitava de uma mudança estrutural profunda. Embora reconheça que o regimento, composto por "*mulatos forros*", fora formado legitimamente no governo do general Lorena e tivesse suas patentes confirmadas anteriormente, Franca e Horta invoca a "*boa*

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

razão" para contestar essa continuidade. Reitera que, para ele, não era aceitável que homens que classifica como "*abjetos*" e de "*tão inferior qualidade*" pudessem ostentar insígnias de comando, como "*cingirem uma banda*", ou frequentar o mesmo espaço social da oficialidade superior. Ainda, finaliza com a ideia de que

> como pode, na verdade, lisonjear-se um homem de bem, que serve o Estado, de ser capitão e ainda tenente-coronel, se vê condecorado com igual patente e honras um mulato alfaiate ou sapateiro, outro que ele conheceu escravo, e finalmente outro que ainda que forro seja casado com uma negra cativa como são de ordinário os que atualmente servem neste corpo. (AHU, Projeto Resgate, São Paulo, Cx. 56, Doc. 4600)

Sabe-se que a administração de Antônio José da Franca e Horta (1802-1808) se instalou sob a vigência do Alvará de 17 de dezembro de 1802, legislação que, em seus parágrafos XVI e XVII, determinava explicitamente que os postos do estado-maior (coronel, tenente-coronel, sargento-mor e ajudante) nos regimentos de pardos fossem providos, "*de preferência*", por oficiais de suas próprias cores. (Souza, 2017: 326). O governador, contudo, subverteu essa determinação ao instrumentalizar o parágrafo XIX do mesmo diploma, que exigia dos oficiais a posse de "bens ou rendas suficientes" para manter a "*decência*" e o "*decoro*" do posto (Souza, 2017: 327, 356).

Como a população parda era composta majoritariamente por artesãos mecânicos, Horta utilizou essa cláusula para anular a preferência dada a oficiais de uma mesma qualidade (Souza, 2017: 327, 356). Para além da retórica, Horta implementou manobras administrativas concretas para assegurar a hierarquia racial. Em 1804, ao nomear brancos da tropa de linha para o posto de ajudante do Regimento dos Úteis, solicitou que estes fossem sempre graduados com a patente de capitão. O objetivo era evitar a inversão da hierarquia social, pois, sem essa graduação, os ajudantes (geralmente tenentes ou alferes na linha) seriam tecnicamente inferiores aos capitães de companhia pardos. Horta justificou a medida alegando que "*nenhum oficial de honra*" aceitaria servir no corpo se corresse o risco de ser "mandado por um deles [pardos]" na ausência dos oficiais superiores. (Souza, 2017: 354-355)

Esse receio, contudo, não era novo. Já em 30 de julho de 1772, a Câmara de São João del Rei encaminhara uma representação ao Conselho solicitando "*providências cautelares*" para evitar levantes. Em um território descrito como "quase deserto" de brancos, mas povoado por "*inumeráveis escravos*", vistos como "*inimigos domésticos*", a organização miliciana surgia como um elemento desestabilizador. Havia um temor agudo em relação à população liberta, cuja "*soberba*" era considerada uma ameaça superior ao próprio ódio natural dos escravos, sob a crença de que somente "*a pobreza e a dependência para com os brancos" garantiriam a "paz necessária para a conservação do Estado*". A Câmara alertava que, ao serem comandados por "*oficiais das mesmas castas*" e obterem o "*livre uso das armas*", os pardos e negros forros se tornariam "*atrevidos e poderosos*". O perigo central residia na possibilidade de que esses milicianos, "*unindo-se aos escravos seus semelhantes*", rompessem a hierarquia social para "*disputar o domicílio*" com os brancos; razão pela qual a elite local exigia que fossem "*sujeitos*

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

a oficiais brancos", argumentando que apenas o "*respeito*" e o "*temor*" inspirados por estes poderiam contê-los (AHU, Projeto Resgate, Minas Gerais, Cx. 107, Doc. 27).

Em suma, para os homens pretos e pardos, a obtenção de uma carta patente representava a aquisição de capital simbólico, constituindo uma das vias de mobilidade social e "*nobilitação civil*" disponíveis na colônia. Ao receber o documento assinado pelos governadores e, posteriormente, confirmado pelo monarca, o oficial de cor passava a gozar de honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas equivalentes aos dos oficiais das tropas pagas. Ter o documento em mãos garantia o direito fundamental de ostentar os signos do poder, como o fardamento, o espadim à cinta e as divisas de ouro ou prata, permitindo que essa nova autoridade fosse reconhecida publicamente. Se, por um lado, a monarquia parecia incentivar a ascensão desses homens, por outro, governadores e as autoridades locais resistiam, considerando uma indecência prestar reverência a um mulato alfaiate fardado. Assim, a mesma patente que enobrecia juridicamente tornava-se alvo de disputa, transformando a busca pela confirmação régia em uma acirrada disputa política para legitimar uma vitória institucional que não apagava as tensões relativas à qualidade desses militares.

Conclusão

A análise das trajetórias e requerimentos apresentados neste artigo evidencia que o mecanismo peticionário operou como uma modalidade central de comunicação política entre as populações pretas e pardas e as instâncias de governo na América Portuguesa. Esses sujeitos demonstraram um ativo conhecimento da cultura jurídica do Antigo Regime, mobilizando estrategicamente as diferentes vias institucionais de acordo com seus interesses.

O estudo comparativo das comarcas revelou dinâmicas espaciais e temporais distintas na absorção desses homens pelo sistema de defesa. Enquanto no Rio das Mortes as milícias estruturaram-se em grandes comandos unificados a partir de 1775, impulsionadas pela densidade demográfica e integração regional, em São Paulo a institucionalização das tropas de cor ocorreu de forma mais tardia e em proporções numericamente inferiores. Apesar dessas distinções, em ambas as comarcas o circuito das petições se destaca. A via do governador absorvia as demandas de urgência e do cotidiano, como os pedidos de criação de companhias e as isenções do serviço militar. Estas isenções eram vitais, pois o tempo dedicado às obrigações da tropa afastava os milicianos de seus ofícios mecânicos, ameaçando o sustento material de suas famílias. Por outro lado, o acionamento do Conselho Ultramarino destinava-se à validação régia das cartas-patentes, garantindo a consolidação definitiva do status alcançado nas esferas locais.

Nesse processo, a qualidade desponta como uma categoria social dinâmica. Como pontua Silva (2025: 60), em fins do século XVIII, o processo de mudança de status na escravidão "*acenava na direção do aumento da diversidade e da complexificação de hierarquias entre crioulos e africanos*". Os terços de homens de cor se convertiam em instituições que "*ora ganhavam novos*

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

significados na vastidão da América Portuguesa, ora tendiam a se tornar disfuncionais". Essa dinâmica evidencia-se pelas tensões suscitadas quando os governadores das capitanias precisavam aplicar as normativas emanadas da metrópole. Enquanto a Coroa buscava expandir o acesso às honras, as autoridades locais — a exemplo de Franca e Horta — reagiam ao não aplicar esta prática, incomodadas com a equiparação de alfaiates e sapateiros pardos às posições de comando. A situação de duplicidade vivida por esses oficiais, que atuavam como braços armados, mas eram simultaneamente alvos do temor, revela as contradições do sistema.

Em última instância, a milícia parda operava como uma via de mão dupla na colônia. Para a Coroa, representava o mecanismo de transformar o ônus da crescente população livre e liberta em utilidade para a tranquilidade pública e para a defesa das fronteiras. Para os homens de cor, por sua vez, as milícias e ordenanças funcionaram como o principal motor de enraizamento e mobilidade social. A confirmação de uma patente era o reconhecimento de que a defesa do Reino poderia converter súditos rotulados como "abjetos" em vassalos valorizados, permitindo-lhes traduzir sua utilidade militar em direitos. A patente militar atuava, portanto, como uma ferramenta de nobilitação civil e reabilitação de status. Ao obter a chancela régia, o oficial operava uma transmutação simbólica que o afastava da "*mancha de cativeiro*" e da "*vileza*" dos ofícios mecânicos, revestindo-se de uma pele social que alterava sua percepção pública e legitimava, de forma incontestável, a sua liberdade e distinção na sociedade estamental.

Documentação citada

Arquivo Histórico Ultramarino. (1772, 30 de julho). [Representação da Câmara de São João del Rei]. Projeto Resgate, Minas Gerais (Cx. 107, Doc. 27), Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.

Arquivo Histórico Ultramarino. (1796, 20 de outubro). [Carta-patente de Paulo Antonio de Faria]. Projeto Resgate, Minas Gerais (Cx. 180, Doc. 58), Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.

Arquivo Histórico Ultramarino. (1801, 18 de novembro). [Portaria do Quartel-General de São Paulo]. Projeto Resgate, São Paulo (Cx. 56, Doc. 4600), Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.

Arquivo Histórico Ultramarino. (1806, 25 de junho). [Ofício do governador Franca e Horta ao Secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos]. Projeto Resgate, São Paulo (Cx. 56, Doc. 4600), Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.

Arquivo Histórico Ultramarino. (1806, 22 de dezembro). [Parecer do governador Antônio José da Franca e Horta sobre Manuel de Alvarenga Braga]. Projeto Resgate, São Paulo (Cx. 56, Doc. 4600), Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Arquivo Histórico Ultramarino. (s.d.). [Carta-patente de miliciano]. Projeto Resgate, Minas Gerais (Cx. 150, Doc. 46), Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.

Arquivo Público do Estado de São Paulo. (1788, 22 de agosto). [Requerimento de Floriano José da Silva]. Maço 1.1 (Doc. 234), Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Arquivo Público do Estado de São Paulo. (1788, 26 de outubro). [Requerimento de Serafim Miguel dos Anjos]. Maço 1.1 (Doc. 234), Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Arquivo Público do Estado de São Paulo. (1796, 4 de maio). [Requerimento de Francisco José dos Santos]. Secretaria de Governo (SEGOV, C0275, 1.1.239), Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Arquivo Público do Estado de São Paulo. (1797). [Requerimento de Manuel Vicente]. Secretaria de Governo (SEGOV, C0276, Doc. 1.1.245), Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Arquivo Público Mineiro. (1798, 8 de fevereiro). [Requerimento de Francisco da Costa Monteiro]. Secretaria de Governo (Cx. 37, Doc. 13), Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Brasil.

Arquivo Público Mineiro. (1804, 26 de janeiro). [Requerimento de Miguel Teixeira da Silva]. Secretaria de Governo (Cx. 59, Doc. 34), Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Brasil.

Arquivo Público Mineiro. (1805, 20 de julho). [Requerimento de João dos Santos Cabral]. Secretaria de Governo (Cx. 65, Doc. 54), Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Brasil.

Arquivo Público Mineiro. (1805, 27 de novembro). [Requerimento de Manuel do Nascimento]. Secretaria de Governo (SG, Cx. 66, Doc. 31), Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Brasil.

Referências Bibliográficas

Almbjär, M., (2019). The problem with early-modern petitions: safety valve or powder keg?. *European Review of History: Revue européenne d'histoire, v. 26, n. 6, 1013-1035 pp.* Abingdon, Reino Unido.

Arrieta Alberdi, J., (1996). Justicia, gobierno y legalidad en la Corona de Aragón del siglo XVII. *Estudis: Revista de historia moderna, n. 22, 217-248 pp.* Valencia, Espanha.

Bacellar, C. de A. P., (2008). Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. Locus: revista de história, v. 14, n. 1, 113-132 pp. Juiz de Fora, Brasil.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Bacellar, C. de A. P., (2015). As listas nominativas de habitantes da capitania de São Paulo sob um olhar crítico (1765–1836). Anais de História de Além-Mar, v. XVI, 313-338 pp. Lisboa, Portugal.

Bellotto, H. L., (1979). *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas. São Paulo, Brasil.

Cotta, F. A., (2002). Os terços de homens pardos e pretos libertos: mobilidade social via postos militares em Minas do século XVIII. *Mneme: Revista de Humanidades, v. 3, n. 6, 77-78 pp.* Caicó, Brasil.

Cotta, F. A., (2004). *No rastro dos Dragões: políticas da ordem e o universo militar nas Minas setecentista*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Brasil.

Cotta, F. A., (2005). O "sistema militar corporativo" na América Portuguesa. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. CHAM. Lisboa, Portugal.

Cotta, F. A., (2010). *Negros e mestiços nas milícias da América Portuguesa*. Crisálida. Belo Horizonte, Brasil.

Crispin, A. C. T., (2011). *Além do acidente pardo: os oficiais das milícias pardas de Pernambuco e Minas Gerais (1766–1807)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, Brasil.

Cruz, M. D. da, (2015). A nomeação de militares na América portuguesa: tendências de um império negociado. *Varia Historia, v. 31, n. 57, 673-710 pp.* Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Brasil.

Fernandes, R. S., (2023). "Na real presença de vossa majestade": as petições ultramarinas e a governação colonial (século XVIII). *Revista de História, n. 182, Artigo a00123.* Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

Ferreira, G. de A., (2024). Estratégias de mobilidade social para oficiais pretos forros na América Portuguesa: da segunda metade do século XVIII ao início do XIX. *Aedos, v. 16, n. 35, 86-109 pp.* Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.

Fonseca, C. D., (2011). *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Editora UFMG. Belo Horizonte, Brasil.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Gomes, J. E. A. B., (2009). *As milícias d'El Rey: Tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, Brasil.

Guedes, R., (2007). Escravidão e cor nos censos de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX). *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas, v. 10, n. 18, 489-518 pp.* Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, Brasil.

Guedes, R., (2006). Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (Sécs. XVII-XIX). *Topoi*, v. 7, n. 13, 379-423 pp. Rio de Janeiro, Brasil.

Hespanha, A. M., (1993). *La gracia del derecho: Economía de la cultura en la Edad Moderna*. Centro de Estudios Constitucionales. Madrid, Espanha.

Hespanha, A. M., (2001). A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: Bicalho, M. F., Gouvêa, M. de F., e Fragoso, J., (2001), (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Brasil.

Hespanha, A. M., (2010). *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. Annablume. São Paulo, Brasil.

Hespanha, A. M., (2012). *A cultura jurídica europeia: síntese de um milénio*. Almedina. Coimbra, Portugal.

Hespanha, A. M., (2015). *Como os juristas viam o mundo. 1550-1750: direitos, estados, pessoas, coisas, contratos, acções e crimes*. Edição do Autor. Lisboa, Portugal.

Kraay, H., Souza, A. B. de, e Alfagali, C., (2025), (Orgs.). *As milícias de homens de cor do Atlântico Sul: séculos XVII a XIX*. Editora FGV. Rio de Janeiro, Brasil.

Leonzo, N., (1979). *Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo: as milícias*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

Marta, M. M., (2013). *Em busca de honras, isenções e liberdades: as milícias de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro (meados do século XVIII e início do século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, Brasil.

Mattos, H., (2013). *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista — Brasil, século XIX*. 3. ed. rev. Editora da Unicamp. Campinas, Brasil.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Medicci, A. P., (2010). *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

Mello, C. F. P. de, (2006). Os corpos de ordenanças e auxiliares: sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa. *História: Questões & Debates, n. 45, 29-56 pp.* Editora UFPR. Curitiba, Brasil.

Monteiro, N. G., e Cosentino, F., (2017). Grupos corporativos e comunicação política. In: Fragoso, J., e Monteiro, N. G., (2017), (Orgs.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII, 1. ed., 434 pp.* Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Brasil.

Nubola, C., e Würgler, A., (2002), (Orgs.). *Suppliche e "gravamina": politica, amministrazione, giustizia in Europa (secoli XIV-XVIII)*. Il Mulino. Bologna, Itália.

Oliveira, F. G. de, (2020). *Cultura jurídica da liberdade: autos cíveis e petições envolvendo escravos e forros na cidade de São Paulo (século XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

Paiva, E. F., (1995). Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial. *Revista de História, n. 133, 49-57 pp.* Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

Paiva, E. F., (2013). Escravidão, dinâmicas de mestiçagens e o léxico ibero-americano: Slavery, miscegenation dynamics and the Latin American lexicon. *Perspectivas: Journal of Political Science, v. 10, 11-24 pp.* Évora, Portugal.

Precioso, D., (2011). *Legítimos vassalos: pardos livres e forros na Vila Rica colonial (1750-1803)*. Cultura Acadêmica. São Paulo, Brasil.

Raminelli, R., (2012). Impedimentos da cor: mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. Varia Historia, v. 28, n. 48, 699-723 pp. Belo Horizonte, Brasil.

Russell-Wood, A. J. R., (2000). 'Acts of Grace': Portuguese Monarchs and their Subjects of African Descent in Eighteenth-Century Brazil. *Journal of Latin American Studies, v. 32, n. 2, 307-332 pp.* Cambridge, Reino Unido.

Silva, A. de M., e Bluteau, R., (1789). *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro, v. 2, 196 pp.* Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira. Lisboa, Portugal.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Silva, L. G., (2013). Gênese das milícias de pardos e pretos na América Portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. *Revista de História, n. 169, 111-144 pp.* Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

Silva, L. G., (2025). Mestres de campo afrodescendentes da América Portuguesa: escravidão e instituição militar (1658-1796). In: Kraay, H., Souza, A. B. de, e Alfagali, C., (2025), (Orgs.). *As milícias de homens de cor do Atlântico Sul: (séculos XVII a XIX)*. FGV Editora. Rio de Janeiro, Brasil.

Slemian, A., (2023). Entre graça e direitos: apontamentos sobre como entender as petições na América Portuguesa, século XVIII. *Almanack, n. 34.* Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, Brasil.

Souza, A. B. de, Alfagali, C., e Kraay, H., (2025). Introdução: as milícias de homens de cor: historiografia e legislação. In: Kraay, H., Souza, A. B. de, e Alfagali, C., (2025), (Orgs.). *As milícias de homens de cor do Atlântico Sul: (séculos XVII a XIX)*. FGV Editora. Rio de Janeiro, Brasil.

Souza, F. P. de, (2011). *Milicianos pardos em São Paulo: cor, identidade e política (1765-1831)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Brasil.

Souza, F. P. de, (2018). *Pardos livres em um campo de tensões: milícia, trabalho e poder (São Paulo, 1797-1831)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

Zaret, D., (2019). Petition-and-Response and Liminal Petitioning in Comparative/Historical Perspective. *Social Science History, v. 43, n. 3, 431-451 pp.* Cambridge University Press. Durham, Estados Unidos.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Fabiane Silva Peruzzo

É historiadora e mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Atualmente, desenvolve pesquisa acadêmica com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Com experiência em História do Brasil Colônia, dedica-se ativamente à análise de documentação manuscrita dos séculos XVIII e XIX. Seus interesses de pesquisa concentram-se na história social e política do Império luso-brasileiro, investigando o uso estratégico de petições nas dinâmicas de comunicação política na América Portuguesa.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

"E ASSIM TEM OBRADO AS *COUZAS* NESTA TERRA": CONFLITOS LOCAIS E PERSPECTIVAS DE JUSTIÇA (SÃO SEBASTIÃO, INÍCIO DO SÉCULO XVIII)

"Y ASÍ SE HAN OBRADO LAS COSAS EN ESTA TIERRA": CONFLICTOS LOCALES Y PERSPECTIVAS SOBRE LA JUSTICIA (SÃO SEBASTIÃO, PRINCIPIOS DEL SIGLO XVIII)

"AND THUS MATTERS WERE CONDUCTED IN THIS LAND": LOCAL CONFLICTS AND PERSPECTIVES ON JUSTICE (SÃO SEBASTIÃO, EARLY EIGHTEENTH CENTURY)

Fechina, I.
Universidade de Brasília
isabelafechina@gmail.com

RESUMO

Este artigo discute os múltiplos interesses em conflito na sociedade colonial em torno do "fazer justiça". A partir da perspectiva do religioso Frei Caetano da Purificação analisa-se um caso ocorrido no final de 1722, na vila de São Sebastião, na capitania régia de São Paulo. Após denunciar um desacato ocorrido na igreja do convento de Nossa Senhora do Amparo, o Frei recorreu ao governador e capitão-general, recém-nomeado ao cargo, para relatar o seguinte problema: as autoridades responsáveis por conduzir as devassas (inquéritos) sobre o caso estavam nele envolvidas e procuravam, supostamente, encobrir os fatos, agindo, assim, de maneira injusta aos olhos do religioso. Pouco discutido pelo Frei foi o desacato em si: a entrada violenta do juiz ordinário e do sargento-mor nos corredores da igreja para lá prender um escravizado em possível fuga de outra vila. Por meio de um exercício de tensionamento da documentação, o trabalho busca apresentar e analisar os possíveis interesses dos agentes coloniais encarregados da administração da justiça, entre eles: um religioso franciscano; um sargento-mor, e seu filho juiz ordinário; e um governador e capitão-general. Em última instância, questiona-se: como se construíam as legitimidades do "fazer justiça" em uma vila colonial?

PALAVRAS-CHAVE: Justiça, Conflitos, Clero Regular, São Paulo colonial, Estudo de caso.

RESUMEN

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Este artículo discute los múltiples intereses en conflicto en la sociedad colonial en torno al "hacer justicia". Desde la perspectiva del religioso Fray Caetano da Purificação, se analiza un caso ocurrido a finales de 1722 en el pueblo de São Sebastião, en la capitanía regia de São Paulo. Tras denunciar un desacato ocurrido en la iglesia del convento de Nossa Senhora do Amparo, el fraile apeló al gobernador y capitán general, recientemente nombrado para el cargo, para informarle del siguiente problema: las autoridades encargadas de la investigación estaban implicadas y supuestamente intentaban encubrir los hechos, actuando así, desde la perspectiva del religioso, de manera injusta. Poco discutió el fraile sobre el desacato en cuestión: la entrada violenta del juez ordinario y el sargento mayor en los pasillos de la iglesia para arrestar a una persona esclavizada que posiblemente huía de otro pueblo. Mediante un ejercicio de tensionamiento de lo dispuesto en la documentación, este trabajo busca presentar y analizar los posibles intereses de los agentes coloniales encargados de la administración de la justicia, entre ellos: un religioso franciscano; un sargento mayor y su hijo, el juez ordinario; y un gobernador y capitán general. En definitiva, la pregunta es: ¿cómo se construía las legitimidades del "hacer justicia" en un pueblo colonial?

PALABRAS CLAVE: Justicia, Conflictos, Clero Regular, São Paulo colonial, Estudio de caso.

ABSTRACT

This article discusses the multiple conflicting interests within colonial society surrounding the administration of justice. Drawing on the perspective of the friar Caetano da Purificação, it analyzes a case that took place in late 1722 in the town of São Sebastião, within the royal captaincy of São Paulo. After reporting an act of disrespect that occurred in the church of the Convent of Nossa Senhora do Amparo, the friar appealed to the recently appointed governor and captain-general to describe the following problem: the authorities responsible for conducting the inquiries into the case were themselves involved in it and were allegedly attempting to conceal the facts, thereby acting unjustly in the eyes of the religious official. The act of disrespect itself received little attention from the friar: the forceful entry of the ordinary judge and the sergeant major into the church corridors in order to arrest an enslaved man who may have been fleeing from another town. By critically interrogating the documentary evidence, this study seeks to identify and analyze the possible interests of the colonial agents responsible for the administration of justice, including a Franciscan friar; a sergeant major and his son, who served as ordinary judge; and a governor and captain-general. Ultimately, the article asks: how was the legitimacy of administering justice constructed in a colonial town?

KEYWORDS: Justice; Conflicts; Regular Clergy; Colonial São Paulo; Case Study.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Introdução: um Frei, um juiz e um sargento entre desacatos e devassas (São Sebastião, 1722)

Havia pouco mais de um ano que o governador e capitão-general Rodrigo César de Menezes tomara posse do cargo na capitania régia de São Paulo quando, em outubro de 1722, o Frei Caetano da Purificação, franciscano atuante no convento de Nossa Senhora do Amparo da vila de São Sebastião lhe enviou um ofício se apresentando e se colocando como um agente colonial atento aos recentes ocorridos[1]. O ofício remetido dedica alguns parágrafos para parabenizar o recém-iniciado governo de Rodrigo, que vinha "atraindo a benevolência e amor comum", como alguém "severo e altivo", mas também "afável e benévolo" a "todos que se acolhem a buscar o seu abrigo e amparo". O religioso franciscano reconhecia o governador como alguém que experimentava "tão prósperos sucessos porque as atenções às Leis divinas hão sido seus primeiros cuidados".

Localizada no litoral norte da capitania de São Paulo, a vila de São Sebastião teve sua origem remota na doação das oitenta léguas de costa que D. João III concedeu e a Pero Lopes de Souza na chamada capitania donatária de Santo Amaro em formato de sesmaria (Almeida, 1958). A vila foi fundada em 1636, como consequência do avanço da colonização dos lotes de terra a partir de 1600, não sem uma forte atuação indígena, sobretudo tupinambá, cujos "acampamentos" praianos, tidos como embrionários dos sítios e caminhos de ocupação entre o continente e a ilha, eram protegidos por alguns morros (Giansella, 2012).

Anos mais tarde, a vila estava inserida na capitania régia de São Paulo, criada em 1709, cuja ouvidoria da região já existia desde 1699 (Pegoraro, 2022). Nela, destaca-se a produção de açúcar, com poucos engenhos, mas com escravaria considerável por parte das primeiras gerações de povoadores, acompanhada da extração do óleo de baleia, como elementos que compunham a economia local (Fernandez, 1992). Situada entre Santos e o Rio de Janeiro, portanto entre dois importantes portos coloniais, São Sebastião também funcionava como (des)caminho do ouro advindo das regiões auríferas de Minas Gerais. Conforme Antônio Paulino de Almeida, quando o governador e capitão-general Rodrigo César de Menezes assumiu o governo da capitania em 1721, os moradores de São Sebastião "intentavam fazer experiências por descobrimento de ouro", e por isso o governador publicou uma norma proibindo tal empreitada, ao que logo a monarquia portuguesa mandou retirar para incentivar essas expedições. Segundo esse autor, bem longa foi a correspondência trocada entre as autoridades coloniais a respeito dos descaminhos do ouro por meio de São Sebastião ao longo do XVIII (Almeida, 1958, p. 445).

[1] Frei Caetano da Purificação. (1722). Secretaria de Governo da Capitania. Grupo 1G7- Negócios Eclesiásticos, Pasta 1.1.13. Documento 14. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo. Com exceção da passagem que intitula este artigo, a transcrição de todas as demais citações às fontes tiveram suas grafias atualizadas para melhor fluidez na leitura.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

No espaço das Minas Gerais e da capitania de São Paulo, a lógica dos sertões coloniais com territórios de mandos e potentados em constantes conflitos em torno da exploração aurífera, da mão de obra escravizada indígena e africana, e dos contrabandos também eram aspectos que se relacionavam à formação das alianças, redes de clientela e solidariedades. Segundo Adriana Romeiro, em contraposição a um universo de pactos políticos idealizados, o levante entre paulistas e emboabas (agentes de outras capitanias que buscavam o sonho de um Eldorado) entre 1707 e 1709, alguns anos antes do caso aqui analisado, expunha "os tênues fios da delicada urdidura que vinculava uma região tão remota, localizada na periferia do Império, ao centro de poder" (Romeiro, 2008, p. 318). Além disso, deixou um legado que não somente marcou as populações locais à época, mas também gerou uma mítica que perdurou na historiografia, conhecida como "legenda negra" que delega aos paulistas um perfil típico de rebeldes, insolentes e insubmissos ao poder da coroa (Romeiro, 2008, p. 319)[2].

A documentação aqui trabalhada foi remetida de dois conventos franciscanos do litoral paulista. Em outubro, o ofício do Frei foi enviado do convento de Nossa Senhora do Amparo, e em dezembro, o mesmo religioso encaminhou sua correspondência do convento de Santo Antônio da vila de Santos[3]. Assim, ressalta-se a relevância franciscana na região. Argumenta-se que a dimensão religiosa, completamente associada à dimensão político-econômica de São Sebastião nesse momento de avanço colonial merece destaque.

De forma oficial, a ordem franciscana passou a realizar missões na colônia a partir de 1585, sob solicitação da monarquia espanhola, mas também a pedido do capitão-mor de Pernambuco, uma vez que Olinda seria o local de instalação desses frades, na Custódia de Santo Antônio do Brasil – dependente da Província de Santo Antônio de Portugal –, de onde partiriam para outras localidades (Sabeh, 2014, p. 140 e Miranda, 1969, pp. 75 e 76). As fundações da Província se dividiam em custódias. Faziam parte da Custódia da Imaculada Conceição os conventos do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Itanhaém e São Sebastião, cuja sede custodial e posteriormente provincial era o convento do Rio de Janeiro (Miranda, 1969, p. 84). Os conventos de Santos e de São Sebastião eram relativamente próximos e com uma relação antiga, estabelecida ainda no século XVII. Em maio de 1664, o convento de Nossa Senhora do Amparo da vila de São Sebastião contava com 3 sacerdotes, 1 leigo e 3 donatos, 24 escravizados, 4 vacas e um touro (Almeida, 1958). Tratavam-se de espaços franciscanos dedicados a muito mais do que devoção e atividades espirituais.

Sobre a relação entre espaço físico e religião para a vila de Santos, Barbosa sintetiza:

[2] Sobre esse aspecto ver: SOUZA, L. M. (2000). Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea. *Revista de História*, [S. l.], n. 142-143, p. 261-276, 2000. https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18902.

[3] Respectivamente: Frei Caetano da Purificação. (1722). Secretaria de Governo da Capitania. Grupo 1G7-Negócios Eclesiásticos, Pasta 1.1.13. Documento 14. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo; e *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo: Correspondência e papéis avulsos de Rodrigo Cezar de Menezes, 1721-1728* (Vol. 32). (1901). São Paulo: Typographia Andrade & Melo. p. 250.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

> os templos atuaram como agente modelador e estruturador do lugar, conferindo uma razão e uma forma de ser. A razão de ser atribuiu um conceito predominantemente religioso e ritualístico aos espaços das cidades, enquanto a forma de ser atribuiu maior referência aos locais sagrados, o têmenos [o local reservado para práticas religiosas, na Antiguidade Clássica] rituais e cultos, muitas vezes cercado por uma delimitação que o separava do restante do território, e raros elementos da simbologia cristã nas áreas comuns. Em Santos, essa característica se manifesta na disposição dos Conventos do Carmo, Santo Antônio e do Mosteiro de São Bento, os quais exibem uma organização espacial distintiva que assume a forma geométrica de um triângulo. Esse arranjo arquitetônico, para além de estabelecer uma harmonia estética com o ambiente urbano circundante, possui uma dimensão sagrada que remete a um dos pilares fundamentais da fé católica, a Santíssima Trindade (Barbosa, 2024, p. 280).

Essa consideração ajuda a entender não somente a configuração dos espaços de manifestação e realização do sagrado visualmente, mas também em termos de importância e valorização para os freis, sobretudo em momentos em que estes espaços sagrados eram desrespeitados, como no caso relatado pelo Frei Caetano da Purificação. Em adição a isso, é possível pensar: e se o escravizado estivesse em asilo no convento? Não estariam os oficiais violando o direito de asilo? Apesar de o caso dizer respeito a um convento e não a uma igreja comum, e também que São Paulo somente veio a ter um bispado em 1745[4], é possível traçar um paralelo com o que Patrícia Santos discute a respeito do Juízo Eclesiástico para a vila de Mariana. Ela pontua que "o direito de asilo foi mais um ponto controverso no exercício da justiça eclesiástica. De acordo com as Ordenações o ordinário poderia atuar no crime de réu leigo se o delinquente, em fuga, se asilasse no espaço da igreja, alcançando a imunidade" (Santos, 2013, p. 145). Não era válido para todos os casos, muito menos os mais graves e dolosos, e também é difícil delimitar as condições do direito ao asilo em casos nos quais o asilado fosse um escravizado. Porém, é interessante ter esse horizonte em mente para pensar, inclusive, que o fugitivo podia ter escolhido estrategicamente aquele local, sabendo de uma garantia, ainda que temporária, de segurança em meio a sua fuga.

Volta-se ao documento. Por tratar-se de um período no qual "cruz e coroa" estão intimamente associados, o Frei Caetano via-se autorizado de "avisá-lo [o governador] das barbaridades com que alguns deste povo, perdido o temor de Deos, obram como quem o não conhece, nem houvesse Governadores, que zelam a Lei Divina". Quando se pensa nessa associação entre os poderes eclesiástico/religioso e político, isto é, no direito de Padroado concedido no século XVI a Portugal, advindo de sucessivas bulas papais que "outorgaram às Coroas ibéricas a

[4] Sobre o bispado de São Paulo ver: ZANON, D. (1999). *A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo (1745-1796)*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas].

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

prerrogativa de cuidar do estabelecimento da fé católica nos territórios por elas alcançados", deve-se considerar a maneira como esses direitos foram concedidos "para que as condições práticas para a conservação, reprodução e expansão da cristandade, frente às críticas impostas pelo protestantismo crescente, ficassem garantidas após as conquistas territoriais, ou que as possibilitassem" (Xavier & Olival, 2018, pp. 128 e 129).

Embora não tenha sido possível conhecer melhor a formação e a trajetória do Frei Caetano da Purificação devido à ausência de documentação a esse respeito, as suas palavras Frei Caetano da Purificação explicitam que a conformidade entre a monarquia portuguesa e a Igreja católica se manifestava de múltiplas formas, seja na construção da cristandade e do Estado nos espaços coloniais, seja na gerência dessas dimensões na vida material das pessoas. Na América portuguesa, por exemplo, tinha-se a criação de igrejas, a dotação de templos e mosteiros, a nomeação e o provimento do sustento de eclesiásticos, a cobrança do dízimo, entre outros (Gatti, 2021, p. 13). Segundo aponta Luiz Antonio Sabeh, o aspecto da missionação ou da evangelização orientados à salvação decorrem de que as missões quinhentistas e seiscentistas representavam um ambicioso projeto teológico-político de "devolução, ao Reino de Cristo, daqueles que Ele mesmo havia criado". Sendo assim, conforme o autor, "as missões contavam com a associação da Igreja com as Coroas ibéricas e, no processo expansionista dessas, a incorporação territorial significava a conquista espiritual das novas terras", ou seja, proporcionavam uma construção de bases teológica-política-jurisdicionais comuns (Sabeh, 2019, p. 21).

Essas bases autorizam o Frei a denunciar determinadas autoridades políticas ao seu redor, que estavam "violando o Convento, fiados só na sua ousadia", "obrando o que querem contra as Leis Humanas e Divinas". A justiça e a política na terra deveriam ser reflexos da justiça divina, e não era o que, para o religioso franciscano, vinha ocorrendo em São Sebastião. Esta vila teve seu convento fundado em 1658, enquanto a fundação do convento em Santos data de 1639 (Sousa, 2007, p. 272; Cintra, 2017; Barbosa, 2007, p. 360). O início da atuação franciscana ali decorreu do vazio deixado pelos jesuítas, que estavam em conflito com as autoridades locais e por elas foram expulsos, ficando proibidos de entrarem nessa vila entre 1640 e 1653 (Monteiro, 1994).

A tônica da formação franciscana, regrada sobretudo pelos "Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil" (1709) era a busca por um retorno às origens da ordem, ou seja, a um caráter mendicante em que os espaços dos franciscanos seriam dotados apenas de patrimônio adquirido por doações de devotos e de amigos da comunidade. É evidente que, em uma sociedade em constante busca por ascensão social legítima, a educação[5] dentro do espaço conventual, com

[5] Pode-se relacionar educação à letramento e formação educacional. A esse respeito, os espaços franciscanos eram reconhecidos pelas suas bibliotecas, apesar dos desafios para sua formação no universo colonial. Há um levantamento sobre o acervo bibliotecário do convento da Bahia, que, entre 1746 e 1748 chegou a ter 122 livros. Não foram acessados os dados para o convento de São Sebastião, mas é interessante notar como o assunto era relevante para o universo conventual. Sobre isso ver: Almeida, M. A. de. (2006). Portugueses, baianos e pernambucanos: os franciscanos da Província de Santo Antônio do Brasil em época de transição. *Clio: Série*

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

incentivo à disciplina e à instrução moral mais elevada, se apresentava como um caminho interessante para muitas famílias das elites coloniais (Cordeiro, 2023; Hespanha, 2006; Almeida, 2006). Esse fundo moralizante, mas também a erudição do religioso, aparece nas elaborações do Frei Caetano da Purificação no trato com as autoridades locais. Ele prossegue sua correspondência fazendo a seguinte associação: "mas como todas as Religiões tem o Amparo dos Santos grandes e a nossa o tem achado na pessoa de Vossa Excelência [o governador], pois sempre se mostrou do Patriarca dos pobres [São Francisco de Assis] e de seus filhos muito devoto".

Traços da formação educacional franciscana também aparecem no trecho no qual o Frei Caetano da Purificação cita em latim, possivelmente em referência à obra ciceroniana, algo que supostamente Marco Túlio teria dito à Júlio César[6]: "*Eximium quandam gloriam dignitatemque, ac rerum gestarum magnitudinem ce apported in eo, quem hois ignoti in illis suffragantis meritis honore afficiant*". Isso se traduz para algo como "certa glória e dignidade extraordinárias, e a grandeza das coisas realizadas, àquele a quem mesmo desconhecidos dão honra pelos seus méritos". O intuito da passagem é evidente: marcar que ao governador caberia glória em retribuição aos seus grandes feitos.

O assunto principal da correspondência vem após mais uma referência, talvez a mais importante de todo o preâmbulo. Questiona o Frei o seguinte: a quem mais ele pediria apoio se não ao governador? E logo responde: Porque posto Jesus Cristo no cenáculo[7], mandou que seus discípulos comprassem espadas, ainda que fosse a troco de venderem as túnicas porque a compra de espadas proporcionaria a justa defesa do Colégio Apostólico[8]. Contudo, quando da ocasião do maior conflito, Cristo manda recolherem as espadas, "porque não montão espadas quando ódio é refinado, que podiam fazer espadas penetrantes contra um ódio empenhado contra Cristo". Para o Frei, essa passagem ensinava que "importa termos espadas para defender a casa de Deos, quando o ódio desta gente é tão refinado que lhe não tem temor, nem aos Ministros de El-Rey, e ainda a uns pobres franciscanos que não tem mais armas que a Santa pobreza".

O tom da correspondência era de denúncia. Entre muitas referências, o religioso queixa-se da ameaça que sofria a casa de Deus, ou seja, a Igreja, por parte de grupos que aos olhos do Frei Caetano da Purificação não temiam os Ministros de El-Rey, isto é, os oficiais. Diante dessa situação de ódio generalizado, os franciscanos viam-se indefesos, ou ao menos traziam a santa pobreza e humildade como apelo figurativo ao governador e capitão-general. Preâmbulo feito, tom do ofício construído. O Frei partiu em seguida para narrar ao Rodrigo César de Menezes o

História do Nordeste, 22, 307-345. https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/24824/20097

[6] Inclusive, ao longo da documentação o Frei a todo tempo faz analogias entre Júlio "César" e Rodrigo "César".
[7] Cenário da Santa Ceia no Monte Sião, foi o local da instituição da Eucaristia.
[8] Essa passagem está na Bíblia; Lucas 22:36. Ver: *Bíblia Sagrada*. (n.d). Brasília: Edições CNBB.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

que ocorrera no convento de Nossa Senhora do Amparo e quem eram os agentes que tanto o atacavam naquela vila de São Sebastião[9].

Disse ele que o seu Prelado[10] havia ido à Matriz pregar a palavra de Deus quando se encontrou com um grupo de homens que agiam a mando do juiz Thomé Gomes. Eram eles: Antonio Moreira, João Pereira, Domingos da Motta, Thomaz Horado e um escravizado chamado Batista de André Nobre. Na visão do Frei Caetano, esses homens não eram "Ministros da Justiça", e sim "amotinadores do povo e de discórdias". Esse conjunto de pessoas, segundo disse o religioso nesse relato de outubro de 1722, foi à São Sebastião, adentrou o cruzeiro da igreja do convento "com tanta ousadia" com intuito de prender um escravizado[11] que vinha de Taubaté.

O religioso afirmava que esse escravizado estava recolhido na igreja e não era um criminoso. Contudo, como na visão do Frei Caetano o juiz Thomé Gomes era "ambicioso": ele tentou esfaquear o rapaz na portaria do convento e se não fosse a pressa com que agiu o religioso, poderia ter ocorrido uma fatalidade. Nesse momento, o religioso explica que falou ao grupo que deveriam buscar orientação ao governador e capitão-general, ao que responderam "que erão mandados do Juiz" e que onde o escravizado tivesse, eles deveriam buscá-lo. Tendo em vista as lógicas escravistas que embasavam dinâmicas de propriedade de um homem pelo outro, estaria o juiz Thomé Gomes legitimado a entrar na igreja para prender, ou até mesmo matar, o escravizado? Estaria o escravizado em fuga, se recolhendo na igreja? Teria ou não o escravizado cometido um crime, para além da afirmação do Frei de que não era criminoso?

A parte seguinte do ofício fornece alguns indícios a esse respeito. O Frei Caetano da Purificação comentou que tudo que se passava naquela vila era feito a mando do juiz Thomé Gomes e de seu pai, o sargento-mor Manuel Gomes Marzagão, "assim se tem obrado as *couzas* nesta terra". A título de exemplo, o Frei coloca duas ocasiões.

A primeira delas foi que o governador e capitão-general havia escrito ao juiz a respeito do "nosso" escravizado que vinha de Taubaté à São Sebastião, e que, por causa do juiz, os franciscanos não conseguiram mantê-lo por perto. Porém, que o juiz mandava dizer coisas ao governador enquanto fazia outras. O termo "nosso" permite a hipótese: estaria o escravizado vindo de outro espaço franciscano da vila vizinha, no caso, Taubaté? É possível supor que sim, porque há outro documento[12], remetido pelo Frei Agostinho de Santa Catharina em julho de 1722, no qual ele narra para o governador e capitão-general a fuga de um escravizado do convento de Santa Clara da vila e Taubaté, com auxílio do mesmo sargento-mor, Manuel

[9] Por mais que se tenha criado a ouvidoria de 1699, a qual o Frei também poderia ter recorrido, não há nenhuma menção a ela na documentação aqui trabalhada.
[10] Prelado segundo Bluteau é um "superior na Ordem Echlesiastica secular, ou regular". Bluteau, R. (1789). *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro* (Vol. 2). Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira. p. 234.
[11] Como o Frei utilizou o termo "mulato" para se referir a esse sujeito, não se sabe exatamente a condição dele. Podendo ser livre, liberto ou escravizado, embora seja possível supor uma passagem pela escravidão.
[12] Frei Agostinho de Santa Catharina. (1722). Secretaria de Governo da Capitania. Grupo 1G7- Negócios Eclesiásticos, Pasta 1.1.13. Documento 10. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Gomes, que o ajudava "por ser a mulher do dito *mulato* parenta sua". O Frei Agostinho havia ouvido dizer que o escravizado estava na vila de São Sebastião, na casa do sargento-mor. A documentação não permite atestar que se trata do mesmo escravizado, apesar de ser uma hipótese interessante. De toda forma, estava posto o conflito de interesses em torno do *dominium* do escravizado, no qual de um lado estavam os oficiais da justiça, e do outro, os religiosos franciscanos; e, no limite destes, o interesse do escravizado.

Isso leva à segunda ocasião narrada pelo Frei Caetano da Purificação. Segundo ele, o escravizado tinha o juiz de mãos atadas ("tem nó da sua mão"), porque em outra região, após passagem na casa do Reverendo Vigário, a mulher do escravizado, suposta parente do sargento (seu pai), portanto, também sua parente, estava recolhida na casa do capitão Domingos Lopes, "para que nós não a prendamos". Vê-se que entre as vilas de Taubaté e São Sebastião, esses grupos teciam redes de sociabilidade por meio de laços de parentesco[13], e entravam em conflitos nos quais os religiosos, por se verem afetados pelas situações, recorriam a um agente externo, no caso, o governador e capitão-general.

A mobilização de redes de sociabilidade pode ser vista também como estratégias de sobrevivência às pessoas escravizadas, juntamente com as fugas e a busca por alforrias. Em um universo na qual a escravidão se impunha dentro e fora dos conventos, e no qual tanto leigos como religiosos afirmavam seus direitos de propriedade sobre seus escravizados, é interessante como a fuga não chegou a ser enquadrada como crime propriamente, isto é, como um ato passível de punição pelas esferas da *res publica*. Waldomiro Silva Júnior, a partir do diálogo com Silvia Lara, pontua que as normas repressivas editadas para o universo luso-brasileiro não tinham como intuito acabar com as fugas, e sim "controlá-las e limitá-las a um nível aceitável para o funcionamento geral do 'sistema'" (Silva Júnior, 2009, p. 98; Lara, 1988). Ou seja, por mais indesejadas que fossem as fugas tanto para os leigos como para os religiosos que tinham propriedade escrava e exerciam o *dominium*, elas eram também em grande medida esperadas e corriqueiras, portanto, alvo também de movimentos e estratégias para a manutenção do poder sobre os escravizados[14].

Por que, no entendimento do Frei Caetano da Purificação, cabia ao governador e capitão-general Rodrigo César de Menezes, solucionar o conflito entre ele e as autoridades "amotinadoras"?

Uma possível resposta para esta pergunta está circunscrita no encerramento da correspondência do religioso ao governador. Nela, imbuído de mais referências humanistas típicas de sua

[13] Esses laços também se estabeleciam por meio da fé (compadrios) nas escravarias. Sobre esse assunto ver: Bacellar, C. A. P. (2011). Escravidão e compadrio em São Paulo colonial, século XVIII. In: Mónica Ghirardi; Francisco Chacón Jiménez. (Org.). *Dinámicas familiares en el contexto de los Bicentenarios Latinoamericanos*. (pp. 145-164). Córdoba, Argentina.

[14] Foge do escopo deste trabalho, porém, para pensar o papel dos missionários nos projetos teológico-políticos de tutela da sociedade colonial, bem como nas formulações e enquadramentos sobre a escravidão indígena e africana, ver: Zeron, C.A.M. (2011). *Linha de fé: a Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)*. São Paulo: EdUSP, 2011.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

formação franciscana, bem como de sua autoridade de narrador legítimo dos ocorridos, disse o Frei Caetano:

> E assim movido deste zelo cristianíssimo e reconhecendo em Vossa Excelência a o pronto socorro e zelo do serviço de Deus e de Sua Majestade Santíssima e de Nosso Padre São Francisco, nos receba debaixo de seu patrocínio; pois bem informado estará Vossa Excelência que estimou aqui vivendo ajudados da Divina Providência; que se Alexandre Magno, vendo a um soldado velho tremendo de frio e descalço, sem sapatos, e tomou nos braços e o pôs sobre o seu trono[15], tenho também fé que tomando estes pobres soldados de Cristo a Vossa Excelência por defensor, castigando a estes insolentes para que tenham temor de Deus e conhecimento que tem governador para os castigar; podemos com toda a confiança dizer que nos toma Vossa Excelência da sua mão, *tenim manus Dei erit nobiscum*[16].

O que está posto é uma chamada para ação desse agente externo, no caso o governador e capitão-general Rodrigo César de Menezes. Este era a autoridade máxima daquela capitania, construída não somente pelas atribuições de seu cargo[17] – que não envolviam necessariamente o recebimento de solicitações de religiosos – mas sobretudo por este ser embebido de caráter quase nobiliárquico, uma vez que fora nomeado pelo monarca. Ou seja, pontua-se que não somente os papéis políticos e administrativos que os governadores e capitães-generais desempenhavam eram relevantes no cotidiano da capitania régia de São Paulo, mas também o prestígio social garantido a eles. A esse respeito Nuno Gonçalo Monteiro destaca que:

> No equilíbrio local e regional dos poderes que se estabelecia nos territórios atlânticos da Coroa portuguesa, os governadores representavam a parcela mais 'imperial' dos protagonistas. Por isso se foi impedindo cada vez mais as elites locais de chegarem aos governos das conquistas, deixando-lhes quando muito algumas capitanias secundárias para as quais faltavam candidatos (Monteiro, 2005, p. 113)

Observa-se essa lógica na capitania régia de São Paulo que, segundo o autor, entre 1721 e 1748 e entre 1763 e 1811, dos quatorze governantes da capitania: 6 foram oriundos da 1 a nobreza, 5 foram fidalgos, 1 foi nobre e 1 foi "brasileiro" (Monteiro, 2005, p. 114). Dessa configuração,

[15] Não foi possível identificar de que obra clássica foi retirada essa passagem, mas supõe-se que de Plutarco, Arriano de Nicomédia ou Diodoro Sículo. A menção ao Alexandre Magno funciona como eficaz recurso retórico no trecho.
[16] O trecho em latim se traduz para algo como: "pois a Mão de Deus está conosco".
[17] Ver: Salgado, 1985, p. 243 e 244.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

entende-se o destaque daqueles que ocupavam esse cargo dentro da sociedade colonial e das dinâmicas administrativas, e de justiça, do império português.

Tanto a capitania régia de São Paulo como as capitanias donatariais que a originaram inseriam-se em uma lógica de colonização na qual existiam tarefas específicas para a monarquia e para os vassalos, os quais assumiam determinadas prerrogativas que os constituíram como elite local. A dinâmica de serviço e benefício que dizia respeito a essa lógica colonial moldou a forma como tais vassalos agiam nos mais variados espaços em troca de mercês por parte do reino. A distribuição de mercês por exemplo, por meio de sesmarias, era, conforme Rodrigo Ricupero "a forma de construir uma elite detentora de recursos [...], engajada e comprometida com o processo de ocupação e que fornecesse os quadros para administração colonial" (Ricupero, 2009, p. 23). As trocas de favores constituíam a relação política, e até mesmo de justiça, entre os membros do corpo social. Ainda, isso possibilitava uma espiral crescente de status social que envolvia grandes e pequenas personalidades, uma vez que as remunerações eram sempre proporcionais à importância do serviço e à noção de qualidade da pessoa que o realizava (Ricupero, 2009, p. 23).

Pergunta-se ainda: por que o Frei Caetano da Purificação se deixou afetar por toda essa situação envolvendo o escravizado, o sargento e o juiz? A partir do documento trabalhado, não é possível ir muito além no levantamento de hipóteses. O religioso possivelmente temia perder a posse do escravizado; também poderia não querer incorrências por parte desses oficiais no seu espaço de atuação, isto é, o convento de Nossa Senhora do Amparo da vila de São Sebastião.

O religioso relata que essa ocorrência teria deixado uma mancha de sangue na portaria do convento até dezembro[18], fato que retomou o Frei Caetano em outro ofício remetido ao governador e capitão-general Rodrigo César de Menezes, em tom de resposta. Isso indica que provavelmente em algum momento o governador retornou à correspondência de outubro com um pedido de detalhamento maior sobre a situação ocorrida, e foi o que fez o Frei.

A quase fatalidade do escravizado no convento, tal como narrada pelo religioso, foi causada pelo grupo de homens comandados pelo juiz Thomé Gomes. E para averiguar o caso, o sargento-mor, Manuel Gomes mandou que o próprio Thomé realizasse a devassa, ou seja, o inquérito. Além disso, em casos como esse, o direito mandava que fossem chamados como testemunhas[19] aqueles que tivessem presenciado o caso (ou ao menos ouvido falar sobre ele), algo que também não ocorreu. Conforme o relato do Frei, Thomé convocou parentes dos agressores e outros homens distantes da vila de São Sebastião, que não haviam presenciado o ataque. Isso, disse o religioso, "somente para que não / jurassem, contra aqueles, que ele tinha manda- / do". Caso essas testemunhas dissessem a verdade sobre o que tivessem ouvido sobre o caso, o juiz as "descompunha de palavras, ameaçando- / as com prisões". Dentre as pessoas

[18] A expressão "mancha de sangue" pode ser literal, mas também pode ser uma metáfora do Frei, indicando que a situação ainda não havia sido satisfatoriamente resolvida.
[19] Na documentação, o Frei não menciona nominalmente as testemunhas arroladas por Thomé Gomes, não sendo possível identificá-las em outros espaços.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

que sofreram com essas punições e ameaças, o Frei Caetano citou um homem chamado José Álvares. Assim, o religioso teceu a seguinte crítica: "tal é a terra, que se / prendem os homens por falar a verdade", dando a entender que naquela vila, a injustiça era tanta, que não se realizavam procedimentos tidos como básicos em situações assim, ou seja, corrompiam-se até mesmo as devassas.

Segundo o relato do Frei, o sargento-mor Manuel Gomes já estava em Santos, saindo de São Sebastião e a caminho de São Paulo, levando a devassa para o governador e capitão-general, embora não da forma correta. Ainda assim, tinha-se como objetivo verificar se alguém encobriu a verdade ou furtou-se à ação da justiça ou não; se houve "homiziado"[20] ou não. Dessa forma, segundo o religioso, seria possível que o governador visse "o / pouco cuidado, que põem em seguir as suas ordens, esta é a realidade que querem escurecer com presença / de Vossa Excelência".

Nesse segundo documento, a atenção do Frei não está tanto no que ele chamou de "desacato" ao convento de Nossa Senhora do Amparo, isto é, à ocasião na qual o juiz invadiu a igreja para prender o escravizado e tentou esfaqueá-lo. O franciscano prefere pormenorizar, ou mesmo denunciar, a forma como o caso foi intercedido por ações dos oficiais da justiça e da defesa, os mesmos juiz Thomé Gomes e sargento-mor Manuel Gomes. Volta-se à questão do conflito de interesses desses grupos que aqui podem ser apontados como rivais: os oficiais da justiça local e o religioso. Por um lado, tanto o juiz como o sargento possivelmente viam-se legitimados a não somente interceptar o convento em busca do escravizado, que possivelmente tinha conexões prévias com a sua família, como também a conduzir as investigações em vias de se isentarem de quaisquer culpas com relação a isso. Por outro, o Frei Caetano da Purificação via como injusta a maneira na qual o inquérito, a devassa, foi conduzida; via-se também, lesado pela intromissão desses agentes nas relações do convento para com o escravizado fugido.

Para encaminhar a análise desse conflito, tensionando ambos os lados e buscando apontar a construção das legitimidades do "fazer" justiça em uma vila colonial, realiza-se duas reflexões. Primeiramente, apresenta-se e discute-se a estrutura jurídico-administrativa da vila de São Sebastião, em específico, e da capitania de São Paulo e do império português em geral, com vias de compreender que papéis prestavam os personagens deste caso, isto é, o governador e capitão-general; o juiz ordinário e o sargento-mor. Nessa perspectiva, aponta-se a possibilidade de, na ocasião, esses agentes estarem agindo totalmente dentro das suas prerrogativas, ao contrário do que denunciava o Frei. Em seguida, indaga-se: e se o Frei Caetano da Purificação tiver legitimidade em denunciar esse ambiente de múltiplos interesses – inclusive os seus próprios? E, portanto, se esses sujeitos estiverem conduzindo a justiça local de forma indevida, ou até mesmo corrupta? Com essas reflexões, questiona-se: como eram construídas essas

[20] No dicionário de Raphael Bluteau, homiziar significa "esconder-se por medo daqueles com quem se fazia, ou contraía homizio; e depois, esconder-se da justiça por crime". Grafia atualizada. Ver: Bluteau, R. (1789). *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro* (Vol. 1). Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira. p.683.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

legitimidades, tanto em denunciar "injustiças" como em agir perante elas, para cada sujeito nessa complexa e multifacetada sociedade colonial?

A quem cabia o "bom governo": oficiais da justiça na capitania de São Paulo no início do século XVIII e uma reflexão sobre o "fazer justiça" e a corrupção

Ao ter como premissa que a principal atividade de poder da monarquia portuguesa era o "fazer justiça", é possível pensar a sua construção e modificações ao longo do tempo. Nesse sentido, a expansão colonial no ultramar suscitou demandas por leis, cargos e instituições próprias que atendessem às especificidades dos territórios e das pessoas que os ocupavam. Com isso, o então ordenamento jurídico português, caracterizado pela lógica hierárquica e corporativa sofreu alterações significativas a ponto de nela articularem-se outras instituições, caracterizando o que foi chamado de pluralismo administrativo, no qual entram em diálogo a administração e justiça centrais e a administração e justiça periféricas (Pegoraro, 2022; Hespanha, 2008; Cardim, 2005; Atallah, 2010). Nesta última configuram-se as estruturas governativas da vila de São Sebastião, objeto deste estudo.

As dinâmicas de pregação católica pós-tridentina empreendida pelos missionários em muito pautaram o sentido de "fazer justiça" e de garantir o "bem comum" do "corpo místico", aparente em toda a argumentação do Frei Caetano da Purificação. O que significam essas concepções? Em "Os Dois Corpos do Rei", Ernst H. Kantorowicz explica como essa expressão "corpo místico", que passou a basear a lógica corporativa de sociedade de Antigo Regime, servia originalmente para fazer referência à eucaristia, isto é, ao corpo de Cristo, ao passo que a Igreja ou a sociedade cristã em harmonia eram denominadas *corpus Christi.* Gradualmente, a partir de 1150, para a Igreja já organizada como corpo da sociedade cristã, "corpo místico" assumiu uma conotação de cunho sociológico, designando a Igreja em seus aspectos institucionais e eclesiológicos na qual a cabeça era Cristo. Esse novo contorno dado à noção de "corpo místico" entrava em harmonia com as aspirações mais gerais do período, entre as quais estava a de glorificar os governos dos reinos e suas instituições administrativas; surgiam ao mesmo tempo, o *corpus mysticum* espiritual e o *sacrum imperium* secular. Tomás de Aquino traçava diferenças entre corpo místico e corpo de Cristo, e, embora o fizesse sem referência ao pão eucarístico, misturava noções individuais, físicas, sociológicas e coletivas. A partir do século XVI, canonistas e teólogos reinterpretaram as noções que Tomás de Aquino, iniciando um duplo e gradual movimento: cada vez mais passaram a compreender a Igreja como uma entre várias corporações seculares; cada vez mais preenchiam a noção de corpo místico com um conteúdo político secular (Kantorowicz, 1998 [1957], pp. 126 a 131).

Nesse sentido, conforme pontua João Adolfo Hansen, a "política católica levada a efeito como catequese e a conquista espiritual das novas terras ocupadas pela expansão mercantilista da monarquia portuguesa pressupunha a definição do Reino como corpo místico de ordens sociais integradas como subordinação à pessoa mística do rei" (Hansen, 2023, p. 72). Conforme explica o autor, no interior dessa expressão "corpo místico", convergem duas articulações. A primeira

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

é teológica, e diz respeito ao corpo de Cristo, e a segunda, é jurídico-política, e diz respeito à concepção romana da corporação exposta por São Tomás de Aquino em sua doutrina do poder monárquico, segundo a qual "o público da pregação é a totalidade do corpo místico da comunidade" (Hansen, 2023, p. 73).

Dessa forma, pontua o autor:

> A pregação torna pública a ordem política do corpo místico, pondo-a em evidência para que seus membros [...] tornem a reconhecer-se como membros e ordens integrados ou subordinados no bem comum, ou seja, 'como ordens em um lugar da ordem ligada por relações pessoais fundadas em privilégios'" (Hansen, 2023, p. 73).

"Por natureza", e não "pela graça", o homem era parte de um corpo místico, e, durante a Baixa Idade Média, a mesma ideia foi articulada para o Estado secular com o objetivo de tornar o governo coeterno junto à Igreja e a trazê-lo para o centro da discussão política. Conforme Kantorowicz, a noção de corpo místico cuja cabeça é Cristo foi substituída pelo entendimento de corpo místico da *respublica* cuja cabeça é o Príncipe (Kantorowicz, 1998 [1957], pp. 146 e 162). Ele pontua que,

> Como se sabe, a Graça, bem como a Justiça e a lei, permaneciam valores de eternidade difíceis de serem descartados e eram cooperativos na construção da continuidade das novas monarquias, pois a ideia de monarquia 'pela Graça de Deus' ganhava nova vida nas ideologias dinásticas e a continuidade de uma Justiça 'que nunca morre' desempenhava um papel importante com relação à continuidade da Coroa. Mas o valor da imortalidade para o qual iria contribuir a realeza centrada no governo estaca investido da *universitas* 'que nunca morre', da perpetuidade de um povo, governo o ou *patria* imortais, da qual o rei individual poderia facilmente ser separado, mas não a Dinastia, a Coroa e a Dignidade Real (Kantorowicz, 1998 [1957], p. 169).

Segundo explica Antonio Manuel Hespanha, a justiça vista como equilíbrio, ou atribuição de cada coisa ao seu lugar, era a virtude central naquele mundo. O autor apresenta que, em São Tomás de Aquino, à justiça eram atreladas virtudes anexas, como a religião, a piedade, a reverência, a gratidão, a verdade, a amizade, a liberalidade e a equidade. Todas essas pressupõem um membro cumprindo deveres para com outro (Hespanha, 2008, p. 20). Quando se pensa a diversidade das situações e dinâmicas nas sociedades coloniais, a construção dessa justiça deve ser pensada, como dito, a partir do diálogo entre a administração central e a

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

administração periférica, o que implica o uso de diversos meios para que o poder régio garantisse o "bem comum".

É nesse sentido que se explica a atuação do governador e capitão general, do sargento-mor e do juiz ordinário, para o caso aqui estudado. Muito embora se trate de um ocorrido no início do século XVIII, no qual já se encontravam no universo europeu algumas mudanças do paradigma corporativo para o paradigma individualista[21], é perfeitamente adequado reiterar que o poder destas autoridades derivava do poder do rei, conforme as tradições de Antigo Regime (Hespanha, 1998, p. 113 a 120). Afinal, sob essas bases e entendimentos de como devia funcionar a justiça, alargou-se o império português e, em suas capilaridades, também deveria fazer-se justiça e conduzir os vassalos à salvação. É certo que a institucionalização da governação por todo o império não dependeu somente do monarca, como bem pontuou Cláudia Atallah (2013). Uma série de ajustes e relações de trocas eram necessárias para que se configurasse a monarquia pluricontinental com um caráter orgânico de muitas mediações feitas por diferentes agentes. Conforme a autora, "o centro referencial do poder era somente um, o reino, porém, a ação desses homens legitimava-o, reinterpretando as leis da monarquia" (Atallah, 2013, p.83). Instituições das mais variadas – conselhos, secretarias, ouvidorias, câmaras, e, por que não, conventos e missões – "estavam em contato com o cotidiano nas conquistas, configurando a preservação do autogoverno" previsto nas Ordenações ao mesmo tempo que se interligavam com o reino por meio de redes interdependentes (Atallah, 2013, pp. 83 e 84).

Como visto, o governador e capitão-general que recebeu as correspondências do Frei Caetano da Purificação era Rodrigo César de Menezes[22] (1721-1727). Em que medida o perfil de Rodrigo César de Menezes, nascido em Lisboa em 1675, de uma família com muitos membros de elites administrativas no reino e no império, com parentes com cargos no Brasil em Angola e na Índia, se encaixa nesse cenário? Ele fora nomeado governador e capitão-general da capitania de São Paulo logo após a ruptura com Minas Gerais e, no geral, aparece na historiografia como bom soldado e conhecedor do comércio e do contrabando, apesar de

[21] Hespanha destaca que entre as principais características desse paradigma, que se fortalece em Portugal sobretudo na segunda metade do século XVIII, a natureza aos poucos se sobressai à graça e ganha-se destaque a noção de vontade absoluta e livre de Deus, que se manifesta nos seus representantes (no caso, no Rei), e nos homens, que se manifesta nos pactos sociais. Na prática, isso se traduzirá, sobretudo no governo pombalino e em suas propostas regalistas, em preocupações com os aspectos mais "técnicos" do exercício do poder e com a fama e reputação dos governantes. Segundo esse entendimento, cada vez menos interferência papal será requerida para a proteção dos súditos. Um aprofundamento dessa discussão encontra-se em Hespanha, A. M. (1998). A Representação da Sociedade e do Poder. In: Hespanha, A.M. (org.). História de Portugal: O Antigo Regime. Lisboa: Estampa. pp. 113 a 140.

[22] Neste artigo, não será trabalhada a biografia ou trajetória de vida deste governador. Para isso, ver: Souza, L. de M. e. (2006). *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

algumas inconstâncias[23]. Quem ocupava tal cargo possuía inúmeras atribuições, relacionadas à economia, defesa e justiça. A partir de Graça Salgado é possível agrupá-las da seguinte forma.

As atribuições ligadas à economia eram: visitar fortalezas e armazéns da capitania junto ao provedor da fazenda; não tomar parte na administração da Fazenda Real da capitania e evitar subornos. Já as atividades relacionadas à defesa envolviam: realizar levantamentos sobre o estado das instalações e reportar ao governador-geral do Estado do Brasil; passar em revista os habitantes da capitania, obrigando-os a servir militarmente, quando aptos; subordinar-se diretamente ao governador-geral do Estado do Brasil; responsabilizar-se pela defesa e segurança da capitania. Dentre aquelas relacionadas à justiça estavam: avisar ao governador-geral quando vagassem ofícios na Justiça ou Fazenda para provimento do cargo; advertir oficiais da Fazenda e Justiça quando não cumprissem suas obrigações, e em caso de reincidência, avisar ao governador-geral; favorecer os oficiais das câmaras no que fosse benéfico para a administração, respeitando sua autonomia; não consentir que fosse dada apelação ou agravo em qualquer pleito que viesse à Relação do Estado do Brasil, exceto causas de Fazenda (Salgado, 1985, pp. 243 e 244).

Sociedades como a que se desenvolvia na capitania régia de São Paulo no século XVIII não separavam de forma tão rígida essas atribuições, e em última instância, esses poderes. Isso significava que os múltiplos agentes que atuavam na rede governativa de Rodrigo César de Menezes, além de enfrentarem desafios variados para sua realização, também tinham seus próprios interesses ao agir. Para os objetivos desse trabalho, destaca-se que nenhuma dessas atribuições incluía o recebimento de queixas de religiosos do clero regular, muito menos a resolução de seus problemas. Logo, por que as correspondências do Frei Caetano da Purificação eram endereçadas ao governador e capitão-general? Que destaque um sujeito com esse cargo tinha dentro dos quadros de governo coloniais e da complexa estrutura de poder do império português?

Argumenta-se que o governador e capitão-general era a figura de maior poder, autoridade e status para agir em prol dos religiosos e de outros agentes coloniais inseridos no escopo da capitania de São Paulo. Para além das atribuições já descritas, entrava em questão a proeminência daquele que ocupasse o cargo de governador porque este era de nomeação régia, portanto, com um significado quase nobiliárquico. As nomeações, e as variadas entidades responsáveis por ela em negociação com o reino, tinham efetivas consequências ao nível do perfil social dos escolhidos. Mafalda Soares Cunha explica como o gradual aumento da intervenção dos monarcas nos processos de decisão reorientou socialmente os critérios de seleção, sobretudo para os governadores e governadores-gerais, para os quais era exigida experiência e autoridade social, mas não tanto outros atributos sociais, que facilitassem sua

[23] Conforme resume Laura de Mello e Souza, Um e outro governo indicam que o militar de carreira se tornara, no Império, um bom administrador. Se o que incomodou os historiadores paulistas [aqui ela se refere a Pedro Taques de Almeida Pais Leme (1714-1777)] foram ações que consideraram prepotentes e arbitrárias quando, na verdade, eram constitutivas do mando na época, aquilo que poderia, de fato, desabonar Rodrigo César de Menezes foi deixado de lado: sua aptidão para bem roubar enquanto bem servia". (Souza, 2006, p. 302)

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

predisposição para a dependência. Ou seja, o estatuto social dos pais, local e data do nascimento, interferiam nas escolhas, e criavam múltiplas zonas intermédias na hierarquia nobiliárquica, com algum espaço de mobilidade (Cunha, 2005, p. 75).

Como visto, o prestígio e o destaque social garantido a aqueles que ocupassem o cargo de governador e capitão-general eram tão importantes quanto os papéis políticos e administrativos desempenhados por eles naquele cotidiano. O cargo mais alto e as principais responsabilidades nos assuntos de administração e manutenção da ordem eram de incumbência dos governadores e capitães-generais. Isso justificava que os religiosos, especificamente o Frei Caetano da Purificação, o entendesse e o reconhecesse como a maior autoridade disponível para atendê-lo diante do desacato sofrido no convento quando da entrada supostamente desautorizada do juiz ordinário e do sargento-mor, e também diante do processo de inquérito das testemunhas do caso, que foi, ao ver do religioso, feito de forma indevida pelo mesmo juiz. Os interesses desses outros agentes também merecem destaque e para mapeá-los, cabe identificar suas atribuições e prerrogativas nessa estrutura jurídica colonial.

O primeiro agente que cabe destacar é o sargento-mor, no caso, Manoel Gomes. Conforme Graça Salgado, as prerrogativas de um sargento-mor, eleito pela câmara, envolviam substituir o capitão-mor em casos de impedimento ou ausência por até seis meses e visitar e ordenar as companhias de todos os lugares do termo (Salgado, 1985, pp. 166 e 312). Ao que parece, Manuel Gomes havia recebido em 1720 um regimento do governador e capitão-general para ocupar esse cargo de defesa em São Sebastião até que o governador do Rio de Janeiro dissesse o contrário[24]. Na ocasião, o sargento-mor ordenou que seu filho, o juiz, conduzisse a devassa a respeito do desacato à igreja, cometida pelo próprio juiz.

O segundo sujeito que cabe destacar, e possivelmente o mais relevante para o caso aqui estudado, é o Thomé Gomes, juiz ordinário. Conforme Graça Salgado, as prerrogativas do cargo de juiz ordinário eram: proceder contra os que cometessem crimes no termo da sua jurisdição; atuar como juiz dos órfãos onde não existisse este oficial; dar audiências em conselhos; vilas e lugares; conhecer dos feitos crimes "cometidos por escravos, cristãos ou mouros, até a quantia de quatrocentos réis, despachando sem apelação e agravo com os vereadores"; conhecer dos feitos das injúrias verbais e despachá-los com os vereadores na câmara; conhecer dos feitos das injúrias verbais "feitas a pessoas de maior qualidade, suas mulheres e oficiais da Justiça, despachando-os por si só e dando apelação e agravo às partes"; e sobretudo, tirar, por si só, devassas (particulares) sobre mortes, violentação de mulheres, incêndios, fuga de presos, destruição de cadeias, moeda falsa, resistência, ofensa de justiça, cárcere privado etc., e "tirar inquisições e devassas (gerais) dos juízes que o antecederam, assim como as de todos os oficiais

[24] Rodrigo César de Menezes. (1720). Regimento. São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823), Caixa 2, Documento 149. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. https://resgate.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=023-1_SP_MG&pagfis=797
Rodrigo César de Menezes. (1720). Instrução das culpas... São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823), Caixa 2, 154. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. https://resgate.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=023-1_SP_MG&pagfis=817

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

de Justiça [...]" além de executar penas pecuniárias aplicadas pelo sargento-mor da comarca aos oficiais da ordenança que faltassem com suas obrigações (Salgado, 1985, pp. 130, 131 e 207).

Os juízes ordinários compunham o que pode ser chamado de justiça municipal ou justiça local, algo que remonta uma longa tradição jurídica portuguesa, complementar ao poder régio, visto que fazia parte da estrutura legislativa criada pela monarquia portuguesa (Pegoraro, 2022, pp. 258-259; Borges, 2009.). Para ocupar tal cargo, não era necessário o curso de direito em Coimbra, fazendo com que oficiais adotassem o direito consuetudinário (dos costumes) para resolução de conflitos (Pegoraro, 2015, p. 180). Conforme explica Cláudia Atallah, os juízes ordinários compunham as Câmaras e eram eleitos pelas populações locais; raramente eram letrados, além de não receberem remunerações pelas suas atividades. Ou seja, a dimensão da importância deste cargo não residia nos ganhos financeiros diretos em ocupá-lo, e sim no prestígio social que ele poderia conferir aos ocupantes. Atallah reitera que "o poder local se configurava a partir dessas figuras que geralmente exerciam as atividades de mando e eram detentores de um poder que ultrapassava as vantagens econômicas e estava intimamente relacionado a questões como honra e fidelidade" (Atallah, 2010, p. 48). Foi recorrente no meio historiográfico atribuir um juízo de valor a essa ausência de formação dos juízes ordinários, como se por essa razão a prática jurídica na colônia estivesse fadada ao abuso e à corrupção, classificação que exige um pouco mais de cautela e sobretudo historicização[25].

Para o Frei Caetano, estava o juiz ordinário Thomé Gomes procedendo contra os crimes dentro do termo da sua jurisdição? Pelo tom da documentação, mas sobretudo pelo argumento que ele constrói em dezembro de 1722, pode-se apontar que sim, embora para ele, o juiz procedesse indevidamente. O religioso desaprovava a maneira como Thomé realizou a devassa sobre o desacato ouvindo apenas pessoas que supostamente não testemunharam o ocorrido e que eram, além de tudo, parentes dos agressores. Se fosse o caso, caberia realização de outra devassa, a qual era feita ordinariamente por um ouvidor de comarca, para investigar delitos cometidos em sua jurisdição (Atallah, 2010, p. 88). Porém, é possível questionar a narrativa do religioso: e se essas pessoas distantes e parentes tivessem sido convocadas pelo juiz justamente porque eram oriundas da vila de onde o escravizado vinha, e, portanto, poderiam ter mais a dizer a respeito das querelas referentes à sua fuga? Se for o caso, não somente o juiz Thomé estaria agindo perfeitamente dentro das suas prerrogativas, como inclusive teria a legitimidade dentro daquele contexto hierárquico e escravista, de perseguir o escravizado fugitivo e de usar dos meios possíveis para recolher as testemunhas que respaldassem essa perseguição apesar não terem presenciado o ataque em si, conforme o relato.

Com isso, nota-se como, nessa sociedade colonial na qual configuravam-se múltiplos interesses, estava também em jogo uma ambiguidade importante no que tange a questão da justiça ou injustiça. Essa ambiguidade diz respeito ao fato de que uma mesma ação, como a de um juiz recolher testemunhas por ele escolhidas de forma "parcial", poderia ser vista como justa

[25] Mais à frente está um debate sobre a classificação "corrupção". Aqui, refere-se ao debate historiográfico contido em: Borges, J. N. (2009). *Das justiças e dos litígios: a ação judiciária da Câmara de Curitiba no século XVIII (1731-1752)*. [Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná].

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

ou injusta, a depender tanto das querelas políticas como das pessoas nelas envolvidas e de sua finalidade, isto é, se era para o "bem comum" ou não.

Em se tratando do papel das testemunhas, segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707):

> e nos testemunhos que tirarem [nas devassas] perguntarão sempre às testemunhas a razão que tem de saberem o que testemunham, se é de vista, certa sabedoria, ou fama, ou por indícios, e as circunstâncias do tempo, lugar e qualidade dos indícios e mais cousas necessárias para se saber a verdade. E tanto que alguma, ou algumas testemunhas dignas de crédito, e sem suspeita, perguntadas geralmente, derem em alguma pessoa particular, logo o juiz poderá perguntar as mais testemunhas, não somente em geral, mas também em particular pela tal pessoa (Vide, 2011 [1707], p. 363).

Essas regras eram cabíveis em devassas realizadas na esfera eclesiástica[26], muito embora apontá-las permita refletir sobre como na visão do Frei Caetano, o juiz Thomé Gomes estava impedindo o acesso à verdade[27]. Nesse sentido, é possível entender que o juiz realizou, por um lado, o ato de ouvir pessoas dignas de crédito, no sentido de que necessariamente faziam parte do grupo de "homens bons", membros de elites. Contudo, por outro lado, o juiz ouvira pessoas com suspeita, que segundo o religioso eram ao mesmo tempo, próximas aos agressores e distantes do lugar onde teria ocorrido o desacato e a insolência. Os indícios que essas pessoas supostamente escolhidas pelo juiz Thomé tiveram para testemunhar, não foram obtidos "de vista", como deveriam ser, segundo entendia o religioso, e segundo constam as normas para as devassas do período. Além disso, explica-se o problema de ameaçar prender aqueles que falassem a verdade do que "viram, ou souberam, ou ouviram dizer"[28], como ocorreu com o José Álvares, segundo o relato.

Se o Frei tiver legitimidade em sua denúncia sobre a maneira como o juiz conduziu as denúncias, seria possível utilizar a concepção de "corrupção" para descrever a ação do juiz?

[26] Mais sobre o funcionamento das devassas na esfera eclesiástica, ver: Santos, P. F. (2013). *Carentes de justiça: juízes seculares e eclesiásticos na «confusão de latrocínios» em Minas Gerais (1748-1793)*. [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].

[27] Não é o intuito aqui inferir que o Frei Caetano da Purificação ou o juiz Thomé tivessem conhecimento pleno da literatura jurídica aqui citada, mas que esta era contemporânea a estes sujeitos, e, portanto, fazia parte de um mesmo campo de ideias, regras e normas que lhes era, no mínimo, familiar. O mesmo pode-se dizer sobre o Sermão proclamado por Antônio Vieira acima citado, dos quais certamente não presenciaram os sujeitos históricos aqui estudados, mas cujas ideias expressas ajudam a entender os significados de justiça e verdade em determinado recorte espaço-temporal, no caso, a América portuguesa durante a Época Moderna.

[28] Maneira como escrevia-se em devassas. O juiz fazia as perguntas e geralmente um escrivão anotava as respostas das testemunhas acompanhadas das maneiras como elas conheceram as informações que relatavam.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Conforme explica Adriana Romeiro, e como pode-se ver no caso estudado, o vocabulário de Antigo Regime apresentava uma gama de comportamentos ilícitos descritos como "abusos", "violências", "excessos", "desordens", as quais podiam descrever práticas como contrabando, venda de cargos ou favorecimento de particulares – este último parece o mais relacionado ao caso aqui estudado. Essas práticas, segundo a autora, ultrapassavam a dimensão meramente econômica e abarcavam aspectos políticos, como abuso de autoridade, falta de lealdade ao rei, atropelamento de jurisdições, ou parcialidades. Ela defende que o conceito de "corrupção" seja utilizado para a sociedade da Época Moderna, não exatamente como sinônimo para práticas descritas como delituosas, mas como sinônimo para os seus efeitos desagregadores ou disruptivos à ordem da *res publica* (da coisa pública), levando em consideração sobretudo a íntima relação desta com o entendimento da sociedade como corpo, no qual a corrupção de um membro é danosa ao restante do organismo (Romeiro, 2015, p. 289).

Portanto, definir corrupção dentro dessas lógicas simplesmente como "apropriação do público em benefício do privado" é um tanto quanto perigoso, visto que, à época e aos agentes dessas sociedades de Antigo Regime, essa apropriação era tida como necessária para a realização das bases do modelo político corporativo e hierárquico. Contudo, isso não significa dizer que os agentes históricos como o Frei Caetano da Purificação ou o juiz ordinário Thomé Gomes não separassem corretamente as dimensões pública e privada, ou que as misturassem demasiadamente pois eram "incapazes" de realizar tal separação. Em síntese,

> A análise das tensões e controvérsias por meio da retórica que constrói o fenômeno da corrupção permite considerá-la, não como distorção, mas como componente funcional do modelo, ainda que os atores históricos acusem seu caráter desvirtuado. Pretendemos compreender como aquela comunidade tentava elaborar sua forma política legítima. Legitimidade que, obviamente, não decorria de imperativos ético-jurídicos da modernidade, pautados pela moralidade e impessoalidade dos agentes públicos, mas por preceitos morais assentados em lógicas de serviço e benefício (Conceição, 2021, p. 77).

Aproximar essas reflexões ao caso estudado, implica entender como o interesse privado – como do Frei Caetano da Purificação em relatar a parcialidade do juiz Thomé Gomes, ou o interesse desse mesmo juiz em ouvir apenas testemunhas específicas – se transformava em interesse público – interesse da justiça e da defesa da capitania de São Paulo, encabeçados pelo destinatário das correspondências, o governador e capitão-general Rodrigo César de Menezes. Essa movimentação geralmente envolvia conflitos de interesses múltiplos: interessava ao Frei estar protegido diante de um grupo de homens poderosos que praticavam violências no espaço religioso. Interessava igualmente ao juiz e ao sargento cumprirem, à sua maneira, as prerrogativas de seus cargos, mantendo autoridade sob aquela vila distante do poder central.

Dessa forma, não se trata de identificar a existência ou ausência de corrupção em cada caso, com intuito de "comprovar" um ou outro ponto de vista, mas de identificar de que maneiras o público e o privado eram mobilizados pelos agentes em recortes específicos, e como essas dimensões dialogavam com o modelo político estabelecido. Ou seja, faz-se importante notar a

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

ambiguidade das interpretações dos atos. Superadas, ou ao menos refletidas, essas dificuldades metodológicas, torna-se possível fazer análises de casos como os narrados pelo Frei Caetano da Purificação, de forma a valorizar as relações entre as pessoas envolvidas, bem como sua interação com o modelo político. Permite-se construir um conjunto lexical referente a práticas tidas como corruptas – isto é, que corrompem o modelo teológico-jurídico-político –, bem como identificar as dinâmicas de poder atreladas ao ato de acusar alguém de corrupto (ou abusivo, parcial, injusto, ilícito) e as complexas relações entre o público e o privado. Ainda conforme Romeiro,

> Se a noção do bem comum remete ao ideal do bom governo, assentado em "bem comum/justiça/governo justo/saúde do corpo místico", a noção de bem particular alude à corrupção: "bem particular/injustiça/tirania/corrupção do corpo místico". [...] a oposição entre o governante virtuoso e o tirano, sendo este aquele que, ou pela forma de aquisição, ou pelo exercício do poder, violenta as regras de um governo justo, dando lugar à violência e à prevalência do interesse particular sobre o interesse público (Romeiro, 2015, pp. 229 e 230).

Diante do exposto, tinha-se naquela sociedade um modelo corporativo, elitista e escravista em que a comunidade política assumia caracterização e retórica cristã que moldava o significado de "fazer justiça". Nesse modelo, era dever daqueles que detinham o poder, de apropriar-se deste bem comum e distribuí-lo. No cotidiano da vila de São Sebastião, diante de um desacato "mal resolvido" e do recolhimento de testemunhas "indevidas" um Frei, um juiz, um sargento-mor e um governador divergiam no entendimento de *como* se deveria "fazer justiça", uma vez que tinham interesses diferentes a respeito do caso do escravizado em fuga, escondido no convento franciscano.

Considerações finais

As distintas dinâmicas nas quais as relações de poder se configuraram nas periferias do Império ultramarino português constituíram complexas redes interpessoais. A vila de São Sebastião na capitania de São Paulo não foi diferente. O "fazer justiça" obedecia a "lógicas próprias", articuladas tanto às concepções corporativas da sociedade de Antigo Regime quanto às tensões, interesses e estratégias dos múltiplos agentes coloniais. A partir do ofício do Frei Caetano da Purificação ao governador Rodrigo César de Menezes sobre "amotinadores do povo e de discórdias", este artigo discutiu os processos de construção da legitimidade para denunciar as chamadas "injustiças" e para agir diante delas, considerando as prerrogativas atribuídas às diferentes autoridades na sociedade colonial, bem como a perspectiva específica do Frei Caetano da Purificação acerca da administração da justiça e do exercício do poder.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

No caso estudado, o juiz Thomé Gomes e o sargento-mor Manoel Gomes invadiram o convento de Nossa Senhora do Amparo para prender um escravizado, tentaram esfaqueá-lo, e, além disso, se colocaram como responsáveis por investigar as próprias atitudes, e para tal, escolheram como testemunhas pessoas que não presenciaram o ocorrido. Aos olhos do Frei, essa série de atitudes eram "injustas". A todo tempo ele enxergava como falhos os comportamentos humanos ao seu redor e buscava um auxílio de alguém virtuoso reconhecido pelo rei, e, em alguma medida, por Deus; para ele, esse alguém seria o governador e capitão-general. Para este artigo, foi necessário levantar uma série de questões e hipóteses sobre o funcionamento da justiça naquela vila e sobretudo sobre os conflitos de interesse ali inseridos. Portanto, questionou-se, por exemplo, por que o Frei deixou-se afetar pelo ocorrido, e também se os oficiais da justiça não estariam, na realidade, agindo dentro das suas prerrogativas e jurisdições. Nesse sentido, foi possível discutir como, dentro de determinadas concepções de "fazer justiça", o sargento e o juiz poderiam ter plena legitimidade em invadir o convento para interceptar a fuga de um escravizado, que, inclusive, poderia ter laços de parentesco com essas autoridades.

Destacou-se também que a legitimidade que tinha o narrador Frei Caetano também era construída em relação ao seu destinatário, o governador, que era a autoridade com maior poder (simbólico e de ação) disponível naquela sociedade. O religioso colocava ele mesmo e o governador como honestos e justos, humildes e honrados. Em vias de tensionar essa abordagem com a leitura crítica da documentação, foi possível identificar os interesses dos agentes coloniais envolvidos na trama. Ao Frei interessava manter a posse do escravizado no convento e, nas entrelinhas de seu relato, observou-se que as intenções do sargento e do juiz eram: recuperar o escravizado e reforçar o seu próprio poder sobre o local. Assim, pegar em armas, invadir um convento, ferir um escravizado, e arrolar testemunhas específicas para a devassa sobre o ocorrido, para eles eram ações perfeitamente plausíveis para a manutenção dos seus objetivos. Aqui, com amparo da historiografia sobre justiça na América colonial e sobre a aplicabilidade do conceito de "corrupção" para a Época Moderna, argumentou-se que a ambiguidade – que fazia com que atitudes variadas fossem qualificadas ora como ações para "o bem comum" ora como dignas de "amotinadoras" – é um dos principais elementos da construção da legitimidade do "fazer justiça" naquela sociedade corporativa, hierárquica e escravista.

Referências

Almeida, A. P. de. (1958). Memória histórica sôbre São Sebastião. *Revista de História, 16*(33), 177–222. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1958.106630

Almeida, A. P. de. (1958). Memória histórica sôbre São Sebastião. *Revista de História, 16*(34), 425–448. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1958.106739

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Almeida, M. A. de. (2006). Portugueses, baianos e pernambucanos: Os franciscanos da Província de Santo Antônio do Brasil em época de transição. *Clio: Série História do Nordeste, 22*, 307–345. https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/24824/20097

Atallah, C. C. A. (2010). *Da justiça em nome d'El Rey: Ouvidores e Inconfidência na capitania de Minas Gerais (Sabará, 1720–1777)* [Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense].

Bacellar, C. A. P. (2011). Escravidão e compadrio em São Paulo colonial, século XVIII. In M. Ghirardi & F. Chacón Jiménez (Orgs.), *Dinámicas familiares en el contexto de los Bicentenarios Latinoamericanos* (pp. 145–164).

Barbosa, N. C. (2024). *A vila de Santos: Gênese e morfologia urbana entre os séculos XVI–XVIII* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-09052024-115915/

Bluteau, R. (1789). *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro* (Vol. 1). Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

Bluteau, R. (1789). *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro* (Vol. 2). Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

Borges, J. N. (2009). *Das justiças e dos litígios: A ação judiciária da Câmara de Curitiba no século XVIII (1731–1752)* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná].

Cardim, P. (2005). "Administração" e "governo": Uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In M. F. Bicalho & V. L. A. Ferlini (Orgs.), *Modos de governar: Ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI–XIX)*. Alameda.

Cintra, J. P. (2017). Os limites das capitanias hereditárias do sul e o conceito de território. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, *25*(2), 203–223. https://doi.org/10.1590/1982-02672017v25n0208

Conceição, V. S. (2021). "Corrompendo seus ofícios": As peitas nas Ordenações Afonsinas (século XV). In *Anais do I Encontro De Corruptione* (Vol. 1). Selo Caliandra. https://doi.org/10.26512/9786586503760

Cordeiro, H. de S. (2023). *Frades no Sertão: O estatuto da Província de Santo Antônio do Brasil e os casos de transgressão* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Pernambuco].

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Cunha, M. S. (2005). Governo e governantes do Império Português no Atlântico (século XVII). In M. F. Bicalho & V. L. A. Ferlini (Orgs.), *Modos de governar: Ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI–XIX)*. Alameda.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo: Correspondência e papéis avulsos de Rodrigo Cezar de Menezes, 1721–1728. (1901). (Vol. 32). Typographia Andrade & Melo.

Fernandez, R. V. G. (1992). *Transformações econômicas no litoral norte paulista (1778–1836)* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. https://doi.org/10.11606/T.12.1992.tde-30052025-144554

Frei Agostinho de Santa Catharina. (1722). *Secretaria de Governo da Capitania*. Grupo 1G7 – Negócios Eclesiásticos, Pasta 1.1.13, Documento 10. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Frei Caetano da Purificação. (1722). *Secretaria de Governo da Capitania*. Grupo 1G7 – Negócios Eclesiásticos, Pasta 1.1.13, Documento 14. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Gatti, Á. F. (2021). *Domínios da fé: Políticas missionárias e a defesa do Padroado régio português (Portugal e a Santa Sé, 1640–1715)* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].

Gianesella, R. (2012). Gêneses urbanas do colonialismo: Síntese de encontros culturais. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, 20*(1), 165–200. https://doi.org/10.1590/S0101-47142012000100007

Hansen, J. A. (2023). *Agudezas seiscentistas e outros ensaios*. EdUSP.

Hespanha, A. M. (1994). *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*. Almedina.

Hespanha, A. M. (2006). A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. *Tempo, 11*(21), 121–143. https://doi.org/10.1590/S1413-77042006000200009

Hespanha, A. M. (2008). *Imbecillitas: As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. Editora UFMG.

Hespanha, A. M. (Coord.). (1998). *História de Portugal: O Antigo Regime (1620–1807)*. Estampa.

Kantorowicz, E. H. (1998). *Os dois corpos do rei: Um estudo sobre teologia política medieval*. Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1957).

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Lara, S. H. (1988). *Campos da violência: Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750–1808).* Paz e Terra.

Miranda, M. do C. T. de. (1969). *Os franciscanos e a formação do Brasil*. Universidade Federal de Pernambuco.

Monteiro, J. M. (2022). *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (2.ª ed.). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1994).

Monteiro, N. G. (2005). Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In M. F. Bicalho & V. L. A. Ferlini (Orgs.), *Modos de governar: Ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI–XIX).* Alameda.

Pegoraro, J. W. (2015). *Zelo pelo serviço real: Ações de ouvidores régios nas comarcas de São Paulo e de Paranaguá (primeira metade do século XVIII)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná].

Pegoraro, J. W. (2022). *Dois espaços, diferentes caminhos: Ações de ouvidores régios nas comarcas de São Paulo e de Paranaguá (primeira metade do século XVIII).* Fino Traço.

Ricupero, R. (2009). *A formação da elite colonial: Brasil (c. 1530–c. 1630).* Alameda.

Rodrigo César de Menezes. (1720). *Instrução das culpas...* São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618–1823), Caixa 2, Documento 154. Arquivo Histórico Ultramarino. https://resgate.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=023-1_SP_MG&pagfis=817

Rodrigo César de Menezes. (1720). *Regimento.* São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618–1823), Caixa 2, Documento 149. Arquivo Histórico Ultramarino. https://resgate.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=023-1_SP_MG&pagfis=797

Romeiro, A. (2008). *Paulistas e emboabas no coração das Minas: Ideias, práticas e imaginário político no século XVIII.* Editora UFMG.

Romeiro, A. (2015). A corrupção na Época Moderna: Conceitos e desafios metodológicos. *Tempo, 21*(38), 216–237. https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2015v213810

Sabeh, L. A. (2014). *Semeando um novo mundo: A Companhia de Jesus e a administração Habsburgo no Brasil* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná].

Sabeh, L. A. (2019). *Colonização salvífica: Os jesuítas e as coroas ibéricas na construção do Brasil (1549–1640).* Appris.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Salgado, G. (Org.). (1985). *Fiscais e meirinhos: A administração no Brasil colonial* (2.ª ed.). Nova Fronteira.

Santos, P. F. (2013). *Carentes de justiça: Juízes seculares e eclesiásticos na "confusão de latrocínios" em Minas Gerais (1748–1793)* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].

Silva, M. B. N., Bacellar, C. A. P., Goldschmidt, E. R., & Neves, L. M. B. P. (2009). *História de São Paulo colonial*. Editora UNESP.

Silva Júnior, W. L. da. (2009). *A escravidão e a lei: Gênese e conformação da tradição legal castelhana e portuguesa sobre a escravidão negra na América, séculos XVI–XVIII* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo].

Sousa, L. F. M. de. (2007). *Os Capuchos de Santo António do Brasil (1585–1652)* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa].

Souza, L. de M. e. (2006). *O sol e a sombra: Política e administração na América portuguesa do século XVIII.* Companhia das Letras.

Vide, S. M. da. (2011). *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. Senado Federal. (Obra original publicada em 1707).

Vieira, A. (2010). *Sermões* (Vol. 4). In M. T. Santos, *A majestade do monarca: Justiça e graça nos sermões de Antônio Vieira (1653–1662)* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília].

Xavier, Â. B., & Olival, F. (2018). O padroado da Coroa de Portugal: Fundamentos e práticas. In Â. B. Xavier, F. Palomo, & R. Stumpf (Orgs.), *Monarquias ibéricas em perspectiva comparada (sécs. XVI–XVIII): Dinâmicas imperiais e circulação de modelos administrativos* (pp. 123–162). Imprensa de Ciências Sociais.

Zanon, D. (1999). *A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo (1745–1796)* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas].

Zeron, C. A. M. (2011). *Linha de fé: A Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII).* EdUSP.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Isabela Mendes Fechina – isabelafechina@gmail.com

Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, na linha de pesquisa História Social e suas Múltiplas Formas. Mestra em História pelo mesmo programa, contemplada com bolsa CAPES (2023-2025). Integrou projetos como a "Oficina Permanente de Paleografia" e o projeto "Descrição bibliográfica e material das obras impressas no século XVIII preservadas na seção de obras raras da Biblioteca Central da UnB". É editora no Conselho Editorial da Revista Em Tempo de Histórias. Suas áreas de interesse incluem História do Brasil Colonial, Religião no Brasil Colonial; justiça, dinâmicas sociais e de poder na Época Moderna; História Social.

Doctoranda en Historia por el Programa de Posgrado en Historia de la Universidad de Brasilia, línea de investigación en historia social y sus múltiples perspectivas. Magíster en Historia del mismo programa y es beneficiaria de una beca de la CAPES (2023–2025). Ha participado en proyectos como el "Taller Permanente de Paleografía" y el proyecto "Descripción bibliográfica y material de impresos del siglo XVIII conservados en la Sección de Libros Raros de la Biblioteca Central de la UnB". Forma parte del consejo editorial de la revista “Em Tempo de Histórias”. Sus intereses de investigación incluyen la historia del Brasil colonial, la religión en el Brasil colonial, la justicia y las dinámicas sociales y de poder en la Edad Moderna.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

IRMANDADES DE PRETOS E DE CRIOULOS DA *REPÚBLICA* ESCRAVISTA, VILA RICA, AMÉRICA PORTUGUESA (1733-1822)

COFRADÍAS DE NEGROS Y CRIOLLOS DE LA *REPÚBLICA* ESCLAVISTA, VILA RICA, AMÉRICA PORTUGUESA (1733-1822)

BLACK AND CREOLE BROTHERHOODS IN THE SLAVEHOLDING *REPUBLIC*: VILA RICA, PORTUGUESE AMERICA (1733-1822)

Teixeira, V.
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
vanessa.cerqueira.teixeira@gmail.com

Andrade, F.
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
francisco.andrade@ufop.edu.br

RESUMO

O artigo analisa irmandades de pretos e de crioulos na Vila Rica setecentista, nas Minas da América portuguesa, compreendendo-as como instituições fundamentais da "república" católica do Antigo Regime. Longe de se restringirem ao âmbito devocional, tais associações constituíram espaços de sociabilidade, organização corporativa, pertencimento comunitário, reconhecimento social e agenciamento político, atravessados por conflitos e disputas jurisdicionais. A partir das irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora das Mercês, busca-se refletir, ainda, sobre os próprios códices confraternais, como os livros de Compromisso, termos de reunião, receitas e despesas, causas judiciais e, sobretudo, entrada de irmãos, que, confrontados, permitiram a análise da conformação dinâmica dos sodalícios e das categorias de classificação, identificação e distinção étnico-sociais em contexto escravista atlântico.

Palavras-chave: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, Qualidade étnica e social, Conflitos de Jurisdição, Minas Setecentistas.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

RESUMEN

El artículo analiza las cofradías de negros y criollos en la Vila Rica del siglo XVIII, en las Minas de la América portuguesa, comprendiéndolas como instituciones fundamentales de la "república" católica del Antiguo Régimen. Lejos de restringirse al ámbito devocional, tales asociaciones constituyeron espacios de sociabilidad, organización corporativa, pertenencia comunitaria, reconocimiento social y agencia política, atravesados por conflictos y disputas jurisdiccionales. A partir de las cofradías de Nuestra Señora del Rosario y de Nuestra Señora de las Mercedes, se busca reflexionar también sobre los propios códices confraternales, tales como los libros de Compromiso, actas de reuniones, registros de ingresos y gastos, causas judiciales y, sobre todo, registros de ingreso de hermanos, los cuales, confrontados entre sí, permitieron analizar la conformación dinámica de las sodalidades y las categorías de clasificación, identificación y distinción étnico-social en un contexto esclavista atlántico.

Palabras clave: Cofradía de Nuestra Señora del Rosario; Cofradía de Nuestra Señora de las Mercedes; Calidad étnica y social; Conflictos jurisdiccionales; Minas en el siglo XVIII.

ABSTRACT

The article analyzes Black and Creole brotherhoods in eighteenth-century Vila Rica, in the Minas region of Portuguese America, viewing them as fundamental institutions of the Catholic "republic" of the Old Regime. Far from being restricted to the devotional sphere, these associations constituted spaces of sociability, corporate organization, community belonging, social recognition, and political agency, shaped by conflicts and jurisdictional disputes. Drawing on the cases of the brotherhoods of Our Lady of the Rosary and Our Lady of Mercy, the article also analyzes confraternal records — such as books of statutes, meeting records, income and expense accounts, legal proceedings, and, above all, membership registers — which, when examined comparatively, reveal the dynamic configuration of these confraternities and the categories of ethnosocial classification, identification, and distinction within the context of Atlantic slavery.

Keywords: Brotherhood of Our Lady of the Rosary; Brotherhood of Our Lady of Mercy; Ethnosocial Classification; Jurisdictional Conflicts; Eighteenth-Century Minas.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

A linguagem da devoção católica e a qualidade étnica e social de africanos e afrodescendentes

Sabemos que, no território minerário da América portuguesa e, sobretudo, nas Minas Gerais, as associações confraternais, muito disseminadas, expressaram a dinâmica urbana das povoações de vilas e de arraiais e conformaram a república cristã que, nas monarquias ibéricas do Antigo Regime, constituía a ordem política e social da comunidade de cidadãos ou dos súditos regidos, segundo as regras e normas de justiça, por autoridades do governo, da urbe ao reino (Bovadilla, 1775: 13; Clavero, 1991: 159-161; Hespanha, 1994: 300-306; Cardim, 2005: 51-54). A própria dignidade real e a soberania encontrariam sua razão de ser na conservação e bem comum dos povos. Admitiu-se, nessa perspectiva, um "contrato tácito" entre os povos incorporados e o rei, "que a república não cessará de lembrar".[1]

Na figuração organicista da república da urbe (*civitas*), as corporações, entidades coletivas de civilidade, como as confrarias religiosas de leigos, forjavam espaços de sociabilidade e vínculos associativos definidores do *estado* das pessoas em sociedade, para além da família, da parentela e da casa senhorial, pretendendo-se que fosse o reflexo ampliado dessa domesticidade natural.[2] Assim, a disseminação desses corpos sociais na América portuguesa, sujeitos a regramentos compromissais de irmandades, arquiconfrarias ou ordens terceiras, que impulsionaram a adscrição dos vizinhos, revelava mais do que unicamente as experiências religiosas correspondentes aos ritos devotos. Manifestavam o contexto relacional de conflitualidade pública e correspondiam à classificação, ao reconhecimento e à representação social e política dos agentes que operavam, conjugando, a qualidade da pessoa implicada no enquadramento tradicional dos *estados*, a diferenciação étnica e o *status* de livre, forro ou escravizado, em consonância com a discriminação da condição jurídica no escravismo. Esses estatutos, com efeito, apreendiam a mobilidade da dinâmica sociedade escravista e as experiências de liberdade de africanos e seus descendentes que poderiam legalmente ser sancionadas com o alcance das alforrias.[3]

O espaço social da paróquia, a vizinhança mais imediata para as pessoas, e da república urbana constituía o campo tensionado de relações pessoais, corporativas e escravistas que produziam, em termos etnográficos, os "sinais diacríticos" da etnicidade nos territórios coloniais do circuito atlântico (Cunha, 2009; Arruti, 2014: 205-207). Assim, em Vila Rica, centro de extração minerária e mercantil das Minas Gerais e, particularmente, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da povoação de Antônio Dias (uma das duas freguesias do traçado urbano), a estrutura da ordem dos estados manifestava-se no enquadramento institucional das irmandades,

[1] Conforme a interpretação do neotomista jesuíta Mariana, no seu livro *De Rege* (Méchoulan, 2007: 262).
[2] Nessa acepção de membros e corpos sociais integrados, a cidadania "local" ou participante da *vezindad* (*vizindade*) do município conferia os direitos e privilégios de pertencimento à comunidade do reino (Herzog, 2010: 167-177).
[3] Supomos que o agenciamento africano e afrodescendente de *liberdades* ou da libertação encontrou apoio, e legitimidade, nas práticas confraternais mais expressivas destes pretos, crioulos e pardos na capitania de Minas Gerais (Silva, 2001; Precioso, 2010; Andrade, 2018; Teixeira, 2022).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

mas vinculada, nesse território, à diversidade das performances étnicas.[4] A classificação jurídico-política do quadro social da república (como tripartição da ordem tradicional desdobrada nas categorias de "nobreza", "estado do meio"/privilegiados e "povo"/plebeus que reunia os oficiais mecânicos e outros trabalhadores das "artes sedentárias") apresentava-se submetida à etnicidade – como categorias de qualidade do escravismo –, nas relações e nos estatutos conferidos pelo agenciamento corporativo civil-religioso de inclusão paroquial e de agregação nas fraternidades do povo e dos privilegiados.[5] Os pretos africanos e afrodescendentes, trabalhadores forros, livres e escravizados, que se agregavam nas confrarias, confundiram-se com a plebe urbana ou com a camada mais subalterna do povo. A divisão da primeira confraria do Rosário do Império português, fundada no convento de São Domingos, em Lisboa, revelou o caráter popular da associação exclusiva dos homens e mulheres pretos. Conforme um relato de meados do século XVI, a irmandade foi "*repartida em duas, uma de pessoas honradas, e outra dos pretos forros e escravos de Lisboa*" (Oliveira, post. 1554: 27v).[6] Em 1565, a irmandade dos pretos, consolidando a autonomia em meio às disputas com os brancos, apresentou o seu compromisso ao corregedor do cível da corte (Fonseca, 2010: 438-445).[7]

As qualidades das pessoas (preto, crioulo, pardo, branco) contemplavam os sinais diacríticos de diferenciação quanto à origem, à caracterização fenotípica (cor da pele, fisionomia), à linguagem, às crenças e aos costumes (Sousa, 1999: 109-122). A taxinomia étnica e social era representada e legitimada na cena pública, sendo que esta era o efeito das relações de poder e da coexistência conflituosa dos sujeitos no espaço. Na América portuguesa, conforme os preceitos das normas da hierarquia social e política e da legislação, consideramos que a distinção étnica (ou *racial*), a escravização e o estado de "ínfima plebe" atingiam, especialmente, os pretos africanos e, talvez em menor grau, os crioulos livres, forros e escravizados (afrodescendentes que nasceram e foram batizados nos territórios coloniais e manejavam as liberdades costumeiras).[8] A qualidade dos pardos, particularmente na capitania

[4] Hebe Mattos também salientou que a escravidão africana nos moldes católicos e a multiplicidade de categorias sociais relacionadas a afrodescendentes expressaram a expansão do "*'ancien régime' português de uma perspectiva atlântica"* (Mattos, 2006: 44-45).

[5] A respeito da categorização social e jurídica das pessoas da república do Antigo Regime português, ver: Godinho, 2019: 94-99; Hespanha, 1993, p. 36-37; Hespanha, 2018: 229-231. Hespanha aborda o sentido de mobilidade social nessa sociedade tradicional do Antigo Regime.

[6] Sobre as irmandades de pretos e mestiços (pardos ou mulatos) no reino de Portugal, entre outros, ver: Lahon, 2003: 119-162; Silveira, 2012.

[7] Fonseca (2010) supõe que o compromisso da irmandade do Rosário do convento de São Domingos estabeleceu a distinção entre *irmãos* (homens pretos forros) e *confrades* (mouriscos brancos, mulatos, indianos, cativos pretos). Os confrades tinham direito à assistência confraternal, mas não eram eleitores, enquanto os irmãos eram eleitores que podiam ser eleitos para os cargos dirigentes. Não observamos essa diferença notável nas irmandades de pretos e crioulos das Minas setecentistas.

[8] O governante da Bahia, em 1765, comparando a festividade pública do reino com a festa da confraria do Espírito Santo, em Salvador, não deixou de apontar as diferenças entre os segmentos populares desta festa: "*em Lisboa, ainda a ínfima plebe se compunha de homens brancos, criados entre o temor e o respeito das leis e da cristandade, o que não sucedia na Bahia, onde a ínfima plebe era de mulatos insolentes e presumidos e de pretos brutos sem consideração alguma*". Arquivo Histórico Ultramarino [AHU], Avulsos, Bahia, cx. 37, doc. 6907.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

de Minas Gerais, ainda que vinculada à mestiçagem e aos ofícios mecânicos, tendia à identidade de livres, vizinhos e cidadãos (Viana, 2007; Precioso, 2010; Guedes, 2014). Os mais honrados intentaram disputar papéis de autoridade civil e militar, almejando acercar-se de um "estado do meio". Os brancos, ou a *branquidade* nesse território, constituíam o modelo da qualidade convencional de vassalos livres, virtuosos, honrados (ou mesmo enobrecidos) e cristãos-velhos, ou melhor, considerando que os merecimentos e os serviços à Coroa suplantavam os defeitos da descendência, eminentes devotos integrantes de prestigiosas confrarias filiadas às ordens religiosas (Sousa, 2019).

Fritz Teixeira de Salles, em que pese o esquematismo da síntese histórica e a ausência de um exame ampliado da documentação, relacionou a classificação da qualidade social das pessoas ao surgimento das associações confraternais nas Minas.[9] O estudioso salientou que a polarização básica entre os senhores brancos e os pretos escravizados do adensamento populacional, nas primeiras décadas do século XVIII, transitou para uma estratificação social, determinada pela "miscigenação racial", em meados deste século. A partir da década de 1740, consolidando a diversidade econômica-social das urbes, os brancos das atividades mercantis e administrativas aderiram a novas associações religiosas, as ordens terceiras de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco, enquanto os pardos e os crioulos agregaram-se, apartados dos "Rosários dos pretos", às irmandades de Nossa Senhora das Mercês e às arquiconfrarias do Cordão de São Francisco (Salles, 2007: p. 69-85).

Diante disso, a partir das irmandades de pretos e crioulos de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora das Mercês, localizadas na paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, em Vila Rica, busca-se compreender como essas associações se constituíram e se inseriram na ordem político-social do Antigo Regime, como corpos da república cristã, bem como, em contexto escravista, manejaram categorias dinâmicas de classificação, identificação e distinção étnico-sociais. Longe de se restringirem ao âmbito devocional, tais corporações se estabeleceram como espaços de sociabilidade, organização corporativa, pertencimento comunitário, reconhecimento social e agência política, atravessados por conflitos confraternais, estratégias de autonomia civil-religiosa e disputas jurisdicionais entre os poderes régio e eclesiástico.

A Irmandade do Rosário dos pretos do Alto da Cruz: dos privilégios às obrigações do compromisso

A irmandade de Nossa Senhora do Rosário, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do arraial de Antônio Dias, foi instituída, com o apoio do pároco, em capela concedida no templo da matriz, quando esse já sediava a freguesia que se tornara parte do núcleo urbano central de

[9] A respeito das diversas designações de "qualidade" e "condição" dos indivíduos na América ibérica, ver Paiva, 2015.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

Vila Rica.[10] Considerando as menções de datas e das fundações de vilas do décimo tomo da obra de Frei Agostinho de Santa Maria – referências a acontecimentos posteriores a 1710 e finalização do manuscrito em 1720 –, quando relacionou as devoções marianas das "*Minas geraes do ouro*", verifica-se que a instituição dessa irmandade do Rosário dos pretos ocorreu na segunda década dos Setecentos (ou depois de 1711) (Santa Maria, 1723: 186-187, 232-233, 240-241, 244). Mais precisamente, teria sido fundada depois de 1715, após a instituição canônica (inicialmente perante o vigário da matriz ou da vara) da outra irmandade de Nossa Senhora do Rosário da vila, conforme a pretensão da "*gente preta*", na freguesia de Nossa Senhora do Pilar.[11] A historiografia convencional estabeleceu que a instituição canônica da irmandade do Rosário da freguesia de Nossa Senhora da Conceição foi em 1719, mas os estudiosos não indicam a documentação confraternal que corrobore essa datação.[12] Mais recentemente, o pesquisador Marcos Aguiar e, ainda, Célia Borges (embora essa autora pareça duvidar) consideraram que a confraria de pretos foi criada em 1717 (Aguiar, 1993: 23; Borges, 2005: 226).[13] Aguiar, com certeza, propôs essa data a partir do que leu na justificação civil de ereção e aprovação do compromisso da "*Irmandade de Nossa Senhora do Rozario da Capella da Cruz do Alto do Padre Faria*". Os "*Irmãos Pretos*" peticionaram ao juízo eclesiástico da vara de Vila Rica em fevereiro de 1734, visando a realização do auto de justificação que se

[10] Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias [AEPNSCAD], Casa dos Contos [CC], Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, volume 124, códice 1733-1809, f. 16v-17v.

[11] Conforme Santa Maria, na sua obra de 1723, a fundação da irmandade do Rosário de Antônio Dias foi posterior à outra, na freguesia de Nossa Senhora do Pilar: "*Na mesma Paroquia do Arrayal de Antonio Dias, tiverão também os Pretos da mesma Freguesia, licença, para colocar nella outra Imagem da Virgem Senhora do Rosario, aonde se lhe concedeo hua Capella para o effeytuarem, o que os Pretos puzerão logo em execução, & com tanta emullação se houverão para igualar, & vencerem, se pudessem, os da Irmandade da Matriz [de Nossa Senhora do Pilar]*" (Santa Maria, 1723: 244). O Rosário da freguesia do Pilar também teria sido instituído na matriz em 1715, passando em seguida para uma capela própria, no lugar chamado Caquende, percurso de entrada (com o nome de Cabeças) da vila (Menezes, 2011: 240). No entanto, conforme um "termo" do Rosário da paróquia do Pilar, em 1715 já havia uma capela da irmandade no Caquende (Vasconcelos, 1941: 257). A instituição da irmandade do Rosário da matriz de Nossa Senhora da Conceição parece mesmo ter sido posterior a 1715, porque em uma reunião de março desse ano, para tratar da reconstrução de uma parede do templo, somente constava a presença de duas Mesas confraternais, a do Santíssimo Sacramento e a de Nossa Senhora da Conceição (Menezes, 2011: 257).

[12] Supostamente a referência consistente da data de fundação, 1719, foi apresentada por Furtado de Menezes em 1911, que se baseou em uma "*tabela de precedência das Irmandades, feita a 1º de junho de 1863*" pelo vigário da vara de Ouro Preto, cônego Joaquim José de Santana (que foi, depois, conselheiro e governante da província de Minas Gerais e prior da Ordem Terceira do Carmo) (Menezes, 2011: 236, 259). Outros pesquisadores, desde Fritz Teixeira de Salles, em 1963, somente repetiram esse dado (Salles, 2007: 70, 186; Mulvey, 1976: 290; Ramos, 1986: 435, tabela VIII). Ainda, de acordo com Furtado de Menezes, no início do século XX, não havia "arquivo" nas capelas menores ou nas do morro da cidade de Ouro Preto. "*Em outras [incluindo as do Rosário dos pretos e das Ordens Terceiras] se encontram Livros de Matrícula de Irmãos e Livros de Contas Correntes, onde notícia alguma se colhe sobre a construção e a conservação da capela ou sobre a vida e desenvolvimento da instituição*" (Menezes, 2011: 226). A contundência negativa do estudioso quanto à documentação das confrarias setecentistas não se confirmou.

[13] Boschi referiu-se a dois registros de compromissos do Rosário do Alto da Cruz que denotariam os reconhecimentos régio e eclesiástico da irmandade: um era de 1785 e o outro (conservado no Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição), que datou vagamente, era do "*séc. XVIII*" (Boschi, 1986: 72).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

encaminharia ao bispo do Rio de Janeiro, Frei Antônio de Guadalupe. Na petição, os irmãos afirmam que o compromisso original "*haverá dezessete anos desapareceu, ou para melhor dizer apodreceu*".[14] Assim, a criação da confraria pode ser até anterior a 1717.

Entre as décadas de 1720 e 1730, essa irmandade do Rosário concentrou esforços para construir templo próprio no alto da ladeira do arraial do Padre Faria, o que denota a pretensão de autonomia desses irmãos e irmãs. Foi construída no lugar (notável simbolicamente) denominado Cruz das Almas, que se tornou depois conhecido com o nome de Alto da Cruz, na paróquia urbana de Nossa Senhora da Conceição. Os conflitos entre devotos pretos e brancos do Rosário teriam motivado a separação ou a expulsão dos brancos. Esses buscaram congregar-se na antiga capela de Nossa Senhora do Parto (ou, em data anterior, com invocação de Nossa Senhora do Carmo), no arraial minerário do Padre Faria, constituindo a irmandade do Rosário dos brancos (Menezes, 2011: 199-200; Ribeiro, 2010: 9-19; Santa Maria, 1723: 245-246). No último quartel do século XVIII, foi observado que havia em Vila Rica três capelas ou irmandades do Rosário – duas associadas aos pretos e uma que congregava os "brancos", localizada na capela do Padre Faria (Rocha, 1995: 103). Os historiadores referem-se à cisão da irmandade do Rosário do Alto da Cruz, na década de 1730, a partir das descrições de Diogo de Vasconcelos e Fritz Teixeira de Salles (Vasconcelos, 2011: 148; Salles, 2007: 70; Russell-Wood, 1974: 580-581). Divulgando a narrativa do "Mestre" Vasconcelos, Joaquim Furtado de Menezes constatou, porém, que não conseguira comprovar o conflito social ou étnico de origem: "*nenhum vestígio histórico achei de duas Irmandades [do Rosário, na mesma freguesia de Nossa Senhora da Conceição], uma dos brancos e outra dos pretos, expulsa aquela por esta, mais ou menos pelos anos de 1740*" (Menezes, 2011: 259). Com efeito, nenhum estudioso, até agora, citou (ou encontrou) alguma documentação coeva diretamente relacionada a essa separação entre os devotos.[15]

Em 1734, o compromisso do sodalício intitulado Nossa Senhora do Rosário alcançou a confirmação do bispo do Rio de Janeiro. Décadas mais tarde, atendendo às exigências do governo régio, inscreveu-se a aprovação e confirmação da Coroa, com data de 1785, que declarava sua oposição à suposta autonomia civil-religiosa da fraternidade.[16] A irmandade, com seu capelão, ainda insistiu em conservar o seu poder decisório e a própria organização festiva sem interferências desusadas do pároco ou mesmo do provedor e corregedor (nos assuntos espirituais ou com relação a obras pias) alegando que "*foi ereta com autoridade e aprovação*" do bispo do Rio de Janeiro, Dom Francisco de São Jerônimo, o que pressupunha a legitimidade

[14]AEPNSCAD, CC, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, volume 124, códice 1733-1809, f. 15.

[15] A conflitualidade latente ou explícita das relações entre os moradores devotos fez parte, porém, da memória social da cidade. Um antigo dirigente da irmandade do Rosário do Alto da Cruz, no século XX, narrou à pesquisadora Julita Scarano (e, antes, a Manuel Bandeira, autor do *Guia de Ouro Preto*) diversos casos de disputas (ou de emulação) entre as confraternidades (Scarano, 1978: 81).

[16] AEPNSCAD, CC, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, volume 124, códice 1733-1809, f. 19-20. Ver os mesmos escritos em AEPNSCAD, CC, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, volume 123, códice 1733-1788.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

das suas regras (confraria eclesiástica) mesmo que se admitisse ter-se desvencilhado relativamente da jurisdição régia.[17] No entanto, o Rosário dos pretos, "*sita em Capella particular do Arrayal do Padre Faria*"[18], como normalmente ocorria com outras irmandades, não comprovou, apresentando a licença de instituição do Ordinário, a sua gênese eclesiástica, ficando, portanto, na alçada dos poderes civis e da vigilância dos provedores que ainda poderiam intrometer-se nas eleições dos seus dirigentes. De acordo com Pedro Penteado, para a Coroa, "*não era uma tarefa muito difícil de empreender [obrigar a associação a admitir a falta de comprovação da fundação canônica]*", porque "*antes de 1604 não era necessário um registro escrito da parte da Diocese para erigir uma confraria, bastando uma licença verbal do Bispo*" (Penteado, 1995: 43). Nesse contexto de regalismo governamental da segunda metade do século XVIII, os poderes eclesiásticos insuflados pela Sé romana não deviam ofuscar a soberania do monarca (Seabra, 1995: 402). Assim, o governo régio procurou enquadrar a economia e a sociabilidade civil-religiosa das confrarias, submetendo-as à jurisdição do padroado vinculado à organização paroquial e episcopal da ordem político-administrativa. Tratava-se, nessa engrenagem complicada, de agenciar os bispos (muitas vezes considerados pouco comprometidos com as disposições régias ou muito ciosos dos privilégios eclesiásticos) e os párocos na configuração do Estado. Embora houvesse perspectivas conflitantes, nos tribunais da Coroa, que se deparavam com denúncias costumeiras dos emolumentos abusivos e corrupção moral do clero, quanto às pretensões dos vigários de vigiar ou de dirigir as práticas de organização civil-religiosa dos leigos (sobretudo, em Ordens Terceiras), o entendimento legal passou a reforçar o protagonismo desses agentes disponíveis para a normalização das comunidades (Aguiar, 1997: 71-75).

Com efeito, os vigários colados, em geral, nas Minas, provenientes do clero secular, exprimiram a combinação de poderes espirituais e temporais, supostamente constitutivos do poder régio português, e agenciaram as paróquias, em nome deste, segundo a lógica da *secularização* – pastoral do clero secular, governo administrativo da freguesia, planos de assistência social e polícia da moral e dos costumes. Resultado do enquadramento tridentino e dos planos político-administrativos de centralização do Poder, a proeminência do clero secular, na América ibérica, sobretudo a partir de meados do século XVIII, significou alijar os religiosos ou regulares – evangelizadores e promotores das devoções leigas – do governo das almas e da administração dos sacramentos (Dávalos, 1997: 13-21).

[17] A aprovação episcopal dos compromissos ou dos estatutos de ereção das confrarias religiosas era obrigatória, desde a Constituição *Quaecumque*, estabelecida em 1604 por Clemente VIII, apreendendo a preponderância da jurisdição eclesiástica. No entanto, entre os séculos XVII e XVIII, a Coroa impôs a intervenção dos provedores de comarcas que, exclusivamente, teriam o poder de fiscalizar a contabilidade (receita e despesa) das "*confrarias erectas por leigos*". Entre as décadas de 1760 e 1780, a partir do período pombalino, consolidou-se a "*ação policial dos provedores*"; notadamente na provisão de 6 de junho de 1785, procurou-se "*esclarecer que eram da jurisdição real todas as confrarias que não comprovassem que tinham sido fundadas por Bispos, mesmo que habitualmente lhes mostrassem as contas*" (Abreu, 1999: 233-236). Acerca da repercussão da legislação pombalina nas confrarias da capitania das Minas, cf. Boschi, 1986: 116-117.

[18] AEPNSCAD, CC, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, volume 124, códice 1733-1809, f. 13.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

O Rosário, que não admitia que o pároco cantasse nas suas festividades, reservando ao seu capelão o protagonismo dos ofícios (conforme o capítulo 15º do seu compromisso), resistiu à disposição régia de sujeitar a confraria ao pároco. Através da Mesa da Consciência e Ordens, determinou-se que o pároco seria o interventor e o presidente da eleição anual dos dirigentes da irmandade, contrariando o capítulo primeiro do seu compromisso que atribuía a presidência ao capelão. [19] A associação estranhou essa ordem integrada à confirmação régia do seu compromisso em 1785, alegando que iria recorrer à soberana (Maria I), pois salientara, no eloquente capítulo 14º do compromisso, como de costume, que a sua capela era particular – ou seja, não era capela filial ou anexada à matriz –, onde o capelão exercia as suas funções, desobrigando-a da estrita jurisdição do pároco.[20]

A confraria – constituída, na sua representação pública diante do Poder, de "etíopes, crioulos, pretos forros, e cativos" de Vila Rica, que "*furtando os dias livres do seu cativeiro, e concedidos ao descanso, arriscam as suas vidas pelas entranhas da terra, sem verem a luz do dia a fim de extraírem [ouro] para o suprimento dos cargos da sua Irmandade*" – denunciou (provavelmente no final da década de 1790) que o pároco da freguesia de Antônio Dias, João Antônio Pinto Moreira, aliado do ouvidor da comarca, pretendia intrometer-se nas missas cantadas e novenas das festas confraternais porque visava cobrar valores exorbitantes desse ministério.[21] Esse pároco de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, cuja posse foi em 1796, contrapôs-se aos cultos e às festividades públicas das confrarias, o que resultou em disputa judicial com as associações do Rosário do Alto da Cruz e das Mercês. A "matriz", de acordo com o vigário, estava "*cercada de nove capelas desnecessárias*" e somente duas haviam sido edificadas com a autorização do soberano. Os direitos do pároco incluiriam, conforme as suas pretensões de autoridade civil-religiosa, a presidência das eleições das mesas e a primazia das funções eclesiásticas – "*fazer [ou permitir por licença] todas as novenas, ladainhas, solenes, missas cantadas, procissões, e geralmente todos os cultos públicos*" – nas capelas e ermidas que, segundo as definições da Ordem de Cristo (ou do padroado régio), eram obrigatoriamente filiadas à matriz.[22] Embora houvesse denúncias de venalidade dos párocos e os direitos dos confrades fossem respaldados na legislação romana, a Coroa, interessada em

[19] AEPNSCAD, CC, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, volume 124, códice 1733-1809, f 19-19v. AEPNSCAD, CC, Compromisso da Irmandade do Rosário dos Pretos, volume 123, códice 1733-1788.
[20] AEPNSCAD, CC, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, volume 124, códice 1733-1809, f. 21-22. No capítulo 14º, explicou-se a origem da capela independente: "*E porque esta capela foi feita a expensas da devoção e fieis sem que para sua fatura, ornatos ou guisamentos concorresse em tempo algum o pároco desta freguesia, e estes costumam só desfrutá-la, querendo se lhe pague fábricas, sem acompanharem os irmãos, e ainda sepulturas, sendo eles enterrados nesta própria capela, sem mais zelo, e caridade que o da sua própria ambição, por não ser ela filial, em razão de não ter concorrido a Mãe com coisa alguma, se não pagará nada ao dito pároco, ou fábrica [...]*". AEPNSCAD, CC, Compromisso da Irmandade do Rosário dos Pretos, volume 124, códice 1733-1788. Atualizamos a ortografia e desdobramos as abreviaturas dos documentos manuscritos. Com efeito, conforme o direito canônico, os párocos seriam "*capellães natos de todas as irmandades e confrarias erectas na egreja parochial, ou em capellas e oratorios a ela annexos*" (Carneiro, 1896: 188-191).
[21] AHU, Avulsos, Minas Gerais, cx. 111, doc. 82. A encenação pública desses pretos "*resgatados do paganismo*" e cristianizados integrou-se à memória social da irmandade de Ouro Preto.
[22] AHU, Avulsos, Minas Gerais, cx. 152, doc. 30.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

garantir os rendimentos da colação e consolidar a administração paroquial do clero secular, insistiu em restringir as prerrogativas costumeiras do capelão dos pretos. O provedor da comarca determinou, em 1809, a exclusão, no capítulo do compromisso relacionado às obrigações do capelão, da missa cantada nos dias de Nossa Senhora do Rosário e dos santos e santas da irmandade, o que significou subordinar as festividades e a legítima representação pública da corporação – agrupamento de escravizados cujos lucros do trabalho, nos "*dias livres de seus cativeiros*", mantinham as suas zelosas manifestações religiosas – à proeminência intervencionista da autoridade paroquial.[23]

A irmandade do Rosário do Alto da Cruz dispôs, no penúltimo capítulo do seu compromisso, que "*Entrará nesta Irmandade toda a qualidade de pessoas, sendo Católicos Romanos, para efeito de gozarem dos [seus] privilégios, e indulgências*". Mas a regra apontou que esses irmãos, pressupondo-se especialmente aqueles da qualidade de brancos, não deveriam se intrometer nos "*governos*" da irmandade, exceto os normalmente brancos da mesa administrativa que fossem eleitos – tesoureiro, escrivão e capelão –, que visariam o consenso com os "*irmãos pretos*".[24] Os cargos exclusivos e próprios dos pretos eram os de juiz e de procurador, no entanto, para o emprego de escrivão, foi considerada a possibilidade de eleição dos irmãos pretos, "*que sentiam cabal inteligência para o dito emprego*". No capítulo de esclarecimento da responsabilidade do escrivão salientou-se que, dentre os pretos, havia "*alguns ainda crioulos*" que poderiam exercer a função, indicando que os crioulos estariam mais aptos do que os pretos africanos. Os eleitos deviam ter "*boa letra, [...] inteligência, [...] boa conduta*" e ser "*abastados de bens*". O escrivão conservava e guardava os "*Livros da Irmandade*", isto é, os livros de receita e despesa, das entradas dos irmãos – "*declarando o dia, mês e ano da sua entrada da parte esquerda, e da direita, para se lhe abonarem os anuais*" –, dos termos de reunião de mesa, da "*receita por lembrança*" do procurador (registro de joias, alfaias, móveis, imóveis e dos pleitos judiciais) e da escrituração de obras e de contratos de arrematação.[25] Outrossim, embora costumeiramente houvesse a primazia dos brancos na eleição de tesoureiro, o Rosário do Alto da Cruz, na década de 1730, previu que os confrades pretos poderiam ser eleitos para o cargo, porque já "*havia pretos estabelecidos, abundantes*" de bens, zelosos da comunidade confraternal.[26]

[23] AEPNSCAD, CC, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, volume 124, códice 1733-1809, f. 21v-22. Os pretos do Rosário investiram na representação pública de fieis cristãos que transformavam os lucros do seu trabalho em esmolas e doações de caridade. Assim, parecem negar as costumeiras denúncias das autoridades civis e eclesiásticas, para quem a autonomia desses trabalhadores escravizados, nos domingos ou nos dias santos, resultava na prática de crimes, furtos e extravios de ouro. AHU, Avulsos, Minas Gerais, cx. 157, doc. 42, [antes de 1801]. Sobre os conflitos político-religiosos entre o pároco e, particularmente, as irmandades das Mercês e do Rosário da freguesia de Antônio Dias em fins do século XVIII, cf. Aguiar, 1997: 43-100.

[24] AEPNSCAD, CC, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, volume 123, códice 1733-1788. A irmandade do Rosário dos pretos da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto previa, em 1750, que "*toda pessoa preta ou branca, de um ou outro sexo, forro ou cativo, de qualquer nação que seja, que quiser ser irmão da Irmandade, irá à Mesa ou a casa do escrivão da irmandade pedir-lhe que faça assento de irmão*". Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar [AEPNSP], Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos na sua capela filial da matriz de Nossa Senhora do Pilar de Vila Rica. Ano de 1715 em o qual foi ereta, v. 3044. Cf. Delfino, 2015: 259.

[25] AEPNSCAD, CC, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, volume 123, códice 1733-1788.

[26] AEPNSCAD, CC, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, volume 123, códice 1733-1788.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

A ausência de restrições para o assento do confrade era usual nas irmandades do Rosário dos pretos da América portuguesa, o que não significou que todos tivessem as mesmas chances de ascensão às ocupações da mesa dirigente. Assim como foi observado em corporações baianas e de Recife, havia fraternidades do Rosário de pretos, na capitania de Minas Gerais, em que os africanos procedentes de Angola, unidos a uma fração dos crioulos(as), devido às alianças, ao parentesco e à vizinhança, procuraram conservar a sua proeminência nos cargos de Mesa (Reginaldo, 2011: 172-173).[27] Na irmandade dos pretos da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, houveram, certamente, essas exclusões relativamente negociadas no âmbito da comunidade. No códice *Índice de irmãos*, com anotação descritiva dos confrades vivos "*da era de 1770 para diante*", a procedência ou a qualidade social mais mencionadas, que identificavam os associados, foram as de crioulo, angola, congo e mina (respectivamente, 40,0%, 17,3%, 10,4% e 7,4%). Mas quanto à classificação de qualidade social – conjugando a naturalidade, a cor, a condição estamental-escravista e a posição econômico-social do agente –, observa-se que o número de pretos africanos era preponderante (47,0%), superando outras designações usuais, como as de crioulo, pardo, cabra e branco. Esse livro, o abecedário dos membros da confraria, forneceu a listagem mais completa de assentos de irmãos e irmãs, supostamente vivos ou participantes, porque resultou do translado dos livros de assentos de irmãos e irmãs (do livro 1º ao 7º), que precisavam conservar no arquivo da fraternidade.[28] Tratava-se de reunir, em ordem alfabética, as descrições dos indivíduos ainda vivos, visando conferências sistemáticas do desempenho devocional e das obrigações de pagamentos e das esmolas, o que contribuía para a racionalização da administração confraternal no contexto da ingerência fiscalista da Coroa.

[27] Para Scarano, a aliança entre africanos de Angola e crioulos e a discriminação resultante quanto às funções de liderança não seriam próprias das irmandades dos pretos das Minas (Scarano, 1978: 113). Não é bem assim. Correspondendo, com reforço, à dinâmica demográfica da escravização, na irmandade do Rosário de São João del-Rei, entre as décadas de 1750 e 1800, calculou-se que apenas 5,64% dos irmãos associados era da África ocidental. A grande maioria dos irmãos com registro da procedência (ou da referência étnica) era da África central e do Brasil (como crioulo, pardo, cabra), o que consolidou as alianças entre esses. No arraial do Bacalhau, integrado à freguesia de Guarapiranga – outro território cuja economia agrária foi expressiva –, entre as décadas de 1760 e 1830, o número de membros da Mesa crioulos e mestiços da irmandade do Rosário chegou a superar o total de dirigentes originários da África central (que, costumeiramente, procediam de Angola, Benguela e Congo). Nessa povoação, somente 6,48% dos membros da mesa dirigente era da África ocidental (como mina, coura ou courano, entre outros) (Kiddy, 2005: 253-254).

[28] O *Índice* ou abecedário dos confrades do Rosário do Alto da Cruz incluiu entradas do século XVIII e do século XIX. Os registros provenientes do livro 1º, cujos assentos começavam provavelmente no final da década de 1710, são poucos e incertos (cerca de 30 homens, predominando os escravizados). No Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias e no Arquivo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, em Ouro Preto, constam livros de entrada de diferentes períodos entre os séculos XVIII e XX: 1794-1856 (livro 3º da anotação do abecedário), 1737[1733]-1829 (livro dos *irmãos brancos*, 4º da anotação do abecedário), 1762-1763 (fragmento do livro de assentos que, parece, não foram referidos no abecedário), 1820-1902, 1823-1885, 1872-1897. Observando-se a numeração dos livros anotados no *Índice* acerca das irmãs e a quantificação, por década, das entradas de homens e de mulheres do livro 4º (entre as décadas de 1730 e 1820), pode-se supor que o agrupamento feminino tornou-se mais expressivo na segunda metade dos Setecentos e no início do século seguinte.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

A participação feminina nessa confraria (e em outras do Rosário constituídas nos antigos povoados) acentuou-se ao longo dos séculos XVIII e XIX, refletindo o quadro populacional da vila, principalmente a partir da crise da extração aurífera. Consta, no abecedário, que 60% dos associados eram mulheres (tabela 1). O seu poder de liderança e a sua influência nas estratégias confraternais estavam, supõe-se, diretamente ligadas à sua ativa benemerência, isto é, a sua capacidade de oferecer esmolas expressivas ou de angariar apoios diversos de parentes, amigos e protetores – senhores e autoridades civis e eclesiásticas – aos planos de consolidação do sodalício. Entre 1782 e 1783, por exemplo, as juízas de Santa Efigênia da irmandade de Nossa Senhora Rosário, suplantando esta invocação principal da sua capela do Alto da Cruz, tendiam a ser mais pródigas na esmola, cujo montante elevado obtinha-se operando redes de convivência, do que os homens da mesma devoção.[29] As regras escritas da fraternidade (ou seu compromisso aprovado) não previam a participação direta das mulheres na eleição da mesa dirigente, mas elas desempenhavam as funções de juízas de Mesa e de devoção ou de rainhas das festas da padroeira, expressão do seu prestígio no âmbito da comunidade de escravizados e libertos, assim como da vizinhança.[30]

O Rosário, no Alto do Padre Faria ou da Cruz, provavelmente foi a mais potente confraria de pretos e de mestiços da capitania de Minas Gerais, considerando os seus rendimentos superiores (esmolas, pagamentos de entrada e de anuais, doações, funerais) às receitas das outras irmandades de africanos ou de afrodescendentes de Vila Rica e o número estimado das entradas durante o século XVIII e o início do século seguinte (tabela 1).[31] O escrivão, ou mesmo o capelão, procuraram assinalar o falecimento dos devotos listados no *Índice*, afinal a Mesa tinha obrigação de providenciar os ritos fúnebres e, ainda, vigiava as disposições testamentárias dos membros da fraternidade. Muito mais rara foi a preocupação com a perspectiva de mudança da sujeição jurídico-política do associado – isto é, de escravo(a) de alguém, fosse membro da confraria ou não, a alforriado –, que se apreendeu com um "hoje forro" ou "hoje forra" junto aos nomes.

Tabela 1: Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos pretos, capitania de Minas Gerais e Salvador, Bahia: gênero e condição social dos associados

Irmandade	Período (livros ou assentos)	Homem	Mulher	Livre	Forro	Escravizado	Total de irmãos/irmãs
Alto da Cruz, Vila Rica	1770-1810	1.530	2.289	2.131	111	1.577	3.819[1]
Caquende,	1760-1810	1.077	1.189	796	365	1.099	2.266

[29] AEPNSCAD, CC, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, Receita e Despesa, volume 132, códice 1723-1798, f. 150v-151.

[30] A historiografia tem registrado as experiências de protagonismo de africanas escravizadas e libertas que foram senhoras de escravos e eram associadas às irmandades do Rosário do território minerário (Higgins, 1999: p. 122; Rodrigues, Maia, 2023: p. 125-162).

[31] Supõe-se que o Rosário do Alto da Cruz, dentre as confrarias de pretos, crioulos e pardos de Vila Rica, detinha a maior receita. Entre os anos de 1736 e 1750, a irmandade arrecadou mais de 2.000 oitavas de ouro, ou mesmo mais de 3.000 oitavas. A diferença entre a receita média anual dessa comunidade, no período de 1767 a 1797, e a arrecadação média anual da confraria do Rosário da paróquia de Nossa Senhora do Pilar (ou do bairro do Caquende), no período de 1781 a 1810, foi superior a 200 oitavas (Aguiar, 1993: 331-332).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

Vila Rica							
São João del-Rei	1750-1808	813	744	431	225	901	1.557
Mariana	1750-1809	–	–	74	225	553	852
Tejuco, Serro Frio	1779-1800	–	–	75[2]	139	314	528[3]
Portas do Carmo, Salvador	1719-1826	1.410	3.648	2.840[4]	336	1.882	5.058[5]

Fonte: AEPNSCAD, CC, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, volume 134, códice 1770-1810; Aguiar, 1993: 322; Borges, 2005: 230; Kiddy, 2005: 257; Scarano, 1978: 99, 214; Reginaldo, 2011: 329-331.

(1) Não incluímos 65 assentos ilegíveis.
(2) Indivíduos brancos.
(3) A autora avisa que, devido ao "*mau estado*" do livro de membros, "*os números não são de absoluta confiança*" (Scarano, 1978: 115).
(4) Supomos esse número de "livres" (sem anotação da condição jurídica), que devia ainda incluir pessoas alforriadas, excluindo-se os escravizados e os forros do total de confrades.
(5) Esse número era maior, considerando que os registros do livro de entrada consultado (um abecedário dos associados) "*terminam na Letra 'M' do alfabeto*" (Reginaldo, 2011: 324-325).

Os crioulos e a Irmandade das Mercês: perfil associativo e contendas na paróquia de Antônio Dias

Outra devoção, dedicada a Nossa Senhora das Mercês, a Redentora dos Cativos, foi iniciada por devotos crioulos na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, provavelmente em 1743, segundo uma versão atualizada de seu compromisso, datado de 1818.[32] O *Dossiê de Tombamento do Núcleo Histórico de Ouro Preto* sugere uma suposta origem dessa agremiação, e sua posterior transferência, da matriz de Nossa Senhora da Conceição para a capela do Bom Jesus dos Perdões, embora não cite dados documentais.[33] Este templo, que também data dos anos iniciais da década de 1740, foi doado à irmandade em 1760 pelo padre José Fernandes Leite, falecido em 1768.[34] Na altura da elaboração desse compromisso, era admitido como irmão "*qualquer pessoa de um e outro sexo, sendo cristão*", da mesma forma como na Irmandade do Rosário. A corporação permitia a entrada de escravizados, se comprometendo, se houvesse recurso disponível, a favorecer os irmãos "*que*

[32] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica, Nº 7.5.1. Compromisso, 1818-1820, cx. 1, prat. 41, est. 9. Ver também Aguiar, 1993; Precioso, 2014; Souza, 2017; Teixeira, 2022.
[33] Prefeitura de Ouro Preto. Dossiê de Tombamento do Núcleo Histórico de Ouro Preto – MG / Complementação. Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas. Disponível em: https://www.ouropreto.mg.gov.br/turismo/bem-tombado/1779. Acesso em 28 fev. 2026.
[34] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.5.1. Compromisso, 1818-1820, cx. 1, prat. 41, est. 9; Nº 7.6.1. Deliberações, 1764-1815, cx. 2, prat. 41, est. 9. AEPNSCAD, Livro de Óbitos, 1441-1770. Nº 1.2.1, cx. 1, prat. 4, est. 1, p. 425.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

se acharem em prisões ou ainda para a Liberdade de algum, sendo cativo".[35] Entretanto, nem sempre suas portas estiveram abertas a qualquer ingressante.

Um conflito tornou-se exemplar quanto às restrições de acesso e às tensões existentes entre pretos e crioulos da freguesia – iniciado na década de 1760, quando os crioulos das Mercês passaram a confeccionar ou regularizar seus livros –, com a expulsão de duas irmãs pretas. Nesse primeiro registro documentado, há menção a outro compromisso, ao que parece uma primeira versão não localizada. Em 25 de setembro de 1763, os oficiais de Mesa e outros irmãos discutiam que, nesse compromisso, era estabelecido que pessoas de qualquer sexo nacionais dos reinos de Guiné e Luanda não fossem admitidas como *irmãos de termo* (isto é, com registro de entrada oficializado pelo escrivão).[36] Em meio a diferentes dinâmicas escravistas e sentidos de liberdade, eram estabelecidas hierarquias no interior da população não-branca, sendo constituído novo agrupamento de crioulos, apartados dos africanos e afrodescendentes que já se reuniam no Alto da Cruz (Aguiar, 1993: 296-302; Souza, 2017: 40).

Conforme o que era lançado em ata naquele setembro de 1763, foram aceitas como irmãs, contra as leis do Livro, duas pretas chamadas Joana Maria, escrava de nação mina de Valentim Antônio Maciel, e Rosa Teixeira da Costa, escrava de Antônio Teixeira da Costa. Seus assentos, inclusive, foram oficializados no dia anterior à reunião, no qual se celebrava em festa a Virgem das Mercês.[37] Os oficiais decidiram pela expulsão das duas mulheres, por serem as mesmas de "nações repudiadas", respaldados por trinta votos em um total de quarenta e três presentes. A ação, assim, não era um consenso entre os envolvidos. Em uma dinâmica identitária pendular, nem todos os crioulos buscariam uma representação pública pautada na negação de sua africanidade, existindo entrelaçamentos sociais diversos (Berlin, 1999). Optando por ação cautelosa, e talvez uma conciliação entre oficiais, elas seriam avisadas que não eram mais *irmãs de termo* da irmandade, ficando esta sem a obrigação de sufragar suas almas, mas teriam o "*consolo espiritual*" de gozar das indulgências como *irmãs do bentinho.*[38]

O artifício de tornar sujeitos considerados "indignos" de se filiarem como *irmãos de termo* em *irmãos do bentinho* foi algo comum a ordens terceiras, como demonstrou Anderson Oliveira, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. A Senhora Redentora dos Cativos, como a do Carmo, possuía o símbolo do escapulário, utilizado como objeto de devoção de africanos e afrodescendentes escravizados ou apartados do cativeiro. A Irmandade das Mercês de Antônio Dias, que na década de 1760 já se agenciava frente à conquista dos estatutos de arquiconfraria ou ordem terceira, buscava reforçar as restrições de acesso ao seu corpo associativo, emulando

[35] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.5.1. Compromissos, 1818-1820, cx. 1, prat. 41, est. 9.
[36] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.6.1. Deliberações, 1764-1815, cx. 2, prat. 41, est. 9.
[37] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.8.2. Entradas de irmãos, 1762-1817, cx. 3, prat. 41, est. 9. Livro impresso.
[38] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.6.1. Deliberações, 1764-1815, cx. 2, prat. 41, est. 9; Entradas de irmãos, 1762-1817, cx. 3, prat. 41, est. 9.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

a experiência dos terceiros da vila. O irmão do bentinho se distinguia por não seguir a Regra, professar e receber hábito. Independente disso, eles receberiam as indulgências e os benefícios espirituais caros à escatologia católica. Assim, "*a devoção ao Bentinho parecia ser um estímulo a outros segmentos da população que não ombreavam com os Terceiros em sua associação*" (Oliveira, 2008: 223). Este "*consolo espiritual*" garantia a demarcação de certo prestígio, mesmo em "*situação subalterna*", aproximando sujeitos distintos das sociabilidades do meio associativo (Oliveira, 2008: 224).

Em 14 de outubro do mesmo ano, os irmãos recebiam um parecer favorável do vigário da vara para uma solicitação enviada anteriormente. Era requerido que lhes fosse remetido um documento comprovando a validade de sua eleição, realizada pelo coadjutor Thomas Machado de Miranda, em substituição ao pároco. De acordo com o relato, alguns membros não aceitaram o resultado da eleição dos que exerceriam as funções em 1764, "*sentidos*" por não serem eleitos, se opondo "*maliciosamente*" perante "*um ou outro juízo*". Alguns devotos teriam sido reunidos pelos crioulos forros Félix César de Menezes e Bento da Costa Leal, "*fazendo motim*" para impedir a posse no dia 16 de outubro. Tais membros eram acusados de "*malévola parcialidade*", que acarretaria grande ruína para a corporação. Naquele mesmo mês, ao informar a situação ao bispado de Mariana, os crioulos especificaram um pouco mais os motivos que estavam por trás dos "*pretextos frívolos*" desses dois irmãos: eles receavam que os novos escolhidos admitissem como irmãos "*pretos de nação de Guiné*".[39] Havia um conflito interno entre os oficiais em razão da proibição de nacionais de Guiné e Luanda, como as duas pretas escravas de Valentim Antônio Maciel e Antônio Teixeira da Costa. Este último possuía oito cativos crioulos na agremiação, sendo que um deles, Bernardo Teixeira, foi irmão de Mesa justamente em 1763.[40] Ao que parece, a relação senhorial, ou a aliança firmada, era suficientemente forte para que se desconfiasse que a Mesa favorecesse os africanos.

Quanto aos considerados "*insurgentes*", o registro de assento de Bento da Costa Leal, morador no Arraial dos Paulistas, em Antônio Dias, data de 24 de setembro de 1760. Dois anos depois, o mesmo apareceu como procurador em conflito relacionado aos sepultamentos, sendo referido como sargento-mor. Ele não era o procurador da mesa administrativa, mas um representante escolhido especificamente para atuar naquela ação. Já Félix César de Menezes, morador no Padre Faria, teve sua entrada registrada em 24 de outubro de 1762. Ele viria a atuar como irmão de Mesa e escrivão nos anos de 1765 e 1766. Em 1763 eram juízes os crioulos forros Braz Dias da Cunha, morador em Lavras Novas, com entrada de 1761, e Thimoteo Barbosa de Negreiros, morador no Padre Faria, com ingresso em 1759. O escrivão, o procurador e o tesoureiro eram o crioulo forro Manoel Teixeira da Silva, o crioulo Eugênio Varela Santiago, escravo do Capitão Antônio Varela Santiago, e Valentim Antônio Maciel. Este último não possuía termo de entrada, mas aparecia no assento de sua escrava, a preta mina Joana Maria, alvo do conflito

[39] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.19.20.1. Livro de Causas judiciais movidas pelo juiz e oficiais da irmandade, 1761-1845, cx. 2, prat. 47, est. 10.
[40] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.8.2. Entradas de irmãos, 1762-1817, cx. 3, prat. 41, est. 9. Livro impresso; Nº 7.6.1. Deliberações, 1764-1815, cx. 2, prat. 41, est. 9.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

naquele ano, o que descortina ao menos parte da questão pelo desdobramento das relações escravistas ao meio confraternal.[41]

Alguns anos depois, em ata de 10 de janeiro de 1767, era comunicado em Mesa que a Irmandade do Rosário, por motivo de vingança em razão dessa expulsão, estava elegendo irmãos e irmãs das Mercês para juízes e juízas, mesmo se não fossem associados. O termo sugere que as duas rejeitadas como irmãs mercedárias, "*como era público*", teriam sido escolhidas para cargos de importância entre os pretos em sua agremiação. Para os que denunciavam o ocorrido, esses irmãos das Mercês citados esqueceriam o fato de nunca terem sido eleitos no Rosário, anteriormente ao conflito exposto, e aceitariam a função "*vaidosamente*". A Mesa decretava que quem fosse eleito juiz ou juíza do Rosário e a algum cargo das Mercês, em um mesmo ano, não poderia abdicar deste por nenhum pretexto, sob as penas de ser obrigado a satisfazer à função judicialmente, com multa ou expulsão, visto ser um grande prejuízo ao erário.[42]

Essa decisão parece não ter surtido o devido efeito, sendo necessária, em 1792, nova advertência. Segundo o tesoureiro daquele ano, o capitão português Joaquim de Lima e Melo – morador na Rua Direita de Antônio Dias, que atuaria também como *juiz de devoção*[43] e estaria envolvido em outros conflitos –, a Irmandade das Mercês era "*positivamente de irmãos crioulos*", sendo comum a estes a falta de "*forças*" para seu suprimento e conservação.[44] Nesse período, a corporação assumia inúmeros gastos com demandas judiciais, e seus recursos financeiros nunca chegaram perto das receitas de sua concorrente do Alto da Cruz (Aguiar,

[41] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.8.1. Entradas de irmãos, 1759-1811, cx. 2, prat. 41, est. 9; Nº 7.19.20.1. Livro de Causas judiciais movidas pelo juiz e oficiais da irmandade, 1761-1845, cx. 2, prat. 47, est. 10, doc. 06, f. 01-03; Nº 7.6.1. Deliberações, 1764-1815, cx. 2, prat. 41, est. 9. Cf. Abecedário de Irmãos do Rosário do Alto da Cruz, 1770-1810, Livro 2, f. 163. Joana Maria não consta nos livros de entrada consultados do Rosário do Alto da Cruz. O senhor Valentim Antônio Maciel está presente no Abecedário como dono da escrava Gregória. Rosa Teixeira da Costa também não está em nenhum dos livros, embora o de Antônio Teixeira da Costa esteja no Abecedário como irmão livre e senhor de dois escravos, José e Manoel. Na irmandade das Mercês houve também um africano agremiado que, ao que tudo indica, não foi obrigado a deixar a corporação. Braz Gonçalves Veiga era um preto forro, com morada no Padre Faria, que teve assento em 1761, dois anos antes das duas irmãs. Faleceu em 1791 e foi sepultado na Capela do Rosário do Alto da Cruz. Ele também teria sido expulso? Ou o fato de ser homem liberto o poupou da exclusão? Braz apareceu no abecedário do Rosário como senhor do escravo Antônio. Além de africano liberto era proprietário, o que viabilizaria uma posição social distinta das escravas africanas abolidas.

[42] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.6.1. Deliberações, 1764-1815, cx. 2, prat. 41, est. 9.

[43] O juizado devocional (também referido como "de santo" ou "de promessa"), diferentemente dos cargos administrativos de juiz e juíza eleitos, consistia da doação de esmola e participação na festividade do orago de devoção, sendo acessível a quem pudesse arcar financeiramente com a função. Em alguns casos, esses juizados poderiam levar ao surgimento de outras confrarias, subordinadas à patrona do templo e aos seus dirigentes.

[44] Em seu testamento consta a participação nas ordens do Carmo e de São Francisco, e nas irmandades do Santíssimo Sacramento e Senhor dos Passos da freguesia do Pilar, e Senhora do Rosário e Mercês de Antônio Dias. É interessante apontar que o capitão foi testemunha em devassa da Inconfidência Mineira, e que uma representação dos párocos das Minas, de 1794, relataria o envolvimento de confrades "de cor" na conspiração de 1789. AHU, Avulsos, Minas Gerais, cx. 111, doc. 95, [post. 1777]. Arquivo da Casa Setecentista do Pilar, Museu da Inconfidência [ACSP], Inventário do Capitão Joaquim de Lima e Melo, 1803, cx. 134, doc. 1686.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

1993: 36).[45] Para ele, a irmandade do Rosário, dirigida a enfraquecer a das Mercês, lançava irmãos desta por *juízes de santos*, mesmo que não fossem *irmãos de termo*. O tesoureiro, irmão desde 1761, pode ter persuadido ou inibido a opinião de alguns membros da comunidade crioula, já que a primeira votação para a expulsão não fora unânime.[46] Eram juízes em 1792, o capitão pardo João Machado de Souza e o crioulo forro Vicente Gonçalves da Silva, que também era irmão do Rosário de Mariana, aonde viria a ser sepultado. O procurador era o crioulo forro Manoel da Silva Marques, que atuou em vários cargos e esteve envolvido em momentos importantes, sendo, por exemplo, fiador de auxílio à libertação de um membro cativo em 1784. A maioria dos oficiais envolvidos nesses episódios conflitantes mantivera-se em diferentes funções na mesa dirigente por muitos anos.[47]

Outros tipos de conflito foram determinantes na trajetória da agremiação. Semelhante ao ocorrido no Rosário do Alto da Cruz, o enfrentamento público entre confrades mercedários e seus vigários também se deu em torno da realização de missas cantadas, dentre outras funções, consideradas pelos clérigos como direitos paroquiais. Os confrontos tomaram enorme proporção, visto que os crioulos e seus capelães foram denunciados e declarados excomungados pelo pároco, sendo a notícia alardeada para toda a comunidade em missa na matriz. A justiça eclesiástica foi acionada e os trâmites foram longos. Dois quesitos eram fundamentais para a contenda: o exemplo das regalias e autonomias próprias às ordens terceiras e a interpretação da provisão régia que confirmava o compromisso do Rosário. Travou-se uma disputa em torno da definição dos "direitos paroquiais". Era preciso legitimar a autogestão do culto pela distinção existente, na legislação canônica, entre capelas filiais e não filiais da matriz, amparando-se na jurisdição secular das confrarias.

O primeiro conflito paroquial de maior proporção ocorreu no final da década de 1780, com o vigário Bernardo José da Encarnação.[48] Nos dizeres do vigário, os crioulos das Mercês foram os primeiros a seguir a "*revolta das ordens terceiras*", em 10 de agosto de 1788 – ano em que receberam três Breves da Santa Sé Apostólica –, e, em seguida, os irmãos do Rosário arrogaram a "*liberdade de interpretar*" a real provisão revocatória de seu compromisso.[49] Por vários anos as eleições das Mercês de Antônio Dias eram acompanhadas pelo pároco ou coadjutor que o substituía. Houve uma mudança no registro dos termos de reunião, a partir de 1789, com a informação de que o processo eleitoral era realizado pelo "*capelão comissário*" e juiz da agremiação. Com o confronto travado, os devotos não aceitavam mais o vigário presidindo as

[45] A história da agremiação crioula é ainda mais interessante pelo desenrolar de conflitos que levaram a uma cisão na associação, mantendo-se duas confrarias sob o mesmo orago, uma em cada freguesia da vila. Para saber mais sobre a contenda entre as Mercês de Vila Rica, que se estendeu por quase um século, cf. Teixeira, 2022.
[46] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.6.1. Deliberações, 1764-1815, cx. 2, prat. 41, est. 9; Nº 7.8.1. Entradas de irmãos, 1759-1811, cx. 2, prat. 41, est. 9.
[47] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.8.1. Entradas de irmãos, 1759-1811, cx. 2, prat. 41, est. 9; Nº 7.6.1. Deliberações, 1764-1815, cx. 2, prat. 41, est. 9.
[48] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.19.20.1. Livro de Causas judiciais movidas pelo juiz e oficiais da irmandade, 1761-1845, cx. 2, prat. 47, est. 10, doc. 5, f. 1-2.
[49] ACSP, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica – Autor. Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Documento Libelo, Caixa: 176, Documento: 2407, Data: 1793, Cartório/Ofício 1, f. 134.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

reuniões, já que esses também foram anos de aquisição de Breves papais e indulgências, com a pretensão de elevação à ordem terceira, o que garantiria certa autonomia em relação à paróquia.[50]

Os confrades das Mercês citaram distintos exemplos em seus requerimentos, como a confraria de Nossa Senhora das Dores de Vila Rica e a Arquiconfraria do Cordão de São Francisco de Mariana, além de um caso mais específico vivido pelo Rosário com o mesmo pároco, que não teria comparecido para presidir uma eleição após ter sido convocado pela irmandade (certamente contra a vontade da Mesa, mas a fim de demonstrar o cumprimento da decisão régia).[51] Os irmãos do Rosário teriam argumentado em sua queixa, inclusive, que "*ainda que pretos querem ter o brasão de obedientes às ordens da soberana; e porque lhes é indispensável a fatura da sua eleição e aquele Pároco não quer presidir como sua Majestade lhe manda*".[52] Eles solicitavam que o provedor recomendasse um substituto, mas Pedro José de Araújo Saldanha se esquivou da situação, dizendo ser apenas um executar das leis, não lhe cabendo determinar nenhuma ação. Os confrades não ficaram satisfeitos com o despacho, argumentando que "*as Leis de Sua Majestade não providenciam todos os acasos e por isso competem aos senhores Ministros darem-lhe as providências, o que continuadamente se está vendo praticar*", e concluíam que "*ao título de Provedor bem demonstra que é para prover de remédio as Irmandades, e Capelas de Sua Inspeção no secularizado*", "*não é só para lhe tomar as Contas*".[53]

O vigário somava outras denúncias em relação à corporação mercedária, como o fato de não possuir compromisso aprovado, conforme Provisão de 1765,[54] não ter mesa administrativa legítima, realizando "*eleições clandestinas*", e não contribuir com pagamentos à fábrica da matriz desde 1779, referente à pensão anual de dez sepulturas. Além da afrontosa atuação do "*tesoureiro perpétuo*", Joaquim de Lima e Melo, que para ele governava "*arbitrariamente esta miserável sociedade*", teria feito também requerimentos para a Ordem Terceira de São Francisco, a fim de encobrir a "*despótica exclusão*" da inspeção paroquial. Queixava-se da "*interpretação errônea*" dos irmãos do Rosário, arrogando "*igual liberdade*" por insinuar que o soberano não incluía o capítulo sobre missas cantadas em sua sentença, embora o clérigo

[50] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.6.1. Deliberações, 1764-1815, cx. 2, prat. 41, est. 9.
[51] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.19.20.1. Livro de Causas judiciais movidas pelo juiz e oficiais da irmandade, 1761-1845, cx. 2, prat. 47, est. 10, doc. 5, f. 1-2.
[52] ACSP, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica – Autor. Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Documento Libelo, Caixa: 176, Documento: 2407, Data: 1793, Cartório/Ofício 1, f. 17-18; 24-28.
[53] ACSP, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica – Autor. Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Documento Libelo, Caixa: 176, Documento: 2407, Data: 1793, Cartório/Ofício 1, f. 29.
[54] Em 08 de março de 1765 foi expedida uma provisão pela Mesa da Consciência e Ordens, responsável pelos assuntos de ordem religiosa, que notificava a obrigatoriedade de irmandades confirmarem seu compromisso neste Tribunal (Aguiar, 1993, p. 153-175).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

tenha advertido que na confirmação da Arquiconfraria do Cordão de Mariana, de 1784, lhes fora retirada a liberdade que queriam, bem como nas Mercês da mesma cidade em 1787.[55]

O termo de aceitação das alterações do compromisso do Rosário, ordenadas pela Mesa da Consciência e Ordens, demonstra a comunicação e a aliança de circunstância entre as corporações, que possuíam integrantes em comum. O termo foi assinado pelo escrivão Félix Pereira de Almeida, homem branco também filiado ao Carmo e Mercês, e pelo capelão Leonel de Abreu Lima, também presente em São Francisco e Mercês.[56] Outro exemplo foi o ocorrido em 9 de setembro de 1791, quando o solicitador de causas do vigário, capitão Domingos da Rocha Pereira, pediu que se apregoassem três corporações: Mercês, Rosário e São Francisco. Em audiência, compareceram os procuradores das irmandades e o da ordem terceira, respectivamente o alferes Pedro de Oliveira Jacques e Antônio de Abreu Lobato. A justaposição de membros em irmandades e ordens terceiras não foi algo incomum, tecendo redes de sociabilidades, firmando serviços, auxílios e estratégias.[57]

As consequências dos anos de conflitos travados chegaram, e, em 31 de agosto de 1800, era elaborado termo a respeito da festa das Mercês, a ser comemorada apenas com missa rezada, sem música e novenas, para que fosse feita pelo capelão.[58] Dois anos depois, os irmãos informavam ao vigário que, em virtude de um Breve Apostólico, alcançaram sete jubileus em cada ano, todos com absolvição geral. Um dos jubileus estava declarado pela Santa Sé Apostólica para o dia de Quinta-feira Maior, sendo necessária a celebração de missa com toda a solenidade possível. Amparados na aquisição de importantes privilégios, suplicavam a devida licença para expor o Santíssimo Sacramento no sacrário de sua capela, por seu "*capelão comissário*" Francisco Manoel da Silva. Era preciso examinar a decência do sacrário para que se concedesse a faculdade pedida.[59] O capelão era irmão da Irmandade do Senhor dos Passos e das Ordens Terceiras de São Francisco, Carmo e São Francisco de Paula, demonstrando conexões existentes em diferentes meios confraternais e suas demandas.

Ainda segundo os irmãos, os capelães presidiam suas eleições, como prescrevia o capitulo sétimo de seu compromisso.[60] Como passaram a realizar festas com missas rezadas e celebrar jubileus, o pároco encontraria outros meios para intervir, em represália, como a presidência de eleições e a encomendação dos corpos dos falecidos. Já em correspondência enviada ao capelão

[55] ACSP, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica – Autor. Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Documento Libelo, Caixa: 176, Documento: 2407, Data: 1793, Cartório/Ofício 1, f. 44-48.
[56] ACSP, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica – Autor. Fundo Fórum da Comarca de Ouro Preto, Série Cível, Documento Libelo, Caixa: 176, Documento: 2407, Data: 1793, Cartório/Ofício 1, f. 55.
[57] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.6.1. Deliberações, 1764-1815, cx. 2, prat. 41, est. 9. AHU, Avulsos, Minas Gerais, cx. 68, doc. 66. [ant. 1755]
[58] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.6.1. Deliberações, 1764-1815, cx. 2, prat. 41, est. 9.
[59] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.19.26.2. Correspondência recebida e remetida: Paço da Câmara, Consistório, Mesa administrativa e outros, 1788-1960, cx. 1, prat. 47, est. 10.
[60] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.6.1. Deliberações, 1764-1815, cx. 2, prat. 41, est. 9.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

Francisco Manoel da Silva, em 1803, era informado que, ao sepultar os confrades, ele os encomendava, revestido de capa de asperges e estola, sendo este um ato contra os direitos privativos do pároco. João Antônio Pinto, que remetia a carta, pedia licença para usar da ação que lhe competia em tal caso, visto que a irmandade não possuía privilégio para que o seu capelão pudesse assim praticar. E complementava lamentando o fato, já que não agia "*contra o senhor Francisco Manoel, porém sim contra o capelão das Mercês*".[61]

Em 26 de fevereiro de 1804, um novo termo fazia menção à apelação e seguimento da causa de libelo movida pela irmandade. O procurador se manifestava sobre a audiência do dia 21, julgada a favor do vigário no tocante à eleição realizada sem sua assistência. Para os irmãos, as eleições não correspondiam a direito paroquial, nem havia direito canônico algum que favorecesse o vigário contra as confrarias e capelas que não fossem socorridas pela fábrica da matriz.[62] Com o auxilio financeiro do tesoureiro daquele ano, Ventura da Costa Rangel, os conflitos chegaram à Relação do Distrito, no Rio de Janeiro, em 1805. O Acórdão[63] recebido dizia que embora houvesse na vila uma igreja matriz, a irmandade ré nunca se presumira erigida por autoridade do prelado eclesiástico, sendo administrada por confrades com rendas seculares, e nas eleições ou tomadas de contas se governavam como confrarias leigas. Informava-se que, de acordo com as leis do Reino, sendo as confrarias ou irmandades de jurisdição real, aos ministros régios pertencia a fiscalização de contas. Quanto à doação da capela, era explicitado que a autoridade eclesiástica não interviu em sua fundação, o que seria necessário para considerá-la eclesiástica, e, se assim o fosse, não poderia ser doada aos leigos e tiradas do Patrimônio da Igreja, de acordo com os Sagrados Cânones. O mesmo se observava para as confrarias, pois não bastava terem seus compromissos aprovados pelos prelados para serem consideradas eclesiásticas, era necessária a atuação ou a assistência costumeira de religiosos em sua ereção. Em caso de dúvidas ou sem provas legais de criação eclesiástica, as corporações deveriam ser consideradas leigas.

Os conflitos abordados – que dialogam ou se conectam com as experiências vividas no Rosário –, demonstram as estratégias manejadas pelos crioulos das Mercês a fim de estabelecer sua representação pública, gradativamente vinculada ao *status de liberdade*, o que se confirma também ao sobrepor as dinâmicas e os conflitos confraternais à sua composição social a partir dos livros de entrada para cadastro de novos membros. Entre os anos de 1759 e 1836, filiaram-se cerca de 3.148 irmãos, conforme seus termos redigidos em cinco livros de entrada.[64] Do total, 1.833 (58,23%) correspondiam a mulheres e 1.315 (41,77%) a homens. A confecção de

[61] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.19.26.2. Correspondência recebida e remetida: Paço da Câmara, Consistório, Mesa administrativa e outros, 1788-1960, cx. 1, prat. 47, est. 10.
[62] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.6.1. Deliberações, 1764-1815, cx. 2, prat. 41, est. 9.
[63] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.19.20.1. Cópia de acordão em Autos de Execução, 1805. Livro de Causas judiciais movidas pelo juiz e oficiais da irmandade, 1761-1845, cx. 2, prat. 47, est. 10, doc. 1, f. 1-6.
[64] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.8.1. Entrada de irmãos e profissões, conta corrente, patentes e breves, 1759-1811, cx. 2, prat. 41, est. 9; 1762-1817, cx. 3, prat. 41, est. 9; 1780-1802, cx. 3, prat. 41, est. 9; 1802-1820, cx. 4, prat. 41, est. 9; 1820-1834, cx. 4, prat. 41, est. 9.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

matrículas ocorreu alguns anos após a suposta origem devocional, o que explicaria uma quantia elevada de confrades entre 1759 e 1760, com a oficialização de membros mais antigos. Em comparação a sodalícios mercedários de outros núcleos urbanos, os livros de Antônio Dias forneceram mais informações quanto à qualidade social e à condição jurídica e civil dos devotos. Em geral, as mulheres sempre estiveram à frente nos dados numéricos do corpo associativo mercedário nas Minas. Já dentre os crioulos, em particular, foram contabilizados 418 (31,71%) forras e 285 (21,62%) forros; 184 (13,96%) escravas e 183 (13,88%) escravos; 3 (0,23%) coartadas e 1 (0,08%) coartado (todos crioulos); além de 151 (11,46%) crioulas e 93 (07,06%) crioulos sem referência à sua condição.

Tabela 2: Qualidade social e condição jurídica nos livros de entrada da Irmandade das Mercês de Antônio Dias (Vila Rica, 1759-1836)

Qualidade e condição	Número de irmãos	Mulheres		Homens	
Total de entradas	3.148	1.833	58,23%	1.315	41,77%
Crioulo	1.318	756	57,36%	562	42,64%
Pardo	414	256	61,84%	158	38,16%
Branco	156	63	40,38%	93	59,62%
Cabra	43	38	88,37%	5	11,63%
Preto	3	2	66,67%	1	33,33%
Total de qualidade	1.934	1.115	57,65%	819	42,35%
NC	1.214	715	58,90%	499	41,10%
Forro	847	521	61,51%	326	38,49%
Escravo	529	270	51,04%	259	48,96%
Coartado	4	03	75%	1	25%
Livre	156	63	40,38%	93.	59,62%
Total de condição	1.536	857	55,79%	679	44,21%
NC	1.768	1.036	58,60%	732	41,40%

Fonte: AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.8.1. Entrada de irmãos e profissões, conta corrente, patentes e breves, 1759-1811, cx. 2, prat. 41, est. 9; 1762-1817, cx. 3, prat. 41, est. 9; 1780-1802, cx. 3, prat. 41, est. 9; 1802-1820, cx. 4, prat. 41, est. 9; 1820-1834, cx. 4, prat. 41, est. 9.

O número de forros foi superior ao de escravos, sendo preciso ressaltar, ainda, a existência de muitos libertos ou nascidos livres dentre os sujeitos sem condição jurídica apontada. Desse modo, os números levantados seriam maiores, em membros "ocultados" sem qualquer demarcação étnico-social, como pode ter ocorrido com categorias que caracterizavam a população não-branca que se afastava do cativeiro e alcançava algum apagamento de seus estigmas. Por outro lado, o maior uso do termo "branco", em comparação a outras agremiações

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

mercedárias, pode ter ocorrido pela exigência do clérigo-proprietário no ato de doação do templo: a participação contínua de homens brancos na administração da capela. Depois de amplo período de crescimento das entradas e da presença das categorias de identificação nas inscrições das Mercês de Antônio Dias, seguiram-se anos de certo "apagamento" da qualidade social, bem como de menor número de integrantes escravizados.

A opção metodológica em manter registros indeterminados como "não consta" nas bases de dados, não associando a ausência de demarcadores à correspondência de brancos e livres, justifica-se aqui por vários motivos. No entrecruzamento documental, como também demonstraram Douglas Libby e Zephyr Frank (2009: 384), nota-se que nem todos sem marcadores sociais eram brancos ou livres "de cor" que foram "embranquecidos" por meio de estratégias pessoais ou coletivas. No caso dos livros de entrada de irmandades de pretos, o "não consta" provavelmente não representaria brancos (ou livres sem suspeição), em sua maioria, mas a ausência do identificador precisa ser problematizada, observando-se, por exemplo, as condições de obtenção da informação, como na produção de registros em festas, com pagamento de esmola (às vezes quantia notável), favorecendo a pressa da anotação, sem verificação, e talvez um descuido deliberado, ou costumeiro, em indicar qualidade e condição desprestigiada ou incômoda. Além disso, haveria a própria dificuldade de identificação mais estrita do sujeito de condição ambígua ou duvidosa (cativo *coartado* ou autônomo nos tratos), tendo em vista as experiências da escravização da economia mercantil e minerária. Tais fatos podem estar relacionados à prática do escrivão (falta de especificação) ou mesmo das estratégias dos próprios dirigentes, como em contexto de agenciamento para elevação a instituto terciário, que direcionava ao afastamento do elemento africano, inicialmente, e da posterior proibição de ingresso de cativos nos Oitocentos.[65]

Conclusão

Muitas irmandades traçaram seus percursos, legitimando sua origem e atuação, rumo à oficialização civil e eclesiástica por termo de ereção e aprovação de compromisso, mas também por sua representação no espaço público – materializada, por exemplo, nas festas, nos rituais litúrgicos e pela posse de capela própria –, articulada às relações étnicas e sociais, em contextos conflituosos, que (re)produziam as identidades diaspóricas. Esses enredos dos sujeitos (individuais e coletivos) lançam luz ao complexo fenômeno associativo leigo das sociedades corporativas de Antigo Regime, tendo constituído, nas vilas mineiras, cenários de densa sociabilidade civil-religiosa. Parte significativa dos sujeitos identificados pela qualidade social

[65] As análises de Fernanda Pinheiro fornecem também um bom exemplo. A partir da década de 1760 tornou-se mais frequente, na Irmandade do Rosário de Mariana, a inscrição de angolas em detrimento dos cativos minas. O alto índice de escravizados manteve-se até 1750, mas reduziu-se na segunda metade, a partir da crise da mineração, até voltar a expandir, no século XIX, com a diversificação econômica e o vigor do tráfico. Em meados do século, a participação de forros na mesa administrativa começou a ser expressiva, enquanto no final e virada para o século XIX, os oficiais sem condição definida (provavelmente forros ou livres), além dos escravos, ganharam maior espaço entre os mesários (Pinheiro, 2006).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

– preto ou crioulo – esteve dentre os devotos, unidos por identidades pautadas por critérios de procedência, relações e pertencimento comunitário à república cristã (da paróquia à urbe e desta ao reino), conciliando a simbologia da libertação, tanto da alma quanto do corpo, à aquisição de benefícios espirituais caros à escatologia católica e próprios de sua *Religião* (dominicana, franciscana, carmelita, mercedária) e convergindo táticas e estratégias de distinção ou mobilidade sociais, formação de redes econômicas de subsistência e reconhecimento civil.

Ao constituírem e dirigirem instituições próprias, suas percepções sobre si e sobre outros agrupamentos eram demarcadas, representando-se e agenciando-se como sodalícios de pretos ou de crioulos, certas vezes sem restringir seu acesso, possivelmente pelo intuito de *aumento temporal e espiritual* devido aos escassos recursos, mas outras vezes (re)definindo fronteiras identitárias conforme estratégias diversas, como se observou no caso das Mercês dos crioulos da paróquia de Antônio Dias, em Vila Rica. Esse grêmio, pretendendo, no século XIX, elevar-se a ordem terceira e investindo em uma representação pública associada à liberdade civil e à naturalidade, distinguiu-se dos africanos e dos afrodescendentes do Rosário (que se representavam publicamente como pretos desde a segunda década dos Setecentos). Como ressaltou Ira Berlin (1999), as liberdades civis adquiridas por escravizados após sua libertação, como o direito de posse, de requerer pagamento e de agir em prol de seus interesses, possibilitaria a formulação de uma *cultura política crioulizada*, abrindo espaço para reivindicações e rompimentos de interdições.

Procurou-se, nesse artigo, avaliar o papel desempenhado pelas irmandades de pretos e de crioulos da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, na urbe que foi sede do governo da capitania de Minas Gerais. Tais instituições disseminaram-se no interior das sociedades corporativas do Império português, cujos membros possuíam funções, direitos e deveres específicos, contribuindo para a conservação da ordem social, do bem comum e da governança local. Mais do que espaços de devoção religiosa, as irmandades faziam parte, e expressavam conflitos próprios, da arquitetura política da sociedade colonial, escravista e forjada no quadro estamental. Cientes das regras do jogo, por meio de estatutos e compromissos, os confrades mobilizavam as suas corporações como espaços de ação coletiva e expressão social e política, bem como classificavam e reconheciam diferentes qualidades e condições das pessoas, constantemente redefinidas pelas experiências reais de trabalho, mobilidade e liberdade. Destacaram-se os conflitos de jurisdição, relacionados às autoridades eclesiásticas e civis, que determinaram a autonomia real das irmandades (para além das normas escritas do compromisso que, no entanto, não deixavam de expressar tais embates). Ao mesmo tempo, os irmãos e as irmãs procuravam ampliar sua autonomia comunitária, visando desempenhar papel significativo na condução dos ritos, na administração das receitas e das despesas, na eleição de juízes e juízas e no reconhecimento de lideranças. A representação e a agência confraternais significavam modos de operar criativamente as qualidades dos sujeitos. Ao explorar os limites e as fronteiras das tais regras codificadas do jogo, as trajetórias de traficado africano a preto, ou deste último a preto crioulo, revelam a reclassificação desses agentes com pretensão a novos direitos e privilégios.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

O sentido da agregação comunitária e das práticas caritativas desses pretos e crioulos, embora pudessem expressar alguma assistência material aos associados, em caso de doença ou da miséria destes, iam além dessa dimensão. A caridade também se traduzia, publicamente, no exercício religioso do confrade que, pretendendo usufruir do *tesouro de indulgências* plenárias e parciais da concessão papal à irmandade, participava das procissões, festas, orações, sacramentos, administração confraternal, além de concorrer para as esmolas destinadas aos adornos da capela e para os ritos de devoção ou visitas aos altares privilegiados.[66] Assim, os devotos alcançavam a expiação das culpas, a remissão dos pecados e a salvação das almas. A legitimidade da representação social e a proteção civil (fundamentada ainda nos costumes dos senhores e das autoridades associarem-se às irmandades de escravizados e de libertos), que os benefícios espirituais deviam induzir, exigem estudos mais detidos. No entanto, pode-se admitir que a validade insuspeita, e mesmo certo prestígio, das experiências religiosas dos africanos e afrodescendentes – dos cortejos e das festas de rua aos ritos das capelas – parece ter conferido apoios diversos e novos significados às trajetórias dos sujeitos, integrando-os ao *povo miúdo*, cujos direitos costumeiros eram reconhecidos nas repúblicas. Assim, as associações confraternais de escravos, forros e livres pobres, embora, e com evidência, contribuíssem para a conservação da ordem social e fundamentassem meios corporativos de governança, promoviam práticas e representações tendentes ao redesenho do campo das relações entre os diversos sujeitos, com efeitos simbólicos e materiais na sociedade escravista. Tal ordem parece sempre acossada pela perspectiva da desordem, a conservação pela perspectiva da ruptura. Essa sociedade, *crioulizada* (em sentido cultural e demográfico), vê-se aprisionada às fortes ambiguidades acerca do preto: aquilombado e/ou devoto benemérito (cujas virtudes religiosas superavam as do fiel)? (Andrade, 2024).

É possível supor, para ambos os casos, que a grande maioria de registros sem marcadores sociais se referia a libertos ou já nascidos livres, em consonância com os dados demográficos da vila e da capitania a partir da segunda metade do século XVIII (Bergad, 2004). A experiência de liberdade não era tributária à alforria. Embora esta, por certo, fosse relevante, os diversos enredos entre cativeiro e liberdade não se reduziriam à legitimidade cartorária (Andrade, 2018). À interpretação dos dados demográficos é entrecruzada a análise das práticas sociais, e os conflitos entre confrades das duas associações reforçam as hipóteses levantadas quanto aos significados, usos e ausências das categorias de qualidade social, condição jurídica e identidade étnico-social. Também foi possível refletir sobre os próprios códices confraternais, como os livros de compromisso, termos de reunião, receitas e despesas, causas judiciais e, sobretudo, entrada de irmãos, que, confrontados, permitiram a análise da conformação dinâmica dos sodalícios e das categorias de classificação em contexto escravista atlântico. Ressalta-se a questão das fontes, que devem ser trabalhadas diante de seus problemas metodológicos. Os historiadores do associativismo leigo, de forma geral, por meio de recortes necessários ou pela limitação de registros preservados, poucas vezes abordam o entrecruzamento de variadas tipologias documentais (ou mesmo de diferentes instituições).

[66] Consulte-se, a respeito desses privilégios espirituais alcançados pela irmandade de Nossa Senhora do Rosário, a *Breve recupilaçam e summario das graças, e indulgencias, conceddias[sic] aos Confrades da Virgem Nossa Senhora do Rosario*. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galrão, 1704. Instituto Cultural Amílcar Martins.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

Complexas alianças e rivalidades definiam-se conforme as circunstâncias e oscilavam no tempo, desconstruindo sensos comuns rígidos de rivalidades ou inimizades tecidos em estudos fundadores ou até em narrativas locais. Os crioulos organizados sob a simbologia mercedária não eram os mesmos que se mantinham reunidos junto aos africanos, predominantemente centro-ocidentais, sob as contas do Rosário. Nas contendas analisadas, percebe-se que alguns crioulos das Mercês também estiveram no Rosário dos pretos, entrando oficialmente ou só participando de juizados para integrar os festejos públicos, e, sob a justificativa de escassos rendimentos (diferentemente do observado no Alto da Cruz) e membros aptos a arcar com as despesas dos cargos, tornava-se indispensável, para seus dirigentes, evitar essa aproximação. Por outro lado, muitos terceiros também estiveram nessas agremiações (com escravizados ou familiares) como *irmãos de termo* e oficiais (principalmente tesoureiro ou escrivão, procurador ou advogado em causas judiciais, além de juízes e juízas devocionais). Os contatos e contratos ajustados com homens brancos poderosos eram uma estratégia viável para a defesa de suas demandas, indispensável pelo contexto por vezes exposto em suas queixas de constantes abusos sofridos.[67] Desse modo, articulando alianças reconfiguradas ao longo dos anos, os confrades se organizaram, tensionaram e constituíram estratégias para a ampliação de suas formas e de seus espaços de atuação.

Referências

Abreu, L., (1999). *Memórias da Alma e do Corpo*. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade. Palimage Editores. Viseu, Portugal.

Aguiar, M., (1993). *Vila Rica dos confrades*: a sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII. (Dissertação de mestrado em História, Universidade de São Paulo). São Paulo, Brasil.

Aguiar, M., (1997). Tensões e conflitos entre párocos e irmandades na Capitania de Minas Gerais. *Textos de História*, v. 5, n. 2, 43-100 pp.

Andrade, F., (2018). Cativeiros e enredos de libertação dos devotos de cor nas Minas da América portuguesa. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 10, n. 30, 149-175 pp.

Andrade, F., (2024). Minas dos pretos: confrarias do Rosário e aquilombados africanos e afrodescendentes da capitania de Minas Gerais. In Antunes, A., Andrade, F., Teixeira, V. (Org.). *Irmãos das Minas*: confrarias religiosas e sociabilidade em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Paco Editorial. Jundiaí, Brasil.

[67] AEPNSCAD, Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica. Nº 7.6.1. Deliberações, 1764-1815, cx. 2, prat. 41, est. 9. AHU, Avulsos, Minas Gerais, cx. 68, doc. 66, [ant. 1755].

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

Arruti, J., (2014). Etnicidade. In Furtado, C., Sansone, L. (Org.). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Editora da Universidade Federal da Bahia. Salvador, Brasil.

Bergad, L., (2004). *Escravidão e história econômica*. Demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Editora da Universidade de Caxias do Sul. Bauru, Brasil.

Berlin, I., (1999). From Creole to African: Atlantic Creoles and the Origins of African: American Society in Mainland North America. *William and Mary Quarterly*, v. LIII, n. 2.

Borges, C., (2005). *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário*: devoção e solidariedade em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, Brasil.

Boschi, C., (1986). *Os leigos e o poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. Editora Ática. São Paulo, Brasil.

Boschi, C., (1986). *Os históricos compromissos mineiros*: riqueza e potencialidade de uma espécie documental. *Acervo*, v. 1, n. 1, 61-82 pp.

Bovadilla, C., (1775). *Política para corregidores, y señores de vassalo, en tiempo de paz, y de guerra*, t. 1. Imprenta Real de la Gazeta. Madrid, España.

Cardim, P., (2005). "Administração" e "governo": uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In Bicalho, M. F., Ferlini, V. L. (Org.). *Modos de governar*: ideias e práticas políticas no império português. Séculos XVI-XIX. Alameda. São Paulo, Brasil.

Carneiro, B., (1896). *Elementos do direito ecclesiastico portuguez e seu respectivo processo*. 5. ed. Imprensa da Universidade. Coimbra, Portugal.

Certeau, M., (1998). *A invenção do cotidiano*. Vozes. Petrópolis, Brasil.

Clavero, B., (1991). *Antidora*: antropologia católica de la economia moderna. A. Giuffrè Editore. Milano, España.

Cunha, M., (2009). Etnicidade: da cultura residual mas irredutível. In *Cultura com aspas e outros ensaios*. Cosac Naify. São Paulo, Brasil.

Dávalos, M., (1997). La ciudad episcopal y la disputa por las feligresías: Ciudad de México, siglo XVIII. *Trace*, n. 32, 13-21 pp.

Delfino, L., (2015). *O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos*: fronteiras, identidades e representações do *Viver* e *Morrer* na diáspora atlântica. Freguesia do Pilar, São João Del-Rei

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

(1782-1850). (Tese de doutorado em História, Universidade Federal de Juiz de Fora). Juiz de Fora, Brasil.

Fonseca, J., (2010). *Escravos e senhores na Lisboa Quinhentista*. Edições Colibri. Lisboa, Portugal.

Godinho, V., (2019). *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Edições 70. Lisboa, Portugal.

Guedes, R., (2014). Sociedade escravista e mudança de cor. Porto Feliz, São Paulo, Século XIX. In Fragoso, J.; Florentino, M.; Jucá, A.; Campos, A. (Org.). *Nas rotas do Império*. 2. ed. Edufes. Vitória, Brasil.

Herzog, T., (2010). Ciudad y ciudadanía en el mundo hispano y atlântico. *Anuario IEHS*, v. 25, 167-177 pp.

Hespanha, A., (1994). *Às vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político, Portugal – século XVII. Livraria Almedina. Coimbra, Portugal.

Hespanha, A., (1993). A nobreza nos tratados jurídicos dos séculos XVI a XVIII. *Penélope*, n. 12, 27-42 pp.

HESPANHA, A., (2018). Categorias. Uma reflexão sobre a prática de classificar. *Práticas da História*, n. 7, 224-256 pp.

Higgins, K., (1999). "*Licentious liberty" in a Brazilian gold-mining region:* slavery, gender, and social control in eighteenth-century Sabará, Minas Gerais. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.

Kiddy, E., (2005). *Blacks of the Rosary*: memory and history in Minas Gerais, Brazil. The Pennsylvania State University.

Lahon, D., (2003). Esclavage, confréries noires, sainteté noire et pureté de sang au Portugal (XVI^{e} et XVIII^{e} siècles). *Lusitania Sacra*, 2a série, v. 15, 119-162 pp.

Libby, D.; Frank, Z., (2009). Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Revista Brasileira de História*, v. 29, n. 58, 383-415 pp.

Mattos, H., (2006). 'Pretos' e 'pardos' between the Cross and the Sword: racial categories in seventeenth century Brazil. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, v. 80, 43-55 pp.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

Méchoulan, H., (2007). République et monarchie chez Mariana. In Zarka, Y. (Org.). *Monarchie et république au XVII^e siècle*. Presses Universitaires de France. Paris, France.

Menezes, F., (2011). A religião em Ouro Preto. In *Ouro Preto, cidade em três séculos; Bicentenário de Ouro Preto; memória histórica (1711-1911)*. Editora Liberdade. Ouro Preto, Brasil.

Mulvey, P., (1976). *The black lay brotherhoods of colonial Brazil*: a history. (Doctoral dissertation in History, New York University).

Oliveira, C., (post. 1554). *Summario e[m] que brevemente se contem alguas cousas (assi ecclesiasticas como seculares) que ha na cidade de Lisboa*. Em Lixboa: em casa de Germão Galharde.

Oliveira, A., (2008). *Devoção negra*: santos pretos e catequese no Brasil colonial. Quartet; FAPERJ. Rio de Janeiro, Brasil.

Paiva, E., (2015). *Dar nome ao novo*: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Autêntica Editora. Belo Horizonte, Brasil.

Penteado, P., (1995). Confrarias portuguesas da época moderna: problemas, resultados e tendências da investigação. *Lusitania Sacra*, 2. série, n. 7, 15-52 pp.

Pinheiro, F., (2006). *Confrades do Rosário*: Sociabilidade e identidade étnica em Mariana – Minas Gerais (1745-1820). (Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense). Niterói, Brasil.

Precioso, D., (2010). *Legítimos vassalos*: pardos livres e forros na Vila Rica colonial (1750-1803). (Dissertação de mestrado em História, Universidade Estadual Paulista). Franca, Brasil.

Precioso, D., (2014). *Terceiros de cor*: pardos e crioulos em ordens terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808). (Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense). Niterói, Brasil.

Ramos, D., (1986). Community, Control and Acculturation: A Case Study of Slavery in Eighteenth Century Brazil. *The Americas*, v. 42, n. 4, 419-451 pp.

Reginaldo, L., (2011). *Os rosários dos angolas*: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista. Alameda. São Paulo, Brasil.

Ribeiro, M.; Campos, A., (2010). *Barroco e Rococó nas igrejas de Ouro Preto e Mariana*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Programa Monumenta. Brasília, Brasil.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

Rocha, J., (1995). *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico de Maria Efigênia Lage de Rezende. Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais. Belo Horizonte, Brasil.

Rodrigues, A., Maia, M., (2023). *Sacerdotisas voduns e rainhas do Rosário:* mulheres africanas e Inquisição em Minas Gerais (século XVIII). Chão Editora. São Paulo, Brasil.

Russell-Wood, A., (1974). Black and Mulatto Brotherhoods in Colonial Brazil: a study in collective behavior. *The Hispanic American Historical Review*, v. 54, n. 4, 567-602 pp.

Salles, F., (2007). *Associações religiosas no ciclo do ouro*: introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Minas no século XVIII. 2. ed. Perspectiva. São Paulo, Brasil.

Santa Maria, Frei A., (1723). *Santuario Mariano, e Historia das Imagens milagrosas de Nossa Senhora*. Oficina de Antonio Pedrozo Galram, t. 10. Lisboa, Portugal.

Scarano, J., (1978). *Devoção e escravidão*: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. 2. ed. Editora Nacional. São Paulo, Brasil.

Seabra, J., (1995). A teologia ao serviço da política religiosa de Pombal: episcopalismo e concepção do primado romano na *Tentativa Teológica* do Padre António Pereira de Figueiredo. *Lusitania Sacra*, 2. série, n. 7, 359-402 pp.

Silva, L. G., (2001). Da festa à sedição. Sociabilidades, etnia e controle social na América portuguesa (1776-1814). In Jancsó, I.; Kantor, I. (Org.). *Festa*: cultura e sociabilidade na América portuguesa. v. 1. Editora da Universidade de São Paulo, Hucitec. São Paulo, Brasil.

Silveira, R., (2012). Antecedentes europeus nas irmandades do Rosário dos pretos da Bahia colonial. In Reis, J., Azevedo, E. (Org.). *Escravidão e suas sombras*. Editora da Universidade Federal da Bahia. Salvador, Brasil.

Sousa, C., (2019). A venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica – caracterização social do quadro geral de irmãos. In Martins, W. (Org.). *Ordens terceiras no mundo luso-brasileiro (séculos XVI-XIX)*. Gramma. Rio de Janeiro, Brasil.

Sousa, I., (1999). Etnicidade e nacionalismo: uma proposta de quadro teórico. *Africana Studia*, n. 1, 109-122 pp.

Souza, A., (2017). *Os devotos de Mercês dos Perdões*: o jogo de identidades e a liberdade civil, Minas Gerais, 1750-1847. (Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de Ouro Preto). Mariana, Brasil.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

Teixeira, V., (2022). *A quebra dos grilhões*: devoção mercedária e crioulização em Minas Gerais (1740-1840). Editora Páginas. Belo Horizonte, Brasil.

Vasconcelos, D., (2011). As obras de arte. In *Ouro Preto, cidade em três séculos; Bicentenário de Ouro Preto; memória histórica (1711-1911)*. Editora Liberdade. Ouro Preto, Brasil.

Vasconcelos, S., (1941). Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos de Ouro Preto. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 5, 241-257 pp.

Viana, L., (2007). *O idioma da mestiçagem*. Editora Unicamp. Campinas, Brasil.

Francisco Eduardo de Andrade

É professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Possui mestrado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou estágio pós-doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, França), entre 2013 e 2014, e na Université Paris Nanterre (sendo professor visitante) em 2019. Pesquisador de história do Brasil, é autor de estudos acerca da história e da historiografia de Minas Gerais. É integrante do Núcleo de Pesquisa Impérios e Lugares do Brasil (ILB-UFOP), do Grupo de Pesquisa Escravismo Atlântico: Família, Riqueza e Cultura (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG) e da Red RELIGIO de Estudios sobre instituciones, creencias y prácticas religiosas del catolicismo (Universidad de Buenos Aires - UBA). Suas pesquisas, convergindo para a história sociocultural, abordam temas do colonialismo e da territorialidade do Brasil, entre os séculos XVII e XIX: escravidão e economia minerária; poderes político-administrativos e Estado do Antigo Regime português; práticas e instituições religiosas da catolicidade. E-mail: francisco.andrade@ufop.edu.br. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7932717245596142.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N.º 1 (2026)

Vanessa Cerqueira Teixeira

É doutora em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). A pesquisa "A quebra dos grilhões: devoção mercedária e crioulização em Minas Gerais (1740-1840)" foi selecionada pelo Programa de Pós-Graduação em História como a melhor tese defendida em 2021, publicada em livro em 2022 e ganhadora do 8º Prêmio de Teses Manoel Salgado da Associação Nacional de História (ANPUH). Possui graduação em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e mestrado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). É pesquisadora vinculada à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), e integrante do Núcleo de Pesquisa Impérios e Lugares do Brasil (ILB-UFOP), do Grupo de Pesquisa Escravismo Atlântico: Família, Riqueza e Cultura (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG) e da Red RELIGIO de Estudios sobre instituciones, creencias y prácticas religiosas del catolicismo (Universidad de Buenos Aires - UBA). E-mail: vanessa.cerqueira.teixeira@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/2744377288967754.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310

DIÁLOGOS Y REFLEXIONES

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

DAS LUTAS SOCIAIS NOS ERVAIS DA FRONTEIRA DO BRASIL COM O PARAGUAI E A ARGENTINA: HISTÓRIA ORAL DE UMA GREVE DE TRABALHADORES(AS) RURAIS NA DÉCADA DE 1940*

DE LAS LUCHAS SOCIALES EN LOS YERBALES DE LA FRONTERA DE BRASIL CON PARAGUAY Y ARGENTINA: HISTORIA ORAL DE UNA HUELGA DE TRABAJADORES(AS) RURALES EN LA DÉCADA DE 1940

SOCIAL STRUGGLES IN THE YERBA MATE PLANTATIONS ALONG BRAZIL'S BORDER WITH PARAGUAY AND ARGENTINA: AN ORAL HISTORY OF A RURAL WORKERS' STRIKE IN THE 1940S

Dr. Jiani Fernando Langaro
jflangaro@ufg.br

RESUMO

O texto discute as memórias de trabalhadores rurais que participaram de uma greve na Companhia Mate Laranjeira, na década de 1940, na região do antigo Sul de Mato Grosso (atual Sul de Mato Grosso do Sul). No período, a Companhia era a maior empresa extrativista de erva-mate do Brasil, cujo produto era, em sua maioria, exportado para a Argentina. Os(as) trabalhadores(as) dos ervais fronteiriços costumam ser lembrados como vítimas da violência existentes no interior das grandes explorações ervateiras da fronteira, que incluía o trabalho em condições análogas à escravidão. Entretanto, a historiografia brasileira pouco menciona as lutas sociais empreendidas por esses sujeitos, embora menções a elas sejam recorrentes na documentação do período. O artigo, por seu turno, se propõe analisar entrevistas orais realizadas na década de 1990, no âmbito de um projeto de história oral realizado pelo Arquivo Público de Mato Grosso do Sul. Entre os diversos temas lembrados pelos(as) trabalhadores(as) entrevistados(as), a greve da década de 1940 foi um deles.

Palavras-chave: Obrages; Mensus; Companhia Mate Laranjeira.

RESUMO

El texto analiza los recuerdos de los trabajadores rurales que participaron en una huelga en la empresa Compañía Mate Laranjeira, en la década de 1940, en la región del antiguo sur de Mato Grosso (actual sur de Mato Grosso do Sul). En aquella época, la empresa era la mayor extractora de yerba mate de Brasil, cuyo producto se exportaba en su mayor parte a Argentina. Los(as)

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

trabajadores(as) de los campos de yerba mate fronterizos suelen ser recordados(as) como víctimas de la violencia existente en el interior de las grandes explotaciones de yerba mate de la frontera, que incluía condiciones de trabajo análogas a la esclavitud. Sin embargo, la historiografía brasileña apenas menciona las luchas sociales emprendidas por estos sujetos, aunque las referencias a ellas son recurrentes en la documentación de la época. El artículo, por su parte, se propone analizar entrevistas orales realizadas en la década de 1990, en el marco de un proyecto de historia oral llevado a cabo por el Archivo Público de Mato Grosso do Sul. Entre los diversos temas recordados por los trabajadores entrevistados, la huelga de la década de 1940 fue uno de ellos.

Palabras-clave: Obrajes; Mensús; Compañía Mate Laranjeira.

ABSTRACT

This article examines the memories of rural workers who participated in a strike at the Companhia Mate Laranjeira during the 1940s in the former southern region of Mato Grosso (present-day southern Mato Grosso do Sul, Brazil). At the time, the company was the largest yerba mate extraction enterprise in Brazil, with most of its production exported to Argentina. Rural workers in the yerba mate plantations along the border have generally been remembered as victims of the violence that characterized the large-scale yerba mate enterprises, including labor performed under conditions analogous to slavery. However, Brazilian historiography has paid little attention to the social struggles undertaken by these workers, even though references to such struggles are recurrent in contemporary documentation. This article analyzes oral interviews conducted in the 1990s as part of an oral history project developed by the Public Archive of Mato Grosso do Sul. Among the various topics recalled by the interviewees, the strike of the 1940s emerged as a significant episode.

Keywords: *obrages*; *mensus*; Companhia Mate Laranjeira.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Introdução

Durante a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, pontilharam a fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, explorações de erva-mate e madeira, algumas vezes denominadas de obragens (Wachowicz, 1982; Colodel, 1988). Esses produtos nativos da flora sul-americana eram extraídos e exportados por via fluvial à Argentina. O maior desses empreendimentos a atuar no Brasil foi a Companhia Mate Laranjeira, empresa de capital misto, brasileiro e estrangeiro (principalmente argentino). Essa empresa explorou uma ampla área de ervais nativos no então Sul de Mato Grosso (atual estado de Mato Grosso do Sul), que chegou a se estender por mais de cinco milhões de hectares. A companhia possuía também uma área no estado do Paraná, onde mantinha a cidade de Guaíra, local de exportação da erva-mate por via fluvial (em rio homônimo à unidade da federação). A sede dos trabalhos da empresa em Mato Grosso era Campanário, outra cidade privativa da Mate Laranjeira (Arruda, 1997; Guillen, 1991).

Laboravam majoritariamente nesses empreendimentos paraguaios e indígenas guaranis. Todavia, ali também trabalharam brasileiros e argentinos, muitos deles provenientes da província de Corrientes (Arruda, 1997; Guillen, 1991). Pesam sobre essas empresas denúncias de manutenção de relações de trabalho análogas à escravização, bem como do uso de extrema violência no cotidiano laboral.

A historiografia brasileira das décadas de 1980 e 1990 se debruçou sobre essa questão. De acordo com Ruy Christowam Wachowicz (1982), no caso dos trabalhadores oriundos do Paraguai atuantes no Oeste do estado brasileiro do Paraná, incluso Guaíra, cidade pertencente à Companhia Mate Laranjeira, eles recebiam um adiantamento, chamado de *antecipo*, quando de sua contratação. Isso ocorria em Posadas, na Argentina, onde o dinheiro era gasto ali mesmo. Sem recursos, os trabalhadores embarcavam para as explorações de erva-mate e madeira da fronteira, em cujos armazéns se endividavam para adquirir os gêneros de que necessitavam. Contribuía para isso os altos preços praticados por esses estabelecimentos.

Gilmar Arruda (1997), historiador que mais aprofundou a análise das relações de trabalho vigentes na Companhia Mate Laranjeira, revelou que práticas semelhantes ocorriam em cidades paraguaias. Muitas vezes os trabalhadores eram convidados para uma festa e, no meio dela, a música parava de tocar e o dono do estabelecimento, acompanhado de autoridades policiais, aparecia para cobrar a conta. Nesse momento, um agenciador de trabalhadores à serviço das obragens se oferecia para saldar a dívida, em troca de uma temporada de trabalho nos ervais. Uma vez neles, os trabalhadores se endividavam nos armazéns, em processo semelhante ao já descrito.

Uma diferença, no entanto, marca as perspectivas com que ambos os autores concebem esses processos. Para Wachowicz (1982), o *antecipo* é uma forma de submissão e de opressão dos trabalhadores, que, graças a esse instituto, são forçados a loaborar em condições análogas à escravização. Para Arruda (1997), o *antecipo* precisa ser pensado com maior cuidado. Esse

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

instituto poderia ser uma conquista dos trabalhadores, pois, sem ele, não seria possível a contratação de mão-de-obra paraguaia para os ervais. Em síntese, não se aceitava trabalhar nos ervais sem que fosse pago o *antecipo*.

Uma questão que permanece nebulosa se refere a como esses trabalhadores percebiam as relações laborais em que estavam imersos. A historiografia brasileira ainda carece de uma melhor compreensão sobre como essas pessoas referenciavam as relações de trabalho em sua "cultura", entendida como processos geradores de modos de vida, tal qual preconizado por Raymond Williams (1979). Além disso, estudos que tomem como ponto de partida fontes reveladoras dos olhares dos próprios trabalhadores sobre sua "experiência", no sentido atribuído ao conceito por Edward Palmer Thompson (1981, 1987), também ainda são necessários.

Alcançar as memórias de quem trabalhou nos ervais da fronteira sempre foi uma tarefa hercúlea para os pesquisadores que se dedicaram a temática. Praticamente todos tiveram que se contentar com registros indiretos, ou seja, narrativas de outrem sobre esses trabalhadores, na impossibilidade de conseguir obter suas próprias vozes. Mesmo Gilmar Arruda (1997), lamentou essa situação, narrando a si mesmo em terceira pessoa, ao utilizar para a introdução de seu brilhante trabalho de pesquisa a metáfora de uma ferrovia:

> Ao chegar nas estações, o historiador que pensava encontrar facilmente os trabalhadores procurados ficou atônito, pois eles haviam aparentemente desaparecidos [sic]. Não deixaram depoimentos e ninguém sabia informar onde encontrá-los. Poder-se-ia ter contornado essa dificuldade procurando e gravando seus depoimentos. Mas foi impossível. Não se conseguiu localizá-los. Ninguém sabia informar onde poderia morar um "ex-mineiro" ou um "ex-barbaquazeiro". Os depoimentos tomados e utilizados neste trabalho são de pessoas da administração da Matte, ligadas à direção do processo de produção (Arruda, 1997: 11-12).

Essa certamente foi uma dificuldade vivida por todos os pesquisadores que investigaram a primeira metade do século XX. É notável como a história oral foi parcamente utilizada como fonte de pesquisa para os estudos sobre os ervais fronteiriços. Também não há registro do uso de outras fontes, como diários e álbuns fotográficos, que também poderiam proporcionar um contato mais direto com as maneiras de viver e com olhar desses trabalhadores sobre suas próprias experiências sociais. E o problema, como bem ressaltou Arruda (1997), não foi a falta de vontade de historiadores em utilizar essas tipologias documentais.

Nós mesmos já passamos por essa dificuldade. Na segunda metade da década de 2000, realizamos uma série de entrevistas com "descendentes de paraguaios", na busca por um diálogo com suas memórias pessoais e familiares. Era visível a recusa deles em falar do trabalho nos ervais e a predileção pelas passagens em que as famílias haviam atuado na "colonização do

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Oeste paranaense", marco triunfante e ufanista da conquista da fronteira pelo Estado brasileiro. Ficava claro que os trabalhadores entrevistados preferiam ser lembrados como "heróis fundadores" da região a "ex-escravizados". Essa opção é compreensível, pois ser "pioneiro",[1] naquela região, é algo que empodera os trabalhadores. Além disso, a participação na "colonização" foi uma experiência vivida diretamente pelos narradores, ao passo que o trabalho nos ervais era restrito aos seus pais.

Portanto, todos esses elementos são indicativos da dificuldade em se obter fontes de pesquisa que permitam um diálogo mínimo, com os próprios trabalhadores, sobre suas experiências nos ervais. Felizmente, na década de 1990, houve quem se debruçou sobre esse problema e obteve êxito, na tentativa de resolvê-lo, conforme veremos a seguir.

O Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul e o projeto "A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais"

Em 1997, a equipe do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul dinamizou um projeto cultural. Tal iniciativa focava nas memórias dos trabalhadores que atuaram na erva-mate, no sul do estado. A ideia do projeto nasceu após o Arquivo receber, para preservação, o acervo documental da Companhia Mate Laranjeira e constatar-se que as vozes dos trabalhadores não apareciam em nenhum material daquele fundo documental. Foi nesse momento que a equipe do arquivo realizou uma exposição fotográfica itinerante, acompanhada da produção de entrevistas orais, cujas transcrições foram publicadas em livro.

Foram realizadas, no total, 35 entrevistas orais; seis delas com mulheres, o restante com homens. Não há registro se, entre os entrevistados, existiam indígenas ou se o grupo de interlocutores da pesquisa se restringiu a não-indígenas. Fica visível, no entanto, a origem paraguaia da maioria dos entrevistados e/ou de suas famílias.

Na sequência, os depoimentos orais foram transcritos, conforme afirma Figueira (2000), com a máxima fidelidade para com a fala dos narradores. Ao fim, "Sabedores da fragilidade da organização do patrimônio documental e do desconhecimento acerca de nosso passado [...]" (Figueira, 2000: 2), publicou-se um livro contendo as transcrições. A obra foi distribuída nas escolas do estado, como forma de incentivar seu uso nas aulas de história regional.

A intuição da equipe estava correta e, atualmente, passados quase trinta anos da realização do projeto, as entrevistas orais não constam mais do acervo do Arquivo Público, segundo nos informaram em visita à instituição. Sobreviveu ao tempo a publicação em livro, talvez como

[1] Regionalmente, "pioneiro" é um título conferido a quem participou da "colonização do Oeste paranaense". A esse respeito, ver: Langaro (2019).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

testemunho de uma concepção de história oral em que a fonte era a transcrição, e não os áudios dos depoimentos orais.

Diante da realidade encontrada, nos vimos em uma encruzilhada: abandonar o projeto de pesquisa, por entender que o acervo de história oral a ser pesquisado era imperfeito ou tentar trabalhar com aquilo que sobreviveu ao tempo. Nossa opção foi pela segunda alternativa, por entender que, mesmo com as fragilidades da documentação, um retrato da realidade da maioria dos arquivos brasileiros, ela é muito rica e apresenta grande potencial para o estudo da história, graças ao seu ineditismo. Compreendemos que cabia a nós darmos o devido trato metodológico a esse material, ao invés de simplesmente descartá-lo.

Nosso estudo se enquadra, portanto, no campo de investigação que lida com entrevistas orais de arquivo. Para trabalhar com elas, é necessário o recurso a uma metodologia específica. Uma referência para esse trabalho é Heloisa Helena Pacheco Cardoso (2004) e a pesquisa que a autora desenvolveu no acervo de história oral do Arquivo Público do Distrito Federal. Constituído na década de 1990, a equipe do arquivo buscou registrar entrevistas com diferentes grupos sociais que participaram da construção de Brasília, ocorrida nos anos 1950, para servir como nova capital federal brasileira. A pesquisadora iniciou sua análise historicizando o Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal, com foco nas mediações que estiveram presentes na produção das entrevistas orais. Só então ela passou a refletir sobre o conteúdo da entrevista oral que escolheu problematizar, de Eronildes Guerra de Queiroz.

No caso aqui analisado, o projeto que deu origem ao livro *A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais* (Arquivo Público Estadual [MS], 2000) contou com uma equipe dotada de formação acadêmica. Entre seus integrantes estavam, como coordenadoras de pesquisa, a historiadora e arquivista Kátia Cristina Nascimento Figueira e a historiadora Carla Villamaina Centeno.

É perceptível que a equipe estudou as relações de trabalho existentes nos ervais do então sul de Mato Grosso. Com base nisso, o roteiro de perguntas foi formulado para as entrevistas temáticas realizadas. Ele variava de acordo com o entrevistado, mas, em linhas gerais, começava com perguntas pessoais e terminava com uma avaliação sobre as contribuições da Companhia Mate Laranjeira para o estado.

A depender do entrevistado, se perguntava sobre as relações de trabalho, as condições de salubridade encontradas em diferentes funções, a violência perpetrada pela companhia contra trabalhadores que fugiam dos ervais sem quitar suas dívidas, uma greve ocorrida nos anos 1940, uma revolta liderada por um posseiro e ervateiro independente, na década de 1930, o qual tinha contendas com a empresa, que, por seu turno, pretendia monopolizar os ervais do então sul de Mato Grosso. Em alguns momentos, no entanto, as entrevistas se limitaram a verificar se os narradores conheciam certas pessoas ligadas à direção da empresa, se testemunharam determinados eventos, como a visita de Getúlio Vargas à Mate Laranjeira, ou se sabiam como

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

eram dinamizados determinados processos inerentes ao funcionamento da empresa, dentre outros temas.

Salta aos olhos a perspectiva crítica com que a equipe do projeto conduziu as entrevistas. Os conflitos e os aspectos negativos da Companhia Mate Laranjeira, nas relações com seus trabalhadores, não foram ocultados. Pelo contrário, compuseram o escopo das perguntas. Contribuiu para isso o tema ser amplamente conhecido. De acordo com Isabel Cristina Martins Guillen (1991), na década de 1930, denúncias desse escopo circularam na imprensa nacional. A empresa, no entanto, se defendeu, de maneira a tentar justificar suas práticas. De toda forma, segundo a autora, a Companhia Mate Laranjeira possuía má fama nacional, no que tange às relações de trabalho. Atestado disso seria o fato de a Companhia Mate Laranjeira ter sido mencionada como exemplo de escravização, por Patrícia Galvão (2013), mais conhecida pelo apelido Pagú, escritora expoente do movimento modernista brasileiro, em seu romance operário *Parque Industrial*, publicado originalmente em 1933.

Toda essa questão, sobre as duras relações de trabalho que vigiam nos ervais e a violência que as acompanhava, foi muito denunciada ao longo da primeira metade do século XX. Por isso, quando da realização da entrevista, em 1997, o tema era amplamente conhecido. Tratá-lo publicamente, em um projeto devotado às memórias regionais, dificilmente renderia um processo judicial aos entrevistados ou ao Arquivo Público.

Dessa maneira, diversos elementos da violência contra os trabalhadores são discutidos nas entrevistas. Entre eles, constam referências à proibição dos trabalhadores deixarem os ervais sem quitar suas dívidas com a Companhia; a prática de se pagar os valores devidos deixando a esposa nos ervais, uma prática flagrante não só de violência laboral, mas também de gênero; a figura dos comitiveiros, uma milícia própria da Companhia que perseguia e matava os trabalhadores que tentavam fugir dos ervais.

Entretanto, o projeto não resumiu as existências desses trabalhadores ao labor. Outras dimensões de suas vidas têm visibilidade nas narrativas orais dos entrevistados, como o lazer, a religiosidade, as festas, a música, dentre outros elementos cotidianos. Além disso, eles não são apresentados como vítimas passivas das violentas relações de trabalho vigentes na Companhia Mate Laranjeira. Práticas de resistência e suas lutas sociais também têm espaço na publicação. Elas variam de intensidade. As falas abordam desde resistências cotidianas, como xingar o encarregado no meio da noite ou da mata com palavrões, por meio de uma linguagem própria dos ervais, o *Mburêo*, feita por meio de "gritos" (Arquivo Público Estadual [MS], 2000: 176), até outras práticas de maior impacto. Uma delas foi a Greve de 1941, tratada como a primeira ocorrida nos domínios da Companhia, que se tornou um marco na história da Mate Laranjeira, conforme veremos a seguir.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A greve de 1941 na Companhia Mate Laranjeira em narrativas orais do projeto "A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais"

Diversos trabalhadores, com quem dialogou a equipe do projeto do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul, lembram da greve de 1941. Alguns a narram, colocando-se como meras testemunhas dos acontecimentos que a envolveram, ao passo que outros se apresentam como sujeitos ativos de sua realização.

Um dos narradores que lembram desse movimento é Victor Candado (2000). Ele nasceu em Campanário, então Sul de Mato Grosso, no ano de 1923. No momento da entrevista, residia em Ponta Porã, na porção meridional de Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai. Entre 14 e 16 anos de idade começou a trabalhar, tendo participado da greve aos 17, quando então era assistente de seu irmão, *guaino*, no vocabulário guarani dos ervais. Nas palavras de Candado:

> Aí se ajuntavam os trabalhadores de todos os cantos, de todos os cantos dessas regiões de dentro de Campanário para fazer essa greve. Teve uma greve mais ou menos de 24 horas de greve, um movimento danado, tinha gente chorando, tinha gente reclamando da vida "que vamo fazer? Que vai acontecer?" Aí quando prenderam, chegamos na (...) Que chamava aquele tempo em Campanário. Prenderam o dirigente do movimento e o povo se agitou, o dirigente era o Máximo Espíndola, já faleceu, um tal de Maciel e mais quatro pessoas, não me lembro o nome que era molecote aquele tempo né. Então a greve executou a justiça e nós descemos a Ponta Porã, todo esse povo ia de caminhãozinho, caminhãozinho de mais ou menos 500 kg, daqueles vagabundos, e enchia e ia prá Ponta Porã, toda essa turma, alguns dos meus companheiros se revoltaram e voltaram para trás e não acompanhou a gente (Candado, 2000: 172. Supressão no original).

Nessa passagem, Candado explica que a greve durou, incialmente, 24 horas. Entretanto, com a prisão de algumas lideranças, o movimento cresceu. Outros tantos trabalhadores resolveram acompanhá-los a Ponta Porã, onde ficava a delegacia de polícia. Nesse relato, os medos e incertezas dos grevistas aparecem claramente, pois eles sabiam da truculência com que a Companhia e o Estado os tratava. Por isso, não sem razão, temiam por seus futuros. A mobilização também não aparece como algo uníssono, como bem demonstra o relato da desistência de certos trabalhadores, que, no meio do caminho, resolveram voltar para Campanário. Ao prosseguir com seu relato, Candado explica as motivações para o movimento paredista:

> O sentido da greve era os preços dos trabalhos do quilo, o quilo de cada folha que os colhedores vai trazer aqui na primeira parada custava 200 réis e arrouba desse produto era 12,5 kg, arrouba chamava-se libra, naquele tempo não se usava quilo e sim libra. Então, quer dizer, se a

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

> pessoa vai trazer desse arrouba, então vai ter que trazer 12,5 kg arrouba para fazer 03 arrouba, 200 réis a arrouba, veja bem! (Candado, 2000: 172).

O relato não é claro quanto aos motivos do descontentamento dos trabalhadores. Seria com relação ao preço pago pelo produto? Seria em função de discordâncias com relação às unidades de pesagem utilizadas na época? Adiante, analisaremos os relatos de outros trabalhadores, que explicarão melhor essa questão. Prosseguindo, Candado ressalta as difíceis condições de vida de quem labutava nos ervais:

> E tinha gente que vinha do Paraguai, porque esse povo quase todo do Paraguai, alguns deles argentinos, outros daqui, então, esse povo deixaram a família, noivas, e vinham com contrato de seis meses e seis meses voltariam para o Paraguai. Mas voltariam de que jeito? vieram tudo a pé e teriam que voltar de a pé, não tinha meio de transporte, o coitado que não sabe trabalhar no mato ficou devendo, não pode pagar a conta fica dois, três anos naquele sacrifício, não aproveita da vida, de nada, amanhece no mato e anoitece no mato sofrendo. Muitas vezes a pessoa, como aconteceu, se juntavam de 3 a 4 pessoas e fugiam, em busca da vida, aborrecido, com saudades da família, não tem jeito mais, vamos fugir, vamos encarar a vida, encarando essa vida muita gente foi morto na estrada pelos jagunços da Cia Mate Larangeira (Candado, 2000: 172-173).

Como podemos notar, o narrador se sensibilizava com os outros trabalhadores da Companhia Mate Laranjeira, a quem caracteriza como pessoas “sofridas”. No trecho acima, Candado relata as dificuldades vividas por elas, que se organizavam para passar seis meses nos ervais, mas, em função de suas dívidas, viam esse período ser majorado. Fugir era uma possibilidade arriscada, haja vista os trabalhadores poderem ser assassinados pelos comitiveiros. No enredo construído por Candado, certos sentimentos ganham relevo, como a saudade da família, que os trabalhadores queriam muito reencontrar. Ele é tratado como motivador de fugas, mas também da greve, conforme sua narrativa:

> Quando acabou a greve, depois de uns dias lá na Delegacia, ficamos por lá esperando solução, diziam que tinha uma verba com, para cada pessoa trabalhador que vinha não sei de onde e que esperasse para receber essa verba, e o povo não pode esperar. A família ficou para trás e queria voltar e atender a sua família e o povo voltavam para a família e alguns que ficou mais perto, esse Máximo Espíndola tendo voltado lá novamente depois de um mês mais ou menos disse que a verba se acabou, não tem mais verba, acabou, não sei se veio, só sei que posso dizer da Cia Mate Larangeira (Candado, 2000: 173).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Na versão de Candado, ao fim da greve, os trabalhadores não somente foram libertados da prisão, mas também dos ervais. Parte deles teria recebido, ainda, uma indenização que, nos casos em que foi paga, demorou muito para os recursos serem liberados. Por isso, muitos trabalhadores optaram apenas por aproveitar a liberdade para voltar aos seus lugares de origem.

Respondendo aos questionamentos da equipe do Arquivo público, Candado ainda disse que a greve durou aproximadamente quinze dias e paralisou completamente a Fazenda Campanário, haja vista a base dos trabalhos, situada nos ervais, ter sido interrompida em seu desenvolvimento. Além disso, o narrador destacou que, "[...] Quando acabou a greve muitos voltaram e não teve punição para os grevistas, não teve" (Candado, 2000: 173). Em sua versão, a greve foi vitoriosa, pelo menos parcialmente.

Perspectiva diferente, sobre essa greve, foi a de Délio Mareco (2000), nascido em 1915 em Amambai, no então Sul do estado de Mato Grosso. Na época em que a entrevista foi realizada, ele era residente de Ponta Porã, mesma cidade de Candado. Com quatorze anos, por volta de 1929, Mareco começou a trabalhar na Companhia Mate Laranjeira. Desempenhava a função de mineiro, categoria de trabalhadores que atuava na coleta das folhas de erva-mate e no transporte das sacas até os pontos de recolha mais próximos. Segundo o narrador, tais bolsas pesavam entre 180 e 200 kg, sendo transportadas por 280 metros a dois quilômetros. Esses trabalhadores compunham a base da pirâmide laboral da empresa.

Conforme explica Mareco, em 1941, os preços das mercadorias comercializadas nas vendas da Companhia, que já eram altos, não paravam de subir, ao passo que o da erva-mate continuava baixo.[2] Foi então que doze trabalhadores foram conversar sobre a questão e acabaram presos, dado início ao movimento paredista:

> [...] Aí começou por causa dos companheiros que estavam presos. Aí nós fomos em cima do Raul Mendes [um dos chefes da empresa], porque a políocia [sic] levou todos nós a Ponta Porã e todos fomos presos, setenta e três, e daí o tenente Paulo falou pra nós "Não vou passar fogo, não". E aí passamos cinco dias lá em cima brincando, cantando, tocando violão. De dois em dois ia soltando até acabar. (Mareco, 2000: 160).

Na perspectiva de Mareco, diferentemente, de Candado, não houve uma primeira paralização de 24h, seguida de uma greve de aproximadamente quinze dias. A greve, para Mareco, teria sido constituída somente pelo segundo processo. Como reação à paralização das atividades, a direção da Companhia acionou a polícia. No Brasil, as polícias são mantidas pelos governos estaduais, por isso, o governo de Mato Grosso – sobre o qual a Companhia Mate Laranjeira

[2] Essa informação também está presente nas entrevistas de Idelfonso Centurião (2000), nascido em 1904, em Campanário, onde residia na época da entrevista, o qual também participou da greve, e de Pedro Alfonso (2000), nascido em 1933, morador de Campanário.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

historicamente exerceu grande influência (Arruda, 1997; Gillen, 1991; Queiroz, 2019) – era determinante nesse campo da segurança pública.

Todavia, na época, se fez valer a legislação que, embora concedesse alguns direitos trabalhistas principalmente a operários urbanos,[3] não reconhecia o direito de greve e reprimia movimentos de trabalhadores considerados subversivos. Isso ocorria a despeito do discurso do governo de então, de Getúlio Vargas, que buscava cooptar o operariado. Em 1941 era vigente a ditadura do Estado Novo, regime que nomeou interventores para governar os estados.[4] Além disso, era refratário à Mate Laranjeira, um imenso latifúndio em região fronteiriça, contra o qual adotou várias medidas. Elas enfraqueceram a empresa, que, no final dos anos 1940, encerrou suas atividades, após a revogação de suas concessões de terras (Arruda, 1997; Gillen, 1991; Queiroz, 2019).[5]

Talvez por isso, é possível que a indenização (ou acerto de contas) citado por Candado tenha, de fato, ocorrido. Também por esse motivo, embora o aparato repressivo do Estado tenha sido acionado, as vidas dos trabalhadores foram resguardadas, na perspectiva apresentada por Mareco. A menção à frase proferida por tenente Paulo "[...] 'Não vou passar fogo, não' [...]" (Mareco, 2000: 160), não é fortuita. Ela parecer ter sido a superação do momento de incerteza, tensão e angústia vivido pelos trabalhadores, como bem frisou Candado, que chegaram a temer por suas vidas, como frisou Mareco. Depois de receberem garantias quanto às suas integridades físicas, a espera pela liberdade é narrada como permeada por alegria e serenidade. A menção à música e à diversão, nas memórias do narrador, seja essa situação imaginária ou não,[6] soa como um deboche à Companhia Mate Laranjeira, atestado de que sua estratégia de repressão não deu certo.

Na sequência, Mareco relatou que todos os trabalhadores foram liberados, gradualmente, dois a dois. Esse parece ter sido um recurso adotado pelas forças repressivas do Estado para

[3] Ressaltamos que, conforme defende Marcus Dezemone (2007), o campo não foi completamente esquecido pelas políticas trabalhistas iniciadas ainda na década de 1930. Além disso, os trabalhadores da região e do período estudado, o Sul de Mato Grosso da década de 1940, possuíam relações com o Paraguai e a Argentina. Os impulsos para as lutas sociais podem não apenas terem surgido de questões cotidianas dos ervais ou do contexto vivido no Brasil naquele período. Influências de movimentos empreendidos pelos trabalhadores dos países vizinhos também podem ter contribuído para a Greve de 1941, na Companhia Mate Laranjeira. Essa é uma questão que carece de maior pesquisa, para que possamos explorá-la adequadamente em trabalhos futuros.

[4] Sobre o Estado Novo e o trabalhismo de Getúlio Vargas, indicamos a leitura das obras de Ângela de Castro Gomes (2005), Dulce Pandolfi (2007), Joel Wolfe (1994), Jorge Ferreira (2001), Maria Helena Rolim Capelato (2007a, 2007b) e Marcus Dezemone (2007).

[5] Paulo Roberto Cimó Queiroz (2015) afirma que, no entanto, a produção ervateira perdurou até a década de 1960, quando a Argentina encerrou as importações do produto brasileiro.

[6] Já existe, no âmbito da história oral, extenso debate sobre a relevância de situações imaginárias ou até mesmo deliberadamente inventadas, nas memórias expressas por meio da história oral. Diferentes autores são enfáticos em pontuar que, mesmo não sendo os fatos narrados fidedignos, tais lembranças carregam significados, cujos sentidos são relevantes para o estudo da história. A esse respeito, ver, por exemplo: Alessandro Portelli (1993, 1996a, 1996b, 2004) e Janaina Passos Amado (1995).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

desarticular o movimento. O próprio narrador revela que, depois de sair da cadeia, não trabalhou mais na Mate Laranjeira, sem revelar, no entanto, se isso foi uma opção sua ou se havia sido demitido. Se empregou então em ervateiras independentes e ainda teve que pagar sua dívida com a Companhia, uma perspectiva menos otimista que a apresentada por Candado para o desfecho da greve.

Na sequência da narrativa, Mareco explica mais sobre a violência da Companhia contra seus trabalhadores e reforça o que já foi exposto aqui, com base nos relatos de Candado. Em suas palavras, "[...] eu nunca fugi, porque eles matavam e largavam no campo" (Mareco, 2000: 160), quem ousava deixar os ervais sem quitar suas dívidas. O narrador chama os comitiveiros de "cachorros", "puxa-sacos" e "pistoleiros" (Mareco, 2000: 160). Mesmo assim, afirma que: "[...] eu não me queixo deles, todos eram bom como eu, porque eu era um bom peão, né. Nunca apanhava" (Mareco, 2000: 160).

Essa fala de Mareco se alinha com outras, de vários trabalhadores entrevistados. Eles frisam que, embora as condições de trabalho fossem duras na Companhia Mate Laranjeira, ela "pagava bem". Tal perspectiva frustrou a equipe do projeto, que parecia querer construir uma visão mais crítica sobre a atuação da empresa.

Expressa essa contrariedade o prefácio da obra, redigido por uma convidada, Ana Lúcia E. F. Valente, antropóloga e docente da UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atuante no mestrado em educação, inclusive, e por uma das coordenadoras de pesquisa do projeto, Carla Villamaina Centeno. Segundo as autoras do Prefácio: "Aos desavisados, pode parecer surpreendente que no discurso desses trabalhadores não transpareça qualquer sentimento de dor ou de tristeza ao recordar de um passado tão duro, tão brutal, decorrente de necessidades históricas" (Valente; Centeno, 2000: XVIII). Elas ainda complementam: "[...] a memória apenas conta o que lembra e ferimentos cicatrizados nem sempre doem [...]" (Valente; Centeno, 2000: XVIII). Todavia, destacam que tal característica não diminui a importância do trabalho realizado e das memórias dos trabalhadores trazidas a público:

> O senso comum desses trabalhadores, trazidos agora ao público, é condição necessária para se construir esse conhecimento radical que, pensando o passado, possa propor uma nova concepção de mundo; que partindo do cotidiano vivido e de um contexto singular tenha alcance universal. (Valente; Centeno, 2000: XVIII).

Adotar uma perspectiva histórica mais crítica – e até mesmo vislumbrá-la como uma prática para a construção de uma nova sociedade – era possível a esse órgão do estado porque, na construção historiográfica regional sul-mato-grossense, a Companhia Mate Laranjeira é tomada não como elemento de progresso, mas de atraso para a região. A forma como ela tentava monopolizar os ervais e defendia violentamente seus privilégios, é entendida como algo negativo para a região. Isso porque as terras do então sul de Mato Grosso e seus ervais eram disputados por proprietários rurais migrantes, oriundos do Rio Grande do Sul, de acordo com a

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

historiografia regional (Arruda, 1997; Guillen, 1991). Um avanço mais significativo da sociedade nacional, um acesso menos antidemocrático à terra, bem como um maior desenvolvimento econômico da região, somente ocorreria após o fim das operações da Companhia Mate Laranjeira.

De toda forma, concordamos com Valente e Centeno (2000), quando elas afirmam que tal característica não diminui a importância do projeto e das entrevistas dos trabalhadores. O material produzido é rico e seu conteúdo vai muito além do binômio dominação e resistência. Ele releva toda uma dinâmica que permeou a vida cotidiana dos trabalhadores, no período abordado, a qual não se restringe a tão somente visibilizar a relação deles com a empresa. Seus saberes para viver, comunicar e trabalhar na floresta, os lazeres e a vida religiosa, como já informamos anteriormente, ganharam relevo na obra.

De igual maneira, também está presente nos relatos o movimento de assentar-se à ordem vigente no período. Como afirma Arruda (1997), carregar sob o dorso sacos de erva mate, pesando mais de uma centena de quilos, correndo o risco de ter a coluna vertebral fraturada, muitas vezes era algo visto pelos trabalhadores como símbolo virilidade, e não de exploração. Crer que a empresa pagava bem, apesar de tudo, é um elemento indicativo não da alienação desses trabalhadores, mas de como toda aquela realidade era dura. As outras formas de trabalho então existentes eram permeadas pela superexploração dos trabalhadores, o que pode ajudar a explicar os êxitos da Companhia em mater esse sistema por quase um século.

Considerações finais

Em síntese, compreendemos que, ao tomar como fontes históricas narrativas produzidas no âmbito de projetos de história oral, precisamos dosar nossas expectativas. Nem sempre será possível ter acesso a todos os materiais produzidos em tais experiências, tais como os áudios, as transcrições completas, os cadernos de campo e demais documentos que acompanharam a realização de uma determinada iniciativa.

Todo projeto de história oral é desenvolvido com base em concepções específicas, que orientam toda sua trajetória de elaboração, desenvolvimento e arquivo. O ideal é termos em mãos, para a realização de nossas pesquisas, um material o mais farto possível para consulta. Entretanto, quando isso não é possível, entendemos ser necessário trabalharmos com aquilo que sobreviveu ao longo do tempo. Também é imprescindível levar em consideração tais elementos nas necessárias problematizações que precisam ser feitas com as fontes. A história oral, nesse sentido, também enfrenta as vicissitudes inerentes a outras tipologias documentais presentes nos arquivos, com as quais todo historiador precisa aprender a lidar.

Consideramos que o resultado de nossa insistência em não abandonar o material produzido pelo Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no âmbito do projeto “A história dos ervais

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

sob a ótica dos trabalhadores rurais", foi válido. Assim, tivemos acesso a um conteúdo inédito, um dos únicos a revelar possibilidades sobre como os trabalhadores da Companhia Mate Laranjeira interpretaram as relações de trabalho, as lutas sociais e demais elementos de suas vidas nos ervais fronteiriços, durante a primeira metade do século XX. Mesmo imperfeito, foi somente graças a esse acervo que pudemos superar a dependência exclusiva de narrativas sobre trabalhadores, elaboradas por sujeitos externos ao próprio grupo.

Referências

Afonso, P. (2000). Pedro Afonso. In Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, *A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais*. O Arquivo.

Amado, J. (1995). O grande mentiroso: Tradição, veracidade e imaginação em história oral. *História, 14*.

Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul. (2000). *A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais*. O Arquivo.

Arruda, G. (1997). *Frutos da terra: Os trabalhadores da Matte Laranjeira*. Editora da UEL.

Candado, V. (2000). Victor Candado. In Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, *A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais*. O Arquivo.

Capelato, M. H. R. (2007a). Estado Novo: Novas histórias. In M. C. Freitas (Org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*. Contexto.

Capelato, M. H. R. (2007b). Estado Novo: O que trouxe de novo? In J. Ferreira & L. de A. N. Delgado (Orgs.), *O Brasil republicano: O tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Civilização Brasileira.

Cardoso, H. H. P. (2004). Narrativas de um candango em Brasília. *Revista Brasileira de História, 24*(47).

Centurião, I. (2000). Idelfonso Centurião. In Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, *A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais*. O Arquivo.

Colodel, J. A. (1988). *Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960*. Prefeitura Municipal.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Dezemone, M. (2007). Impactos da Era Vargas no mundo rural: Leis, direitos e memória. *Perseu: História, Memória e Política, 1*(1).

Ferreira, J. (2001). O nome e a coisa: Populismo na política brasileira. In J. Ferreira (Org.), *O populismo e sua história: Debate e crítica*. Civilização Brasileira.

Figueira, K. C. N. (2000). Introdução. In Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, *A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais*. O Arquivo.

Galvão, P. (2013). *Parque industrial*. Editora Cintra. (Obra original publicada em 1933).

Gomes, Â. de C. (2005). *A invenção do trabalhismo*. FGV.

Guillen, I. C. M. (1991). *O imaginário do sertão: Lutas e resistência ao domínio da Companhia Mate Laranjeira (Mato Grosso, 1890–1945)* [Dissertação de mestrado].

Langaro, J. F. (2019). *Quando o futuro é inscrito no passado: Literatura historiográfica, periodismo e memórias públicas da fundação de Toledo (PR), 1953–2011*. Editora da Imprensa Universitária.

Mareco, D. (2000). Délio Mareco. In Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, *A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais*. O Arquivo.

Pandolfi, D. (2007). Os anos 1930: As incertezas do regime. In J. Ferreira & L. de A. N. Delgado (Orgs.), *O Brasil republicano: O tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Civilização Brasileira.

Portelli, A. (1993). Sonhos ucrônicos: Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História, 10*.

Portelli, A. (1996a). A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo, 1*(2).

Portelli, A. (1996b). O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): Mito e política, luto e senso comum. In M. de M. Ferreira & J. Amado (Orgs.), *Usos & abusos da história oral*. Editora da Fundação Getulio Vargas.

Portelli, A. (2004). "O momento da minha vida": Funções do tempo na história oral. In D. R. Fenelon, L. A. Maciel, P. R. de Almeida, & Y. A. Khoury (Orgs.), *Muitas memórias, outras histórias*. Olho d'Água.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Queiroz, P. R. C. (2015). A Companhia Mate Laranjeira, 1891–1902: Contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso. *Revista Territórios & Fronteiras, 8*(1).

Thompson, E. P. (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Zahar.

Thompson, E. P. (1987). *A formação da classe operária inglesa*. Paz e Terra.

Valente, A. L. E. F., & Centeno, C. V. (2000). Prefácio. In Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, *A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais*. O Arquivo.

Wachowicz, R. C. (1982). *Obrageros, mensus e colonos: História do oeste paranaense*. Editora Vicentina.

Williams, R. (1979). *Marxismo e literatura*. Zahar.

Wolfe, J. (1994). "Pai dos pobres" ou "mãe dos ricos"? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930–1954. *Revista Brasileira de História, 14*(27).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Jiani Fernando Langaro

Licenciado en Historia por la Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), máster en Historia Social por la Universidade Federal de Uberlândia (UFU) y doctor en Historia Social por la Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Profesor adjunto de la Facultad de Historia y miembro del cuerpo docente permanente del Programa de Posgrado (académico) en Historia (PPGH) y del Programa de Posgrado (profesional) en Enseñanza de la Historia (PROFHISTÓRIA), centro de la Universidad Federal de Goiás (UFG), en Goiânia, Goiás, Brasil. Becario de productividad de la FAPEG (Fundación de Apoyo a la Investigación del Estado de Goiás), Brasil.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

EXPLORANDO AS CONEXÕES DO TANGO NO SUL GLOBAL[1]

EXPLORANDO LAS CONEXIONES DEL TANGO EN EL SUR GLOBAL

EXPLORING TANGO CONNECTIONS ACROSS THE GLOBAL SOUTH

Catimba Matias Anacleto
ISCED-Angola
dr.catimba@hotmail.com

Claudia Carolina Casiva
Universidade Católica de Salta-Argentina
carolinacasiva11@gmail.com

Jéssica Salomão Chitlhango
Universidade Eduardo Mondlane-Moçambique
jessicasalomao2014@gmail.com

Rosa Maria da Silva Gonçalves
Instituto Federal de Rondônia-Brasil
rosa.goncalves.vha@gmail.com

Prof. Dr. Aldo Juan Enrici
Universidad Nacional de la Patagonia Austral-Argentina
aenrici@uarg.unpa.edu.ar

Prof.ª Dr.ª Solange Straube Stecz
Universidade Estadual do Paraná-Brasil
solange.stecz@unespar.edu.br

RESUMO

O presente artigo analisa o percurso do tango como símbolo de identidade cultural na Argentina, explorando suas origens e evolução. Ao reconhecer sua hibridização, a riqueza e a complexidade de sua história, este trabalho representa e destaca, a partir de quatro perspectivas,

[1]Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da primeira pós-graduação *lato sensu* Internacional intitulada "Conhecimentos e Associações entre Angola, Argentina, Brasil e Moçambique" ofertada pela UNESPAR (Universidade Estadual do Paraná), *Campus* Campo Mourão; em parceria com a Universidade de Luanda (UniLuanda), em Angola; Universidade Nacional da Patagônia Austral (UNPA), na Argentina; e Universidade Licungo (Unilicungo), em Moçambique. A pesquisa foi conduzida sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Solange Straube Stecz e do Prof. Dr. Aldo Juan Enrici. A defesa ocorreu no dia 4 de setembro de 2025.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

a análise e a pesquisa colaborativa. Os principais pontos deste estudo são o desenvolvimento, a interação e o impacto do tango em Angola, Argentina, Brasil e Moçambique, investigando os conhecimentos e as associações que emergem das diferentes configurações sociais, históricas e políticas em que o tango se insere. Além disso, busca identificar os laços formados por meio da experiência e da memória. Nesse sentido, aborda um gênero musical consolidado, mas de um campo de práticas culturais com processos seletivos em constante mutação. Da mesma forma, baseia-se em uma abordagem qualitativa de pesquisa, considerando a revisão bibliográfica, documental, composições, entrevistas e registros audiovisuais. Em suma, o artigo propõe uma leitura do tango como uma linguagem em movimento, entrelaçando complexidade histórica, disputas simbólicas, reorganização e transformações ao longo do tempo no Sul Global.

Palavras-chave: cultura, identidade, Sul Global, dança, tango.

RESUMEN

El presente escrito aborda el camino recorrido del Tango como símbolo identitario cultural en Argentina, explorando sus orígenes y evolución. Reconociendo su hibridación, la riqueza y complejidad de su historia, este trabajo representa y destaca desde cuatro perspectivas el análisis e investigación colaborativa. Los puntos principales del presente son el desarrollo y la interacción e impacto que desarrolló el Tango en los países de Angola, Argentina, Brasil y Mozambique. Analizar los conocimientos y asociaciones que a partir de sus configuraciones en distintos procesos sociales, históricos y políticos. Al mismo tiempo busca identificar los lazos educativos a través de la experiencia y la memoria. El presente no solo trata de un género musical consolidado, sino de un campo de prácticas culturales con procesos selectivos que van cambiando constantemente. Así mismo, se basa en un enfoque de investigación cualitativa, considerando la investigación bibliográfica, documental, composiciones, entrevistas y documentos audiovisuales. La investigación propone una lectura del tango como lenguaje en movimiento, entrecruzando su riqueza histórica, disputa simbólica, reorganización y transformación a lo largo del tiempo en el sur global

Palavras-chave: cultura, identidad, Sur Global, dança, tango.

ABSTRACT

The present article addresses the journey of Tango as a symbol of Argentina’s cultural identity, exploring its origin and evolution. By recognizing its historical hybridization, richness and complexity, this work represents and enhances, from four different perspectives, the analyses and collaborative research. The main points of the text are, development, interaction and impact of Tango in Angola, Argentina, Brazil and Mozambique. It analyzes the knowledge and associations that emerge of its configurations in different social, historical and political processes in which tango inserts itself. Additionally, it aims to identify the connections through experience and memory. In this sense, the present article discusses a consolidated musical genre

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

but also a field of cultural practices with selected processes in constant movement. In the same manner, it is based in a qualitative research approach, considering documental and bibliographic research, compositions, interviews, audiovisual materials. Shortly, the article proposes appreciation of Tango o as a language in movement spiced, intertwining its historical richness, symbolic dispute, reorganization and transformation overtime in the Global South.

Keywords: culture, identity, Global South, dancing, tango.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Brasil, proporcionou uma iniciativa pioneira no Sul Global com a criação da Especialização Internacional em Conhecimentos e Associações entre Angola, Argentina, Brasil e Moçambique. Essa proposta acadêmica e transcultural fortalece a construção coletiva do conhecimento, fomentando um espaço de colaboração entre estudantes dos quatro países que, a partir de suas trajetórias e contextos culturais particulares, construíram o presente texto para oferecer uma perspectiva integradora, reflexiva e de criação compartilhada.

Este estudo, fundamentado em princípios decoloniais e interseccionais, com abordagem qualitativa, transnacional e colaborativa teve como objetivo principal investigar o tango, estilo dançante, marcado por memórias afrodiaspóricas, exclusões históricas, bem como resistências simbólicas. Além disso, buscou revisitar criticamente as origens do tango por meio de perspectivas do Sul Global ao ampliar o entendimento da prática artística como um espaço de diálogo e interação entre corpos, histórias e identidades.

Durante a elaboração da pesquisa, foram realizados encontros quinzenais, com duração de duas horas, nos quais foram aplicadas metodologias participativas, permitindo a troca de saberes entre os participantes. Do mesmo modo, a escrita colaborativa, por mãos diversas, propiciou o intercâmbio cultural, como também a construção plural do conhecimento, evidenciando o tango como expressão cultural, linguagem viva (carregada de apagamentos históricos e ressignificações nos contextos do Sul Global). Ademais, as abordagens empregadas mostraram-se eficazes para o alcance dos objetivos da pesquisa, pois houve o intercâmbio epistemológico e o fortalecimento de laços. Nesse sentido, a realização de uma revisão crítica, fundamentada em perspectivas decoloniais, possibilitou problematizar a história do tango, assim como evidenciar suas profundas conexões afrodiaspóricas, amiúde, silenciadas pelas narrativas hegemônicas.

A utilização de plataformas digitais, como o *Google Meet*, o aplicativo *WhatsApp*, a ferramenta *Google Drive*, possibilitou a realização de encontros *on-line* (síncronos) e as trocas assíncronas de materiais (vídeos, registros escritos e sonoros). Essas discussões possibilitaram o aprofundamento e os conhecimentos referentes à temática do tango de matriz africana ao promover espaço colaborativo de reflexão, aprendizagem e compartilhamento de saberes.

Tais debates revelaram a necessidade de compreender o tango para além das narrativas difundidas tradicionalmente, ou melhor, evidenciaram a urgência de investigar as origens, os processos de constituição histórica e as conexões afrodiaspóricas dessa expressão artística. Afinal, desde a antiguidade, os encontros entre as civilizações resultaram em processos de imposição, resistência, influência, apropriação e assimilação de culturas. No Sul Global, por mais de meio século, práticas culturais e identitárias foram silenciadas, frequentemente apropriadas e distorcidas sob perspectivas eurocêntricas. Spivak (2010), aponta que o silenciamento dos subalternos foi intensificado pela colonização. De mais a mais, a música e a dança são exemplos de processos de territorialização influenciados por transformações capazes de ultrapassar fronteiras culturais, sociais, de gênero e linguísticas. Nesse caso,

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

compreender o significado e a origem de estilos musicais, como o tango, originário do entrelaçamento de várias culturas, como o candombe afro-platino, os ritmos caribenhos, os gestos de rua, as dores da migração é um reflexo dessa dinâmica.

Nascido em espaços periféricos e marginalizados, o tango configura-se como uma importante manifestação cultural legítima do Sul Global, cuja formação esteve profundamente vinculada às experiências de populações e grupos subalternizados. Nessa linha de raciocínio, sua origem nos cortiços, prostíbulos e calçadas foi distorcida ao longo do tempo, especialmente por interpretações ocidentais com o intuito de tentar minimizar suas raízes e significados, enfraquecendo o reconhecimento da relevância histórica, cultural e identitária. Todavia, ele preserva por meio de gestos e compassos a memória de exclusão, resistência, e pertencimento. Na concepção de Halbwachs (2003), a memória coletiva é o conjunto de lembranças e experiências compartilhadas, como também organizadas pela sociedade. Em síntese, ela é construída por meio das lembranças, interações sociais e culturais. Mas nem toda memória é visível. Assim, a memória coletiva, muitas vezes soterrada, traz à tona as vozes emudecidas de corpos negros e periferias.

Em vista disso, a dança como linguagem não verbal, articula corpo, movimento e espaço, sendo capaz de inscrever memórias, identidades e afetos. No campo social e cultural, ela também funciona como prática simbólica, revelando formas de resistência, bem como experiências coletivas. Outrossim, além de ser um estilo musical, o tango é uma manifestação de identidade cultural que se expandiu, em parte, pela reinvenção das danças e gestos após o fim da escravidão. Nesse sentido, nas “Casas de Tango”, os ex-escravizados mantiveram vivas suas origens culturais, pois, nesses locais, batucavam, cantavam e dançavam. Mais ainda, reinventaram coreografias com danças, gingados, passos fortemente marcados e sensualidade. Nesses locais, reviviam as suas ascendências, passando a tornar esses encontros como “reunião de negros para dançar ao som de seus tambores ou atabaques”, conforme publicado no *Diccionario Provincial de Voces Cubanas* (Pichardo, como citado em Palacios, 2024, p. 134).

Ao longo de sua história, o tango consolidou-se como uma expressão cultural da classe dominante, muitas vezes, representado sob uma ótica eurocêntrica. Apesar disso, a análise mais recente valoriza as suas origens afrodescendentes e populares. Desse modo, o tango, portanto, torna-se um espaço de negociação simbólica e resistência política. Além de um simples produto estético, sua evolução é marcada por discursos históricos que apagaram as raízes negras, transformando-o em símbolo nacional argentino, enquanto sua verdadeira origem permanece ignorada, consoante afirma a cantora brasileira Shirlene Oliveira (UOL TAB, 2021).

Nas últimas décadas, uma série de estudos, produções artísticas e investigações documentais têm ressignificado o tango, destacando as influências das culturas africanas e indígenas na sua gênese e consolidação enquanto linguagem musical e corporal. Na área do cinema documental, o filme “Tango Negro: as raízes africanas do Tango” (2013), dirigido pelo cineasta angolano Dom Pedro, estudos como os de Archetti (2003), Dalazen (2019), Werner (2010), Costa (2016) e Taques (2021), entre outros, passaram a reposicioná-lo como campo cultural em disputa, no qual se entrecruzam relações de poder, memória e identidade.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

O estudo propõe uma análise comparativa, transnacional e interseccional da reinvenção do tango em Angola, no Brasil e em Moçambique, destacando não apenas a Argentina, mas também os três países citados como espaços de recepção, reapropriação e transformação dessa dança em diferentes contextos históricos e geográficos. Em especial, destaca-se a influência das culturas africanas, especialmente de Angola e Moçambique, no desenvolvimento de práticas pedagógicas e sociais que contestam os modelos tradicionais portenhos, mostrando como a música e a dança tornaram-se cenários de reivindicação e preservação da identidade cultural. Essas influências se manifestam em experiências abertas, críticas e inclusivas de ensino e vivência, ao refletirem acerca do histórico de Angola em que a música desempenhou um papel fundamental como território de resistência simbólica à opressão colonial, durante o domínio português. Esse papel manifestou-se por meio da preservação de identidades culturais, da transmissão de mensagens codificadas da luta e da mobilização de consciências coletivas (Redinha, 2009).

O tango, como prática cultural e memória viva, conecta o passado com o presente, resistindo à imposição de narrativas dominantes. Como afirmou Colmeiro (2005), a memória coletiva constrói e mantém a identidade cultural por intermédio de constantes processos de reelaboração e reconstrução de significados. Dessa forma, o tango é mais que uma dança. Trata-se de uma prática cultural a desafiar os limites da memória oficial e, ao mesmo tempo, abre um reduto para as narrativas esquecidas.

Em 2009, o tango foi declarado pela Unesco como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. No entanto, conjuntamente, representantes da Argentina e do Uruguai, lançaram a candidatura desse gênero dançante e musical considerado como "uma das principais manifestações da identidade dos habitantes do Rio da Prata" (Carmo, 2009). Nessa perspectiva, considerado como uma das mais significativas expressões culturais da Argentina e amplamente reconhecido por uma musicalidade vibrante e dança apaixonada, reforça a necessidade de reverter a visão eurocêntrica sobre sua origem. Ao rediscutir o tango, é fundamental entender sua relação com o sincretismo cultural, termo citado por Roger Bastide, como um processo dinâmico a envolver reinterpretação e recriação de significados culturais. Esse processo surgiu do encontro de culturas africanas, europeias e latino-americanas, estabelecido entre Angola, Argentina, Brasil e Moçambique, configurando um encontro de diálogo e conexão do Sul Global.

Sendo assim, a presente pesquisa propõe uma análise profunda das influências e dos processos de reinvenção do tango ao longo do tempo, evidenciando a contribuição das matrizes negras para a constituição de suas bases culturais e para a conformação de sua identidade histórica e artística.

2. MÚSICA E DANÇA NO ENCONTRO DE CULTURAS

2.1. Encontros afro-cultural do tango em Angola

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A música angolana sempre foi uma ferramenta poderosa na construção de identidade, resistência da luta pela preservação da cultura e transmissão de saber social entre as gerações. Nas comunidades banto ela vigorou como prática coletiva ligada a rituais, celebrações e transmissão oral, com um papel espiritual e social na média de relações com os ancestrais e o fortalecimento dos vínculos comunitários e da coesão social. Em conformidade com Redinha (2009), em pesquisa etnográfica feita em Angola, eram frequentes os cantos acompanhados apenas de palmas ritmadas, sendo, contudo quase regra a sua execução aos sons de melodias instrumentais.

Durante o período colonial, segundo Lopes (2005), o sistema escravista promoveu um intenso processo de migração forçada, responsável pela chegada de milhões de cativos africanos ao Brasil. Entre tais grupos, destacavam-se populações banto provenientes de Angola, do Congo e de regiões adjacentes. Eles trouxeram consigo práticas culturais, musicais e religiosas fundamentais para a formação da cultura brasileira. Assim, viram seus "batuques" – termo geralmente aplicado pelos colonizadores portugueses aos ritmos, às danças e às manifestações musicais africanas – impregnados de sabor ancestral e memória cultural (Redinha, 1984). Nesse contexto, Redinha conclui que "Angola participou largamente nos fundamentos culturais da música brasileira, por intermédio dos bantos fixados no Brasil, e eram angolanos a quase totalidade dos maestros das bandas de música do começo da República" (1984, p. 34), cuja influência permanece em diversas expressões musicais e culturais do país.

Com a formação da comunidade baiana no Rio de Janeiro, na região historicamente conhecida como "Pequena África", a cidade tornou-se um importante centro de preservação e disseminação das culturas africanas, que na óptica de Lopes,

> Entre os diversos grupos étnicos presentes, destacam-se os povos bantos, que, apesar de inicialmente marginalizados, desempenharam papel fundamental na construção da identidade cultural carioca. A influência banto é evidente em manifestações culturais como o Samba, o Lundu e o Jongo, além de práticas religiosas de matriz africana, como o Candomblé. Essas contribuições enriqueceram o patrimônio cultural da cidade, evidenciando a diversidade e a resistência dos povos africanos no Brasil (Lopes, 2005, p. 32).

Nota-se a relevância dos povos bantos na formação da identidade cultural brasileira ao enfatizar contribuições que extrapolaram o campo artístico, alcançando dimensões religiosas, sociais e culturais. Como mencionado, as influências manifestaram-se em diferentes práticas e tradições, evidenciando a profundidade e a permanência dos legados na sociedade brasileira. No caso, reconhecer a participação africana na constituição do Brasil implica, ainda, problematizar as narrativas históricas eurocêntricas que, por muito tempo, minimizaram ou invisibilizaram esse contributo fundamental para o desenvolvimento social e cultural do povo brasileiro.

Nesse viés, a presença africana também pode ser observada na própria trajetória do tango. Ao vocábulo tango são atribuídos inúmeros outros significados, a maioria deles vinculados à

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

origem africana, evidenciando as conexões históricas e culturais envoltas na constituição dessa manifestação artística. Entre as acepções mais recorrentes, destacam-se a designação de lugar de concentração de seres humanos escravizados, tanto nos portos africanos de embarque quanto nos territórios americanos de destino, onde eram expostos para comercialização; nome genérico dado à associação de negros estabelecidos em Buenos Aires; e, mesmo, a referência a determinados instrumentos de percussão utilizados em práticas musicais afrodescendentes. Em consonância com Braga (2014), existem mais de duas dezenas de supostos significados atribuídos à palavra tango, muitos dos quais evidenciam as profundas conexões com as culturas africanas e afrodiaspóricas.

Por outras palavras, o autor argumenta que o tango é o resultado do sincretismo do caudal de raças que habitou Buenos Aires, nos séculos XIX e XX, o tango nasceu de nítidas feições negras mescladas, ela foi se branqueando, cada vez mais, no mesmo compasso em que a cidade sofreu uma transformação.

Autores como Suboni (2014) destacam que os ritmos africanos exportados forçadamente, durante o tráfico transatlântico de escravizados, contribuíram decisivamente para a constituição de novas expressões musicais nas Américas. A presença de descendentes de angolanos de origem banto no Rio da Prata, e as suas práticas culturais, são aspectos frequentemente esquecidos nas narrativas hegemônicas sobre o tango, mas fundamentais para uma leitura crítica e descolonial do gênero, que apresentam estruturas rítmicas comparáveis a padrões encontrados no Semba angolano. Sobre a origem do Semba,

> A história da tradição oral, a Massemba, como dança e canto, nesta distinta região de Luanda, indica-nos que a mesma tem as suas origens, como organização circular da dança e animação, desde os primórdios dos anos de 1870, segundo algumas fontes consultadas, “a dança foi sempre dinamizada junto das comunidades africanas, por várias organizações tradicionais de influência associativas que existiam” (Lamartine, 2023, p. 164).

Marissa Moorman (2008) ressalta a história da relação entre a música e os bairros periféricos de Luanda. Desde o período colonial até os dias atuais, a música tem sido um elemento essencial do cotidiano e do lazer, funcionando também como um meio de expressão social e política. Nos musseques, a música dançante desempenha um papel central nos processos de socialização, por meio de festas familiares, encontros de rua e outros eventos coletivos. Para Moorman “[...] a música desses bairros carrega significados sociais profundos, que se expressam pelo som, pela dança e pela história, tornando-se um símbolo da soberania cultural das experiências urbanas em Luanda” (2008, p. 140).

Seguindo a linha da rebita e das músicas de carnaval, Ribas (2009) observa que as canções de semba geralmente abordam temas do dia a dia. Seu ritmo, comumente rápido e vibrante, convida os dançarinos a interpretarem a música com movimentos criativos e técnicas variadas, como se estivessem respondendo fisicamente aos conflitos propostos pelas letras. Além disso,

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

os relatos de amor nas canções frequentemente trazem histórias de casamentos fracassados, mudanças nos costumes e questões sociais mais amplas.

Conforme aponta Moorman (2008), a principal distinção em relação ao Semba não se resume apenas ao ritmo, que tende a ser mais lento, mas também ao conteúdo das letras. Enquanto no Semba as canções são predominantemente em kimbundu, a Kizomba passou a privilegiar o português, alterando significativamente seu significado e impacto cultural.

Nesse contexto, ao investigarmos a cena musical angolana, é possível identificar conexões culturais e estilísticas com o tango, especialmente quando se observa o papel da corporeidade, dos instrumentos e das estruturas rítmicas presentes em gêneros como o Semba, o Rebita e a Kizomba. Esses estilos, como o tango, nascem de processos de mestiçagem cultural e são marcados pela expressividade corporal, pela dança em pares e por dinâmicas sociais de resistência e celebração.

Atualmente, o gênero Kizomba, é o que mais se assemelha com o tango, visto que ela carrega um forte simbolismo social e histórico. Carlos Lamartine (2023), um dos mais importantes nomes da Música Popular Angolana, destaca que, embora a Kizomba tenha surgido na década de 1980, suas raízes remontam ao termo ‘kizombada’ realizada em Angola nas décadas de 1950 e 1960. Nessas celebrações, ritmos como Semba, Marimba e Merengue eram dançados em pares, influenciando a estrutura da kizomba como a conhecemos hoje. O tempo e a adaptação cultural transformaram o Semba em um ritmo mais lento e cadenciado, adequado à dança sensual e romântica que define a Kizomba contemporânea. Essa herança afro, pode ser rastreada por meio de análises musicológicas e coreográficas, revelando uma possível “ancestralidade comum” entre manifestações culturais angolanas e o tango.

A realização de um encontro afrocultural em torno do tango, em Angola, propõe-se, portanto, como uma ação simbólica e investigativa voltada à exploração e à valorização das convergências histórico-culturais existentes entre as tradições. Além disso, o evento pode atuar como um espaço de diálogo entre tradições musicais e corporais, valorizando a memória dos povos africanos na diáspora e estimulando novas criações artísticas a partir dessa reconexão cultural.

2.2. Argentina e o tango, aproximações

O tango argentino foi gradualmente construído ao longo do tempo e legitimado como expressão cultural, sendo reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, especialmente em suas manifestações musicais e coreográficas. Essa forma artística representa uma expressão identitária derivada de um cruzamento fascinante de culturas que, em nossa análise, pode ser compreendida como um processo de hibridização cultural. Tal abordagem encontra respaldo na teoria de Canclini (2019), desenvolvida em sua obra “Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade”, na qual afirma que as culturas não são entidades estáticas ou puras, mas sim construções dinâmicas em constante transformação por meio de interações complexas, funções, combinações estéticas, linguísticas e interpretativas.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A história evolutiva do tango está profundamente relacionada aos processos migratórios e à mestiçagem. Suas raízes africanas, perceptíveis nos ritmos, instrumentos e na própria essência do gênero, revelam a influência das tradições musicais afrodescendentes, hoje amplificadas pelos meios de comunicação e pelas dinâmicas da globalização. Explorar tais conexões convida-nos a redescobrir o tango como uma linguagem universal que transcende fronteiras culturais e temporais.

Diversas teorias buscam explicar a origem etimológica da palavra "tango", sendo uma delas a derivação de um instrumento musical africano. O antropólogo Pablo Cirio, do Instituto Nacional de Musicología "Carlos Vega", aponta que o documento mais antigo que registra o termo em Buenos Aires data de 11 de novembro de 1802, referentes à venda de um "terreno de negros" localizado no barrio de La Concepción (actualmente Constitución). Desde então, o tango, enquanto expressão artística, foi se adaptando aos tempos modernos sem abdicar das raízes que lhe conferem profundidade simbólica.

O tango encontrou seu berço nos espaços periféricos e marginalizados da cidade, conhecidos como os *arrabales* de Buenos Aires – distantes dos centros urbanos – habitados por classes populares cuja vida comunitária e miscigenação cultural se manifestavam intensamente entre as zonas portuárias de Argentina e Montevidéu. Esse contexto encapsula vivências, paixões e desafios de uma sociedade em transformação. Ligado estreitamente a setores populares e prostíbulos, o tango espelhava a realidade dos bairros mais empobrecidos. Sua difusão crescente por toda a cidade favoreceu sua aceitação social. Conforme ilustra Sofía Cecconi,

> A geografia do tango nesta época configura-se a partir de um elemento central: a "margem", um espaço fronteiriço e indefinido onde a cidade se convertia em campo, superfície de transição que desfazia Buenos Aires em regiões pobres e modestas ao sul, oeste e norte. Assim, no fim do século XIX, o tango encontrava-se espacializado, mas não territorializado: ancorado em uma zona onde a cidade terminava e começava a imensidão da pampa. O tango tornava-se, portanto, a expressão musical da "terra de ninguém", do "puro espaço" (2009, p. 53).

Nas primeiras décadas do século XX, a expansão demográfica e a ascensão do tango nas camadas sociais mais altas favorecem sua projeção internacional, consolidando seu lugar na cultura global. Cecconi, ainda, afirma que o hermetismo inicial começa a se romper quando o tango adentra os espaços urbanizados, pois

> [...] sai do subúrbio arrabalero, deixa de ser música proibida e secreta e entra na vida dos bairros através dos organitos que difundem suas melodias [...]. Também começa a ser ouvido nos cafés da classe média, onde se apresentam os grupos musicais que originariam as orquestras típicas (2009, p. 55).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A construção desta expressão única e criativa contou com a contribuição de crioulos, nativos, afrodescendentes e imigrantes europeus, que adotaram ritmos, melodias e tradições sociais, econômicas e políticas da sociedade argentina. No cotidiano linguístico dos porteños, impulsiona o uso do *lunfardo,* jargão popular que se integrou ao espanhol local.

As letras das canções tangueiras expressam saudade e desejos, emoções, amores, desilusões e o curso da vida urbana em construção – a jornada dos imigrantes e dos trabalhadores da cidade – em tom melancólico e apaixonado. Trata-se de uma obra coletiva rica em nuances e histórias. A dança, por sua vez, revela não apenas a conexão humana, mas também a valorização da improvisação, um elemento profundamente enraizado na cultura argentina. O tango é, portanto, um patrimônio que transcende o tempo, carregando a alma argentina ao redor do mundo.

Os ritmos afrodescendentes influenciaram o desenvolvimento da milonga, precursora do tango, enquanto vertentes musicais dos imigrantes como os valses vienesas, polcas e música de salão espanholas e italianas se integraram as melodias tangueiras. Expressões rurais crioulas, como a payada e a música gauchesca, trouxeram lirismo e vínculo com narrativas locais.

Na segunda metade do século XX, artistas com Astor Piazzolla revolucionaram o gênero ao incorporá-lo a outras correntes como o jazz e a música clássica por meio de orquestras e intérpretes que perpetuam o repertório tradicional, ao mesmo tempo em que abre espaço para experimentações com gêneros como o *chamamé* e a dança contemporânea. Eventos de repercussão mundial, como o Festival Mundial do Tango em Buenos Aires, reúnem milhares de participantes, revitalizando práticas e reafirmando a atualidade do tango enquanto forma viva de expressão.

A influência do tango manifesta-se em diversas frentes: na economia, por meio do turismo e dos eventos culturais; no âmbito social, com o fortalecimento dos vínculos comunitários; e internacionalmente, projetando a imagem da Argentina como referência cultural. O dia 11 de dezembro foi instituído como o Dia Nacional do Tango em homenagem ao nascimento do cantor e compositor Carlos Gardel e do maestro e violinista Julio de Caro.

2.3. Tango no Brasil: história de encontros musicais

No Brasil, Archetti (2003) apresenta o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) como exemplo de recuperação típica da figura do gaúcho, símbolo da cultura regional brasileira, em processo semelhante ao observado na Argentina. Nessa lida, o movimento ressignificou práticas e vestimentas tradicionais, compreendendo-as como formas de representação social e cultural. Assim, além de simples adornos ou coberturas do corpo, esses elementos passaram a funcionar como códigos sociais, dispositivos de marcação e elementos narrativos, carregando tempo, historicidade, classe, relações de gênero, bem como memórias coletivas. No tango, os trajes vestem mais do que a pele, pois revestem papéis, estabelecem hierarquias, ensaiam performances. Do mesmo modo, a indumentária do dançarino ou da dançarina não é neutra: diz algo antes mesmo do primeiro passo. Do sapato à fenda, da alfaiataria ajustada ao brilho

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

calculado, há ali uma estética codificada que comunica tradição, desejo, situacionalidade ou ruptura. Mas também existe o corpo que transgride a roupa, que tensiona o figurino, que desfaz o esperado. É nesse espaço, entre o traje e o gesto, que a vestimenta se torna linguagem como forma de afirmar uma identidade regional forte, especialmente no sul do país. Entretanto, essa tradição também é uma invenção moderna, uma vez que a construção do gaúcho brasileiro, como no caso argentino, foi uma resposta cultural às mudanças sociais e à necessidade de afirmar pertencimento frente ao avanço urbano-industrial e à centralização política (Archetti, 2003).

Além disso, o Brasil também aparece como um espaço de recepção do gaúcho levando-se em consideração o fato de que durante as excursões musicais de Gardel e Razzano, o público brasileiro os acolheu com entusiasmo, vendo neles uma representação legítima da cultura argentina. À época, a imprensa tratava a música crioula como expressão da alma do país vizinho, sem separar abertamente o rural do urbano, ou o tango das tradições do interior. Essa recepção estrangeira reforçou o imaginário brasileiro de uma Argentina profundamente enraizada em sua terra, mesmo que essa terra já fosse, em grande parte, uma ficção simbólica construída de dentro para fora (Archetti, 2003).

Nesse caso, o tango encontrou no Brasil um campo fértil para ressignificações práticas e simbólicas, especialmente a partir do seu ensino formal e da organização de espaços sociais como milongas alternativas. No caso brasileiro, a difusão do tango dança se articula por meio de projetos e coletivos que problematizam o binarismo de gênero, os protocolos hegemônicos e a rigidez das normas comportamentais associadas à tradição portenha. Nesse sentido, o tango praticado em diversas cidades brasileiras — com destaque para Curitiba — desloca-se do modelo ortodoxo e passa a incorporar práticas pedagógicas e corporais abertas à diversidade, tanto de corpos quanto de modos de condução e expressão (Taques, 2021).

Projetos como o *Tango Boêmio*, realizados em Curitiba, têm promovido novas formas de experiência social com o tango, tensionando os códigos tradicionalmente impostos por manuais e milongas que reforçam papéis heteronormativos. Essas iniciativas, ao contemplarem encontros nos quais os papéis de condução e de seguimento podem ser alternados independentemente do gênero, propõem um reposicionamento do tango como linguagem inclusiva. Isso se reflete também nas metodologias de ensino, que passam a valorizar a improvisação, o diálogo corporal e a escuta ativa entre os pares, aspectos muitas vezes marginalizados por abordagens mais normativas (Taques, 2021).

No âmbito do ensino formal da dança, o Brasil destaca-se por inserir o tango em instituições de formação artística, o que amplia sua circulação e legitimação como campo de conhecimento. Contudo, o trabalho de Taques mostra que, mesmo nesse espaço, persistem práticas que reproduzem *habitus* alinhados ao patriarcado e à lógica da condução masculina. Nesse ponto, o desafio, portanto, reside em transformar tais disposições em práticas sociais espontâneas, formação técnica e pedagógica, construindo os fundamentos que orientam o comportamento dos futuros dançarinos e professores (Taques, 2021).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Ainda que as regras e protocolos do tango tenham origem nas milongas tradicionais de Buenos Aires, observa-se, no Brasil, a presença de um movimento crítico que compreende tais convenções como produtos culturais e históricos, passíveis de ressignificação. Essa consciência crítica favorece a criação de subcampos em que o tango é vivenciado como espaço de acolhimento, diálogo e diversidade. No caso, acolhimento não é tolerância, nem concessão. É disposição ativa de escuta, abertura real para o que o outro traz — com sua diferença, sua história, sua presença inteira. No espaço do tango, o acolhimento revela-se na aceitação de corpos diversos, bem como na forma como esses corpos são convidados a existir sem justificativa. Trata-se de quebrar códigos fixos, de permitir que o gesto seja inventado sem medo, que a condução se renegocie, que o silêncio não seja exclusão. Acolher, nesse contexto, é recusar o olhar normativo. É permitir a dança transbordar a mera forma e converter-se em território de encontro ético, onde cada gesto e movimento dos corpos carreguem a potência do reconhecimento mútuo. Nesse lugar de afetos e presenças, a vulnerabilidade deixa de ser compreendida como fragilidade, tornando-se como fio invisível a fim de aproximar corpos, entrelaçar histórias e transformar o movimento em linguagem de acolhimento, partilha e comunhão.

A partir disso, torna-se possível ampliar o acesso ao tango como prática artística e cultural, além de promover, por meio da dança, a reflexão sobre relações de poder, gênero e identidade, compondo um campo social em permanente disputa e transformação (Taques, 2021).

Nessa perspectiva, em 2018, no Carnaval do Rio de Janeiro, a Escola de Samba “Acadêmicos de Vigário Geral” homenageou o tango ao apresentar o enredo “Dos tambores africanos ao bandonéon: tango, um sentimento que se dança” composição de Carlinhos do Cavaco, Professor Aluísio, Antonio Amaral, Coelho, Paulo Martins, Beto Melodia e Fernando Vasconcelos. No samba-enredo, a trilha contextualizou o percurso do estilo musical que nasceu “[...] como o mais puro e legítimo patinho feio da história musical e cultural [...]”, como também “[...] o ritmo que carrega uma tristeza e uma melancolia que conquistou o Mundo” (2018).

No contexto brasileiro, devido ao período da escravização, vários africanos foram trazidos ao Brasil à força. Sabe-se que esses povos contribuíram em demasia à cultura nacional, dentre os quais destacam-se os ritmos musicais alicerçados nos gêneros afros, tais como, o samba, o choro, a bossa nova e o maxixe. Em relação ao maxixe, contemporâneo ao tango argentino, trata-se de uma dança de salão surgida na segunda metade do século XIX, no Rio de Janeiro. Logo, devido às influências dos *hermanos* foi apelidado de “tango brasileiro”. Em resumo, surge o maxixe,

> [...] a partir da fusão de danças europeias, como a valsa e a polca, e afro-brasileiras, como o jongo e o lundu. Inicialmente estigmatizado pelas elites cariocas, o maxixe se dissemina por clubes, teatros de revista e salões. Até a década de 1930, foi um gênero popular, tendo grande influência nos estilos musicais então nascentes do choro e do samba (Itaú Cultural, 2025).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Com base nessa descrição, o maxixe estigmatizado pelas elites cariocas, *a priori*, passa a revelar a dinâmica de resistência social enfrentada por manifestações culturais originárias das classes populares e da cultura africana. Ao mesmo tempo, a disseminação em clubes e salões indica a gradual aceitação e popularização desse gênero consolidado como marco na formação de estilos musicais tão representativos da identidade nacional, como o choro e o samba. Na concepção do escritor Jorge Luis Borges, o tango era "uma forma de caminhar pela vida" (Palacios, 2024, p. 133). Entende-se, dessa forma, as influências dos escravizados africanos forçados ao deslocamento até à América do Sul. Nesse trajeto, trouxeram consigo as tradições musicais e danças, dentre outras partilhas culturais. Assim, o ritmo do tango influenciado pelo ritmo africano, em especial, o candombe, dança afro-cultural, resulta da mistura de muitas culturas, dentre as quais, o som dos tambores dos negros vindos da América Central, exclusivamente de Cuba, bem como "[...] da mistura de três outros ritmos: a milonga (de origem espanhola), a habanera (de origem cubana) e da batida do candomblé (origem africana) [...]" (Pereira; Sales & Val, 2018).

2.4. Moçambique e tango, possíveis aproximações

Em Moçambique, o lugar da música esteve sempre envolvido num contexto de mudança política e social. O crescimento da capital da colônia e as mudanças sociais levaram ao surgimento de novos estilos musicais e espaços de socialização além das áreas urbanas. A chamada música popular urbana surgiu com a formação de uma pequena elite negra e mestiça, durante o projeto assimilacionista do colonialismo português (Sopa, 2014), acompanhada da historiografia dela, especialmente por antropólogos e missionários. Rui Laranjeira (2014), António Sopa (2014), José Craveirinha (2009), Eulésio dos Prazeres Viegas Filipe (2012), Samuel Matusse (2013, 2016), Salomão Júlio Manhiça (2018), Ruth First (1998), Paolo Israel (2014), Ciro Pereira (2014), Luís Loforte (2019), Marílio Wane (2019) estão entre os historiadores que mais recentemente contribuíram para a história da música moçambicana. Nos anos 1950, um grupo de intelectuais e líderes da Associação Africana e centros negros se reuniu para promover a cultura negra como forma de resistência às ações do governo colonial, criando condições para a produção de música urbana. Após a independência, a política cultural em Moçambique foi influenciada pelas experiências das zonas libertadas, que buscavam se distanciar da herança colonial, valorizando a cultura rural. O canto coral, especialmente nas comunidades protestantes, foi uma das práticas mais destacadas nesse período. Após a era colonial a primeira tentativa de agregar e documentar todos os estilos musicais e danças deu se com a realização do 1º festival da canção nacional e música tradicional (Sopa, 2014).

Como indicam Fonseca e Costa (1981), Morais (2022), as fases preparatórias para esse festival incluíram uma espécie de 'levantamento de dados' em todas as localidades do país, e puderam participar todas as pessoas que mostraram capacidade para cultivar atividades musicais no campo tradicional e que para tal se inscreveram. A única limitação posta foi a de não se exibirem instrumentos e música que fugissem às características tradicionais (música ligeira, clássica etc.), ou seja, este festival demonstra sons originários, que não resultam de mestiçagem de culturas (José Fonseca e Costa, 1981). Uma das principais razões para este fato, segundo Freitas (2024)

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

seria a sobrevalorização política do espaço rural, tornando a música tradicional escolhida como representativa da moçambicanidade emergente ou independente da herança colonial e contrária a música e canto associados aos gostos das cidades coloniais. Segundo Morais (2022), uma matéria do Jornal Notícias explica que,

> Em alguns casos, bons artistas foram eliminados porque "apresentaram instrumentos não considerados tradicionais, mas que constituem parte dos mais populares, em algumas regiões do nosso País. Tal foi o caso que aconteceu na província da Zambézia em que um tocador de acordeão foi afastado nas competições provinciais" (Notícias, 30 de novembro de 1980, p. 1).

O texto de José Fonseca e Costa (1981), indica que o festival se estende de 28 de dezembro de 1980 a 4 de janeiro de 1981, e Morais (2022) de 28 de dezembro até 3 de janeiro de 1981, com apresentações diárias de cerca de 400 (potenciais) artistas previamente selecionados em todas as 10 províncias do país, no pavilhão do Clube de Desportos do Maxaquene e vários centros culturais de bairro e fábricas de Maputo.

Esse festival simultaneamente representava o ponto mais alto da conexão entre política e cultura, a avaliar pelos eventos que o precedem e que marcam a transição do período colonial para o período da independência (Morais, 2022), no âmbito das diretivas do terceiro congresso da FRELIMO como: A reunião nacional da Cultura (Tempo, 1977), o I festival de dança popular (R.P.M, 1978), e a Campanha Nacional de Preservação da Cultura 1978 – 1982 (Landgraf, 2018).

Nas fases já realizadas, puderam participar todas as pessoas que mostraram capacidade para cultivar atividades musicais no campo tradicional e que para tal se inscreveram,

> A competição teve a presença e o apoio populares, com a classificação a cargo de júris que se basearam em critérios essenciais: a música (ritmo, melodia, harmonia, acompanhamento, significado e alcance social ou cultural do texto – letra); interpretação, afinação de vozes; decoração dos instrumentos; originalidade dos trajes. Houve a preocupação de não impor estes critérios rigorosamente, admitindo-se a flexibilidade necessária para garantir a espontaneidade criadora dos artistas (Morais, 2022, p. 215).

Neste processo de sistematização do canto e dança em Moçambique, outras práticas e ritmos musicais se dissiparam, como os hinos revolucionários – que em 1994, seriam vistas como obsoletas e associadas a experiências do colonialismo (Freitas, 2024). Do ponto de vista técnico, a ausência de um projeto ou plano de execução por parte dos responsáveis pela filmagem (apenas uma equipe composta por dois portugueses e duas câmaras de filmagens), teve alguns resultados adversos. Quanto ao som sobressaíram as (más) condições acústicas, avisos tardios dados aos produtores (faltando 5 dias para o evento). O vídeo final do festival em si não nomeia

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

os estilos musicais e respectivas danças – o que dificulta a sua identificação e a origem. Na época, um conjunto de críticas ao festival como 'Vamos refletir e analisar nossa identidade cultural'; 'Uma importante contribuição política para consolidar a unidade nacional', de Lutero e Esmael estiveram entre as críticas (Morais, 2022). Com uma linguagem pan-africana, inspirado por *The Pan-african Festival in Algiers (1969)*, o evento também marcava o início da 'década da vitória contra o subdesenvolvimento' moçambicano.

Fulgêncio Batista[2], professor e fundador de uma escola de tango em Moçambique, explica que:

> [o] tango em Moçambique é introduzido pela COMPANHIA AFROLATINO que ofereceu as primeiras iniciações e bases de tango e sua cultura e princípios em Moçambique, especialmente em Maputo (em paralelo surge a iniciativa PASSO BÁSICOS que entre outras escolas, para além do formato formal, impulsiona o tango em Moçambique). Posteriormente, a Afro latino resultou não numa escola, mas numa associação de antigos alunos da Companhia afro latino. É nesse sentido que, posteriormente um dos professores contratados pela associação forma e funda a primeira escola de Tango em Moçambique de nome SENSAÇÕES DE TANGO. Na sequência surge a Escola TANGI ARTE e ambas evoluem com o mesmo espírito e envolvendo a mesma comunidade. Estas escolas resultaram em dois eventos que acontecem duas vezes por mês até a actualidade, denominadas milongas. A junção destas escolas resulta numa terceira escola, RDStudio. O tango é praticado apenas na cidade de Maputo, com um universo de 100 em que cerca de 50 é activo (informação verbal[3]).

De forma geral e aparente, não há uma semelhança na forma do Tango, as danças e músicas moçambicanas. Contudo, visto para além de sua forma exposta por meio da indústria do cinema e da música, a conexão com a terra, com o parceiro, o caráter, a densidade, a expressão corporal, o abraço e a troca do peso relacionam o tango às danças africanas. A título de exemplo, o primeiro passo básico do tango é o mesmo da Kizomba.

3. RESULTADOS

Os dados levantados ao longo do estudo confirmam a centralidade da matriz africana na constituição estética e simbólica do tango, tanto na Argentina quanto no Brasil, conforme demonstrado em diversas fontes analisadas. Na análise desenvolvida por Paixão (2021), a trajetória de Horacio Salgán reforça a ideia de que a presença negra na história do tango não é episódica, mas constitutiva. Sua produção musical, marcada por sofisticação e autoria, não foi acompanhada pelo devido reconhecimento de sua origem afrodescendente, evidenciando os

[2]O Prof. Fulgêncio concedeu-nos uma entrevista em agosto de 2025.
[3]Trecho da entrevista concedida por Fulgêncio Batista. Entrevistadora: Jéssica Salomão Chitlhango.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

mecanismos de apagamento a operarem na construção da identidade nacional argentina. Dito isso, o silenciamento de sua etnicidade, conforme demonstrado pela autora, é sintoma de um processo mais amplo de embranquecimento da cultura portenha, que afeta tanto os registros oficiais quanto a memória coletiva.

Nessa empreitada, a esse respeito, Costa (2025) aponta que os vínculos entre o candomblé afro-platino e o candomblé afro-brasileiro fornecem chaves importantes para compreender os aspectos rítmicos, rituais e simbólicos que atravessam o tango. Perante o exposto, a musicalidade afrodescendente, presente na percussão, na repetição e na intensidade física, conecta distintas experiências coloniais e resgata uma memória transnacional da diáspora. Outrossim, a crítica de Costa vai além da identificação formal de influências musicais: trata-se de reconhecer o campo de disputa simbólica que permeia os sons, os corpos e os territórios culturais em que o tango foi gestado.

De acordo com a análise de Paula, Mellin e Cook (2000), o tango é abordado como um campo de construção de identidades urbanas masculinas na Buenos Aires de fins do século XIX, a partir de uma perspectiva sociológica. Assim, a figura do *compadrito*, símbolo arquetípico do imaginário tanguero, simboliza uma virilidade ambígua e marginal, mais tarde substituída por modelos domesticados, alinhados aos valores da classe média europeizada. Sendo assim, a crítica desenvolvida pelos autores evidencia os processos de codificação e institucionalização do tango, os quais passaram a ocultar sua gênese nos corpos mestiços, periféricos e dissidentes.

Por outro lado, o trabalho de Dalazen (2019) reforça a ideia do tango, acima de tudo, como uma linguagem corporal relacional. Em sua análise sobre a estrutura dialógica da dança nas milongas de Buenos Aires, o autor destaca que a condução no tango não deve ser compreendida como imposição, mas como negociação. Ademais, o abraço, segundo ele, não fixa papéis, mas os reconfigura a cada compasso, cuja perspectiva é relevante para pensar o tango como expressão artística, campo de subjetivação e escuta mútua.

Archetti (2003), ao discutir o processo de nacionalização do tango na Argentina e no Brasil, demonstra que a figura do gaúcho e os trajes típicos utilizados por dançarinos nos salões europeus foram operações discursivas voltadas à criação de uma identidade exportável. A construção do tango como símbolo nacional dependeu, portanto, de um processo seletivo que excluiu determinadas heranças e enfatizou outras, de acordo com os interesses políticos da época.

No caso brasileiro, o estudo evidenciou a existência de práticas que dialogam criticamente com os modelos portenhos tradicionais, como demonstrado por Taques (2021), revelando a presença de uma pedagogia crítica do tango, centrada em práticas sociais alternativas que tensionam os códigos tradicionais da dança. Os projetos citados pelo autor, como o *Tango Boêmio*, promovem experiências inclusivas e desnormatizadas, nas quais os papéis de condução são negociados e não fixados por gênero. Essas iniciativas apontam para a possibilidade de uma reaprendizagem ética do tango enquanto campo social aberto e plural.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Nesse sentido, as milongas alternativas, os coletivos pedagógicos e os espaços de formação crítica da dança têm promovido experiências de reapropriação do tango, nas quais os códigos normativos são confrontados por práticas inclusivas, horizontalizadas e voltadas à construção de novas formas de convivência e de aprendizado. Tais experiências deslocam o eixo estético da tradição, inserindo o tango em debates contemporâneos sobre diversidade, pedagogia crítica e identidade cultural.

Werner (2010), ao analisar o filme *Tango*, de Carlos Saura, contribui para o entendimento do tango como narrativa estética da memória política argentina. Em outras palavras, a autora observa que o uso da dança na obra não visa à reconstituição factual, mas à evocação sensorial do trauma causado pela ditadura militar. Em suma, a construção coreográfica da dor e do silenciamento social por meio do tango resgata a potência política da linguagem não verbal e reafirma o gênero como espaço de disputa simbólica.

O documentário *Tango Negro*, de Dom Pedro, conforme apresentado por Gulbenkian (2015), opera como dispositivo de reestruturação discursiva do gênero, retirando-o da moldura europeizante e devolvendo-o às suas origens mestiças e afrodescendentes. A obra tensiona os limites da narrativa oficial ao posicionar a cultura negra como fundadora do tango, rompendo com a invisibilização histórica que relegou essas contribuições a uma condição subalterna e marginalizada. A matriz africana, reiteradamente silenciada pelas instituições culturais e pelos discursos oficiais, emerge como força criadora central do tango, tanto no plano musical quanto corporal. Esse processo de invisibilização é ainda mais evidente quando se analisa a recepção da obra de artistas afrodescendentes, como Horacio Salgán, cujas contribuições, segundo analisado por Paixão (2021), foram despolitizadas pela supressão de sua identidade racial.

Como resultado desta pesquisa, constatamos algumas similaridades entre o Tango e os gêneros musicais banto, tanto no significado quanto no modo de dançar. Embora cada uma tenha sido exposta por dinâmicas geoglobalizadas de contextos diferentes, ambos foram incorporando novas influências ao longo dos tempos. Destacamos, em especial, o gênero musical Kizomba que, no contexto angolano, carrega um forte simbolismo social e histórico.

O percurso investigativo empreendido ao longo deste trabalho demonstrou, com apoio das fontes analisadas, que o tango deve ser compreendido além de uma expressão artística tradicional da cultura argentina, como um campo em disputa, marcado por apagamentos históricos, reconfigurações simbólicas e apropriações político-culturais. Longe de constituir uma manifestação homogênea, o tango revelou-se atravessado por tensões de classe, raça, gênero e poder, cuja compreensão exige o enfrentamento das narrativas hegemonicamente instituídas.

O reconhecimento da dimensão corporal e relacional do tango, como propõem Dalazen (2019) e Werner (2010), permite compreender a dança como reprodução de passos codificados, experiência de alteridade e de negociação mútua. A ideia de condução como imposição é substituída, nessas abordagens, por uma concepção de escuta física entre os pares, em que o gesto não é comando, mas proposto. Essa perspectiva, além de romper com o binarismo de

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

gênero tradicional, amplia as possibilidades de subjetivação e abre espaço para a pluralidade de corpos, vozes e histórias presentes no campo do tango.

O conjunto dos resultados analisados permite afirmar que o tango, longe de ser apenas uma herança cultural estática, é um território de conflito, memória e reinvenção. Ao iluminar os sujeitos e práticas que foram historicamente marginalizados, como negros, mulheres, corpos dissidentes. A pesquisa reafirma o potencial do tango como linguagem política, cujas articulações com raça, classe, gênero e sexualidade seguem sendo atualizadas a partir de novas práticas sociais e epistemológicas. Assim, a continuidade de estudos nesse campo mostra-se pertinente e necessária, especialmente por contribuir para a descolonização dos imaginários culturais que ainda insistem em associar o tango exclusivamente à branquitude, à heteronormatividade e a concepções marcadas pela rigidez formalista.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo resulta de um processo de investigação colaborativa desenvolvido entre quatro participantes do curso, de diferentes origens culturais, que traçaram estudos acerca das raízes negras do tango. Destaca-se, por essa lida, a importância da transversalidade cultural e a força das conexões geradas por estudantes de países que, embora geograficamente distantes, compartilham aspectos subglobais comuns na formação de suas histórias e identidades, transcendendo fronteiras geográficas e culturais.

Embora a evolução do trabalho tenha sido complexa, ao longo de seu desenvolvimento, cada participante contribuiu para o projeto com suas experiências, reflexões pessoais e diversidades de perspectivas para, assim, harmonizar ideias e construir um discurso integrado. Da mesma forma, essa dificuldade tornou-se, na prática, uma valiosa experiência de aprendizado, ampliando a compreensão de cada membro da equipe sobre o tema e dos demais participantes, bem como seus próprios limites e possibilidades no processo de colaboração internacional. De tal modo, as dificuldades em integrar as diferentes perspectivas resultaram em um processo dinâmico de negociação intelectual, culminando neste produto final. Ao realizar uma revisão crítica da literatura sobre a história do tango e suas conexões afrodiaspóricas, reconhecemos a perda das origens negras do tango e a importância de seus materiais de construção, que refletem a história contada pelos colonizados. No entanto, vários desafios permanecem e novos objetivos ainda precisam ser alcançados. Portanto, será necessário expandir esses estudos para outros contextos no Sul Global, além de aprofundar a análise da relação entre tango e resistência afrodiaspórica. Portanto, a criação de materiais voltados à valorização das narrativas produzidas pelos povos historicamente colonizados configura-se como essencial para o fortalecimento de perspectivas decoloniais, contribuindo para o reconhecimento e a reafirmação da presença negra na constituição das matrizes culturais do tango.

Além disso, a experiência de desenvolver um projeto colaborativo, com a participação de estudantes de diferentes nacionalidades e culturas, proporcionou uma oportunidade de crescimento acadêmico e pessoal. As dificuldades iniciais, decorrentes de diferentes perspectivas sobre o tema, foram superadas por meio do diálogo constante e do

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

compartilhamento de conhecimentos, fortalecendo a construção coletiva que abre portas para futuras pesquisas integradas. Portanto, a pesquisa sobre temas transversais no Sul Global serve como exemplo de como a colaboração entre diferentes culturas pode gerar novas abordagens e abrir caminho para a compreensão de fenômenos globais a partir de uma perspectiva local.

Em resumo, a experiência adquirida no desenvolvimento deste artigo reflete a inovação na academia contemporânea, incluindo o compartilhamento de conhecimento, a coexistência com a diversidade e a construção colaborativa e integrada do conhecimento. Sem dúvida, o trabalho realizado constitui um marco capaz de inspirar investigações futuras, permitindo conexões mais profundas entre diferentes países e culturas, tanto no campo do âmbito acadêmico, quanto no desenvolvimento de projetos colaborativos internacionais voltados à promoção de uma compreensão mais ampla das múltiplas riquezas do Sul Global e de suas interconexões culturais.

Espera-se que o impacto desta pesquisa seja significativo na ampliação do debate transcultural sobre o tango como dança, símbolo de resistência, reinvenção e identidade no Sul Global. É um passo importante na busca pela construção de histórias plurais, bem como na busca por justiça simbólica, inclusão e reconhecimento cultural.

5. REFERÊNCIAS

ACADÊMICOS DE VIGÁRIO GERAL. (2008). *Dos tambores africanos ao bandoneón: tango um sentimento que se dança*. **Grêmio Recreativo Escola de Samba**. Disponível em: https://galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/academicos-de-vigario-geral/2018 Acesso em: 13 abr. 2025.

ARCHETTI, E. P. O (2003) "*Gaúcho", o tango, primitivismo e poder na formação da identidade nacional Argentina*. ***Mana* 9** (1): 9-29.

BASTIDE, Roger (1983). **Estudos afro-Brasileiros**. *São Paulo*. Editora Perspectiva.

BRAGA, M. Mendes. (2014) ***A música de uma cidade***. *Belo Horizonte*. Editora UFMG.

CARMO, M. (2009) *Unesco declara tango patrimônio cultural da humanidade*. BBC New Brasil. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/09/090930_tangopatrimonio_mc#:~:text=A%20Unesco%20declarou%20o%20tango,capital%20dos%20Emirados%20Árabes%20Unidos. Acesso em: 30 mar. 2025.

CECCONI, S. (2009) *Territorios del tango en Buenos Aires: aportes para una historia de sus formas de inscripción*. Iberoamericana, v. 9, n. 33, p. 49–68. Disponível em:

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/view/775. Acesso em: 15 jul. 2025.

CIRIO, P. (2018) *El origen del tango*. Secretaría de Cultura de la Nación. Disponível em: https://www.cultura.gob.ar/el-origen-negro-del-tango_6929. Acesso em: 30 jul. 2025.

COLMEIRO, J. F. (2005) ***Memoria histórica e identidad cultural:*** *de la postguerra a la postmodernidad*. Barcelona: Anthropos.

COTRIM, A. (2021) *Sou como o tango: negra e teimosa: uma cantora brasileira em Buenos Aires*. **UOL TAB**. Disponível em: https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2021/07/04/sou-como-o-tango-negra-e-teimosa-uma-cantora-brasileira-em-buenos-aires.htm. Acesso em: 3 jul. 2025.

COSTA, B. (2016) *O que tem de candomblé na música argentina?* ***Coisa da Música***. Disponível em: https://coisasdamusica.com.br/o-que-tem-de-candomble-na-musica-argentina/. Acesso em: 6 abr. 2025.

DALAZEN, L. (2019) ***O homem, a mulher e o diálogo no tango***. O Mosaico. R. Pesq. Artes. Curitiba, n. 17, p. 1-231.

GARCÍA CANCLINI, N. (2019) ***Culturas híbridas:*** *estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

GONÇALVES, Rosa Mª da Silva. Tango no Sul Global. YouTube, 15 de agosto de 2025. 28min45s. Disponível em: https://youtu.be/18wNiGQHaNw. Acesso em: 15 ago. 2025.

GULBENKIAN. (2015) ***Próximo Futuro***. *Tango Negro: o documentário que investiga a relação entre o tango e culturas africanas*. Disponível em: https://proximofuturo.gulbenkian.pt/blog/tango-negro-o-documentario-que-investiga-a-relacao-entre-o-tango-e-culturas-africanas. Acesso em: 4 mai. 2025.

HALBWACHS, M. (2003) ***A memória coletiva***. (2ª ed.,trad. Beatriz Sidou). São Paulo: Centauro.

KLEIN, W. (Diretor). (1969). ***Festival Pan-African of Algiers*** **[Filme]. Office National du Commerce et de l'Industrie Cinématographique (ONCIC).**

LAMARTINE, C. (2023) ***Ser poeta em harmonias e silêncios***. Luanda: Mayamba Editora.

LOPES, N. (2005) ***Partido alto:*** *Samba de Banda*. Rio de Janeiro: Pallas.

Maxixe na dança. (2005). Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em:

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termos/80283-maxixe-na-danca. Acesso em: 10 de abril de 2025.

MOORMAN, M. J. (2008) ***Intonations**: a social history of music and nation in Luanda, Angola, from 1945 to recent times*. Athens: Ohio University Press.

MORAIS, S. (2022) *Do mato ao palco: a construção da nação em Moçambique através da música*. Anuário Antropológico, v. 47(1).

PAIXÃO, F. (2021). *O tango é negro: conheça Horacio Salgán, nome fundamental e pouco conhecido do gênero*. Brasil de Fato. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/08/19/o-tango-e-negro-conheca-horacio-salgan-nome-fundamental-e-pouco-conhecido-do-genero/. Acesso em: 5 mai. 2025.

PALACIOS, A. (2024) *Os argentinos*. São Paulo: Contexto.

PAULA, J. A. de, MELLIN, R., COOK, V. (2000). *Tango, samba e malandragem*. Eclética, 15, jul./dez.

Pedro, Dom. (Diretor). (2023). *Tango negro: as raízes africanas do tango* [Filme]. AMA Productions.

PEREIRA, A. C.; SALES, L.; VAL, M. Vinicius do. (2018) ***Sinopse do enredo***. Disponível em: galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/academicos-de-vigario-geral/2018. Acesso em: 13 abr. 2025.

REDINHA, J. (1984). *Instrumentos musicais de Angola: sua construção e descrição*. (3ª. ed). Coimbra: Instituto de Antropologia/Universidade de Lisboa.

REDINHA, J. (2009) *Etnias e Culturas de Angola*. (2ª ed). Coimbra: AULP.

RIBAS, O. B. (2009). *Música, Dança e Identidade Cultural em Angola.* Luanda: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas.

SPIVAK, G. C. (2010) *Pode o subalterno falar?* (Trad. De Sandra Regina Goulart de Almeida; Feitosa M.; André Pereira Feitosa). Belo Horizonte: Editora UFMG.

SUBONI, W. A. (2014). *Re-imagining the African Diaspora: Musical Heritage and Identity*. African Studies Review.

TAQUES, L. J. (2021) ***Entre a milonga e a sala de aula, o tango campo social***. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: https://repositorio.unespar.edu.br/server/api/core/bitstreams/79765402-885d-45c0-8f53-54a65eb12cbe/content Acesso em: 10 maio 2025.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

WERNER, J. de A. (2010) *Tango de Carlos Saura: formas de dançar e narrar a história. Todas as Musas,* 2 (1), jul./dez.

Catimba Matias Anacleto

Doutorando em Música pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Ensino de História de Angola. Especialista Internacional em Conhecimentos e Associações entre Angola, Argentina, Brasil e Moçambique, pela Universidade do Estado do Paraná/PR. Licenciado em Música (Canto Lírico) e em Serviços Sociais. Docente e pesquisador angolano em posição estratégica na convergência entre Artes, História e Ciências Sociais na Faculdade de Artes da Universidade de Luanda.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

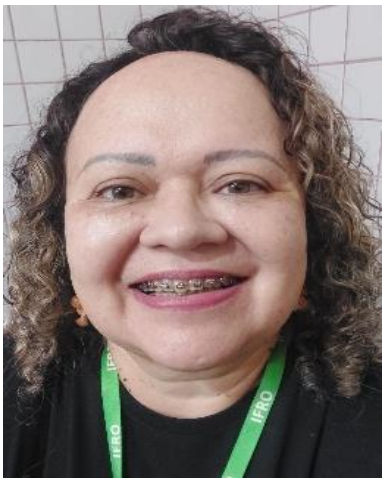
Claudia Carolina Casiva

Profesora y Licenciada en Artes Plásticas de la Universidad Católica de Salta - Argentina. Diplomada en Evaluación de Impacto Ambiental por la Universidad Nacional de Jujuy - Argentina. Especialista Internacional en Conocimientos y Asociaciones entre Angola, Argentina, Brasil y Mozambique por la Universidade Estadual do Paraná - Brasil. Actualmente cursando la Maestría en Patrimonio Artístico y Cultura en Sudamérica Colonial en la Universidad de Buenos Aires - Argentina.

Jéssica Salomão Chitlhango

Mestranda em Relações Internacionais e Desenvolvimento; Especialista internacional em Gestão do Conhecimento e Cooperação Internacional entre Moçambique, Angola, Brasil e Argentina; Licenciada em Economia pela Eduardo Mondlane University. É ativista e profissional moçambicana e atualmente exerce as funções de Assistente de Programas e Coordenadora de Comunicação na Friedrich-Ebert-Stiftung Mozambique (FES Moçambique).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)



Rosa Maria da Silva Gonçalves
Doutoranda em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Maringá/PR; Mestra em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia/MG; Graduada em Letras pela Universidade Federal de Rondônia/RO; Especialista Internacional em Conhecimentos e Associações entre Angola, Argentina, Brasil e Moçambique, pela Universidade do Estado do Paraná/PR; Docente EBTT no IFRO.

Aldo Juan Enrici

Doutor em Filosofia pela Universidade Autônoma de Madri e professor(a) da Pós-Graduação *Lato Sensu* Internacional Conhecimentos e Associações entre Angola, Argentina, Brasil e Moçambique, UNESPAR. E-mail: aenrici@uarg.unpa.edu.ar

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Solange Straube Stecz

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, coordenadora do Programa de Pós Graduação em Artes PPGARTES e professora dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* Internacional Conhecimentos e Associações entre Angola, Argentina, Brasil e Moçambique, PPGARTES e Bacharelado em Cinema e Audiovisual UNESPAR solange.stecz@unespar.edu.br

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310

DIÁLOGOS Y REFLEXIONES

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

DAS LUTAS SOCIAIS NOS ERVAIS DA FRONTEIRA DO BRASIL COM O PARAGUAI E A ARGENTINA: HISTÓRIA ORAL DE UMA GREVE DE TRABALHADORES(AS) RURAIS NA DÉCADA DE 1940*

DE LAS LUCHAS SOCIALES EN LOS YERBALES DE LA FRONTERA DE BRASIL CON PARAGUAY Y ARGENTINA: HISTORIA ORAL DE UNA HUELGA DE TRABAJADORES(AS) RURALES EN LA DÉCADA DE 1940

SOCIAL STRUGGLES IN THE YERBA MATE PLANTATIONS ALONG BRAZIL'S BORDER WITH PARAGUAY AND ARGENTINA: AN ORAL HISTORY OF A RURAL WORKERS' STRIKE IN THE 1940S

Dr. Jiani Fernando Langaro
jflangaro@ufg.br

RESUMO

O texto discute as memórias de trabalhadores rurais que participaram de uma greve na Companhia Mate Laranjeira, na década de 1940, na região do antigo Sul de Mato Grosso (atual Sul de Mato Grosso do Sul). No período, a Companhia era a maior empresa extrativista de erva-mate do Brasil, cujo produto era, em sua maioria, exportado para a Argentina. Os(as) trabalhadores(as) dos ervais fronteiriços costumam ser lembrados como vítimas da violência existentes no interior das grandes explorações ervateiras da fronteira, que incluía o trabalho em condições análogas à escravidão. Entretanto, a historiografia brasileira pouco menciona as lutas sociais empreendidas por esses sujeitos, embora menções a elas sejam recorrentes na documentação do período. O artigo, por seu turno, se propõe analisar entrevistas orais realizadas na década de 1990, no âmbito de um projeto de história oral realizado pelo Arquivo Público de Mato Grosso do Sul. Entre os diversos temas lembrados pelos(as) trabalhadores(as) entrevistados(as), a greve da década de 1940 foi um deles.

Palavras-chave: Obrages; Mensus; Companhia Mate Laranjeira.

RESUMO

El texto analiza los recuerdos de los trabajadores rurales que participaron en una huelga en la empresa Compañía Mate Laranjeira, en la década de 1940, en la región del antiguo sur de Mato Grosso (actual sur de Mato Grosso do Sul). En aquella época, la empresa era la mayor extractora de yerba mate de Brasil, cuyo producto se exportaba en su mayor parte a Argentina. Los(as)

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

trabajadores(as) de los campos de yerba mate fronterizos suelen ser recordados(as) como víctimas de la violencia existente en el interior de las grandes explotaciones de yerba mate de la frontera, que incluía condiciones de trabajo análogas a la esclavitud. Sin embargo, la historiografía brasileña apenas menciona las luchas sociales emprendidas por estos sujetos, aunque las referencias a ellas son recurrentes en la documentación de la época. El artículo, por su parte, se propone analizar entrevistas orales realizadas en la década de 1990, en el marco de un proyecto de historia oral llevado a cabo por el Archivo Público de Mato Grosso do Sul. Entre los diversos temas recordados por los trabajadores entrevistados, la huelga de la década de 1940 fue uno de ellos.

Palabras-clave: Obrajes; Mensús; Compañía Mate Laranjeira.

ABSTRACT

This article examines the memories of rural workers who participated in a strike at the Companhia Mate Laranjeira during the 1940s in the former southern region of Mato Grosso (present-day southern Mato Grosso do Sul, Brazil). At the time, the company was the largest yerba mate extraction enterprise in Brazil, with most of its production exported to Argentina. Rural workers in the yerba mate plantations along the border have generally been remembered as victims of the violence that characterized the large-scale yerba mate enterprises, including labor performed under conditions analogous to slavery. However, Brazilian historiography has paid little attention to the social struggles undertaken by these workers, even though references to such struggles are recurrent in contemporary documentation. This article analyzes oral interviews conducted in the 1990s as part of an oral history project developed by the Public Archive of Mato Grosso do Sul. Among the various topics recalled by the interviewees, the strike of the 1940s emerged as a significant episode.

Keywords: *obrages*; *mensus*; Companhia Mate Laranjeira.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Introdução

Durante a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, pontilharam a fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, explorações de erva-mate e madeira, algumas vezes denominadas de obragens (Wachowicz, 1982; Colodel, 1988). Esses produtos nativos da flora sul-americana eram extraídos e exportados por via fluvial à Argentina. O maior desses empreendimentos a atuar no Brasil foi a Companhia Mate Laranjeira, empresa de capital misto, brasileiro e estrangeiro (principalmente argentino). Essa empresa explorou uma ampla área de ervais nativos no então Sul de Mato Grosso (atual estado de Mato Grosso do Sul), que chegou a se estender por mais de cinco milhões de hectares. A companhia possuía também uma área no estado do Paraná, onde mantinha a cidade de Guaíra, local de exportação da erva-mate por via fluvial (em rio homônimo à unidade da federação). A sede dos trabalhos da empresa em Mato Grosso era Campanário, outra cidade privativa da Mate Laranjeira (Arruda, 1997; Guillen, 1991).

Laboravam majoritariamente nesses empreendimentos paraguaios e indígenas guaranis. Todavia, ali também trabalharam brasileiros e argentinos, muitos deles provenientes da província de Corrientes (Arruda, 1997; Guillen, 1991). Pesam sobre essas empresas denúncias de manutenção de relações de trabalho análogas à escravização, bem como do uso de extrema violência no cotidiano laboral.

A historiografia brasileira das décadas de 1980 e 1990 se debruçou sobre essa questão. De acordo com Ruy Christowam Wachowicz (1982), no caso dos trabalhadores oriundos do Paraguai atuantes no Oeste do estado brasileiro do Paraná, incluso Guaíra, cidade pertencente à Companhia Mate Laranjeira, eles recebiam um adiantamento, chamado de *antecipo*, quando de sua contratação. Isso ocorria em Posadas, na Argentina, onde o dinheiro era gasto ali mesmo. Sem recursos, os trabalhadores embarcavam para as explorações de erva-mate e madeira da fronteira, em cujos armazéns se endividavam para adquirir os gêneros de que necessitavam. Contribuía para isso os altos preços praticados por esses estabelecimentos.

Gilmar Arruda (1997), historiador que mais aprofundou a análise das relações de trabalho vigentes na Companhia Mate Laranjeira, revelou que práticas semelhantes ocorriam em cidades paraguaias. Muitas vezes os trabalhadores eram convidados para uma festa e, no meio dela, a música parava de tocar e o dono do estabelecimento, acompanhado de autoridades policiais, aparecia para cobrar a conta. Nesse momento, um agenciador de trabalhadores à serviço das obragens se oferecia para saldar a dívida, em troca de uma temporada de trabalho nos ervais. Uma vez neles, os trabalhadores se endividavam nos armazéns, em processo semelhante ao já descrito.

Uma diferença, no entanto, marca as perspectivas com que ambos os autores concebem esses processos. Para Wachowicz (1982), o *antecipo* é uma forma de submissão e de opressão dos trabalhadores, que, graças a esse instituto, são forçados a loaborar em condições análogas à escravização. Para Arruda (1997), o *antecipo* precisa ser pensado com maior cuidado. Esse

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

instituto poderia ser uma conquista dos trabalhadores, pois, sem ele, não seria possível a contratação de mão-de-obra paraguaia para os ervais. Em síntese, não se aceitava trabalhar nos ervais sem que fosse pago o *antecipo*.

Uma questão que permanece nebulosa se refere a como esses trabalhadores percebiam as relações laborais em que estavam imersos. A historiografia brasileira ainda carece de uma melhor compreensão sobre como essas pessoas referenciavam as relações de trabalho em sua "cultura", entendida como processos geradores de modos de vida, tal qual preconizado por Raymond Williams (1979). Além disso, estudos que tomem como ponto de partida fontes reveladoras dos olhares dos próprios trabalhadores sobre sua "experiência", no sentido atribuído ao conceito por Edward Palmer Thompson (1981, 1987), também ainda são necessários.

Alcançar as memórias de quem trabalhou nos ervais da fronteira sempre foi uma tarefa hercúlea para os pesquisadores que se dedicaram a temática. Praticamente todos tiveram que se contentar com registros indiretos, ou seja, narrativas de outrem sobre esses trabalhadores, na impossibilidade de conseguir obter suas próprias vozes. Mesmo Gilmar Arruda (1997), lamentou essa situação, narrando a si mesmo em terceira pessoa, ao utilizar para a introdução de seu brilhante trabalho de pesquisa a metáfora de uma ferrovia:

> Ao chegar nas estações, o historiador que pensava encontrar facilmente os trabalhadores procurados ficou atônito, pois eles haviam aparentemente desaparecidos [sic]. Não deixaram depoimentos e ninguém sabia informar onde encontrá-los. Poder-se-ia ter contornado essa dificuldade procurando e gravando seus depoimentos. Mas foi impossível. Não se conseguiu localizá-los. Ninguém sabia informar onde poderia morar um "ex-mineiro" ou um "ex-barbaquazeiro". Os depoimentos tomados e utilizados neste trabalho são de pessoas da administração da Matte, ligadas à direção do processo de produção (Arruda, 1997: 11-12).

Essa certamente foi uma dificuldade vivida por todos os pesquisadores que investigaram a primeira metade do século XX. É notável como a história oral foi parcamente utilizada como fonte de pesquisa para os estudos sobre os ervais fronteiriços. Também não há registro do uso de outras fontes, como diários e álbuns fotográficos, que também poderiam proporcionar um contato mais direto com as maneiras de viver e com olhar desses trabalhadores sobre suas próprias experiências sociais. E o problema, como bem ressaltou Arruda (1997), não foi a falta de vontade de historiadores em utilizar essas tipologias documentais.

Nós mesmos já passamos por essa dificuldade. Na segunda metade da década de 2000, realizamos uma série de entrevistas com "descendentes de paraguaios", na busca por um diálogo com suas memórias pessoais e familiares. Era visível a recusa deles em falar do trabalho nos ervais e a predileção pelas passagens em que as famílias haviam atuado na "colonização do

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Oeste paranaense", marco triunfante e ufanista da conquista da fronteira pelo Estado brasileiro. Ficava claro que os trabalhadores entrevistados preferiam ser lembrados como "heróis fundadores" da região a "ex-escravizados". Essa opção é compreensível, pois ser "pioneiro",[1] naquela região, é algo que empodera os trabalhadores. Além disso, a participação na "colonização" foi uma experiência vivida diretamente pelos narradores, ao passo que o trabalho nos ervais era restrito aos seus pais.

Portanto, todos esses elementos são indicativos da dificuldade em se obter fontes de pesquisa que permitam um diálogo mínimo, com os próprios trabalhadores, sobre suas experiências nos ervais. Felizmente, na década de 1990, houve quem se debruçou sobre esse problema e obteve êxito, na tentativa de resolvê-lo, conforme veremos a seguir.

O Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul e o projeto "A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais"

Em 1997, a equipe do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul dinamizou um projeto cultural. Tal iniciativa focava nas memórias dos trabalhadores que atuaram na erva-mate, no sul do estado. A ideia do projeto nasceu após o Arquivo receber, para preservação, o acervo documental da Companhia Mate Laranjeira e constatar-se que as vozes dos trabalhadores não apareciam em nenhum material daquele fundo documental. Foi nesse momento que a equipe do arquivo realizou uma exposição fotográfica itinerante, acompanhada da produção de entrevistas orais, cujas transcrições foram publicadas em livro.

Foram realizadas, no total, 35 entrevistas orais; seis delas com mulheres, o restante com homens. Não há registro se, entre os entrevistados, existiam indígenas ou se o grupo de interlocutores da pesquisa se restringiu a não-indígenas. Fica visível, no entanto, a origem paraguaia da maioria dos entrevistados e/ou de suas famílias.

Na sequência, os depoimentos orais foram transcritos, conforme afirma Figueira (2000), com a máxima fidelidade para com a fala dos narradores. Ao fim, "Sabedores da fragilidade da organização do patrimônio documental e do desconhecimento acerca de nosso passado [...]" (Figueira, 2000: 2), publicou-se um livro contendo as transcrições. A obra foi distribuída nas escolas do estado, como forma de incentivar seu uso nas aulas de história regional.

A intuição da equipe estava correta e, atualmente, passados quase trinta anos da realização do projeto, as entrevistas orais não constam mais do acervo do Arquivo Público, segundo nos informaram em visita à instituição. Sobreviveu ao tempo a publicação em livro, talvez como

[1] Regionalmente, "pioneiro" é um título conferido a quem participou da "colonização do Oeste paranaense". A esse respeito, ver: Langaro (2019).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

testemunho de uma concepção de história oral em que a fonte era a transcrição, e não os áudios dos depoimentos orais.

Diante da realidade encontrada, nos vimos em uma encruzilhada: abandonar o projeto de pesquisa, por entender que o acervo de história oral a ser pesquisado era imperfeito ou tentar trabalhar com aquilo que sobreviveu ao tempo. Nossa opção foi pela segunda alternativa, por entender que, mesmo com as fragilidades da documentação, um retrato da realidade da maioria dos arquivos brasileiros, ela é muito rica e apresenta grande potencial para o estudo da história, graças ao seu ineditismo. Compreendemos que cabia a nós darmos o devido trato metodológico a esse material, ao invés de simplesmente descartá-lo.

Nosso estudo se enquadra, portanto, no campo de investigação que lida com entrevistas orais de arquivo. Para trabalhar com elas, é necessário o recurso a uma metodologia específica. Uma referência para esse trabalho é Heloisa Helena Pacheco Cardoso (2004) e a pesquisa que a autora desenvolveu no acervo de história oral do Arquivo Público do Distrito Federal. Constituído na década de 1990, a equipe do arquivo buscou registrar entrevistas com diferentes grupos sociais que participaram da construção de Brasília, ocorrida nos anos 1950, para servir como nova capital federal brasileira. A pesquisadora iniciou sua análise historicizando o Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal, com foco nas mediações que estiveram presentes na produção das entrevistas orais. Só então ela passou a refletir sobre o conteúdo da entrevista oral que escolheu problematizar, de Eronildes Guerra de Queiroz.

No caso aqui analisado, o projeto que deu origem ao livro *A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais* (Arquivo Público Estadual [MS], 2000) contou com uma equipe dotada de formação acadêmica. Entre seus integrantes estavam, como coordenadoras de pesquisa, a historiadora e arquivista Kátia Cristina Nascimento Figueira e a historiadora Carla Villamaina Centeno.

É perceptível que a equipe estudou as relações de trabalho existentes nos ervais do então sul de Mato Grosso. Com base nisso, o roteiro de perguntas foi formulado para as entrevistas temáticas realizadas. Ele variava de acordo com o entrevistado, mas, em linhas gerais, começava com perguntas pessoais e terminava com uma avaliação sobre as contribuições da Companhia Mate Laranjeira para o estado.

A depender do entrevistado, se perguntava sobre as relações de trabalho, as condições de salubridade encontradas em diferentes funções, a violência perpetrada pela companhia contra trabalhadores que fugiam dos ervais sem quitar suas dívidas, uma greve ocorrida nos anos 1940, uma revolta liderada por um posseiro e ervateiro independente, na década de 1930, o qual tinha contendas com a empresa, que, por seu turno, pretendia monopolizar os ervais do então sul de Mato Grosso. Em alguns momentos, no entanto, as entrevistas se limitaram a verificar se os narradores conheciam certas pessoas ligadas à direção da empresa, se testemunharam determinados eventos, como a visita de Getúlio Vargas à Mate Laranjeira, ou se sabiam como

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

eram dinamizados determinados processos inerentes ao funcionamento da empresa, dentre outros temas.

Salta aos olhos a perspectiva crítica com que a equipe do projeto conduziu as entrevistas. Os conflitos e os aspectos negativos da Companhia Mate Laranjeira, nas relações com seus trabalhadores, não foram ocultados. Pelo contrário, compuseram o escopo das perguntas. Contribuiu para isso o tema ser amplamente conhecido. De acordo com Isabel Cristina Martins Guillen (1991), na década de 1930, denúncias desse escopo circularam na imprensa nacional. A empresa, no entanto, se defendeu, de maneira a tentar justificar suas práticas. De toda forma, segundo a autora, a Companhia Mate Laranjeira possuía má fama nacional, no que tange às relações de trabalho. Atestado disso seria o fato de a Companhia Mate Laranjeira ter sido mencionada como exemplo de escravização, por Patrícia Galvão (2013), mais conhecida pelo apelido Pagú, escritora expoente do movimento modernista brasileiro, em seu romance operário *Parque Industrial*, publicado originalmente em 1933.

Toda essa questão, sobre as duras relações de trabalho que vigiam nos ervais e a violência que as acompanhava, foi muito denunciada ao longo da primeira metade do século XX. Por isso, quando da realização da entrevista, em 1997, o tema era amplamente conhecido. Tratá-lo publicamente, em um projeto devotado às memórias regionais, dificilmente renderia um processo judicial aos entrevistados ou ao Arquivo Público.

Dessa maneira, diversos elementos da violência contra os trabalhadores são discutidos nas entrevistas. Entre eles, constam referências à proibição dos trabalhadores deixarem os ervais sem quitar suas dívidas com a Companhia; a prática de se pagar os valores devidos deixando a esposa nos ervais, uma prática flagrante não só de violência laboral, mas também de gênero; a figura dos comitiveiros, uma milícia própria da Companhia que perseguia e matava os trabalhadores que tentavam fugir dos ervais.

Entretanto, o projeto não resumiu as existências desses trabalhadores ao labor. Outras dimensões de suas vidas têm visibilidade nas narrativas orais dos entrevistados, como o lazer, a religiosidade, as festas, a música, dentre outros elementos cotidianos. Além disso, eles não são apresentados como vítimas passivas das violentas relações de trabalho vigentes na Companhia Mate Laranjeira. Práticas de resistência e suas lutas sociais também têm espaço na publicação. Elas variam de intensidade. As falas abordam desde resistências cotidianas, como xingar o encarregado no meio da noite ou da mata com palavrões, por meio de uma linguagem própria dos ervais, o *Mburêo*, feita por meio de "gritos" (Arquivo Público Estadual [MS], 2000: 176), até outras práticas de maior impacto. Uma delas foi a Greve de 1941, tratada como a primeira ocorrida nos domínios da Companhia, que se tornou um marco na história da Mate Laranjeira, conforme veremos a seguir.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A greve de 1941 na Companhia Mate Laranjeira em narrativas orais do projeto "A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais"

Diversos trabalhadores, com quem dialogou a equipe do projeto do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul, lembram da greve de 1941. Alguns a narram, colocando-se como meras testemunhas dos acontecimentos que a envolveram, ao passo que outros se apresentam como sujeitos ativos de sua realização.

Um dos narradores que lembram desse movimento é Victor Candado (2000). Ele nasceu em Campanário, então Sul de Mato Grosso, no ano de 1923. No momento da entrevista, residia em Ponta Porã, na porção meridional de Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai. Entre 14 e 16 anos de idade começou a trabalhar, tendo participado da greve aos 17, quando então era assistente de seu irmão, *guaino*, no vocabulário guarani dos ervais. Nas palavras de Candado:

> Aí se ajuntavam os trabalhadores de todos os cantos, de todos os cantos dessas regiões de dentro de Campanário para fazer essa greve. Teve uma greve mais ou menos de 24 horas de greve, um movimento danado, tinha gente chorando, tinha gente reclamando da vida "que vamo fazer? Que vai acontecer?" Aí quando prenderam, chegamos na (...) Que chamava aquele tempo em Campanário. Prenderam o dirigente do movimento e o povo se agitou, o dirigente era o Máximo Espíndola, já faleceu, um tal de Maciel e mais quatro pessoas, não me lembro o nome que era molecote aquele tempo né. Então a greve executou a justiça e nós descemos a Ponta Porã, todo esse povo ia de caminhãozinho, caminhãozinho de mais ou menos 500 kg, daqueles vagabundos, e enchia e ia prá Ponta Porã, toda essa turma, alguns dos meus companheiros se revoltaram e voltaram para trás e não acompanhou a gente (Candado, 2000: 172. Supressão no original).

Nessa passagem, Candado explica que a greve durou, incialmente, 24 horas. Entretanto, com a prisão de algumas lideranças, o movimento cresceu. Outros tantos trabalhadores resolveram acompanhá-los a Ponta Porã, onde ficava a delegacia de polícia. Nesse relato, os medos e incertezas dos grevistas aparecem claramente, pois eles sabiam da truculência com que a Companhia e o Estado os tratava. Por isso, não sem razão, temiam por seus futuros. A mobilização também não aparece como algo uníssono, como bem demonstra o relato da desistência de certos trabalhadores, que, no meio do caminho, resolveram voltar para Campanário. Ao prosseguir com seu relato, Candado explica as motivações para o movimento paredista:

> O sentido da greve era os preços dos trabalhos do quilo, o quilo de cada folha que os colhedores vai trazer aqui na primeira parada custava 200 réis e arrouba desse produto era 12,5 kg, arrouba chamava-se libra, naquele tempo não se usava quilo e sim libra. Então, quer dizer, se a

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

> pessoa vai trazer desse arrouba, então vai ter que trazer 12,5 kg arrouba para fazer 03 arrouba, 200 réis a arrouba, veja bem! (Candado, 2000: 172).

O relato não é claro quanto aos motivos do descontentamento dos trabalhadores. Seria com relação ao preço pago pelo produto? Seria em função de discordâncias com relação às unidades de pesagem utilizadas na época? Adiante, analisaremos os relatos de outros trabalhadores, que explicarão melhor essa questão. Prosseguindo, Candado ressalta as difíceis condições de vida de quem labutava nos ervais:

> E tinha gente que vinha do Paraguai, porque esse povo quase todo do Paraguai, alguns deles argentinos, outros daqui, então, esse povo deixaram a família, noivas, e vinham com contrato de seis meses e seis meses voltariam para o Paraguai. Mas voltariam de que jeito? vieram tudo a pé e teriam que voltar de a pé, não tinha meio de transporte, o coitado que não sabe trabalhar no mato ficou devendo, não pode pagar a conta fica dois, três anos naquele sacrifício, não aproveita da vida, de nada, amanhece no mato e anoitece no mato sofrendo. Muitas vezes a pessoa, como aconteceu, se juntavam de 3 a 4 pessoas e fugiam, em busca da vida, aborrecido, com saudades da família, não tem jeito mais, vamos fugir, vamos encarar a vida, encarando essa vida muita gente foi morto na estrada pelos jagunços da Cia Mate Larangeira (Candado, 2000: 172-173).

Como podemos notar, o narrador se sensibilizava com os outros trabalhadores da Companhia Mate Laranjeira, a quem caracteriza como pessoas “sofridas”. No trecho acima, Candado relata as dificuldades vividas por elas, que se organizavam para passar seis meses nos ervais, mas, em função de suas dívidas, viam esse período ser majorado. Fugir era uma possibilidade arriscada, haja vista os trabalhadores poderem ser assassinados pelos comitiveiros. No enredo construído por Candado, certos sentimentos ganham relevo, como a saudade da família, que os trabalhadores queriam muito reencontrar. Ele é tratado como motivador de fugas, mas também da greve, conforme sua narrativa:

> Quando acabou a greve, depois de uns dias lá na Delegacia, ficamos por lá esperando solução, diziam que tinha uma verba com, para cada pessoa trabalhador que vinha não sei de onde e que esperasse para receber essa verba, e o povo não pode esperar. A família ficou para trás e queria voltar e atender a sua família e o povo voltavam para a família e alguns que ficou mais perto, esse Máximo Espíndola tendo voltado lá novamente depois de um mês mais ou menos disse que a verba se acabou, não tem mais verba, acabou, não sei se veio, só sei que posso dizer da Cia Mate Larangeira (Candado, 2000: 173).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Na versão de Candado, ao fim da greve, os trabalhadores não somente foram libertados da prisão, mas também dos ervais. Parte deles teria recebido, ainda, uma indenização que, nos casos em que foi paga, demorou muito para os recursos serem liberados. Por isso, muitos trabalhadores optaram apenas por aproveitar a liberdade para voltar aos seus lugares de origem.

Respondendo aos questionamentos da equipe do Arquivo público, Candado ainda disse que a greve durou aproximadamente quinze dias e paralisou completamente a Fazenda Campanário, haja vista a base dos trabalhos, situada nos ervais, ter sido interrompida em seu desenvolvimento. Além disso, o narrador destacou que, "[...] Quando acabou a greve muitos voltaram e não teve punição para os grevistas, não teve" (Candado, 2000: 173). Em sua versão, a greve foi vitoriosa, pelo menos parcialmente.

Perspectiva diferente, sobre essa greve, foi a de Délio Mareco (2000), nascido em 1915 em Amambai, no então Sul do estado de Mato Grosso. Na época em que a entrevista foi realizada, ele era residente de Ponta Porã, mesma cidade de Candado. Com quatorze anos, por volta de 1929, Mareco começou a trabalhar na Companhia Mate Laranjeira. Desempenhava a função de mineiro, categoria de trabalhadores que atuava na coleta das folhas de erva-mate e no transporte das sacas até os pontos de recolha mais próximos. Segundo o narrador, tais bolsas pesavam entre 180 e 200 kg, sendo transportadas por 280 metros a dois quilômetros. Esses trabalhadores compunham a base da pirâmide laboral da empresa.

Conforme explica Mareco, em 1941, os preços das mercadorias comercializadas nas vendas da Companhia, que já eram altos, não paravam de subir, ao passo que o da erva-mate continuava baixo.[2] Foi então que doze trabalhadores foram conversar sobre a questão e acabaram presos, dado início ao movimento paredista:

> [...] Aí começou por causa dos companheiros que estavam presos. Aí nós fomos em cima do Raul Mendes [um dos chefes da empresa], porque a políocia [sic] levou todos nós a Ponta Porã e todos fomos presos, setenta e três, e daí o tenente Paulo falou pra nós "Não vou passar fogo, não". E aí passamos cinco dias lá em cima brincando, cantando, tocando violão. De dois em dois ia soltando até acabar. (Mareco, 2000: 160).

Na perspectiva de Mareco, diferentemente, de Candado, não houve uma primeira paralização de 24h, seguida de uma greve de aproximadamente quinze dias. A greve, para Mareco, teria sido constituída somente pelo segundo processo. Como reação à paralização das atividades, a direção da Companhia acionou a polícia. No Brasil, as polícias são mantidas pelos governos estaduais, por isso, o governo de Mato Grosso – sobre o qual a Companhia Mate Laranjeira

[2] Essa informação também está presente nas entrevistas de Idelfonso Centurião (2000), nascido em 1904, em Campanário, onde residia na época da entrevista, o qual também participou da greve, e de Pedro Alfonso (2000), nascido em 1933, morador de Campanário.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

historicamente exerceu grande influência (Arruda, 1997; Gillen, 1991; Queiroz, 2019) – era determinante nesse campo da segurança pública.

Todavia, na época, se fez valer a legislação que, embora concedesse alguns direitos trabalhistas principalmente a operários urbanos,[3] não reconhecia o direito de greve e reprimia movimentos de trabalhadores considerados subversivos. Isso ocorria a despeito do discurso do governo de então, de Getúlio Vargas, que buscava cooptar o operariado. Em 1941 era vigente a ditadura do Estado Novo, regime que nomeou interventores para governar os estados.[4] Além disso, era refratário à Mate Laranjeira, um imenso latifúndio em região fronteiriça, contra o qual adotou várias medidas. Elas enfraqueceram a empresa, que, no final dos anos 1940, encerrou suas atividades, após a revogação de suas concessões de terras (Arruda, 1997; Gillen, 1991; Queiroz, 2019).[5]

Talvez por isso, é possível que a indenização (ou acerto de contas) citado por Candado tenha, de fato, ocorrido. Também por esse motivo, embora o aparato repressivo do Estado tenha sido acionado, as vidas dos trabalhadores foram resguardadas, na perspectiva apresentada por Mareco. A menção à frase proferida por tenente Paulo "[...] 'Não vou passar fogo, não' [...]" (Mareco, 2000: 160), não é fortuita. Ela parecer ter sido a superação do momento de incerteza, tensão e angústia vivido pelos trabalhadores, como bem frisou Candado, que chegaram a temer por suas vidas, como frisou Mareco. Depois de receberem garantias quanto às suas integridades físicas, a espera pela liberdade é narrada como permeada por alegria e serenidade. A menção à música e à diversão, nas memórias do narrador, seja essa situação imaginária ou não,[6] soa como um deboche à Companhia Mate Laranjeira, atestado de que sua estratégia de repressão não deu certo.

Na sequência, Mareco relatou que todos os trabalhadores foram liberados, gradualmente, dois a dois. Esse parece ter sido um recurso adotado pelas forças repressivas do Estado para

[3] Ressaltamos que, conforme defende Marcus Dezemone (2007), o campo não foi completamente esquecido pelas políticas trabalhistas iniciadas ainda na década de 1930. Além disso, os trabalhadores da região e do período estudado, o Sul de Mato Grosso da década de 1940, possuíam relações com o Paraguai e a Argentina. Os impulsos para as lutas sociais podem não apenas terem surgido de questões cotidianas dos ervais ou do contexto vivido no Brasil naquele período. Influências de movimentos empreendidos pelos trabalhadores dos países vizinhos também podem ter contribuído para a Greve de 1941, na Companhia Mate Laranjeira. Essa é uma questão que carece de maior pesquisa, para que possamos explorá-la adequadamente em trabalhos futuros.

[4] Sobre o Estado Novo e o trabalhismo de Getúlio Vargas, indicamos a leitura das obras de Ângela de Castro Gomes (2005), Dulce Pandolfi (2007), Joel Wolfe (1994), Jorge Ferreira (2001), Maria Helena Rolim Capelato (2007a, 2007b) e Marcus Dezemone (2007).

[5] Paulo Roberto Cimó Queiroz (2015) afirma que, no entanto, a produção ervateira perdurou até a década de 1960, quando a Argentina encerrou as importações do produto brasileiro.

[6] Já existe, no âmbito da história oral, extenso debate sobre a relevância de situações imaginárias ou até mesmo deliberadamente inventadas, nas memórias expressas por meio da história oral. Diferentes autores são enfáticos em pontuar que, mesmo não sendo os fatos narrados fidedignos, tais lembranças carregam significados, cujos sentidos são relevantes para o estudo da história. A esse respeito, ver, por exemplo: Alessandro Portelli (1993, 1996a, 1996b, 2004) e Janaina Passos Amado (1995).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

desarticular o movimento. O próprio narrador revela que, depois de sair da cadeia, não trabalhou mais na Mate Laranjeira, sem revelar, no entanto, se isso foi uma opção sua ou se havia sido demitido. Se empregou então em ervateiras independentes e ainda teve que pagar sua dívida com a Companhia, uma perspectiva menos otimista que a apresentada por Candado para o desfecho da greve.

Na sequência da narrativa, Mareco explica mais sobre a violência da Companhia contra seus trabalhadores e reforça o que já foi exposto aqui, com base nos relatos de Candado. Em suas palavras, "[...] eu nunca fugi, porque eles matavam e largavam no campo" (Mareco, 2000: 160), quem ousava deixar os ervais sem quitar suas dívidas. O narrador chama os comitiveiros de "cachorros", "puxa-sacos" e "pistoleiros" (Mareco, 2000: 160). Mesmo assim, afirma que: "[...] eu não me queixo deles, todos eram bom como eu, porque eu era um bom peão, né. Nunca apanhava" (Mareco, 2000: 160).

Essa fala de Mareco se alinha com outras, de vários trabalhadores entrevistados. Eles frisam que, embora as condições de trabalho fossem duras na Companhia Mate Laranjeira, ela "pagava bem". Tal perspectiva frustrou a equipe do projeto, que parecia querer construir uma visão mais crítica sobre a atuação da empresa.

Expressa essa contrariedade o prefácio da obra, redigido por uma convidada, Ana Lúcia E. F. Valente, antropóloga e docente da UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atuante no mestrado em educação, inclusive, e por uma das coordenadoras de pesquisa do projeto, Carla Villamaina Centeno. Segundo as autoras do Prefácio: "Aos desavisados, pode parecer surpreendente que no discurso desses trabalhadores não transpareça qualquer sentimento de dor ou de tristeza ao recordar de um passado tão duro, tão brutal, decorrente de necessidades históricas" (Valente; Centeno, 2000: XVIII). Elas ainda complementam: "[...] a memória apenas conta o que lembra e ferimentos cicatrizados nem sempre doem [...]" (Valente; Centeno, 2000: XVIII). Todavia, destacam que tal característica não diminui a importância do trabalho realizado e das memórias dos trabalhadores trazidas a público:

> O senso comum desses trabalhadores, trazidos agora ao público, é condição necessária para se construir esse conhecimento radical que, pensando o passado, possa propor uma nova concepção de mundo; que partindo do cotidiano vivido e de um contexto singular tenha alcance universal. (Valente; Centeno, 2000: XVIII).

Adotar uma perspectiva histórica mais crítica – e até mesmo vislumbrá-la como uma prática para a construção de uma nova sociedade – era possível a esse órgão do estado porque, na construção historiográfica regional sul-mato-grossense, a Companhia Mate Laranjeira é tomada não como elemento de progresso, mas de atraso para a região. A forma como ela tentava monopolizar os ervais e defendia violentamente seus privilégios, é entendida como algo negativo para a região. Isso porque as terras do então sul de Mato Grosso e seus ervais eram disputados por proprietários rurais migrantes, oriundos do Rio Grande do Sul, de acordo com a

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

historiografia regional (Arruda, 1997; Guillen, 1991). Um avanço mais significativo da sociedade nacional, um acesso menos antidemocrático à terra, bem como um maior desenvolvimento econômico da região, somente ocorreria após o fim das operações da Companhia Mate Laranjeira.

De toda forma, concordamos com Valente e Centeno (2000), quando elas afirmam que tal característica não diminui a importância do projeto e das entrevistas dos trabalhadores. O material produzido é rico e seu conteúdo vai muito além do binômio dominação e resistência. Ele releva toda uma dinâmica que permeou a vida cotidiana dos trabalhadores, no período abordado, a qual não se restringe a tão somente visibilizar a relação deles com a empresa. Seus saberes para viver, comunicar e trabalhar na floresta, os lazeres e a vida religiosa, como já informamos anteriormente, ganharam relevo na obra.

De igual maneira, também está presente nos relatos o movimento de assentar-se à ordem vigente no período. Como afirma Arruda (1997), carregar sob o dorso sacos de erva mate, pesando mais de uma centena de quilos, correndo o risco de ter a coluna vertebral fraturada, muitas vezes era algo visto pelos trabalhadores como símbolo virilidade, e não de exploração. Crer que a empresa pagava bem, apesar de tudo, é um elemento indicativo não da alienação desses trabalhadores, mas de como toda aquela realidade era dura. As outras formas de trabalho então existentes eram permeadas pela superexploração dos trabalhadores, o que pode ajudar a explicar os êxitos da Companhia em mater esse sistema por quase um século.

Considerações finais

Em síntese, compreendemos que, ao tomar como fontes históricas narrativas produzidas no âmbito de projetos de história oral, precisamos dosar nossas expectativas. Nem sempre será possível ter acesso a todos os materiais produzidos em tais experiências, tais como os áudios, as transcrições completas, os cadernos de campo e demais documentos que acompanharam a realização de uma determinada iniciativa.

Todo projeto de história oral é desenvolvido com base em concepções específicas, que orientam toda sua trajetória de elaboração, desenvolvimento e arquivo. O ideal é termos em mãos, para a realização de nossas pesquisas, um material o mais farto possível para consulta. Entretanto, quando isso não é possível, entendemos ser necessário trabalharmos com aquilo que sobreviveu ao longo do tempo. Também é imprescindível levar em consideração tais elementos nas necessárias problematizações que precisam ser feitas com as fontes. A história oral, nesse sentido, também enfrenta as vicissitudes inerentes a outras tipologias documentais presentes nos arquivos, com as quais todo historiador precisa aprender a lidar.

Consideramos que o resultado de nossa insistência em não abandonar o material produzido pelo Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no âmbito do projeto “A história dos ervais

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

sob a ótica dos trabalhadores rurais", foi válido. Assim, tivemos acesso a um conteúdo inédito, um dos únicos a revelar possibilidades sobre como os trabalhadores da Companhia Mate Laranjeira interpretaram as relações de trabalho, as lutas sociais e demais elementos de suas vidas nos ervais fronteiriços, durante a primeira metade do século XX. Mesmo imperfeito, foi somente graças a esse acervo que pudemos superar a dependência exclusiva de narrativas sobre trabalhadores, elaboradas por sujeitos externos ao próprio grupo.

Referências

Afonso, P. (2000). Pedro Afonso. In Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, *A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais*. O Arquivo.

Amado, J. (1995). O grande mentiroso: Tradição, veracidade e imaginação em história oral. *História, 14*.

Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul. (2000). *A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais*. O Arquivo.

Arruda, G. (1997). *Frutos da terra: Os trabalhadores da Matte Laranjeira*. Editora da UEL.

Candado, V. (2000). Victor Candado. In Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, *A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais*. O Arquivo.

Capelato, M. H. R. (2007a). Estado Novo: Novas histórias. In M. C. Freitas (Org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*. Contexto.

Capelato, M. H. R. (2007b). Estado Novo: O que trouxe de novo? In J. Ferreira & L. de A. N. Delgado (Orgs.), *O Brasil republicano: O tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Civilização Brasileira.

Cardoso, H. H. P. (2004). Narrativas de um candango em Brasília. *Revista Brasileira de História, 24*(47).

Centurião, I. (2000). Idelfonso Centurião. In Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, *A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais*. O Arquivo.

Colodel, J. A. (1988). *Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960*. Prefeitura Municipal.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Dezemone, M. (2007). Impactos da Era Vargas no mundo rural: Leis, direitos e memória. *Perseu: História, Memória e Política, 1*(1).

Ferreira, J. (2001). O nome e a coisa: Populismo na política brasileira. In J. Ferreira (Org.), *O populismo e sua história: Debate e crítica*. Civilização Brasileira.

Figueira, K. C. N. (2000). Introdução. In Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, *A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais*. O Arquivo.

Galvão, P. (2013). *Parque industrial*. Editora Cintra. (Obra original publicada em 1933).

Gomes, Â. de C. (2005). *A invenção do trabalhismo*. FGV.

Guillen, I. C. M. (1991). *O imaginário do sertão: Lutas e resistência ao domínio da Companhia Mate Laranjeira (Mato Grosso, 1890–1945)* [Dissertação de mestrado].

Langaro, J. F. (2019). *Quando o futuro é inscrito no passado: Literatura historiográfica, periodismo e memórias públicas da fundação de Toledo (PR), 1953–2011*. Editora da Imprensa Universitária.

Mareco, D. (2000). Délio Mareco. In Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, *A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais*. O Arquivo.

Pandolfi, D. (2007). Os anos 1930: As incertezas do regime. In J. Ferreira & L. de A. N. Delgado (Orgs.), *O Brasil republicano: O tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Civilização Brasileira.

Portelli, A. (1993). Sonhos ucrônicos: Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História, 10*.

Portelli, A. (1996a). A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo, 1*(2).

Portelli, A. (1996b). O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): Mito e política, luto e senso comum. In M. de M. Ferreira & J. Amado (Orgs.), *Usos & abusos da história oral*. Editora da Fundação Getulio Vargas.

Portelli, A. (2004). "O momento da minha vida": Funções do tempo na história oral. In D. R. Fenelon, L. A. Maciel, P. R. de Almeida, & Y. A. Khoury (Orgs.), *Muitas memórias, outras histórias*. Olho d'Água.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Queiroz, P. R. C. (2015). A Companhia Mate Laranjeira, 1891–1902: Contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso. *Revista Territórios & Fronteiras, 8*(1).

Thompson, E. P. (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Zahar.

Thompson, E. P. (1987). *A formação da classe operária inglesa*. Paz e Terra.

Valente, A. L. E. F., & Centeno, C. V. (2000). Prefácio. In Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, *A história dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais*. O Arquivo.

Wachowicz, R. C. (1982). *Obrageros, mensus e colonos: História do oeste paranaense*. Editora Vicentina.

Williams, R. (1979). *Marxismo e literatura*. Zahar.

Wolfe, J. (1994). "Pai dos pobres" ou "mãe dos ricos"? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930–1954. *Revista Brasileira de História, 14*(27).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Jiani Fernando Langaro

Licenciado en Historia por la Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), máster en Historia Social por la Universidade Federal de Uberlândia (UFU) y doctor en Historia Social por la Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Profesor adjunto de la Facultad de Historia y miembro del cuerpo docente permanente del Programa de Posgrado (académico) en Historia (PPGH) y del Programa de Posgrado (profesional) en Enseñanza de la Historia (PROFHISTÓRIA), centro de la Universidad Federal de Goiás (UFG), en Goiânia, Goiás, Brasil. Becario de productividad de la FAPEG (Fundación de Apoyo a la Investigación del Estado de Goiás), Brasil.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

EXPLORANDO AS CONEXÕES DO TANGO NO SUL GLOBAL[1]

EXPLORANDO LAS CONEXIONES DEL TANGO EN EL SUR GLOBAL

EXPLORING TANGO CONNECTIONS ACROSS THE GLOBAL SOUTH

Catimba Matias Anacleto
ISCED-Angola
dr.catimba@hotmail.com

Claudia Carolina Casiva
Universidade Católica de Salta-Argentina
carolinacasiva11@gmail.com

Jéssica Salomão Chitlhango
Universidade Eduardo Mondlane-Moçambique
jessicasalomao2014@gmail.com

Rosa Maria da Silva Gonçalves
Instituto Federal de Rondônia-Brasil
rosa.goncalves.vha@gmail.com

Prof. Dr. Aldo Juan Enrici
Universidad Nacional de la Patagonia Austral-Argentina
aenrici@uarg.unpa.edu.ar

Prof.ª Dr.ª Solange Straube Stecz
Universidade Estadual do Paraná-Brasil
solange.stecz@unespar.edu.br

RESUMO

O presente artigo analisa o percurso do tango como símbolo de identidade cultural na Argentina, explorando suas origens e evolução. Ao reconhecer sua hibridização, a riqueza e a complexidade de sua história, este trabalho representa e destaca, a partir de quatro perspectivas,

[1]Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da primeira pós-graduação *lato sensu* Internacional intitulada "Conhecimentos e Associações entre Angola, Argentina, Brasil e Moçambique" ofertada pela UNESPAR (Universidade Estadual do Paraná), *Campus* Campo Mourão; em parceria com a Universidade de Luanda (UniLuanda), em Angola; Universidade Nacional da Patagônia Austral (UNPA), na Argentina; e Universidade Licungo (Unilicungo), em Moçambique. A pesquisa foi conduzida sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Solange Straube Stecz e do Prof. Dr. Aldo Juan Enrici. A defesa ocorreu no dia 4 de setembro de 2025.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

a análise e a pesquisa colaborativa. Os principais pontos deste estudo são o desenvolvimento, a interação e o impacto do tango em Angola, Argentina, Brasil e Moçambique, investigando os conhecimentos e as associações que emergem das diferentes configurações sociais, históricas e políticas em que o tango se insere. Além disso, busca identificar os laços formados por meio da experiência e da memória. Nesse sentido, aborda um gênero musical consolidado, mas de um campo de práticas culturais com processos seletivos em constante mutação. Da mesma forma, baseia-se em uma abordagem qualitativa de pesquisa, considerando a revisão bibliográfica, documental, composições, entrevistas e registros audiovisuais. Em suma, o artigo propõe uma leitura do tango como uma linguagem em movimento, entrelaçando complexidade histórica, disputas simbólicas, reorganização e transformações ao longo do tempo no Sul Global.

Palavras-chave: cultura, identidade, Sul Global, dança, tango.

RESUMEN

El presente escrito aborda el camino recorrido del Tango como símbolo identitario cultural en Argentina, explorando sus orígenes y evolución. Reconociendo su hibridación, la riqueza y complejidad de su historia, este trabajo representa y destaca desde cuatro perspectivas el análisis e investigación colaborativa. Los puntos principales del presente son el desarrollo y la interacción e impacto que desarrolló el Tango en los países de Angola, Argentina, Brasil y Mozambique. Analizar los conocimientos y asociaciones que a partir de sus configuraciones en distintos procesos sociales, históricos y políticos. Al mismo tiempo busca identificar los lazos educativos a través de la experiencia y la memoria. El presente no solo trata de un género musical consolidado, sino de un campo de prácticas culturales con procesos selectivos que van cambiando constantemente. Así mismo, se basa en un enfoque de investigación cualitativa, considerando la investigación bibliográfica, documental, composiciones, entrevistas y documentos audiovisuales. La investigación propone una lectura del tango como lenguaje en movimiento, entrecruzando su riqueza histórica, disputa simbólica, reorganización y transformación a lo largo del tiempo en el sur global

Palavras-chave: cultura, identidad, Sur Global, dança, tango.

ABSTRACT

The present article addresses the journey of Tango as a symbol of Argentina’s cultural identity, exploring its origin and evolution. By recognizing its historical hybridization, richness and complexity, this work represents and enhances, from four different perspectives, the analyses and collaborative research. The main points of the text are, development, interaction and impact of Tango in Angola, Argentina, Brazil and Mozambique. It analyzes the knowledge and associations that emerge of its configurations in different social, historical and political processes in which tango inserts itself. Additionally, it aims to identify the connections through experience and memory. In this sense, the present article discusses a consolidated musical genre

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

but also a field of cultural practices with selected processes in constant movement. In the same manner, it is based in a qualitative research approach, considering documental and bibliographic research, compositions, interviews, audiovisual materials. Shortly, the article proposes appreciation of Tango o as a language in movement spiced, intertwining its historical richness, symbolic dispute, reorganization and transformation overtime in the Global South.

Keywords: culture, identity, Global South, dancing, tango.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Brasil, proporcionou uma iniciativa pioneira no Sul Global com a criação da Especialização Internacional em Conhecimentos e Associações entre Angola, Argentina, Brasil e Moçambique. Essa proposta acadêmica e transcultural fortalece a construção coletiva do conhecimento, fomentando um espaço de colaboração entre estudantes dos quatro países que, a partir de suas trajetórias e contextos culturais particulares, construíram o presente texto para oferecer uma perspectiva integradora, reflexiva e de criação compartilhada.

Este estudo, fundamentado em princípios decoloniais e interseccionais, com abordagem qualitativa, transnacional e colaborativa teve como objetivo principal investigar o tango, estilo dançante, marcado por memórias afrodiaspóricas, exclusões históricas, bem como resistências simbólicas. Além disso, buscou revisitar criticamente as origens do tango por meio de perspectivas do Sul Global ao ampliar o entendimento da prática artística como um espaço de diálogo e interação entre corpos, histórias e identidades.

Durante a elaboração da pesquisa, foram realizados encontros quinzenais, com duração de duas horas, nos quais foram aplicadas metodologias participativas, permitindo a troca de saberes entre os participantes. Do mesmo modo, a escrita colaborativa, por mãos diversas, propiciou o intercâmbio cultural, como também a construção plural do conhecimento, evidenciando o tango como expressão cultural, linguagem viva (carregada de apagamentos históricos e ressignificações nos contextos do Sul Global). Ademais, as abordagens empregadas mostraram-se eficazes para o alcance dos objetivos da pesquisa, pois houve o intercâmbio epistemológico e o fortalecimento de laços. Nesse sentido, a realização de uma revisão crítica, fundamentada em perspectivas decoloniais, possibilitou problematizar a história do tango, assim como evidenciar suas profundas conexões afrodiaspóricas, amiúde, silenciadas pelas narrativas hegemônicas.

A utilização de plataformas digitais, como o *Google Meet*, o aplicativo *WhatsApp*, a ferramenta *Google Drive*, possibilitou a realização de encontros *on-line* (síncronos) e as trocas assíncronas de materiais (vídeos, registros escritos e sonoros). Essas discussões possibilitaram o aprofundamento e os conhecimentos referentes à temática do tango de matriz africana ao promover espaço colaborativo de reflexão, aprendizagem e compartilhamento de saberes.

Tais debates revelaram a necessidade de compreender o tango para além das narrativas difundidas tradicionalmente, ou melhor, evidenciaram a urgência de investigar as origens, os processos de constituição histórica e as conexões afrodiaspóricas dessa expressão artística. Afinal, desde a antiguidade, os encontros entre as civilizações resultaram em processos de imposição, resistência, influência, apropriação e assimilação de culturas. No Sul Global, por mais de meio século, práticas culturais e identitárias foram silenciadas, frequentemente apropriadas e distorcidas sob perspectivas eurocêntricas. Spivak (2010), aponta que o silenciamento dos subalternos foi intensificado pela colonização. De mais a mais, a música e a dança são exemplos de processos de territorialização influenciados por transformações capazes de ultrapassar fronteiras culturais, sociais, de gênero e linguísticas. Nesse caso,

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

compreender o significado e a origem de estilos musicais, como o tango, originário do entrelaçamento de várias culturas, como o candombe afro-platino, os ritmos caribenhos, os gestos de rua, as dores da migração é um reflexo dessa dinâmica.

Nascido em espaços periféricos e marginalizados, o tango configura-se como uma importante manifestação cultural legítima do Sul Global, cuja formação esteve profundamente vinculada às experiências de populações e grupos subalternizados. Nessa linha de raciocínio, sua origem nos cortiços, prostíbulos e calçadas foi distorcida ao longo do tempo, especialmente por interpretações ocidentais com o intuito de tentar minimizar suas raízes e significados, enfraquecendo o reconhecimento da relevância histórica, cultural e identitária. Todavia, ele preserva por meio de gestos e compassos a memória de exclusão, resistência, e pertencimento. Na concepção de Halbwachs (2003), a memória coletiva é o conjunto de lembranças e experiências compartilhadas, como também organizadas pela sociedade. Em síntese, ela é construída por meio das lembranças, interações sociais e culturais. Mas nem toda memória é visível. Assim, a memória coletiva, muitas vezes soterrada, traz à tona as vozes emudecidas de corpos negros e periferias.

Em vista disso, a dança como linguagem não verbal, articula corpo, movimento e espaço, sendo capaz de inscrever memórias, identidades e afetos. No campo social e cultural, ela também funciona como prática simbólica, revelando formas de resistência, bem como experiências coletivas. Outrossim, além de ser um estilo musical, o tango é uma manifestação de identidade cultural que se expandiu, em parte, pela reinvenção das danças e gestos após o fim da escravidão. Nesse sentido, nas “Casas de Tango”, os ex-escravizados mantiveram vivas suas origens culturais, pois, nesses locais, batucavam, cantavam e dançavam. Mais ainda, reinventaram coreografias com danças, gingados, passos fortemente marcados e sensualidade. Nesses locais, reviviam as suas ascendências, passando a tornar esses encontros como “reunião de negros para dançar ao som de seus tambores ou atabaques”, conforme publicado no *Diccionario Provincial de Voces Cubanas* (Pichardo, como citado em Palacios, 2024, p. 134).

Ao longo de sua história, o tango consolidou-se como uma expressão cultural da classe dominante, muitas vezes, representado sob uma ótica eurocêntrica. Apesar disso, a análise mais recente valoriza as suas origens afrodescendentes e populares. Desse modo, o tango, portanto, torna-se um espaço de negociação simbólica e resistência política. Além de um simples produto estético, sua evolução é marcada por discursos históricos que apagaram as raízes negras, transformando-o em símbolo nacional argentino, enquanto sua verdadeira origem permanece ignorada, consoante afirma a cantora brasileira Shirlene Oliveira (UOL TAB, 2021).

Nas últimas décadas, uma série de estudos, produções artísticas e investigações documentais têm ressignificado o tango, destacando as influências das culturas africanas e indígenas na sua gênese e consolidação enquanto linguagem musical e corporal. Na área do cinema documental, o filme “Tango Negro: as raízes africanas do Tango” (2013), dirigido pelo cineasta angolano Dom Pedro, estudos como os de Archetti (2003), Dalazen (2019), Werner (2010), Costa (2016) e Taques (2021), entre outros, passaram a reposicioná-lo como campo cultural em disputa, no qual se entrecruzam relações de poder, memória e identidade.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

O estudo propõe uma análise comparativa, transnacional e interseccional da reinvenção do tango em Angola, no Brasil e em Moçambique, destacando não apenas a Argentina, mas também os três países citados como espaços de recepção, reapropriação e transformação dessa dança em diferentes contextos históricos e geográficos. Em especial, destaca-se a influência das culturas africanas, especialmente de Angola e Moçambique, no desenvolvimento de práticas pedagógicas e sociais que contestam os modelos tradicionais portenhos, mostrando como a música e a dança tornaram-se cenários de reivindicação e preservação da identidade cultural. Essas influências se manifestam em experiências abertas, críticas e inclusivas de ensino e vivência, ao refletirem acerca do histórico de Angola em que a música desempenhou um papel fundamental como território de resistência simbólica à opressão colonial, durante o domínio português. Esse papel manifestou-se por meio da preservação de identidades culturais, da transmissão de mensagens codificadas da luta e da mobilização de consciências coletivas (Redinha, 2009).

O tango, como prática cultural e memória viva, conecta o passado com o presente, resistindo à imposição de narrativas dominantes. Como afirmou Colmeiro (2005), a memória coletiva constrói e mantém a identidade cultural por intermédio de constantes processos de reelaboração e reconstrução de significados. Dessa forma, o tango é mais que uma dança. Trata-se de uma prática cultural a desafiar os limites da memória oficial e, ao mesmo tempo, abre um reduto para as narrativas esquecidas.

Em 2009, o tango foi declarado pela Unesco como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. No entanto, conjuntamente, representantes da Argentina e do Uruguai, lançaram a candidatura desse gênero dançante e musical considerado como "uma das principais manifestações da identidade dos habitantes do Rio da Prata" (Carmo, 2009). Nessa perspectiva, considerado como uma das mais significativas expressões culturais da Argentina e amplamente reconhecido por uma musicalidade vibrante e dança apaixonada, reforça a necessidade de reverter a visão eurocêntrica sobre sua origem. Ao rediscutir o tango, é fundamental entender sua relação com o sincretismo cultural, termo citado por Roger Bastide, como um processo dinâmico a envolver reinterpretação e recriação de significados culturais. Esse processo surgiu do encontro de culturas africanas, europeias e latino-americanas, estabelecido entre Angola, Argentina, Brasil e Moçambique, configurando um encontro de diálogo e conexão do Sul Global.

Sendo assim, a presente pesquisa propõe uma análise profunda das influências e dos processos de reinvenção do tango ao longo do tempo, evidenciando a contribuição das matrizes negras para a constituição de suas bases culturais e para a conformação de sua identidade histórica e artística.

2. MÚSICA E DANÇA NO ENCONTRO DE CULTURAS

2.1. Encontros afro-cultural do tango em Angola

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A música angolana sempre foi uma ferramenta poderosa na construção de identidade, resistência da luta pela preservação da cultura e transmissão de saber social entre as gerações. Nas comunidades banto ela vigorou como prática coletiva ligada a rituais, celebrações e transmissão oral, com um papel espiritual e social na média de relações com os ancestrais e o fortalecimento dos vínculos comunitários e da coesão social. Em conformidade com Redinha (2009), em pesquisa etnográfica feita em Angola, eram frequentes os cantos acompanhados apenas de palmas ritmadas, sendo, contudo quase regra a sua execução aos sons de melodias instrumentais.

Durante o período colonial, segundo Lopes (2005), o sistema escravista promoveu um intenso processo de migração forçada, responsável pela chegada de milhões de cativos africanos ao Brasil. Entre tais grupos, destacavam-se populações banto provenientes de Angola, do Congo e de regiões adjacentes. Eles trouxeram consigo práticas culturais, musicais e religiosas fundamentais para a formação da cultura brasileira. Assim, viram seus "batuques" – termo geralmente aplicado pelos colonizadores portugueses aos ritmos, às danças e às manifestações musicais africanas – impregnados de sabor ancestral e memória cultural (Redinha, 1984). Nesse contexto, Redinha conclui que "Angola participou largamente nos fundamentos culturais da música brasileira, por intermédio dos bantos fixados no Brasil, e eram angolanos a quase totalidade dos maestros das bandas de música do começo da República" (1984, p. 34), cuja influência permanece em diversas expressões musicais e culturais do país.

Com a formação da comunidade baiana no Rio de Janeiro, na região historicamente conhecida como "Pequena África", a cidade tornou-se um importante centro de preservação e disseminação das culturas africanas, que na óptica de Lopes,

> Entre os diversos grupos étnicos presentes, destacam-se os povos bantos, que, apesar de inicialmente marginalizados, desempenharam papel fundamental na construção da identidade cultural carioca. A influência banto é evidente em manifestações culturais como o Samba, o Lundu e o Jongo, além de práticas religiosas de matriz africana, como o Candomblé. Essas contribuições enriqueceram o patrimônio cultural da cidade, evidenciando a diversidade e a resistência dos povos africanos no Brasil (Lopes, 2005, p. 32).

Nota-se a relevância dos povos bantos na formação da identidade cultural brasileira ao enfatizar contribuições que extrapolaram o campo artístico, alcançando dimensões religiosas, sociais e culturais. Como mencionado, as influências manifestaram-se em diferentes práticas e tradições, evidenciando a profundidade e a permanência dos legados na sociedade brasileira. No caso, reconhecer a participação africana na constituição do Brasil implica, ainda, problematizar as narrativas históricas eurocêntricas que, por muito tempo, minimizaram ou invisibilizaram esse contributo fundamental para o desenvolvimento social e cultural do povo brasileiro.

Nesse viés, a presença africana também pode ser observada na própria trajetória do tango. Ao vocábulo tango são atribuídos inúmeros outros significados, a maioria deles vinculados à

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

origem africana, evidenciando as conexões históricas e culturais envoltas na constituição dessa manifestação artística. Entre as acepções mais recorrentes, destacam-se a designação de lugar de concentração de seres humanos escravizados, tanto nos portos africanos de embarque quanto nos territórios americanos de destino, onde eram expostos para comercialização; nome genérico dado à associação de negros estabelecidos em Buenos Aires; e, mesmo, a referência a determinados instrumentos de percussão utilizados em práticas musicais afrodescendentes. Em consonância com Braga (2014), existem mais de duas dezenas de supostos significados atribuídos à palavra tango, muitos dos quais evidenciam as profundas conexões com as culturas africanas e afrodiaspóricas.

Por outras palavras, o autor argumenta que o tango é o resultado do sincretismo do caudal de raças que habitou Buenos Aires, nos séculos XIX e XX, o tango nasceu de nítidas feições negras mescladas, ela foi se branqueando, cada vez mais, no mesmo compasso em que a cidade sofreu uma transformação.

Autores como Suboni (2014) destacam que os ritmos africanos exportados forçadamente, durante o tráfico transatlântico de escravizados, contribuíram decisivamente para a constituição de novas expressões musicais nas Américas. A presença de descendentes de angolanos de origem banto no Rio da Prata, e as suas práticas culturais, são aspectos frequentemente esquecidos nas narrativas hegemônicas sobre o tango, mas fundamentais para uma leitura crítica e descolonial do gênero, que apresentam estruturas rítmicas comparáveis a padrões encontrados no Semba angolano. Sobre a origem do Semba,

> A história da tradição oral, a Massemba, como dança e canto, nesta distinta região de Luanda, indica-nos que a mesma tem as suas origens, como organização circular da dança e animação, desde os primórdios dos anos de 1870, segundo algumas fontes consultadas, “a dança foi sempre dinamizada junto das comunidades africanas, por várias organizações tradicionais de influência associativas que existiam” (Lamartine, 2023, p. 164).

Marissa Moorman (2008) ressalta a história da relação entre a música e os bairros periféricos de Luanda. Desde o período colonial até os dias atuais, a música tem sido um elemento essencial do cotidiano e do lazer, funcionando também como um meio de expressão social e política. Nos musseques, a música dançante desempenha um papel central nos processos de socialização, por meio de festas familiares, encontros de rua e outros eventos coletivos. Para Moorman “[...] a música desses bairros carrega significados sociais profundos, que se expressam pelo som, pela dança e pela história, tornando-se um símbolo da soberania cultural das experiências urbanas em Luanda” (2008, p. 140).

Seguindo a linha da rebita e das músicas de carnaval, Ribas (2009) observa que as canções de semba geralmente abordam temas do dia a dia. Seu ritmo, comumente rápido e vibrante, convida os dançarinos a interpretarem a música com movimentos criativos e técnicas variadas, como se estivessem respondendo fisicamente aos conflitos propostos pelas letras. Além disso,

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

os relatos de amor nas canções frequentemente trazem histórias de casamentos fracassados, mudanças nos costumes e questões sociais mais amplas.

Conforme aponta Moorman (2008), a principal distinção em relação ao Semba não se resume apenas ao ritmo, que tende a ser mais lento, mas também ao conteúdo das letras. Enquanto no Semba as canções são predominantemente em kimbundu, a Kizomba passou a privilegiar o português, alterando significativamente seu significado e impacto cultural.

Nesse contexto, ao investigarmos a cena musical angolana, é possível identificar conexões culturais e estilísticas com o tango, especialmente quando se observa o papel da corporeidade, dos instrumentos e das estruturas rítmicas presentes em gêneros como o Semba, o Rebita e a Kizomba. Esses estilos, como o tango, nascem de processos de mestiçagem cultural e são marcados pela expressividade corporal, pela dança em pares e por dinâmicas sociais de resistência e celebração.

Atualmente, o gênero Kizomba, é o que mais se assemelha com o tango, visto que ela carrega um forte simbolismo social e histórico. Carlos Lamartine (2023), um dos mais importantes nomes da Música Popular Angolana, destaca que, embora a Kizomba tenha surgido na década de 1980, suas raízes remontam ao termo ‘kizombada’ realizada em Angola nas décadas de 1950 e 1960. Nessas celebrações, ritmos como Semba, Marimba e Merengue eram dançados em pares, influenciando a estrutura da kizomba como a conhecemos hoje. O tempo e a adaptação cultural transformaram o Semba em um ritmo mais lento e cadenciado, adequado à dança sensual e romântica que define a Kizomba contemporânea. Essa herança afro, pode ser rastreada por meio de análises musicológicas e coreográficas, revelando uma possível “ancestralidade comum” entre manifestações culturais angolanas e o tango.

A realização de um encontro afrocultural em torno do tango, em Angola, propõe-se, portanto, como uma ação simbólica e investigativa voltada à exploração e à valorização das convergências histórico-culturais existentes entre as tradições. Além disso, o evento pode atuar como um espaço de diálogo entre tradições musicais e corporais, valorizando a memória dos povos africanos na diáspora e estimulando novas criações artísticas a partir dessa reconexão cultural.

2.2. Argentina e o tango, aproximações

O tango argentino foi gradualmente construído ao longo do tempo e legitimado como expressão cultural, sendo reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, especialmente em suas manifestações musicais e coreográficas. Essa forma artística representa uma expressão identitária derivada de um cruzamento fascinante de culturas que, em nossa análise, pode ser compreendida como um processo de hibridização cultural. Tal abordagem encontra respaldo na teoria de Canclini (2019), desenvolvida em sua obra “Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade”, na qual afirma que as culturas não são entidades estáticas ou puras, mas sim construções dinâmicas em constante transformação por meio de interações complexas, funções, combinações estéticas, linguísticas e interpretativas.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A história evolutiva do tango está profundamente relacionada aos processos migratórios e à mestiçagem. Suas raízes africanas, perceptíveis nos ritmos, instrumentos e na própria essência do gênero, revelam a influência das tradições musicais afrodescendentes, hoje amplificadas pelos meios de comunicação e pelas dinâmicas da globalização. Explorar tais conexões convida-nos a redescobrir o tango como uma linguagem universal que transcende fronteiras culturais e temporais.

Diversas teorias buscam explicar a origem etimológica da palavra "tango", sendo uma delas a derivação de um instrumento musical africano. O antropólogo Pablo Cirio, do Instituto Nacional de Musicología "Carlos Vega", aponta que o documento mais antigo que registra o termo em Buenos Aires data de 11 de novembro de 1802, referentes à venda de um "terreno de negros" localizado no barrio de La Concepción (actualmente Constitución). Desde então, o tango, enquanto expressão artística, foi se adaptando aos tempos modernos sem abdicar das raízes que lhe conferem profundidade simbólica.

O tango encontrou seu berço nos espaços periféricos e marginalizados da cidade, conhecidos como os *arrabales* de Buenos Aires – distantes dos centros urbanos – habitados por classes populares cuja vida comunitária e miscigenação cultural se manifestavam intensamente entre as zonas portuárias de Argentina e Montevidéu. Esse contexto encapsula vivências, paixões e desafios de uma sociedade em transformação. Ligado estreitamente a setores populares e prostíbulos, o tango espelhava a realidade dos bairros mais empobrecidos. Sua difusão crescente por toda a cidade favoreceu sua aceitação social. Conforme ilustra Sofía Cecconi,

> A geografia do tango nesta época configura-se a partir de um elemento central: a "margem", um espaço fronteiriço e indefinido onde a cidade se convertia em campo, superfície de transição que desfazia Buenos Aires em regiões pobres e modestas ao sul, oeste e norte. Assim, no fim do século XIX, o tango encontrava-se espacializado, mas não territorializado: ancorado em uma zona onde a cidade terminava e começava a imensidão da pampa. O tango tornava-se, portanto, a expressão musical da "terra de ninguém", do "puro espaço" (2009, p. 53).

Nas primeiras décadas do século XX, a expansão demográfica e a ascensão do tango nas camadas sociais mais altas favorecem sua projeção internacional, consolidando seu lugar na cultura global. Cecconi, ainda, afirma que o hermetismo inicial começa a se romper quando o tango adentra os espaços urbanizados, pois

> [...] sai do subúrbio arrabalero, deixa de ser música proibida e secreta e entra na vida dos bairros através dos organitos que difundem suas melodias [...]. Também começa a ser ouvido nos cafés da classe média, onde se apresentam os grupos musicais que originariam as orquestras típicas (2009, p. 55).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

A construção desta expressão única e criativa contou com a contribuição de crioulos, nativos, afrodescendentes e imigrantes europeus, que adotaram ritmos, melodias e tradições sociais, econômicas e políticas da sociedade argentina. No cotidiano linguístico dos porteños, impulsiona o uso do *lunfardo,* jargão popular que se integrou ao espanhol local.

As letras das canções tangueiras expressam saudade e desejos, emoções, amores, desilusões e o curso da vida urbana em construção – a jornada dos imigrantes e dos trabalhadores da cidade – em tom melancólico e apaixonado. Trata-se de uma obra coletiva rica em nuances e histórias. A dança, por sua vez, revela não apenas a conexão humana, mas também a valorização da improvisação, um elemento profundamente enraizado na cultura argentina. O tango é, portanto, um patrimônio que transcende o tempo, carregando a alma argentina ao redor do mundo.

Os ritmos afrodescendentes influenciaram o desenvolvimento da milonga, precursora do tango, enquanto vertentes musicais dos imigrantes como os valses vienesas, polcas e música de salão espanholas e italianas se integraram as melodias tangueiras. Expressões rurais crioulas, como a payada e a música gauchesca, trouxeram lirismo e vínculo com narrativas locais.

Na segunda metade do século XX, artistas com Astor Piazzolla revolucionaram o gênero ao incorporá-lo a outras correntes como o jazz e a música clássica por meio de orquestras e intérpretes que perpetuam o repertório tradicional, ao mesmo tempo em que abre espaço para experimentações com gêneros como o *chamamé* e a dança contemporânea. Eventos de repercussão mundial, como o Festival Mundial do Tango em Buenos Aires, reúnem milhares de participantes, revitalizando práticas e reafirmando a atualidade do tango enquanto forma viva de expressão.

A influência do tango manifesta-se em diversas frentes: na economia, por meio do turismo e dos eventos culturais; no âmbito social, com o fortalecimento dos vínculos comunitários; e internacionalmente, projetando a imagem da Argentina como referência cultural. O dia 11 de dezembro foi instituído como o Dia Nacional do Tango em homenagem ao nascimento do cantor e compositor Carlos Gardel e do maestro e violinista Julio de Caro.

2.3. Tango no Brasil: história de encontros musicais

No Brasil, Archetti (2003) apresenta o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) como exemplo de recuperação típica da figura do gaúcho, símbolo da cultura regional brasileira, em processo semelhante ao observado na Argentina. Nessa lida, o movimento ressignificou práticas e vestimentas tradicionais, compreendendo-as como formas de representação social e cultural. Assim, além de simples adornos ou coberturas do corpo, esses elementos passaram a funcionar como códigos sociais, dispositivos de marcação e elementos narrativos, carregando tempo, historicidade, classe, relações de gênero, bem como memórias coletivas. No tango, os trajes vestem mais do que a pele, pois revestem papéis, estabelecem hierarquias, ensaiam performances. Do mesmo modo, a indumentária do dançarino ou da dançarina não é neutra: diz algo antes mesmo do primeiro passo. Do sapato à fenda, da alfaiataria ajustada ao brilho

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

calculado, há ali uma estética codificada que comunica tradição, desejo, situacionalidade ou ruptura. Mas também existe o corpo que transgride a roupa, que tensiona o figurino, que desfaz o esperado. É nesse espaço, entre o traje e o gesto, que a vestimenta se torna linguagem como forma de afirmar uma identidade regional forte, especialmente no sul do país. Entretanto, essa tradição também é uma invenção moderna, uma vez que a construção do gaúcho brasileiro, como no caso argentino, foi uma resposta cultural às mudanças sociais e à necessidade de afirmar pertencimento frente ao avanço urbano-industrial e à centralização política (Archetti, 2003).

Além disso, o Brasil também aparece como um espaço de recepção do gaúcho levando-se em consideração o fato de que durante as excursões musicais de Gardel e Razzano, o público brasileiro os acolheu com entusiasmo, vendo neles uma representação legítima da cultura argentina. À época, a imprensa tratava a música crioula como expressão da alma do país vizinho, sem separar abertamente o rural do urbano, ou o tango das tradições do interior. Essa recepção estrangeira reforçou o imaginário brasileiro de uma Argentina profundamente enraizada em sua terra, mesmo que essa terra já fosse, em grande parte, uma ficção simbólica construída de dentro para fora (Archetti, 2003).

Nesse caso, o tango encontrou no Brasil um campo fértil para ressignificações práticas e simbólicas, especialmente a partir do seu ensino formal e da organização de espaços sociais como milongas alternativas. No caso brasileiro, a difusão do tango dança se articula por meio de projetos e coletivos que problematizam o binarismo de gênero, os protocolos hegemônicos e a rigidez das normas comportamentais associadas à tradição portenha. Nesse sentido, o tango praticado em diversas cidades brasileiras — com destaque para Curitiba — desloca-se do modelo ortodoxo e passa a incorporar práticas pedagógicas e corporais abertas à diversidade, tanto de corpos quanto de modos de condução e expressão (Taques, 2021).

Projetos como o *Tango Boêmio*, realizados em Curitiba, têm promovido novas formas de experiência social com o tango, tensionando os códigos tradicionalmente impostos por manuais e milongas que reforçam papéis heteronormativos. Essas iniciativas, ao contemplarem encontros nos quais os papéis de condução e de seguimento podem ser alternados independentemente do gênero, propõem um reposicionamento do tango como linguagem inclusiva. Isso se reflete também nas metodologias de ensino, que passam a valorizar a improvisação, o diálogo corporal e a escuta ativa entre os pares, aspectos muitas vezes marginalizados por abordagens mais normativas (Taques, 2021).

No âmbito do ensino formal da dança, o Brasil destaca-se por inserir o tango em instituições de formação artística, o que amplia sua circulação e legitimação como campo de conhecimento. Contudo, o trabalho de Taques mostra que, mesmo nesse espaço, persistem práticas que reproduzem *habitus* alinhados ao patriarcado e à lógica da condução masculina. Nesse ponto, o desafio, portanto, reside em transformar tais disposições em práticas sociais espontâneas, formação técnica e pedagógica, construindo os fundamentos que orientam o comportamento dos futuros dançarinos e professores (Taques, 2021).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Ainda que as regras e protocolos do tango tenham origem nas milongas tradicionais de Buenos Aires, observa-se, no Brasil, a presença de um movimento crítico que compreende tais convenções como produtos culturais e históricos, passíveis de ressignificação. Essa consciência crítica favorece a criação de subcampos em que o tango é vivenciado como espaço de acolhimento, diálogo e diversidade. No caso, acolhimento não é tolerância, nem concessão. É disposição ativa de escuta, abertura real para o que o outro traz — com sua diferença, sua história, sua presença inteira. No espaço do tango, o acolhimento revela-se na aceitação de corpos diversos, bem como na forma como esses corpos são convidados a existir sem justificativa. Trata-se de quebrar códigos fixos, de permitir que o gesto seja inventado sem medo, que a condução se renegocie, que o silêncio não seja exclusão. Acolher, nesse contexto, é recusar o olhar normativo. É permitir a dança transbordar a mera forma e converter-se em território de encontro ético, onde cada gesto e movimento dos corpos carreguem a potência do reconhecimento mútuo. Nesse lugar de afetos e presenças, a vulnerabilidade deixa de ser compreendida como fragilidade, tornando-se como fio invisível a fim de aproximar corpos, entrelaçar histórias e transformar o movimento em linguagem de acolhimento, partilha e comunhão.

A partir disso, torna-se possível ampliar o acesso ao tango como prática artística e cultural, além de promover, por meio da dança, a reflexão sobre relações de poder, gênero e identidade, compondo um campo social em permanente disputa e transformação (Taques, 2021).

Nessa perspectiva, em 2018, no Carnaval do Rio de Janeiro, a Escola de Samba “Acadêmicos de Vigário Geral” homenageou o tango ao apresentar o enredo “Dos tambores africanos ao bandonéon: tango, um sentimento que se dança” composição de Carlinhos do Cavaco, Professor Aluísio, Antonio Amaral, Coelho, Paulo Martins, Beto Melodia e Fernando Vasconcelos. No samba-enredo, a trilha contextualizou o percurso do estilo musical que nasceu “[...] como o mais puro e legítimo patinho feio da história musical e cultural [...]”, como também “[...] o ritmo que carrega uma tristeza e uma melancolia que conquistou o Mundo” (2018).

No contexto brasileiro, devido ao período da escravização, vários africanos foram trazidos ao Brasil à força. Sabe-se que esses povos contribuíram em demasia à cultura nacional, dentre os quais destacam-se os ritmos musicais alicerçados nos gêneros afros, tais como, o samba, o choro, a bossa nova e o maxixe. Em relação ao maxixe, contemporâneo ao tango argentino, trata-se de uma dança de salão surgida na segunda metade do século XIX, no Rio de Janeiro. Logo, devido às influências dos *hermanos* foi apelidado de “tango brasileiro”. Em resumo, surge o maxixe,

> [...] a partir da fusão de danças europeias, como a valsa e a polca, e afro-brasileiras, como o jongo e o lundu. Inicialmente estigmatizado pelas elites cariocas, o maxixe se dissemina por clubes, teatros de revista e salões. Até a década de 1930, foi um gênero popular, tendo grande influência nos estilos musicais então nascentes do choro e do samba (Itaú Cultural, 2025).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Com base nessa descrição, o maxixe estigmatizado pelas elites cariocas, *a priori*, passa a revelar a dinâmica de resistência social enfrentada por manifestações culturais originárias das classes populares e da cultura africana. Ao mesmo tempo, a disseminação em clubes e salões indica a gradual aceitação e popularização desse gênero consolidado como marco na formação de estilos musicais tão representativos da identidade nacional, como o choro e o samba. Na concepção do escritor Jorge Luis Borges, o tango era "uma forma de caminhar pela vida" (Palacios, 2024, p. 133). Entende-se, dessa forma, as influências dos escravizados africanos forçados ao deslocamento até à América do Sul. Nesse trajeto, trouxeram consigo as tradições musicais e danças, dentre outras partilhas culturais. Assim, o ritmo do tango influenciado pelo ritmo africano, em especial, o candombe, dança afro-cultural, resulta da mistura de muitas culturas, dentre as quais, o som dos tambores dos negros vindos da América Central, exclusivamente de Cuba, bem como "[...] da mistura de três outros ritmos: a milonga (de origem espanhola), a habanera (de origem cubana) e da batida do candomblé (origem africana) [...]" (Pereira; Sales & Val, 2018).

2.4. Moçambique e tango, possíveis aproximações

Em Moçambique, o lugar da música esteve sempre envolvido num contexto de mudança política e social. O crescimento da capital da colônia e as mudanças sociais levaram ao surgimento de novos estilos musicais e espaços de socialização além das áreas urbanas. A chamada música popular urbana surgiu com a formação de uma pequena elite negra e mestiça, durante o projeto assimilacionista do colonialismo português (Sopa, 2014), acompanhada da historiografia dela, especialmente por antropólogos e missionários. Rui Laranjeira (2014), António Sopa (2014), José Craveirinha (2009), Eulésio dos Prazeres Viegas Filipe (2012), Samuel Matusse (2013, 2016), Salomão Júlio Manhiça (2018), Ruth First (1998), Paolo Israel (2014), Ciro Pereira (2014), Luís Loforte (2019), Marílio Wane (2019) estão entre os historiadores que mais recentemente contribuíram para a história da música moçambicana. Nos anos 1950, um grupo de intelectuais e líderes da Associação Africana e centros negros se reuniu para promover a cultura negra como forma de resistência às ações do governo colonial, criando condições para a produção de música urbana. Após a independência, a política cultural em Moçambique foi influenciada pelas experiências das zonas libertadas, que buscavam se distanciar da herança colonial, valorizando a cultura rural. O canto coral, especialmente nas comunidades protestantes, foi uma das práticas mais destacadas nesse período. Após a era colonial a primeira tentativa de agregar e documentar todos os estilos musicais e danças deu se com a realização do 1º festival da canção nacional e música tradicional (Sopa, 2014).

Como indicam Fonseca e Costa (1981), Morais (2022), as fases preparatórias para esse festival incluíram uma espécie de 'levantamento de dados' em todas as localidades do país, e puderam participar todas as pessoas que mostraram capacidade para cultivar atividades musicais no campo tradicional e que para tal se inscreveram. A única limitação posta foi a de não se exibirem instrumentos e música que fugissem às características tradicionais (música ligeira, clássica etc.), ou seja, este festival demonstra sons originários, que não resultam de mestiçagem de culturas (José Fonseca e Costa, 1981). Uma das principais razões para este fato, segundo Freitas (2024)

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

seria a sobrevalorização política do espaço rural, tornando a música tradicional escolhida como representativa da moçambicanidade emergente ou independente da herança colonial e contrária a música e canto associados aos gostos das cidades coloniais. Segundo Morais (2022), uma matéria do Jornal Notícias explica que,

> Em alguns casos, bons artistas foram eliminados porque "apresentaram instrumentos não considerados tradicionais, mas que constituem parte dos mais populares, em algumas regiões do nosso País. Tal foi o caso que aconteceu na província da Zambézia em que um tocador de acordeão foi afastado nas competições provinciais" (Notícias, 30 de novembro de 1980, p. 1).

O texto de José Fonseca e Costa (1981), indica que o festival se estende de 28 de dezembro de 1980 a 4 de janeiro de 1981, e Morais (2022) de 28 de dezembro até 3 de janeiro de 1981, com apresentações diárias de cerca de 400 (potenciais) artistas previamente selecionados em todas as 10 províncias do país, no pavilhão do Clube de Desportos do Maxaquene e vários centros culturais de bairro e fábricas de Maputo.

Esse festival simultaneamente representava o ponto mais alto da conexão entre política e cultura, a avaliar pelos eventos que o precedem e que marcam a transição do período colonial para o período da independência (Morais, 2022), no âmbito das diretivas do terceiro congresso da FRELIMO como: A reunião nacional da Cultura (Tempo, 1977), o I festival de dança popular (R.P.M, 1978), e a Campanha Nacional de Preservação da Cultura 1978 – 1982 (Landgraf, 2018).

Nas fases já realizadas, puderam participar todas as pessoas que mostraram capacidade para cultivar atividades musicais no campo tradicional e que para tal se inscreveram,

> A competição teve a presença e o apoio populares, com a classificação a cargo de júris que se basearam em critérios essenciais: a música (ritmo, melodia, harmonia, acompanhamento, significado e alcance social ou cultural do texto – letra); interpretação, afinação de vozes; decoração dos instrumentos; originalidade dos trajes. Houve a preocupação de não impor estes critérios rigorosamente, admitindo-se a flexibilidade necessária para garantir a espontaneidade criadora dos artistas (Morais, 2022, p. 215).

Neste processo de sistematização do canto e dança em Moçambique, outras práticas e ritmos musicais se dissiparam, como os hinos revolucionários – que em 1994, seriam vistas como obsoletas e associadas a experiências do colonialismo (Freitas, 2024). Do ponto de vista técnico, a ausência de um projeto ou plano de execução por parte dos responsáveis pela filmagem (apenas uma equipe composta por dois portugueses e duas câmaras de filmagens), teve alguns resultados adversos. Quanto ao som sobressaíram as (más) condições acústicas, avisos tardios dados aos produtores (faltando 5 dias para o evento). O vídeo final do festival em si não nomeia

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

os estilos musicais e respectivas danças – o que dificulta a sua identificação e a origem. Na época, um conjunto de críticas ao festival como 'Vamos refletir e analisar nossa identidade cultural'; 'Uma importante contribuição política para consolidar a unidade nacional', de Lutero e Esmael estiveram entre as críticas (Morais, 2022). Com uma linguagem pan-africana, inspirado por *The Pan-african Festival in Algiers (1969)*, o evento também marcava o início da 'década da vitória contra o subdesenvolvimento' moçambicano.

Fulgêncio Batista[2], professor e fundador de uma escola de tango em Moçambique, explica que:

> [o] tango em Moçambique é introduzido pela COMPANHIA AFROLATINO que ofereceu as primeiras iniciações e bases de tango e sua cultura e princípios em Moçambique, especialmente em Maputo (em paralelo surge a iniciativa PASSO BÁSICOS que entre outras escolas, para além do formato formal, impulsiona o tango em Moçambique). Posteriormente, a Afro latino resultou não numa escola, mas numa associação de antigos alunos da Companhia afro latino. É nesse sentido que, posteriormente um dos professores contratados pela associação forma e funda a primeira escola de Tango em Moçambique de nome SENSAÇÕES DE TANGO. Na sequência surge a Escola TANGI ARTE e ambas evoluem com o mesmo espírito e envolvendo a mesma comunidade. Estas escolas resultaram em dois eventos que acontecem duas vezes por mês até a actualidade, denominadas milongas. A junção destas escolas resulta numa terceira escola, RDStudio. O tango é praticado apenas na cidade de Maputo, com um universo de 100 em que cerca de 50 é activo (informação verbal[3]).

De forma geral e aparente, não há uma semelhança na forma do Tango, as danças e músicas moçambicanas. Contudo, visto para além de sua forma exposta por meio da indústria do cinema e da música, a conexão com a terra, com o parceiro, o caráter, a densidade, a expressão corporal, o abraço e a troca do peso relacionam o tango às danças africanas. A título de exemplo, o primeiro passo básico do tango é o mesmo da Kizomba.

3. RESULTADOS

Os dados levantados ao longo do estudo confirmam a centralidade da matriz africana na constituição estética e simbólica do tango, tanto na Argentina quanto no Brasil, conforme demonstrado em diversas fontes analisadas. Na análise desenvolvida por Paixão (2021), a trajetória de Horacio Salgán reforça a ideia de que a presença negra na história do tango não é episódica, mas constitutiva. Sua produção musical, marcada por sofisticação e autoria, não foi acompanhada pelo devido reconhecimento de sua origem afrodescendente, evidenciando os

[2]O Prof. Fulgêncio concedeu-nos uma entrevista em agosto de 2025.
[3]Trecho da entrevista concedida por Fulgêncio Batista. Entrevistadora: Jéssica Salomão Chitlhango.

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

mecanismos de apagamento a operarem na construção da identidade nacional argentina. Dito isso, o silenciamento de sua etnicidade, conforme demonstrado pela autora, é sintoma de um processo mais amplo de embranquecimento da cultura portenha, que afeta tanto os registros oficiais quanto a memória coletiva.

Nessa empreitada, a esse respeito, Costa (2025) aponta que os vínculos entre o candomblé afro-platino e o candomblé afro-brasileiro fornecem chaves importantes para compreender os aspectos rítmicos, rituais e simbólicos que atravessam o tango. Perante o exposto, a musicalidade afrodescendente, presente na percussão, na repetição e na intensidade física, conecta distintas experiências coloniais e resgata uma memória transnacional da diáspora. Outrossim, a crítica de Costa vai além da identificação formal de influências musicais: trata-se de reconhecer o campo de disputa simbólica que permeia os sons, os corpos e os territórios culturais em que o tango foi gestado.

De acordo com a análise de Paula, Mellin e Cook (2000), o tango é abordado como um campo de construção de identidades urbanas masculinas na Buenos Aires de fins do século XIX, a partir de uma perspectiva sociológica. Assim, a figura do *compadrito*, símbolo arquetípico do imaginário tanguero, simboliza uma virilidade ambígua e marginal, mais tarde substituída por modelos domesticados, alinhados aos valores da classe média europeizada. Sendo assim, a crítica desenvolvida pelos autores evidencia os processos de codificação e institucionalização do tango, os quais passaram a ocultar sua gênese nos corpos mestiços, periféricos e dissidentes.

Por outro lado, o trabalho de Dalazen (2019) reforça a ideia do tango, acima de tudo, como uma linguagem corporal relacional. Em sua análise sobre a estrutura dialógica da dança nas milongas de Buenos Aires, o autor destaca que a condução no tango não deve ser compreendida como imposição, mas como negociação. Ademais, o abraço, segundo ele, não fixa papéis, mas os reconfigura a cada compasso, cuja perspectiva é relevante para pensar o tango como expressão artística, campo de subjetivação e escuta mútua.

Archetti (2003), ao discutir o processo de nacionalização do tango na Argentina e no Brasil, demonstra que a figura do gaúcho e os trajes típicos utilizados por dançarinos nos salões europeus foram operações discursivas voltadas à criação de uma identidade exportável. A construção do tango como símbolo nacional dependeu, portanto, de um processo seletivo que excluiu determinadas heranças e enfatizou outras, de acordo com os interesses políticos da época.

No caso brasileiro, o estudo evidenciou a existência de práticas que dialogam criticamente com os modelos portenhos tradicionais, como demonstrado por Taques (2021), revelando a presença de uma pedagogia crítica do tango, centrada em práticas sociais alternativas que tensionam os códigos tradicionais da dança. Os projetos citados pelo autor, como o *Tango Boêmio*, promovem experiências inclusivas e desnormatizadas, nas quais os papéis de condução são negociados e não fixados por gênero. Essas iniciativas apontam para a possibilidade de uma reaprendizagem ética do tango enquanto campo social aberto e plural.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Nesse sentido, as milongas alternativas, os coletivos pedagógicos e os espaços de formação crítica da dança têm promovido experiências de reapropriação do tango, nas quais os códigos normativos são confrontados por práticas inclusivas, horizontalizadas e voltadas à construção de novas formas de convivência e de aprendizado. Tais experiências deslocam o eixo estético da tradição, inserindo o tango em debates contemporâneos sobre diversidade, pedagogia crítica e identidade cultural.

Werner (2010), ao analisar o filme *Tango*, de Carlos Saura, contribui para o entendimento do tango como narrativa estética da memória política argentina. Em outras palavras, a autora observa que o uso da dança na obra não visa à reconstituição factual, mas à evocação sensorial do trauma causado pela ditadura militar. Em suma, a construção coreográfica da dor e do silenciamento social por meio do tango resgata a potência política da linguagem não verbal e reafirma o gênero como espaço de disputa simbólica.

O documentário *Tango Negro*, de Dom Pedro, conforme apresentado por Gulbenkian (2015), opera como dispositivo de reestruturação discursiva do gênero, retirando-o da moldura europeizante e devolvendo-o às suas origens mestiças e afrodescendentes. A obra tensiona os limites da narrativa oficial ao posicionar a cultura negra como fundadora do tango, rompendo com a invisibilização histórica que relegou essas contribuições a uma condição subalterna e marginalizada. A matriz africana, reiteradamente silenciada pelas instituições culturais e pelos discursos oficiais, emerge como força criadora central do tango, tanto no plano musical quanto corporal. Esse processo de invisibilização é ainda mais evidente quando se analisa a recepção da obra de artistas afrodescendentes, como Horacio Salgán, cujas contribuições, segundo analisado por Paixão (2021), foram despolitizadas pela supressão de sua identidade racial.

Como resultado desta pesquisa, constatamos algumas similaridades entre o Tango e os gêneros musicais banto, tanto no significado quanto no modo de dançar. Embora cada uma tenha sido exposta por dinâmicas geoglobalizadas de contextos diferentes, ambos foram incorporando novas influências ao longo dos tempos. Destacamos, em especial, o gênero musical Kizomba que, no contexto angolano, carrega um forte simbolismo social e histórico.

O percurso investigativo empreendido ao longo deste trabalho demonstrou, com apoio das fontes analisadas, que o tango deve ser compreendido além de uma expressão artística tradicional da cultura argentina, como um campo em disputa, marcado por apagamentos históricos, reconfigurações simbólicas e apropriações político-culturais. Longe de constituir uma manifestação homogênea, o tango revelou-se atravessado por tensões de classe, raça, gênero e poder, cuja compreensão exige o enfrentamento das narrativas hegemonicamente instituídas.

O reconhecimento da dimensão corporal e relacional do tango, como propõem Dalazen (2019) e Werner (2010), permite compreender a dança como reprodução de passos codificados, experiência de alteridade e de negociação mútua. A ideia de condução como imposição é substituída, nessas abordagens, por uma concepção de escuta física entre os pares, em que o gesto não é comando, mas proposto. Essa perspectiva, além de romper com o binarismo de

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

gênero tradicional, amplia as possibilidades de subjetivação e abre espaço para a pluralidade de corpos, vozes e histórias presentes no campo do tango.

O conjunto dos resultados analisados permite afirmar que o tango, longe de ser apenas uma herança cultural estática, é um território de conflito, memória e reinvenção. Ao iluminar os sujeitos e práticas que foram historicamente marginalizados, como negros, mulheres, corpos dissidentes. A pesquisa reafirma o potencial do tango como linguagem política, cujas articulações com raça, classe, gênero e sexualidade seguem sendo atualizadas a partir de novas práticas sociais e epistemológicas. Assim, a continuidade de estudos nesse campo mostra-se pertinente e necessária, especialmente por contribuir para a descolonização dos imaginários culturais que ainda insistem em associar o tango exclusivamente à branquitude, à heteronormatividade e a concepções marcadas pela rigidez formalista.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo resulta de um processo de investigação colaborativa desenvolvido entre quatro participantes do curso, de diferentes origens culturais, que traçaram estudos acerca das raízes negras do tango. Destaca-se, por essa lida, a importância da transversalidade cultural e a força das conexões geradas por estudantes de países que, embora geograficamente distantes, compartilham aspectos subglobais comuns na formação de suas histórias e identidades, transcendendo fronteiras geográficas e culturais.

Embora a evolução do trabalho tenha sido complexa, ao longo de seu desenvolvimento, cada participante contribuiu para o projeto com suas experiências, reflexões pessoais e diversidades de perspectivas para, assim, harmonizar ideias e construir um discurso integrado. Da mesma forma, essa dificuldade tornou-se, na prática, uma valiosa experiência de aprendizado, ampliando a compreensão de cada membro da equipe sobre o tema e dos demais participantes, bem como seus próprios limites e possibilidades no processo de colaboração internacional. De tal modo, as dificuldades em integrar as diferentes perspectivas resultaram em um processo dinâmico de negociação intelectual, culminando neste produto final. Ao realizar uma revisão crítica da literatura sobre a história do tango e suas conexões afrodiaspóricas, reconhecemos a perda das origens negras do tango e a importância de seus materiais de construção, que refletem a história contada pelos colonizados. No entanto, vários desafios permanecem e novos objetivos ainda precisam ser alcançados. Portanto, será necessário expandir esses estudos para outros contextos no Sul Global, além de aprofundar a análise da relação entre tango e resistência afrodiaspórica. Portanto, a criação de materiais voltados à valorização das narrativas produzidas pelos povos historicamente colonizados configura-se como essencial para o fortalecimento de perspectivas decoloniais, contribuindo para o reconhecimento e a reafirmação da presença negra na constituição das matrizes culturais do tango.

Além disso, a experiência de desenvolver um projeto colaborativo, com a participação de estudantes de diferentes nacionalidades e culturas, proporcionou uma oportunidade de crescimento acadêmico e pessoal. As dificuldades iniciais, decorrentes de diferentes perspectivas sobre o tema, foram superadas por meio do diálogo constante e do

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

compartilhamento de conhecimentos, fortalecendo a construção coletiva que abre portas para futuras pesquisas integradas. Portanto, a pesquisa sobre temas transversais no Sul Global serve como exemplo de como a colaboração entre diferentes culturas pode gerar novas abordagens e abrir caminho para a compreensão de fenômenos globais a partir de uma perspectiva local.

Em resumo, a experiência adquirida no desenvolvimento deste artigo reflete a inovação na academia contemporânea, incluindo o compartilhamento de conhecimento, a coexistência com a diversidade e a construção colaborativa e integrada do conhecimento. Sem dúvida, o trabalho realizado constitui um marco capaz de inspirar investigações futuras, permitindo conexões mais profundas entre diferentes países e culturas, tanto no campo do âmbito acadêmico, quanto no desenvolvimento de projetos colaborativos internacionais voltados à promoção de uma compreensão mais ampla das múltiplas riquezas do Sul Global e de suas interconexões culturais.

Espera-se que o impacto desta pesquisa seja significativo na ampliação do debate transcultural sobre o tango como dança, símbolo de resistência, reinvenção e identidade no Sul Global. É um passo importante na busca pela construção de histórias plurais, bem como na busca por justiça simbólica, inclusão e reconhecimento cultural.

5. REFERÊNCIAS

ACADÊMICOS DE VIGÁRIO GERAL. (2008). *Dos tambores africanos ao bandoneón: tango um sentimento que se dança*. **Grêmio Recreativo Escola de Samba**. Disponível em: https://galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/academicos-de-vigario-geral/2018 Acesso em: 13 abr. 2025.

ARCHETTI, E. P. O (2003) "*Gaúcho", o tango, primitivismo e poder na formação da identidade nacional Argentina*. ***Mana* 9** (1): 9-29.

BASTIDE, Roger (1983). **Estudos afro-Brasileiros**. *São Paulo*. Editora Perspectiva.

BRAGA, M. Mendes. (2014) ***A música de uma cidade***. *Belo Horizonte*. Editora UFMG.

CARMO, M. (2009) *Unesco declara tango patrimônio cultural da humanidade*. BBC New Brasil. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/09/090930_tangopatrimonio_mc#:~:text=A%20Unesco%20declarou%20o%20tango,capital%20dos%20Emirados%20Árabes%20Unidos. Acesso em: 30 mar. 2025.

CECCONI, S. (2009) *Territorios del tango en Buenos Aires: aportes para una historia de sus formas de inscripción*. Iberoamericana, v. 9, n. 33, p. 49–68. Disponível em:

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/view/775. Acesso em: 15 jul. 2025.

CIRIO, P. (2018) *El origen del tango*. Secretaría de Cultura de la Nación. Disponível em: https://www.cultura.gob.ar/el-origen-negro-del-tango_6929. Acesso em: 30 jul. 2025.

COLMEIRO, J. F. (2005) ***Memoria histórica e identidad cultural:*** *de la postguerra a la postmodernidad*. Barcelona: Anthropos.

COTRIM, A. (2021) *Sou como o tango: negra e teimosa: uma cantora brasileira em Buenos Aires*. **UOL TAB**. Disponível em: https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2021/07/04/sou-como-o-tango-negra-e-teimosa-uma-cantora-brasileira-em-buenos-aires.htm. Acesso em: 3 jul. 2025.

COSTA, B. (2016) *O que tem de candomblé na música argentina?* ***Coisa da Música***. Disponível em: https://coisasdamusica.com.br/o-que-tem-de-candomble-na-musica-argentina/. Acesso em: 6 abr. 2025.

DALAZEN, L. (2019) ***O homem, a mulher e o diálogo no tango***. O Mosaico. R. Pesq. Artes. Curitiba, n. 17, p. 1-231.

GARCÍA CANCLINI, N. (2019) ***Culturas híbridas:*** *estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

GONÇALVES, Rosa Mª da Silva. Tango no Sul Global. YouTube, 15 de agosto de 2025. 28min45s. Disponível em: https://youtu.be/18wNiGQHaNw. Acesso em: 15 ago. 2025.

GULBENKIAN. (2015) ***Próximo Futuro***. *Tango Negro: o documentário que investiga a relação entre o tango e culturas africanas*. Disponível em: https://proximofuturo.gulbenkian.pt/blog/tango-negro-o-documentario-que-investiga-a-relacao-entre-o-tango-e-culturas-africanas. Acesso em: 4 mai. 2025.

HALBWACHS, M. (2003) ***A memória coletiva***. (2ª ed.,trad. Beatriz Sidou). São Paulo: Centauro.

KLEIN, W. (Diretor). (1969). ***Festival Pan-African of Algiers*** **[Filme]. Office National du Commerce et de l'Industrie Cinématographique (ONCIC).**

LAMARTINE, C. (2023) ***Ser poeta em harmonias e silêncios***. Luanda: Mayamba Editora.

LOPES, N. (2005) ***Partido alto:*** *Samba de Banda*. Rio de Janeiro: Pallas.

Maxixe na dança. (2005). Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em:

ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termos/80283-maxixe-na-danca. Acesso em: 10 de abril de 2025.

MOORMAN, M. J. (2008) ***Intonations**: a social history of music and nation in Luanda, Angola, from 1945 to recent times*. Athens: Ohio University Press.

MORAIS, S. (2022) *Do mato ao palco: a construção da nação em Moçambique através da música*. Anuário Antropológico, v. 47(1).

PAIXÃO, F. (2021). *O tango é negro: conheça Horacio Salgán, nome fundamental e pouco conhecido do gênero*. Brasil de Fato. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/08/19/o-tango-e-negro-conheca-horacio-salgan-nome-fundamental-e-pouco-conhecido-do-genero/. Acesso em: 5 mai. 2025.

PALACIOS, A. (2024) *Os argentinos*. São Paulo: Contexto.

PAULA, J. A. de, MELLIN, R., COOK, V. (2000). *Tango, samba e malandragem*. Eclética, 15, jul./dez.

Pedro, Dom. (Diretor). (2023). *Tango negro: as raízes africanas do tango* [Filme]. AMA Productions.

PEREIRA, A. C.; SALES, L.; VAL, M. Vinicius do. (2018) ***Sinopse do enredo***. Disponível em: galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/academicos-de-vigario-geral/2018. Acesso em: 13 abr. 2025.

REDINHA, J. (1984). *Instrumentos musicais de Angola: sua construção e descrição*. (3ª. ed). Coimbra: Instituto de Antropologia/Universidade de Lisboa.

REDINHA, J. (2009) *Etnias e Culturas de Angola*. (2ª ed). Coimbra: AULP.

RIBAS, O. B. (2009). *Música, Dança e Identidade Cultural em Angola.* Luanda: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas.

SPIVAK, G. C. (2010) *Pode o subalterno falar?* (Trad. De Sandra Regina Goulart de Almeida; Feitosa M.; André Pereira Feitosa). Belo Horizonte: Editora UFMG.

SUBONI, W. A. (2014). *Re-imagining the African Diaspora: Musical Heritage and Identity*. African Studies Review.

TAQUES, L. J. (2021) ***Entre a milonga e a sala de aula, o tango campo social***. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: https://repositorio.unespar.edu.br/server/api/core/bitstreams/79765402-885d-45c0-8f53-54a65eb12cbe/content Acesso em: 10 maio 2025.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

WERNER, J. de A. (2010) *Tango de Carlos Saura: formas de dançar e narrar a história. Todas as Musas,* 2 (1), jul./dez.

Catimba Matias Anacleto

Doutorando em Música pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Ensino de História de Angola. Especialista Internacional em Conhecimentos e Associações entre Angola, Argentina, Brasil e Moçambique, pela Universidade do Estado do Paraná/PR. Licenciado em Música (Canto Lírico) e em Serviços Sociais. Docente e pesquisador angolano em posição estratégica na convergência entre Artes, História e Ciências Sociais na Faculdade de Artes da Universidade de Luanda.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

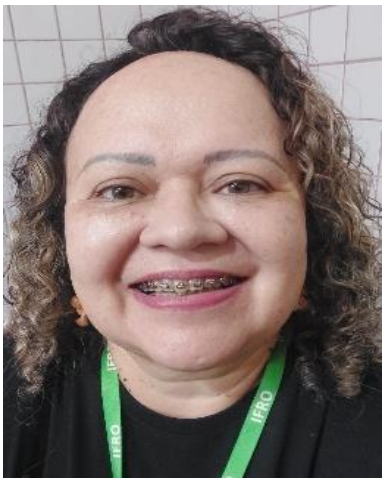
Claudia Carolina Casiva

Profesora y Licenciada en Artes Plásticas de la Universidad Católica de Salta - Argentina. Diplomada en Evaluación de Impacto Ambiental por la Universidad Nacional de Jujuy - Argentina. Especialista Internacional en Conocimientos y Asociaciones entre Angola, Argentina, Brasil y Mozambique por la Universidade Estadual do Paraná - Brasil. Actualmente cursando la Maestría en Patrimonio Artístico y Cultura en Sudamérica Colonial en la Universidad de Buenos Aires - Argentina.

Jéssica Salomão Chitlhango

Mestranda em Relações Internacionais e Desenvolvimento; Especialista internacional em Gestão do Conhecimento e Cooperação Internacional entre Moçambique, Angola, Brasil e Argentina; Licenciada em Economia pela Eduardo Mondlane University. É ativista e profissional moçambicana e atualmente exerce as funções de Assistente de Programas e Coordenadora de Comunicação na Friedrich-Ebert-Stiftung Mozambique (FES Moçambique).

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)



Rosa Maria da Silva Gonçalves
Doutoranda em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Maringá/PR; Mestra em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia/MG; Graduada em Letras pela Universidade Federal de Rondônia/RO; Especialista Internacional em Conhecimentos e Associações entre Angola, Argentina, Brasil e Moçambique, pela Universidade do Estado do Paraná/PR; Docente EBTT no IFRO.

Aldo Juan Enrici

Doutor em Filosofia pela Universidade Autônoma de Madri e professor(a) da Pós-Graduação *Lato Sensu* Internacional Conhecimentos e Associações entre Angola, Argentina, Brasil e Moçambique, UNESPAR. E-mail: aenrici@uarg.unpa.edu.ar

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

Solange Straube Stecz

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, coordenadora do Programa de Pós Graduação em Artes PPGARTES e professora dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* Internacional Conhecimentos e Associações entre Angola, Argentina, Brasil e Moçambique, PPGARTES e Bacharelado em Cinema e Audiovisual UNESPAR solange.stecz@unespar.edu.br

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310

IMÁGENES DE LATINOAMÉRICA

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

TERRITORIALIDADES CAMPANENSES

Perla Surriable
perlasurriable6@gmail.com

Antes de presentar esta serie fotográfica es necesario que el/la lector/a se contextualice acerca de Campana. Es una ciudad que se encuentra al norte de la provincia de Buenos Aires, a orillas del río Paraná de las Palmas y en estrecha relación con el Delta inferior del río Paraná. El partido homónimo combina un área urbana e industrial con una extensa zona de islas, humedales y espacios naturales, configurando un territorio en el que conviven el río, la ciudad, la actividad portuaria e industrial y diversos paisajes de gran riqueza ambiental. Su historia se encuentra vinculada a los hermanos Luis y Eduardo Costa, propietarios de las tierras donde comenzó a desarrollarse el pueblo. En 1874 se realizó el trazado urbano y en 1875 tuvo lugar el loteo y la creación del pueblo. Posteriormente, el 6 de julio de 1885 se creó el Partido de Campana, fecha que actualmente se conmemora como el aniversario de la ciudad. Podemos decir que Campana, es la primera "Ciudad de las Diagonales" en el norte bonaerense, incluso fue evaluada en 1881 como una de las posibles ubicaciones de la capital provincial[1].

La historia industrial y obrera de Campana también está atravesada por las marcas del terrorismo de Estado. Durante la última dictadura cívico-militar, Campana y Zárate formaron parte del Área 400, dependiente de la Zona de Defensa IV, donde la represión alcanzó especialmente a trabajadores y militantes sindicales. En Dálmine-Siderca (actual Tenaris-Siderca), al menos 80 trabajadores y trabajadoras fueron víctimas de crímenes de lesa humanidad.[2]

A lo largo de este recorrido aparecen distintas dimensiones que conviven y se superponen en el territorio campanense. El río Paraná de las Palmas y la costanera se presentan como espacios de pesca, descanso y encuentro; mientras que el Parque Nacional Ciervo de los Pantanos incorpora los ambientes naturales y las formas de recorrerlos y contemplarlos. En otros sectores, las vías del ferrocarril y la presencia de la industria forman parte del paisaje cotidiano de quienes transitan la ciudad, mostrando como un todo los espacios urbanos, ferroviarios e industriales. Las diagonales, por su parte, remiten a la particular configuración de la trama urbana de Campana, todas las diagonales nos llevan a la plaza central. También aparece el fútbol, a través de una escena en el estadio de Villa Dálmine, donde niños y adultos comparten la tribuna y expresan una forma de encuentro y pertenencia vinculada a uno de los clubes históricos de la ciudad.

A través de estas fotografías intenté capturar la cotidianeidad de Campana y también su belleza: los encuentros, el disfrute, el juego, la contemplación y las distintas formas de hacer propios los espacios. La serie parte de la idea de que un territorio no es solamente un espacio geográfico,

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310
Vol. 6, N°1 (2026)

sino también un espacio vivido, recorrido y construido a través de las prácticas y relaciones de quienes lo habitan. Así, *Territorialidades Campanenses* busca reunir fragmentos de una ciudad diversa, donde lo natural, lo urbano, lo industrial, lo recreativo y lo colectivo se entrelazan y producen múltiples maneras de habitar y experimentar el territorio.

Notas

[1]Universidad Nacional de La Plata, *Publicación oficial. Sección II: Discursos, conferencias, trabajos científicos y literarios*, Tomo XX, N.º 7, entrega cuarta (La Plata: UNLP, 1937).
En 1881, el gobernador Dardo Rocha designó una comisión especial para estudiar las posibles localizaciones de la nueva capital de la Provincia de Buenos Aires. La comisión, integrada entre otros, por: Aristóbulo del Valle, Eduardo Costa, Manuel Porcel de Peralta, Guillermo White, Francisco Lavalle y José María Ramos Mejía**,** presentó su informe el 1.º de octubre de 1881 y se*"colocó en primer término a Campana, Lomas de la Ensenada y Zárate*"**.**

[2]Comisión Provincial por la Memoria (CPM), "Aportes documentales de la CPM sobre la persecución a obreros en Campana", *ANDAR – Agencia de Noticias de la CPM*, 8 de junio de 2018. Según la investigación *Responsabilidad Empresarial en Delitos de Lesa Humanidad*, en Dálmine-Siderca "al menos 80 trabajadores y trabajadoras resultaron víctimas de crímenes de lesa humanidad. 39 están desaparecidas, 7 fueron asesinadas y 34 son sobrevivientes**".**

Perla Aylén Abigail, Surriable

Oriunda de Jujuy, Auxiliar Técnica en Antropología y Licenciada en Antropología por la Universidad Nacional de Jujuy. Doctoranda en Ciencias Sociales y Humanidades por la Universidad Nacional de la Patagonia Austral. Se desempeña en docencia e investigación, con experiencia en patrimonio, territorio y gestión editorial académica.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310

RELATOS DE FICCIÓN

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310

Vol. 6, N°1 (2026)

ALICIA SIEMPRE CAMBIA ¿YO TAMBIÉN?

Nora Noelia Romero

Siempre que me piden hablar de un libro pienso en Alicia y en mí. Quizás sea porque en cada año que cumplo la encuentro de diversas maneras; o quizás porque es el libro que me une a mi infancia y a mi madre.

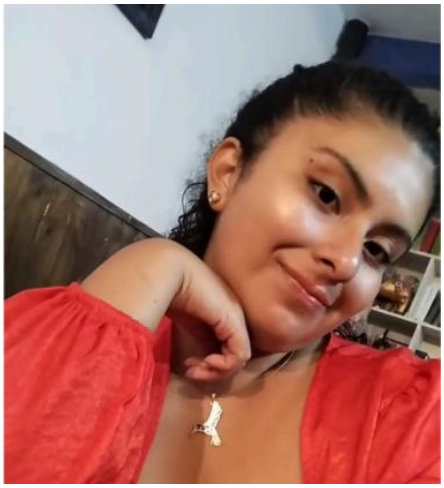
Por años recorrí sus páginas en búsqueda de una niña que crece mientras yo crezco, y somos tan grandes como un árbol y tan pequeñas que cabemos dentro de una botella. Alicia es maravillosa, llora y crea un mar con sus lágrimas, se enfrenta a una reina y logra mantener su cabeza sobre sus hombros. Pienso que a mí también me gusta conservar mi cabeza.

Nosotras nos conocimos cuando era muy chica, me la presentó mi mamá cuando eligió comprar un libro de un vendedor ambulante, gastó los dos pesos que le pagaron por toda una noche limpiando y cocinando en un libro para mí; quizás ese sea otro motivo por el que nos hicimos tan amigas.

Hoy tengo 27 años y todavía recuerdo sus diálogos de memoria; cuando me pierdo y no sé qué hacer, me quedo quieta y espero que un adulto me encuentre.

REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310

Vol. 6, N°1 (2026)



Nora Noelia Romero

Profesora en Letras, egresada de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, en la cual se desempeña como docente e investigadora. Actualmente se encuentra magistrando la carrera Maestría en Artes y Cultura Contemporánea (UNSA). Participó en diversos Congresos y Jornadas tanto literarias como pedagógicas de carácter nacional y provincial; además brindó talleres literarios a su comunidad.